

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

SUMÁRIO DO NÚMERO DE JANEIRO-MARÇO DE 1951

ARTIGOS

Notas para o Estudo do Clima do Centro-oeste Brasileiro, por CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO	3
Distribuição das Propriedades Rurais no Estado de Minas Gerais, por ELZA COELHO DE SOUSA	47
Distribuição da População no Estado do Maranhão em 1940, por EUGÊNIA GONÇALVES EGLER	71

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

José Pires do Rio, pelo Eng. ^o VIRGÍLIO CORRÊA FILHO	85
Curt Nimuendaju, pelo Eng. ^o VIRGÍLIO CORRÊA FILHO	88

COMENTÁRIOS

Interpretação Geográfica, por ISAIAH BOWMAN	91
Toponímia Brasileira, por JOSÉ DE SÁ NUNES	102

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

Obrageiro, por NILSON WERNECK SODRÉ	123
Tapera, por NILSON WERNECK SODRÉ	125

NOTICIÁRIO

CENSO DEMOGRÁFICO DE 1950	127
VI ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS	163
DEIXA A PRESIDÊNCIA DO I. B. G. E. O EMBAIXADOR MACEDO SOARES	167
JOSÉ CARNEIRO FILIPE	168

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano XIII

JANEIRO-MARÇO DE 1951

N.º 1

NOTAS PARA O ESTUDO DO CLIMA DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO*

CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO

Da Divisão de Geografia do C.N.G.

INTRODUÇÃO

Abrangendo Goiás e Mato Grosso, dois dos maiores estados da Federação, a região Centro-Oeste destaca-se, quanto à área, dentre as grandes regiões brasileiras. Corresponde a cerca de 22% da área total do Brasil, no que é superada apenas pela região Norte (42%).

Fisiograficamente, em sua grande maioria, é constituída por parte do Planalto Brasileiro que aí, em geral, se apresenta em extensos chapadões tabulares. Tais chapadões, modelados tanto no capeamento sedimentar como no embasamento cristalino, extinguem-se a oeste em escarpa sobre o rio Paraguai.

Mercê de sua posição geográfica no interior do país, o Centro-Oeste apresenta pontos de contacto com as demais grandes regiões brasileiras, o que não lhe impede, entretanto, de possuir acentuadas características próprias de que a Baixada Paraguaia, com o típico "Pantanal Matogrossense", é exemplo expressivo.

Embora seu desbravamento tenha ocorrido desde o século XVIII, a ocupação é, ainda hoje, escassa, concentrando-se nas partes meridionais dos dois estados, donde extensas áreas inexploradas e desconhecidas.

Todavia, nestes últimos anos, o Centro-Oeste brasileiro vem sendo focalizado por nova orientação política, visando um aproveitamento racional do seu território e a conseqüente valorização econômica de suas zonas potencialmente mais produtivas.

Ora, a base de qualquer estudo sobre as condições presentes de um território e suas possibilidades no futuro, repousa, necessariamente na geografia, em cujo domínio ressalta a importância do "clima", elemento fundamental no estudo geográfico da produção.

Por outro lado, pela ação profunda que exerce na composição da paisagem natural e influência na paisagem cultural, o clima constitui, ainda, elemento verdadeiramente fundamental à compreensão e interpretação das inúmeras "combinações" existentes num meio geográfico qualquer.

* O presente trabalho foi realizado como complemento aos estudos de gabinete da expedição a São Paulo-Mato Grosso-Goiás e Minas Gerais, realizada em 1948, sob a chefia do Prof. José VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA. A este, o autor deseja expressar os mais sinceros agradecimentos pela orientação e estímulo que dele recebeu.

Dêste modo, estudar, dentro do clima do Brasil, as condições particulares do Centro-Oeste, seria um trabalho que contribuiria para juntar mais uma parcela de esforço aos outros estudos já realizados sobre a região. Então, outro não foi o nosso objetivo ao elaborar as presentes notas. Para tanto, cumpre, porém, destacar as numerosas dificuldades encontradas.

Em princípio, os estudos climatológicos devem assentar-se em sólida base de observações meteorológicas, coisa aliás, nem sempre fácil de conseguir-se em países jovens e extensos como o nosso.

No Brasil, onde a distribuição das estações meteorológicas é condicionada pelo povoamento, a natureza do reticulado é, com efeito, de fácil previsão. Por tal motivo, o presente trabalho não se refere à totalidade da região Centro-Oeste, segundo o conceito de "Grande Região" adotado pelo Conselho Nacional de Geografia¹. Dessa maneira, a área do nosso estudo foi delimitada em função da distribuição das estações meteorológicas, focalizando-se, então, a parte mais característica do território (Figs. 1, 2 e 13).

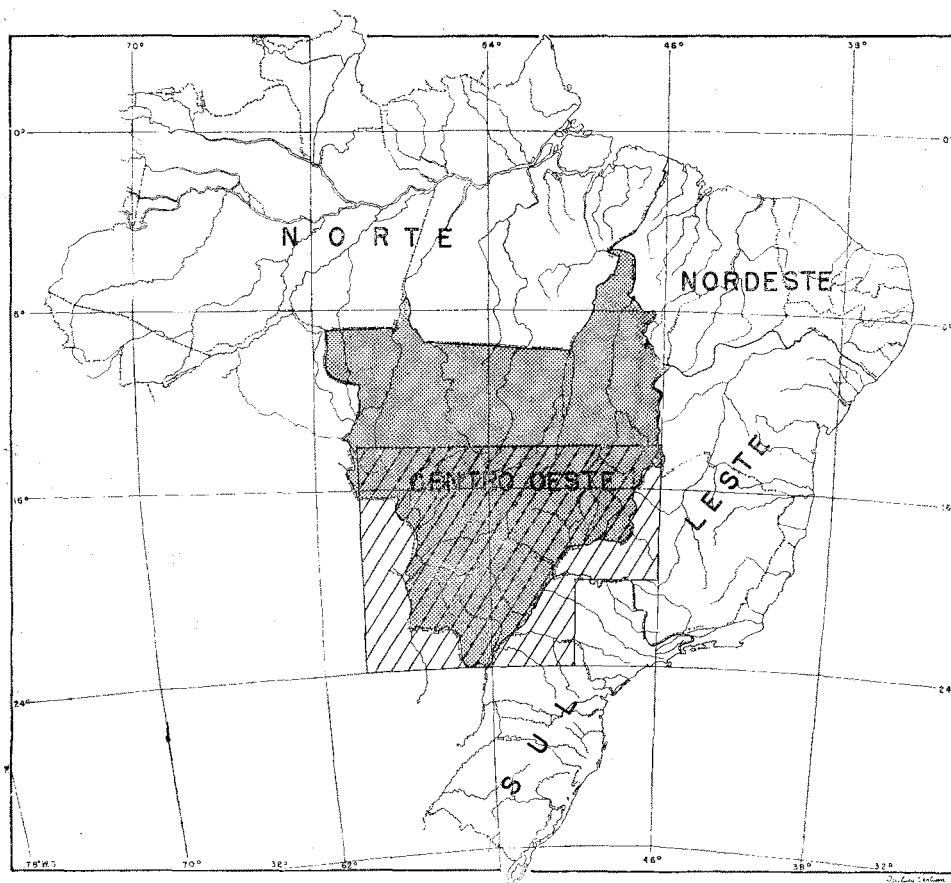


Fig. 1

Por limite ao norte, tomamos o paralelo de 14° sul, excluindo-se assim as zonas de transição para as regiões Norte e Nordeste.

¹ Resolução n.º 143, de 13 de julho de 1945, da Assembléia Geral do C. N. G.

Quanto à região Leste o limite caiu sobre o meridiano de 46 W.Gr., ficando nele incluído o "Triângulo Mineiro", território aliás pertencente à grande região Centro-Oeste, segundo o conceito oficial.

Sobre a região Sul, avançamos o limite até o meridiano de 50 W.Gr. de maneira a nele incluir o vale do rio Paraná.

Dentro do território assim delimitado, podemos contar com 23 estações meteorológicas, as quais, segundo a regra geral, estão localizadas em cidades, com apenas duas exceções².

Ressalte-se ainda, que a distribuição das estações é irregular, apresentando, outrossim, grupos próximos em contraste com alguns vazios consideráveis. O sudeste matogrossense e o sudoeste goiano, por exemplo, são dois destes vazios de observações, ambos constituindo pontos nevrálgicos a considerar.

Por outro lado, os períodos de observações nem sempre satisfazem o número ideal de 30 anos ininterruptos. Algumas das estações possuem mesmo um período ainda bem reduzido³. Entretanto, tendo-se em vista a grande extensão territorial em foco e a rarefeita ocupação humana, tais estações foram consideradas como valiosas a despeito do inconveniente apontado.

Afora os dados das estações meteorológicas, procuramos reunir um máximo de informações, convenientemente selecionadas. Para isso não poderiam ser olvidados os trabalhos gerais sobre o clima do Brasil, bem como outras informações existentes, algumas preciosas e particularizadas, relativas a pequenas zonas⁴.

Um ponto de vista de caráter técnico deve ser quanto antes assinalado. Considerando-se que a unidade elementar de qualquer sistema climatológico é a observação individual de uma estação meteorológica e seus dados, é bem de ver que estes se referem apenas a uma situação, digamos, microclimática; sendo assim, tais dados não podem registrar mais do que o "clima" das vizinhanças imediatas da estação. Dêsse modo, ao passar do estudo climático de um simples lugar para o de uma região, o problema torna-se mais complexo, exigindo portanto a consideração de uma série de "climas locais", que cumpre relacionar.

Como o clima é um fenômeno extremamente variável, a expressão dos dados de uma estação, relativamente às áreas adjacentes, fica também na dependência da fisiografia da região considerada⁵.

Um estudo climatológico, de âmbito geográfico regional, em obediência aos princípios da localização e extensão, exige, em conseqüência, a correspondente representação cartográfica. Esta não deve, nem pode ser considerada com rigidez, em vista da variabilidade dos fenômenos a representar.

Na tarefa do "mapeamento climático" o traçado das isolinhas, por exemplo, as relações entre as estações meteorológicas são obtidas mediante inter-

² Cidades: Cuiabá, Mato Grosso, Cáceres, Alto Araguaia, Herculândia, Corumbá, Aquidauana, Bela Vista e Três Lagoas (MT) — Goiânia, Goiás, Pirenópolis, Luziânia, Formosa e Catalão (GO) — Araguaia, Toribatê, Patos de Minas, Uberaba e Araxá (MG) — Araçatuba (SP) — *Povoados*: Presidente Murtinho e Meruri (MT).

³ Ver fontes de observações meteorológicas à página 40.

⁴ Ver indicação bibliográfica à página 40.

⁵ Ver, a propósito, WALLACE E. HOWELL — "On the Climatic Description of Physiographic Regions" — in *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. XXXIX — n.º 1 — march 1949 — pp. 12/25.

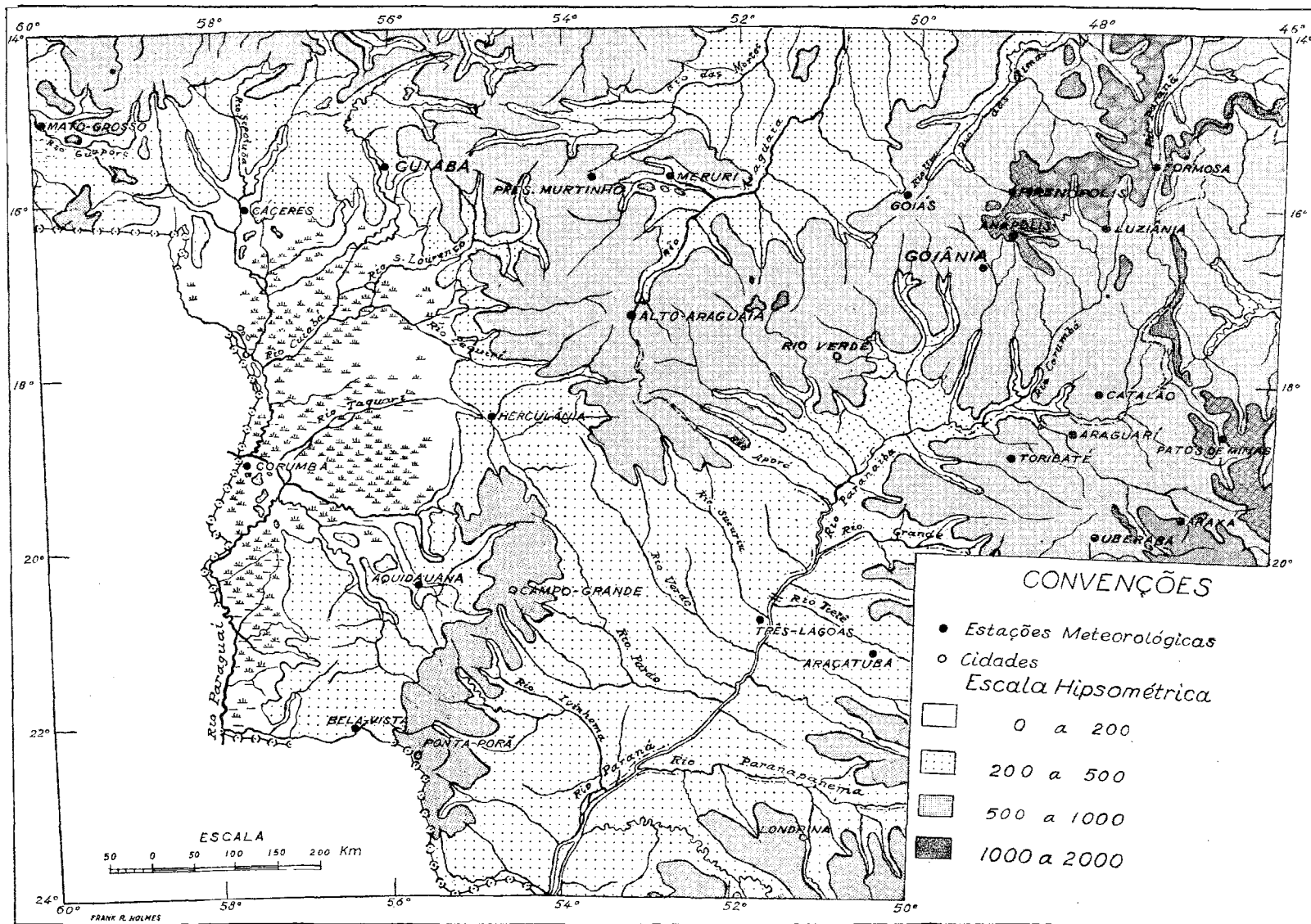


Fig. 2

polação. Entretanto, manda a boa técnica, que as linhas não devam seguir rigidamente os pontos interpolados, mas guiar-se prudentemente, conforme os casos, pela fisiografia da região. Daí a conveniência da consulta às boas cartas hipsométricas coisa que não nos foi possível realizar, em vista da pobreza da região Centro-Oeste neste particular.

Das razões expostas podemos advertir, de início, que o presente trabalho não se reveste, nem o pretende, de rigor científico, pois as circunstâncias sempre nos impeliram para a generalidade do problema. Todavia se algum mérito êle encerra, residirá no empenho de, juntando os elementos disponíveis, oferecer aos estudiosos da geografia, uma noção mais aproximada tanto quanto possível, da realidade climática do Centro-Oeste brasileiro.

I – ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS METEOROLÓGICOS

A fim de determinar as mais importantes características climáticas da região, os principais elementos meteorológicos devem ser focalizados, mas sem olvidar a ação fundamental dos fatores geográficos sobre os referidos elementos. Assim, pelo estudo de conjunto de tais características, poder-se-á expressar melhor o “tipo” ou “tipos de clima” reinantes na região.

Com o propósito de melhor sistematizar as idéias e dividir o trabalho, a análise dos dados da temperatura, pressão e ventos (no quadro da circulação geral), chuva, umidade, etc. será feita, entretanto, separadamente.

Desde logo cumpre destacar a temperatura como elemento meteorológico mais notável, ressaltando, nessa oportunidade, a influência que sobre a mesma exerce a altitude, fator importante na região considerada.

1 – Distribuição da temperatura em suas relações com o relevo: variação no decorrer do ano

Para verificar a distribuição geográfica da temperatura e sua variação no decorrer do ano, traçamos as isotermas anuais, de inverno e de verão (Figs. 3, 4 e 5).

As temperaturas médias anuais, segundo revelam os dados, oscilam entre 19°C e 26°C. A disposição das isotermas, entretanto, longe de mostrar um desenvolvimento no sentido dos paralelos, se processa, grosseiramente, de sudeste para nordeste. Sua disposição no mapa (Fig. 3) revela êsse aumento térmico gradual de este para oeste, formando faixas territorialmente desiguais.

A superposição do mapa (Fig. 3) sobre o fisiográfico (Fig. 13) evidencia hipótese da influência do relevo sobre uma tal distribuição heterogênea das isotermas anuais. A crítica, porém, de dados relativos a estações localizadas em latitudes sensivelmente iguais, demonstra a influência considerável da altitude na distribuição da temperatura da região. Essa influência é bem expressiva no caso do aumento térmico de leste para oeste, o qual se explica pela queda das cotas altimétricas em direção à baixada paraguaia.

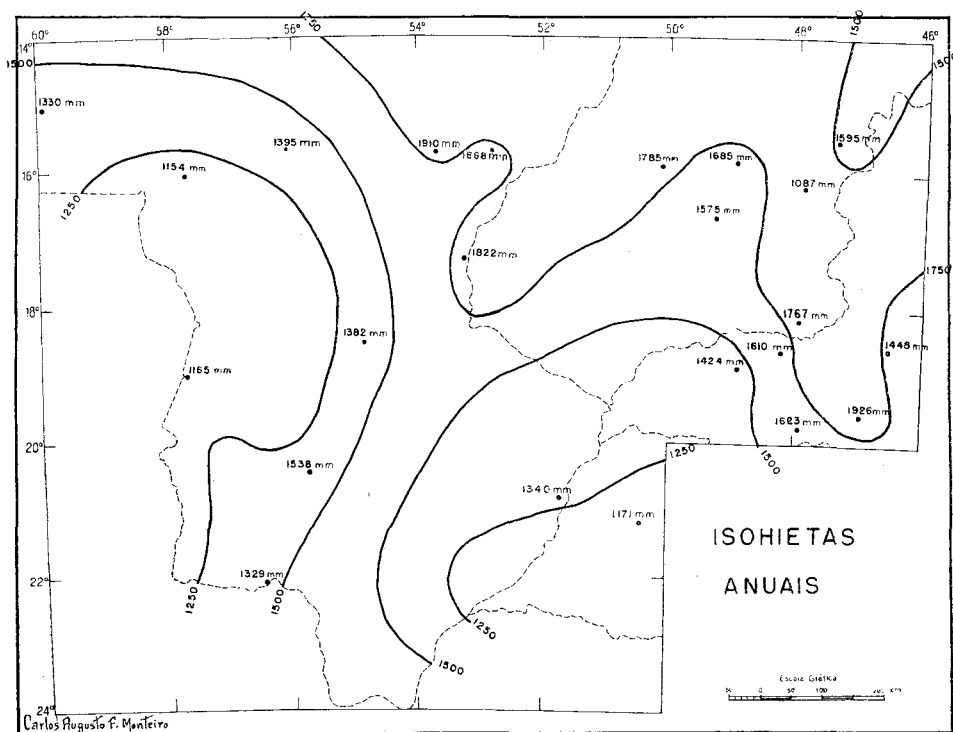


Fig. 3

Para comprová-lo basta citar duas estações de latitude mais ou menos idêntica: Toribatê, no Triângulo Mineiro, a 18° 53' L.S.; e Corumbá, num terraço sôbre o "Pantanal", em Mato Grosso, a 18° 59' L.S.; enquanto a primeira, a 721 metros de altitude, possui uma temperatura média anual de 21° C., a segunda, a 116 metros apenas, acusa 24°, 9 C. Aliás a consideração do quadro a seguir demonstra, de maneira eloqüente, o fato do decréscimo da temperatura média anual em função do aumento da altitude.

LOCALIDADES	Latitude Sul	Altitude	Temperatura Média Anual
Pirenópolis.....	15°51'	748 m	22°,3
Goiás.....	15°55'	520 m	23°,6
Presidente Murtinho.....	15°39'	625 m	23°,2
Cuiabá.....	15°36'	165 m	25°,6
Patos de Minas.....	18°36'	856 m	19°,9
Toribatê.....	18°53'	721 m	21°,0
Herculândia.....	18°29'	250 m	23°,6
Corumbá.....	18°59'	116 m	24°,9

Outra observação valiosa no estudo da distribuição da temperatura é a de sua variação no decorrer do ano.

No verão (Fig. 4) a temperatura cresce de 21° C para 27°, no sentido leste-oeste, culminando na baixada paraguaia.

No inverno (Fig. 5) a variação faz-se entre 16° e 24°.

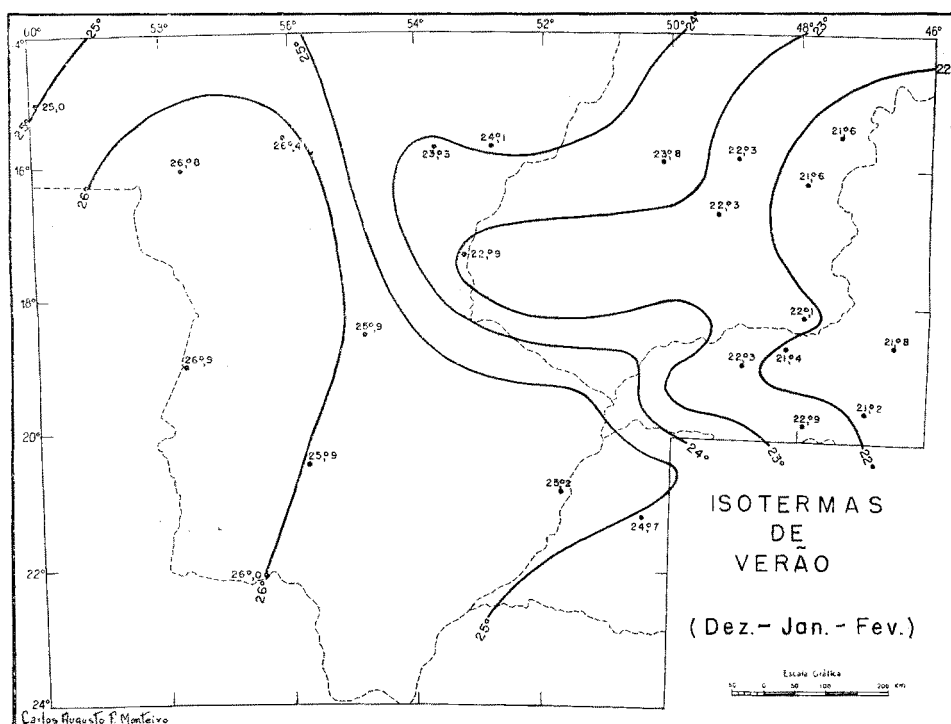


Fig. 4

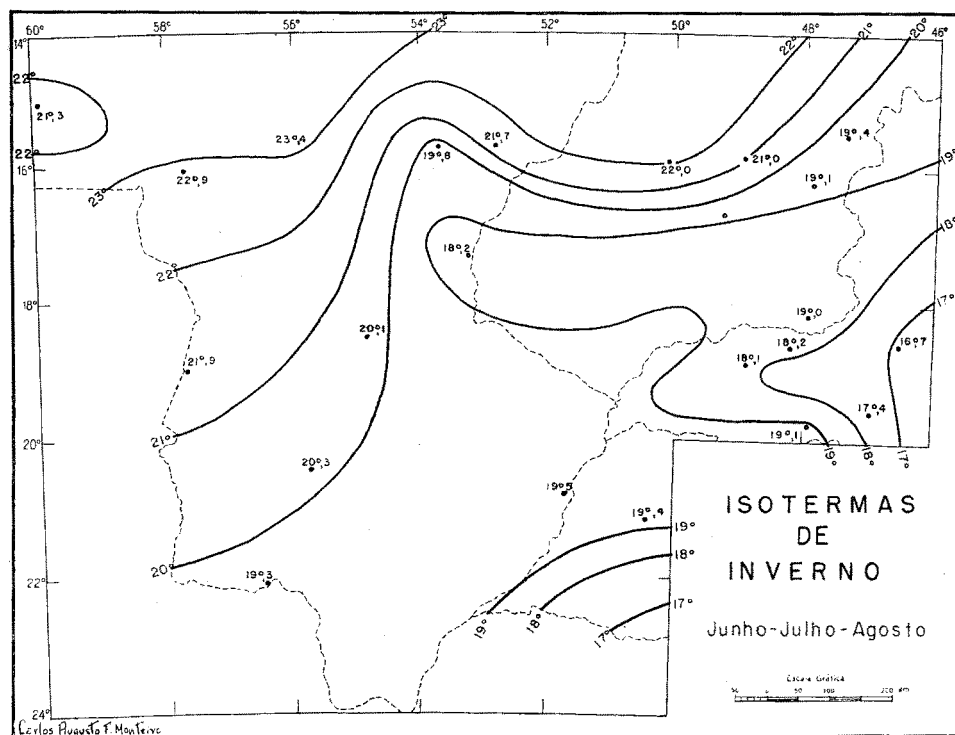


Fig. 5

No Triângulo Mineiro e sul de Goiás as isothermas desenvolvem-se no sentido de leste para oeste; já em Mato Grosso, e mesmo no oeste de São Paulo, elas se dispõem no sentido de sul para norte, fato este que parece bastante relacionado com a circulação das massas de ar no inverno como veremos a seguir.

2 — Circulação geral (pressões e ventos)

Os elementos meteorológicos atuam uns sobre os outros, influenciando-se mutuamente, o que lhes dá uma espécie de ação conjunta. Segundo varia a temperatura no decorrer do ano, varia a pressão atmosférica e a variação desta, por sua vez, determina a circulação dos ventos. Da ação conjunta destes elementos meteorológicos surge o movimento circulatório do ar em uma determinada região. Esta circulação, naturalmente, é um fenômeno de amplas proporções e seu estudo é feito através das “massas de ar”. Este conceito de massa de ar — “uma porção da atmosfera, de temperatura e umidade homogêneas para cada plano que a corte horizontalmente”⁶ é fundamental e sobre seu estudo baseia-se a meteorologia moderna. Embora seja objeto de estudo próprio desta ciência, interessa também ao geógrafo pela influência que exerce nos demais elementos meteorológicos, principalmente nas chuvas.

Sendo a circulação atmosférica um fenômeno tão amplo, não a poderíamos compreender no Centro-Oeste brasileiro se nos restringíssemos à própria extensão deste. Apenas poderemos compreendê-la com uma noção geral da situação da América do Sul em relação às massas de ar.

No decorrer do ano verificam-se na região em foco, grandes oscilações nos elementos meteorológicos. RÉCLUS já se mostrara surpreendido, notando que “as mudanças realizam-se súbitamente como não há exemplo nas outras regiões tropicais”⁷, fato que DELGADO DE CARVALHO⁸ explica pela ação intensamente variável dos ventos.

A região Centro-Oeste, mercê de sua posição central no continente sul-americano e de sua própria configuração morfológica, desempenha um papel importantíssimo na circulação geral do continente. A planície paraguaia tendo os rebordos do Planalto Brasileiro a leste e os da cordilheira dos Andes a oeste — funciona como um verdadeiro corredor onde ora sopram os ventos quentes da Amazônia, ora os ventos frios do sul.

No decorrer do ano, a circulação geral na América do Sul, fenômeno aliás já bem estudado pelo ilustre meteorologista ADALBERTO SERRA, apresenta duas situações típicas: uma no verão, outra no inverno. Examinemos estas duas situações e suas repercussões no Centro-Oeste brasileiro.

a) — Situação no verão (janeiro)

A conformação da América do Sul favorece, durante todo o ano, a formação de uma monção, o vento soprando do mar para a terra.

⁶ Quando se estudam as massas de ar, fazem-se as observações em diferentes planos acima dos continentes ou dos oceanos, geralmente de 500 em 500 metros.

⁷ Citado por DELGADO DE CARVALHO em *Meteorologie du Brésil* — Londres, 1917.

⁸ Op. cit. DELGADO DE CARVALHO

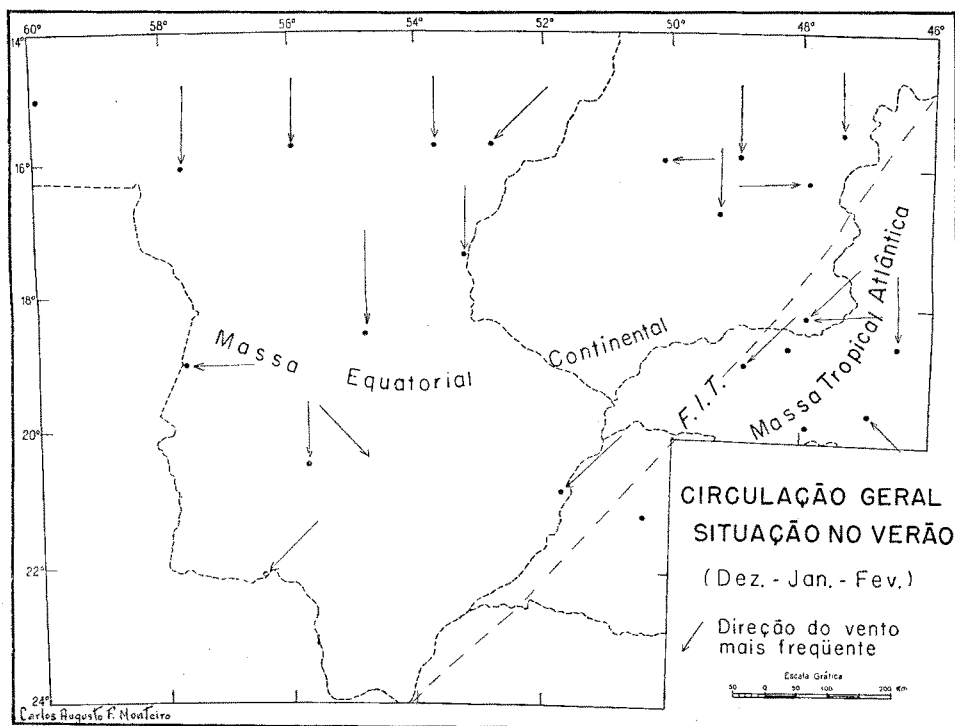


Fig. 6

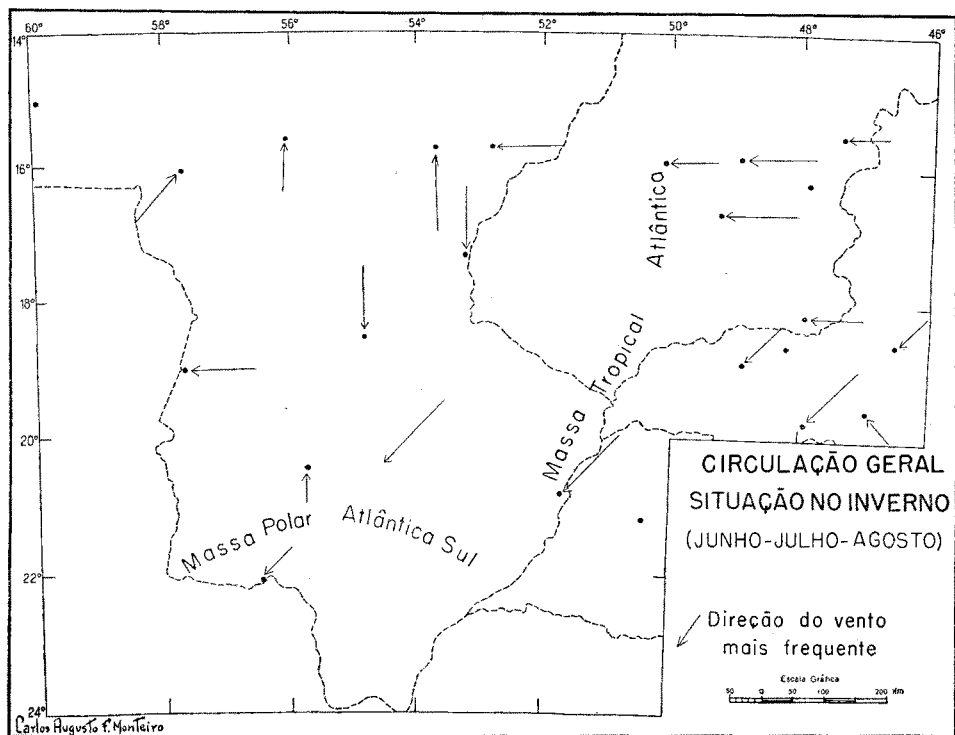


Fig. 7

Nos meses de verão, o continente é aquecido consideravelmente, sobretudo na região central. A planície do Chaco e o Pantanal Matogrossense atingem a maior insolação e as temperaturas máximas. Esta área fortemente aquecida constitui uma zona de depressão barométrica, funcionando, portanto, como uma “zona ciclônica interior”.

Por outro lado, os anticiclones do Atlântico e Pacífico estão bem afastados do continente; dêste modo, a zona ciclônica interior assume o principal papel na circulação aérea da América do Sul e, de maneira especial, na do Centro-Oeste brasileiro. Graças a ela, forma-se a “Massa Equatorial Continental”, quente e úmida, que se desloca em sua direção. Esta massa é constituída pelas duas camadas do aliseio de NE, que se misturando na região do Amazonas, marcham para o interior do continente.

Como o anticiclone semi-fixo do Atlântico Sul⁹ está afastado do continente, os ventos emitidos por êle — os aliseos de sudeste, os quais sofrendo uma torção para a esquerda impressa pelo movimento de rotação da terra, passam a soprar de nordeste — são ventos fracos que não penetram muito para o interior do continente.

A Frente-Inter-Tropical (F.I.T.), ou seja, a faixa de encontro dos dois aliseos (SE e NE), estende-se paralelamente à costa oriental do Brasil (do Ceará pelo Piauí, oeste dos estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e noroeste do Paraná) limitando a ação desta pequena massa proveniente do oceano — “Massa Tropical Atlântica”.

A figura 6 procura focalizar, esquematicamente, a situação do Centro-Oeste neste período do ano. A localização da F.I.T. mostra a preponderância da Massa Equatorial Continental, ficando Mato Grosso e Goiás sujeitos à ação do vento freqüente do norte, salvo algumas exceções, devidas naturalmente a condições locais especiais. Enquanto isto, a atuação da Massa Tropical Atlântica alcança apenas o Triângulo Mineiro e o vale do rio Paraná, onde sopram os ventos de nordeste.

b) — Situação no inverno — (julho)

Com o advento do inverno, a situação modifica-se completamente. O continente não se encontrando mais aquecido, os centros anticiclônicos tornam-se mais próximos dêle e localizados mais ao norte. O anticiclone semifixo do Atlântico Sul situa-se na altura do paralelo de 20° S e o do Atlântico Norte bem acima do equador.

Da zona anticlônica do Atlântico Sul, partem os aliseos de sudeste, os quais, sofrendo a torção para a esquerda, avançam sobre o continente nas direções de este e nordeste. Êstes ventos, que são quentes, constituem a “Massa Tropical Atlântica”.

Como o anticiclone do Atlântico Norte se encontra bem acima do equador, os ventos por êle emitidos — aliseos de nordeste — têm sua ação muito reduzida na América do Sul, mal atingindo o extremo norte do Brasil, sendo sempre impelidos para oeste.

⁹ Passamos a nos referir apenas à parte atlântica, cuja ação dos anticiclones nos interessa.

Dêste modo, a Massa Tropical Atlântica, dos alíseos de SE, vai avançar persistentemente sobre o continente, atingindo seu interior. Esta preponderância dos alíseos de sudeste vai fazer com que a Frente Inter-Tropical (F.I.T.), seja localizada acima do equador.

Extinta a zona ciclônica do interior, a Massa Equatorial Continental, quente e vinda do Amazonas, no verão, é sucedida por outra massa fria, vinda do sul. É a "Massa Polar Atlântica Sul", de ação mais importante que a Massa Tropical Atlântica que sopra do leste e à qual se deve, propriamente, a característica hibernal da América do Sul. Esta massa fria tende a avançar para o norte, atraída pela zona de depressão barométrica agora localizada no hemisfério setentrional.

Em virtude da conformação especial da América do Sul e da disposição geral do seu relevo, esta massa de ar encontra grande facilidade em seu avanço. O planalto meridional do Brasil oferece-lhe uma duplicidade de direção. Assim, parte dela segue a leste, pelo litoral, bordejando a serra do Mar, atingindo até mesmo o litoral nordestino. A outra parte avança pelas planícies platina e paraguaia, contornando o extremo ocidental do Planalto Brasileiro até atingir o oeste da planície amazônica. Sua passagem provoca quedas rápidas e violentas na temperatura, produzindo o fenômeno conhecido em Mato Grosso e Amazonas como "friagem".

Assim sendo, a circulação de inverno no Centro-Oeste realiza-se em função de duas massas distintas: a "Massa Tropical Atlântica", quente, vinda de leste, agora com ação mais intensa que no verão, e a "Massa Polar Atlântica Sul", fria, que substituiu a Massa Equatorial Continental que predominava no verão.

Como a F.I.T. encontra-se no hemisfério norte, estas duas massas vão entrar em choque no decorrer desta estação. Entretanto, observa-se uma diferença marcante na ação de cada uma. Os ventos do este e nordeste da Massa Tropical Atlântica sopram persistentemente, enquanto os ventos de sul da Massa Polar, são periódicos e irregulares, invadindo súbitamente a região e atravessando-a em ondas esparsas. Dêste choque entre massas de ar de direções e temperaturas diferentes, resultam para a região profundas e súbitas mudanças na temperatura e direção dos ventos.

A figura 7 mostra a predominância do vento este e nordeste em Goiás, Triângulo Mineiro e sul de Mato Grosso. Como as setas indicam a direção do vento predominante, mais freqüente, poucas são as estações meteorológicas que registram o vento de direção sul. Mesmo em Bela Vista (MT), que é a mais meridional, predomina o vento nordeste, talvez ocasionado pela influência e disposição local da serra de Maracaju. Sua ação violenta provoca um grande abaixamento da temperatura de duração efêmera, mudando os ventos, pouco depois, de quadrante.

As situações de outono e primavera são transitórias, nas quais se verificam não raro, freqüentes períodos de calma.

3 — Chuva e sua distribuição

O Centro-Oeste recebe uma quantidade média anual de chuva, variável entre 1 000 a 2 000 milímetros, o que significa um índice razoável, e sua distribuição geográfica está ligada, em linhas gerais, aos diferentes aspectos orográficos.

ficos da região (Fig. 8). As menores quantidades são recebidas nas zonas de mais baixas altitudes, como a baixada do Paraguai e o vale do rio Paraná, enquanto as maiores ocorrem nos chapadões. A influência do fator altitude pode ser notada mais uma vez, como demonstra o quadro abaixo.

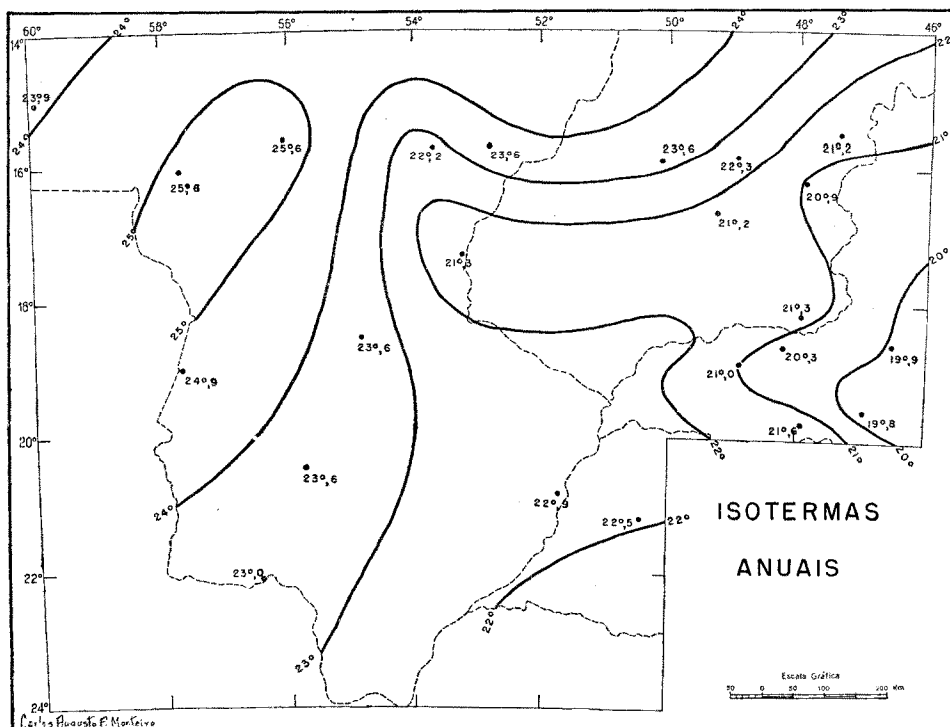


Fig. 8

LOCALIDADES	Altitude	Precipitação Média Anual
Corumbá.....	116 m	1 161,6 mm
Hereulândia (atual Coxim).....	260 m	1 381,8 mm
Colinas.....	520 m	1 785,7 mm
Presidente Murtinho.....	625 m	1 910,0 mm
Araxá.....	960 m	1 926,2 mm

A distribuição dessa quantidade de chuva no decorrer do ano dá ao Centro-Oeste uma de suas principais características climáticas, ou seja, a existência de duas estações bem nítidas: uma seca (inverno-primavera) e outra chuvosa (verão-outono). Durante a estação seca há registros mensais inferiores a 60 milímetros, o que indica que, durante a estação chuvosa, as chuvas são intensas, para atingir a média anual elevada que a região possui.

Além da quantidade média anual de chuvas e de sua distribuição anual, é de grande interesse para a geografia computar o número de dias de chuva no decorrer do ano, pela repercussão que este fato exerce nas atividades agrícolas da região. Assim sendo, procuramos registrar o “número total de dias de chuva” em cada estação meteorológica a fim de compará-las; embora as iso-

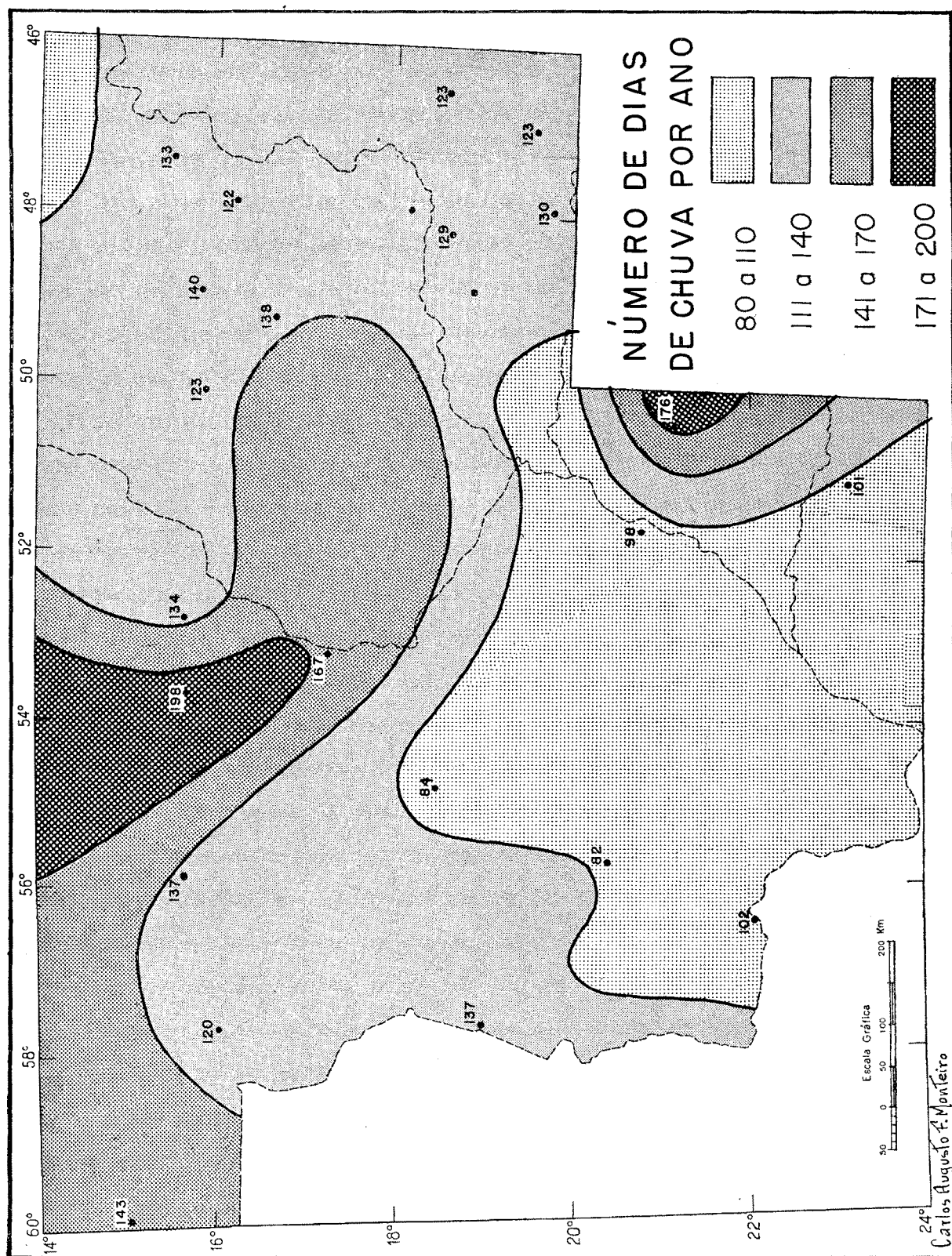


Fig. 9

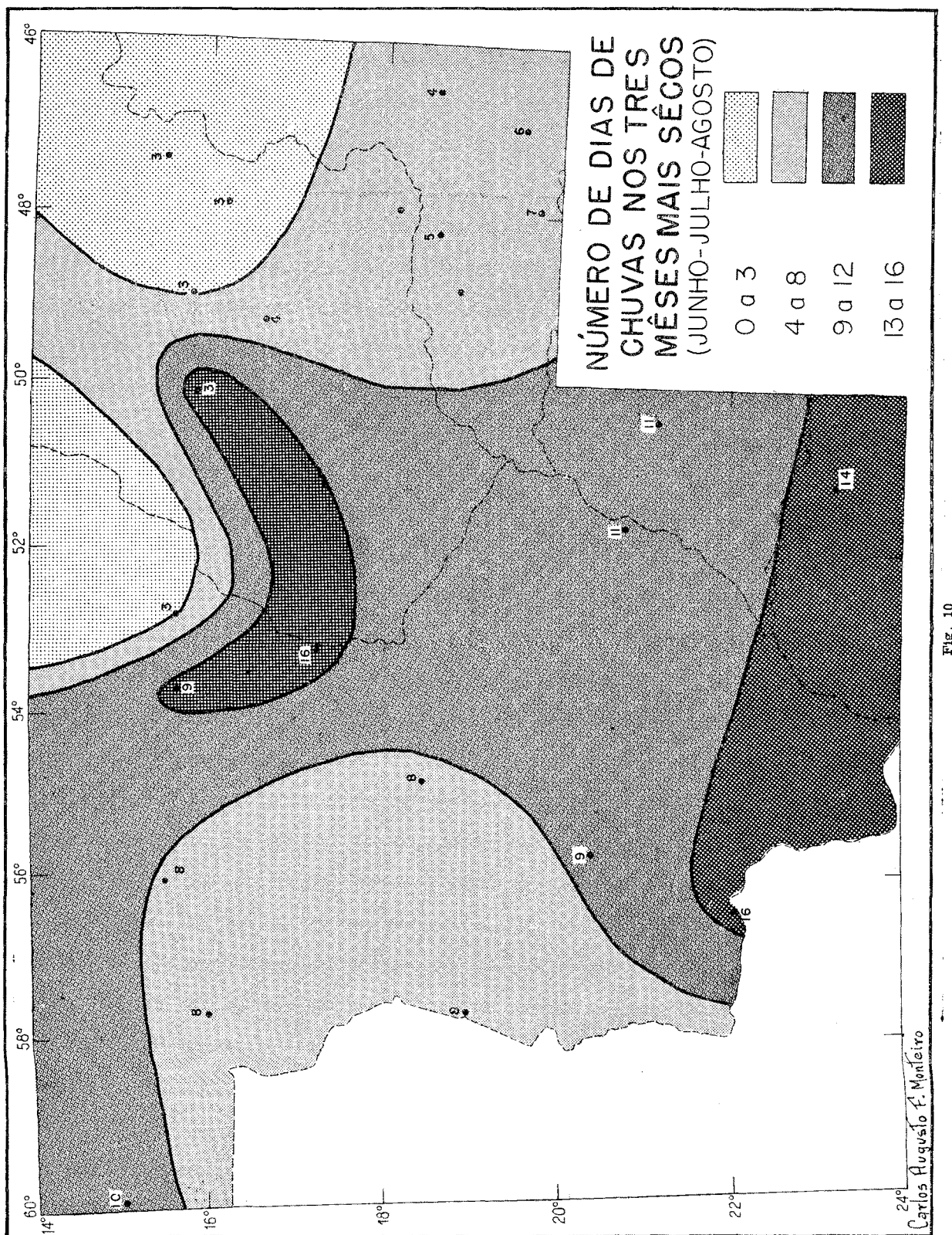


Fig. 10

pletas, traçadas por interpolação, sejam de caráter esquemático, podemos ter uma idéia especial do fenômeno (Fig. 9). O sul de Mato Grosso e o nordeste goiano apresentam a menor ocorrência, enquanto os chapadões do alto Araguaia registram a maior.

Procuramos representar ainda (Fig. 10) o número de dias de chuva durante os três meses mais secos (junho-julho e agosto). Os chapadões do alto Araguaia (altos divisores) e o extremo sul de Mato Grosso apresentam a ocorrência máxima de 16 dias, quantidade que demonstra bem a secura da região neste período.

4 — Distribuição da umidade como expressão da relação entre temperatura e precipitação

A umidade do ar é outro elemento meteorológico de grande importância, refletindo-se de maneira especial na fitofisionomia de uma região.

Do ponto de vista da umidade relativa o Centro-Oeste é a região brasileira que apresenta menor porcentagem. A umidade é moderada, máxima de 80% — em contraste com a grande umidade do litoral (80 a 85%) e a excessiva da Amazônia (80 a 90%). E', aliás, uma característica importante pela repercussão que tem no "calor sensível", tornando a estação seca da região muito saudável.

A umidade é um elemento que sofre uma grande influência dos fatores locais, variando consideravelmente dentro de uma região. Considerando a vastidão e a fisiografia do Centro-Oeste, podemos verificar que a representação cartográfica da distribuição da umidade relativa, ou seja — o traçado das isoígras — será pouco significativa.

A distribuição geográfica da umidade será mais expressiva se, em vez de considerarmos a "umidade do ar", o fizermos como expressão "resultante da relação entre os elementos temperatura e precipitação". Dêste modo, procuramos determinar o "índice de umidade" de MARTONNE¹⁰:

$$(Iha) = \frac{P}{T + 10}$$

para cada uma das estações meteorológicas. Embora em caráter esquemático as isopletas resultantes revelam uma certa semelhança com as isoígras anuais, acompanhando, *grosso modo*, as linhas do relêvo da região (Fig. 11).

5 — Outros elementos

Os demais elementos meteorológicos — evaporação, nebulosidade, etc. são, mais do que a umidade, extremamente variáveis, estando em íntima dependência tanto dos demais elementos meteorológicos como das condições fisiográficas locais. Sendo de caráter geral o presente trabalho, limitamo-nos apenas aos elementos meteorológicos mais importantes.

¹⁰ A denominação original do mestre francês é "índice de aridez"; entretanto segundo observou o Prof. FRANCIS RUELLAN, deve ser substituída por "índice de umidade", uma vez que o aumento do índice revela uma diminuição da aridez e aumento de umidade.

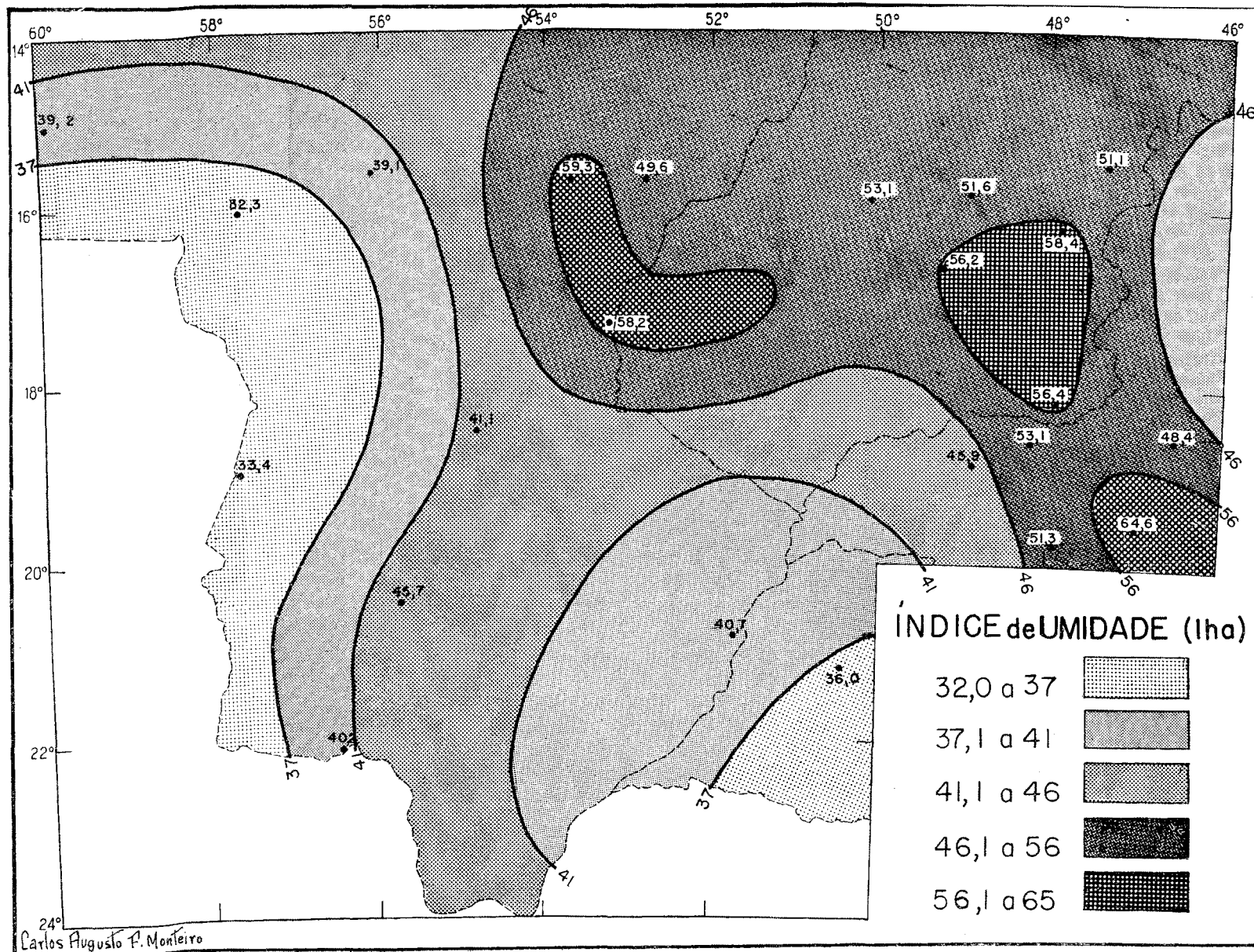


Fig. 11

II — TIPOS CLIMÁTICOS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DE KÖPPEN

A análise dos elementos meteorológicos apontou-nos as características climáticas gerais da região. Foi observado que os elementos meteorológicos não se apresentam homogêneamente sobre toda a extensão do Centro-Oeste, mas variando segundo os fatores geográficos. Isso permite distinguir um certo número de *tipos climáticos diferenciados*.

Tendo por base as 23 estações meteorológicas utilizadas, construímos para cada uma delas um gráfico climático segundo o modelo que nos pareceu mais claro e completo. O objetivo foi facilitar a compreensão dos elementos nele figurados, bem como a consulta dos dados nele contidos (gráficos 1 a 23, pp. 22 a 24).

A crítica dos valores normais das referidas estações meteorológicas leva a distinguir variados tipos de climas identificados nos grandes grupos A e C da classificação de KÖPPEN.

Este sistema de classificação, já clássico entre nós pelo seu acentuado caráter geográfico, se bem que possa ser passível de críticas quando aplicado em um estudo particularmente pormenorizado, num estudo de âmbito geral, como o presente, é plenamente satisfatório.

Maior fôsse, porém, o reticulado das estações meteorológicas e poderíamos estabelecer, com maior possibilidade de acerto, as “zonas climáticas”. Entretanto, pelas razões já expostas na “Introdução”, isso não poderá ser feito, a não ser que quiséssemos cair nos perigos de uma excessiva generalização. Limitar-nos-emos, então, a distinguir os “tipos climáticos” de cada estação e a sugerir, na medida dos conhecimentos da fisiografia da região, as áreas sobre as quais estes tipos se continuam homogêneamente (Fig. 12).

Climas do Grupo A

Examinando o elemento temperatura nas estações meteorológicas do Centro-Oeste, encontramos-lo, na grande maioria dos casos, superior a 18° C na média do mês mais frio, o que permite sua classificação no tipo A. Sendo característica geral da região a existência de uma estação seca bem marcada, com meses inferiores a 60 milímetros de chuva, podemos incluí-los no tipo Aw — das “savanas tropicais”.

Esta ocorrência do tipo Aw no Centro-Oeste está relacionada com as menores altitudes. Assim se verifica o fato na “baixada paraguaia” (Corumbá); na borda do planalto (Bela Vista, Aquidauana, Herculanía e Mato Grosso); no sertão do rio Paraná (Três Lagoas) e mesmo no noroeste paulista (Araçatuba).

O tipo Aw, entretanto, admite algumas variações. Isto sucede quando o clima apresenta outras características secundárias, as quais KÖPPEN representou pela adição às maiúsculas, de outras letras minúsculas (*w*, *w'*, *s*, *i* e *g*). Algumas destas variantes se verificam no Centro-Oeste, quando se modificam os fatores geográficos, especialmente a altitude. É o que acontece nos chapadões matogrossenses, e mais notadamente, em Goiás onde predomina o tipo Awgi.

Observando a marcha anual da temperatura nas estações do estado de Goiás, verificamos que o mês mais quente — setembro — é anterior ao solstício

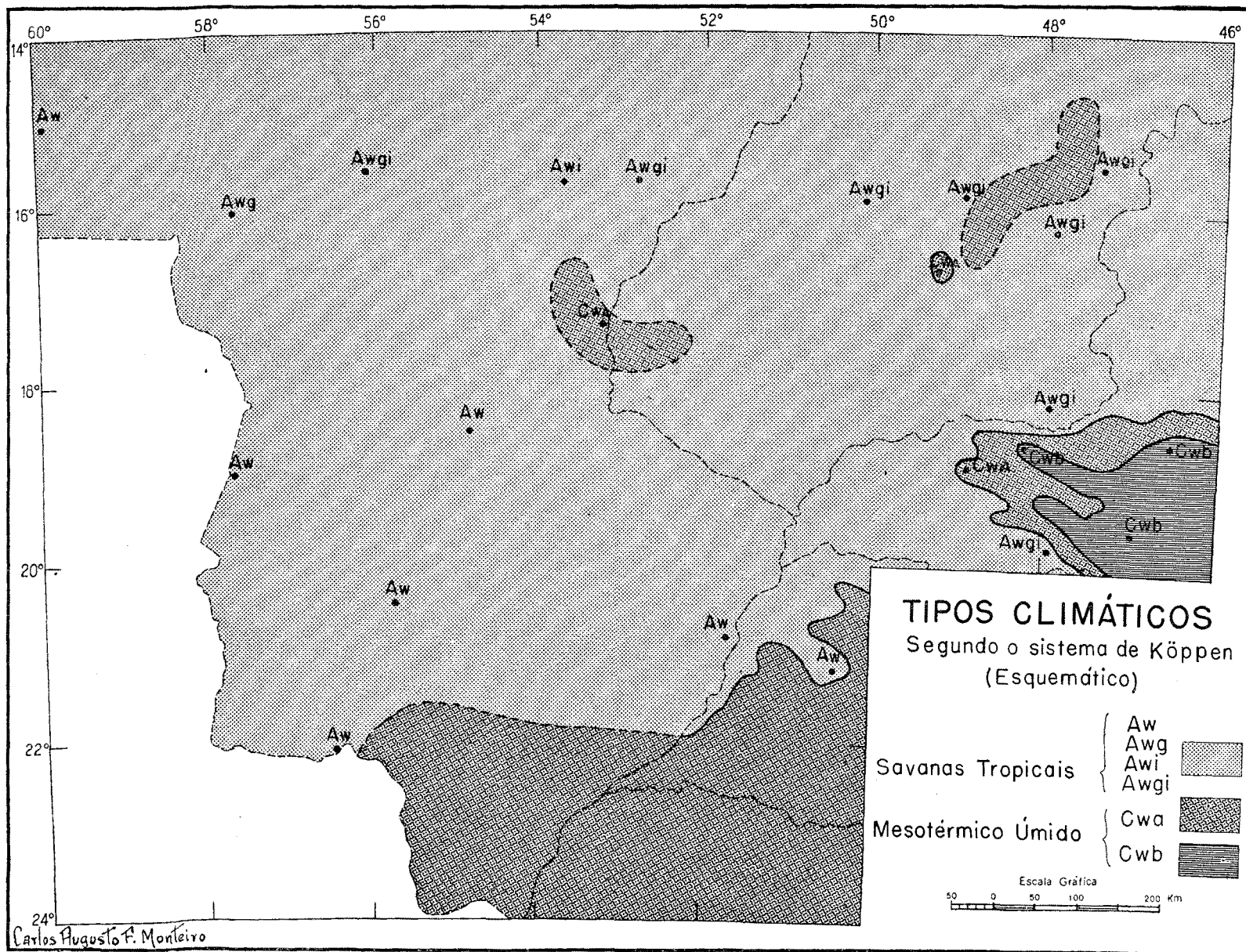


Fig. 12

e precede a estação chuvosa, fato êste que é característico da variante *g*. Por outro lado, a característica *i* pode também ser aduzida por isso que a amplitude térmica anual é, nestas estações, sempre inferior a 5° C. E' o que se verifica em Goiás, Pirenópolis, Luziânia e Formosa.

Sendo Catalão, no extremo sudeste, Paraná e Taguatinga, estas duas a nordeste (fora da área delimitada) incluídas neste mesmo tipo, somos levados a acreditar, generalizando, que o tipo Awgi é o característico do sul do estado de Goiás. Sua ocorrência é mesmo possível de ser verificada nas menores altitudes do Triângulo Mineiro, segundo se verifica do registro da estação de Uberaba (739 m).

Em Presidente Murtinho, sobre os chapadões do leste matogrossense, se bem que sua amplitude térmica anual seja inferior a 5° C (característica *i*) a característica *g* não se apresenta. Já em Meruri (479 m) às margens do córrego Barreira, afluente do rio das Garças, o clima Awgi, semelhante ao de Goiás, reaparece.

Em altitude bem mais baixa, após a descida da escarpa do planalto, Cuibá (165 m) apresenta-se sob êste tipo Awgi, enquanto Cáceres (118 m), na entrada do "pantanal", acrescenta ao tipo Aw apenas a característica *g*.

Climas do Grupo C

No Centro-Oeste, em meio à predominância do tipo Aw, em algumas estações onde a altitude se acha aliada a outros fatores, a temperatura média do mês mais frio desce um pouco abaixo de 18°. Sendo a estação seca de inverno característica de toda a região podemos assinalar a ocorrência de clima Cw, que aí se apresenta sob duas modalidades.

Êste tipo, entretanto não se apresenta em caráter temperado; dentro do clima tropical, característico, situações especiais de altitude e disposição de relevo, são capazes de criar manchas de clima "mesotérmico úmido".

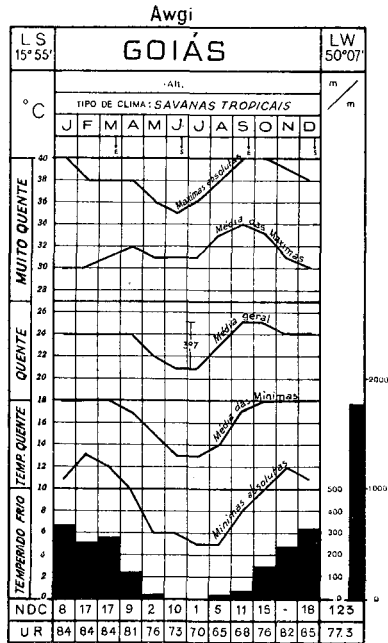
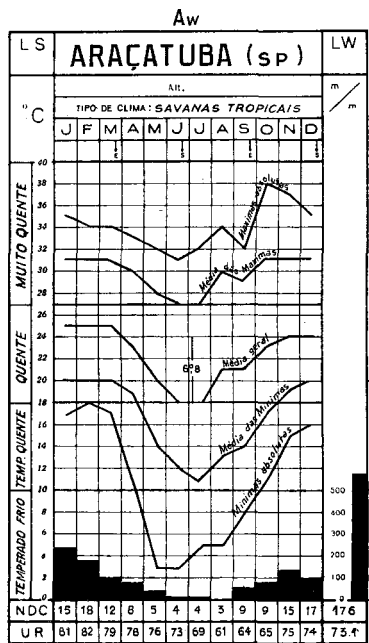
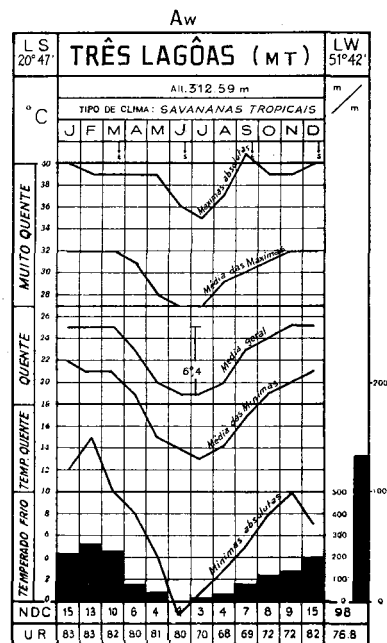
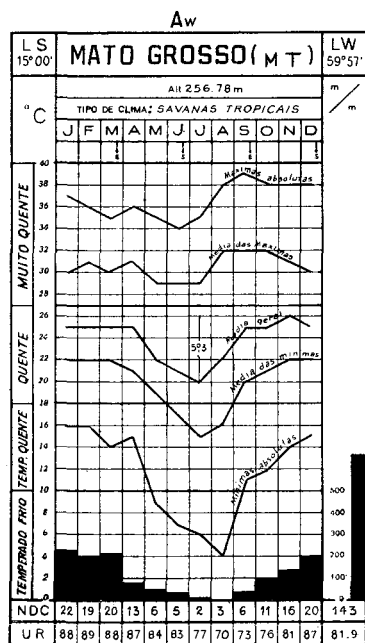
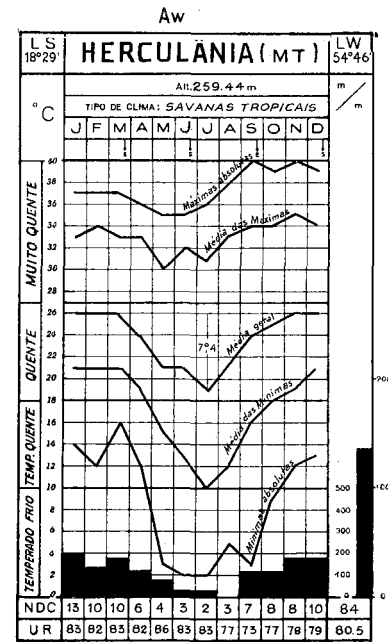
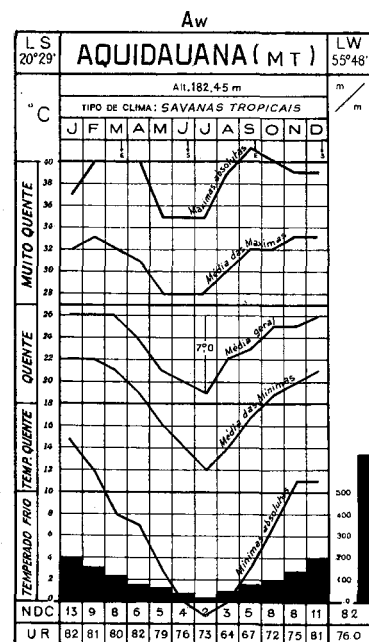
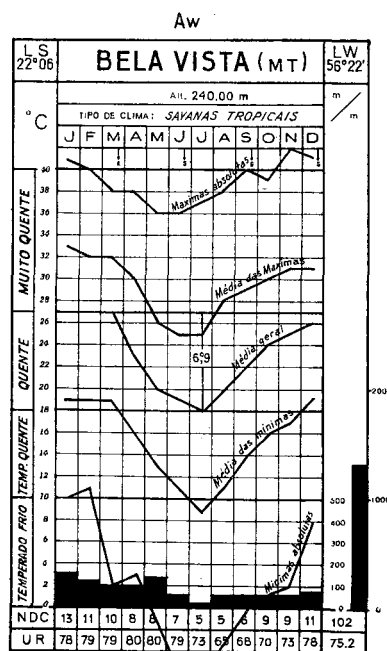
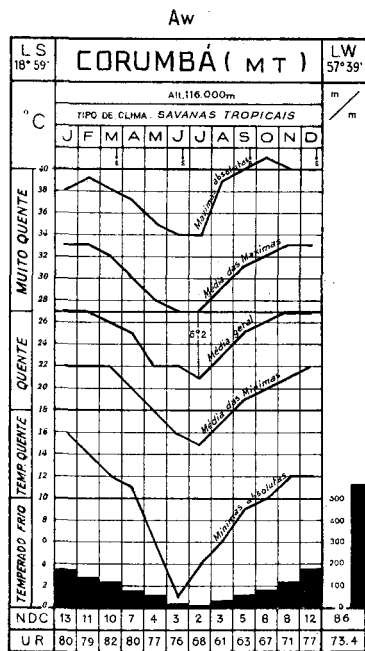
No Triângulo Mineiro, onde as cotas altimétricas aumentam consideravelmente entre os dois rios (Paranaíba e Grande), o clima Awgi que se verifica nas partes mais baixas (Uberaba por exemplo) é substituído pelo clima Cw que passa a predominar nas altitudes maiores.

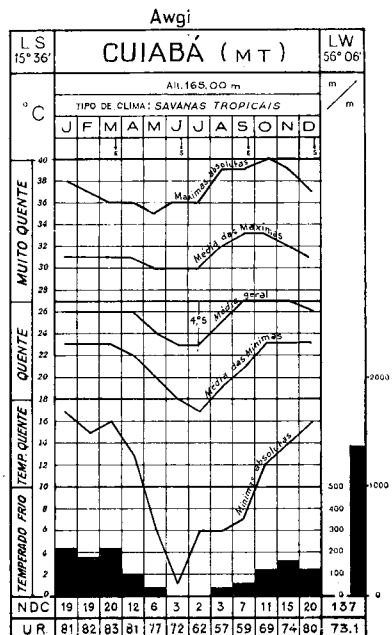
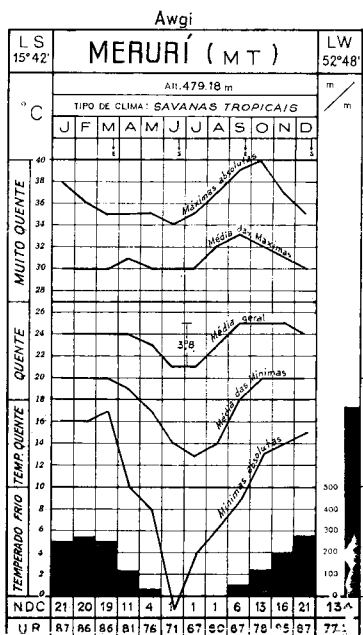
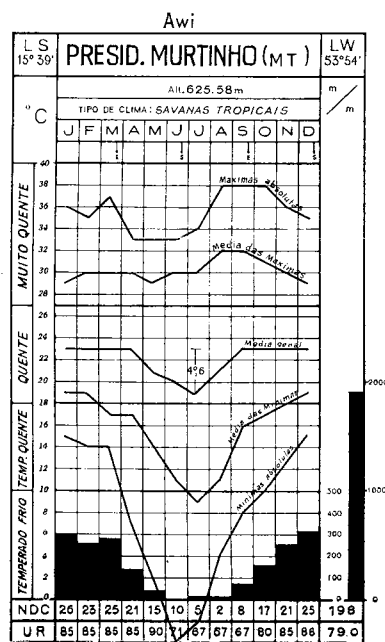
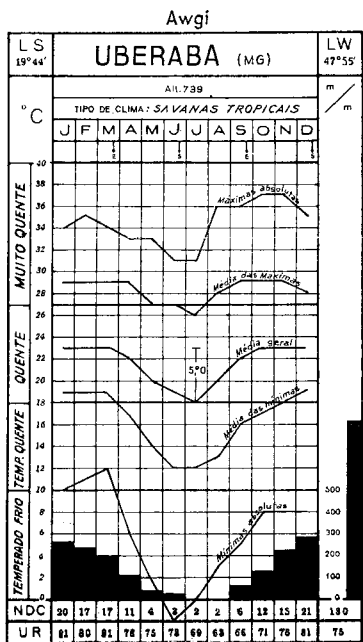
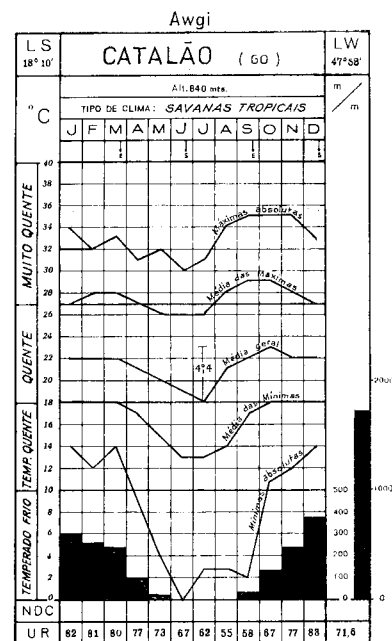
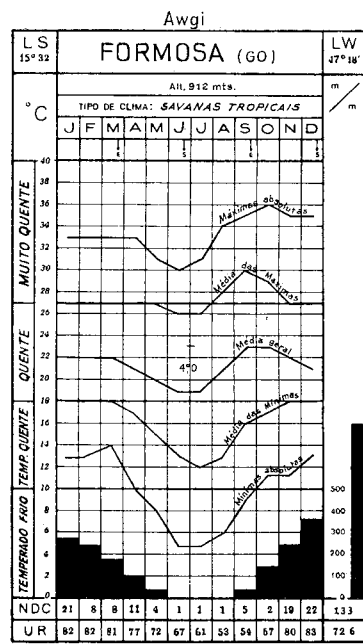
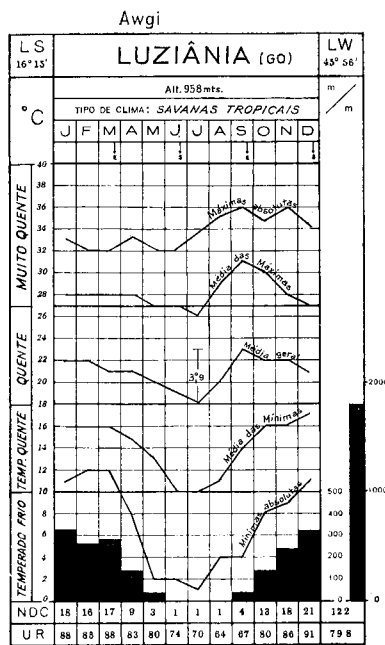
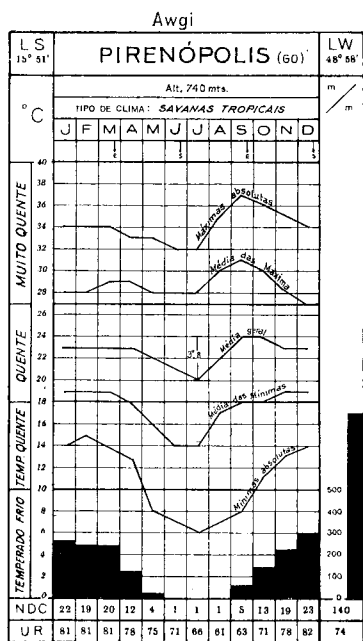
Toribatê, a 721 metros, apresenta clima tipicamente mesotérmico úmido (Cw). Sendo sua temperatura média do mês mais quente (novembro — 22° 8 C) superior a 22°, inclui-se no tipo Cwa, ou seja: mesotérmico úmido de verão quente.

Êste tipo deve continuar nas altitudes entre 700 e 800 metros pois Patos de Minas, a 856 metros, já apresenta verão fresco, com a temperatura média do mês mais quente (janeiro — 21° 9 C) inferior a 22° C incluindo-se no tipo Cwb. Tal tipo "mesotérmico úmido de verão fresco" desenvolve-se a partir desta altitude de 800 metros. Araguari (927 m) e Araxá (967 m) são tipicamente Cwb.

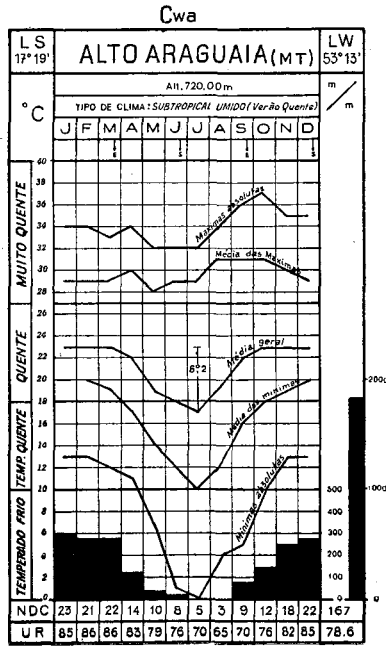
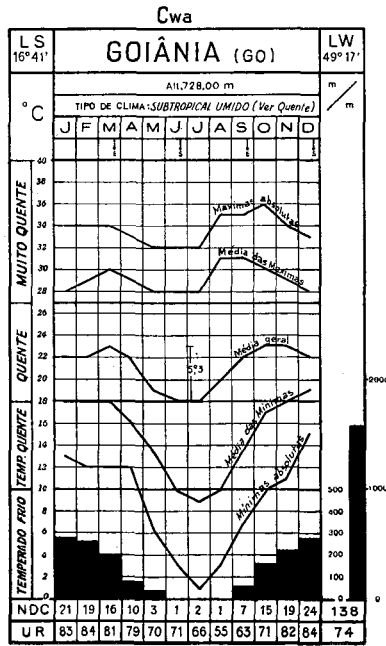
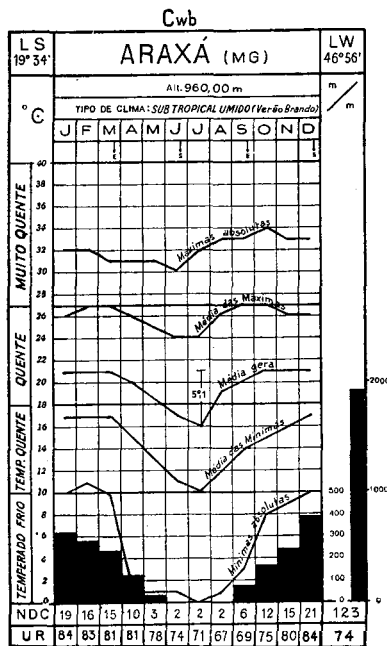
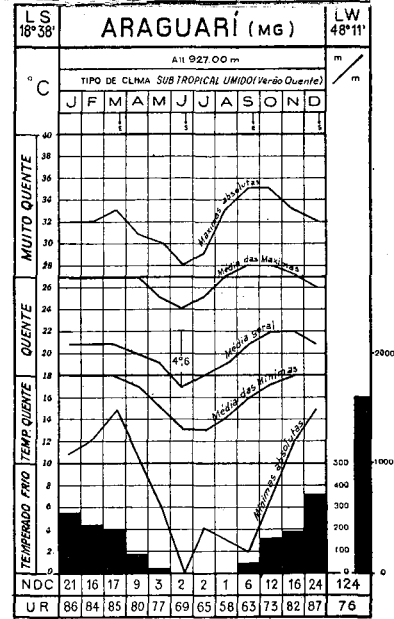
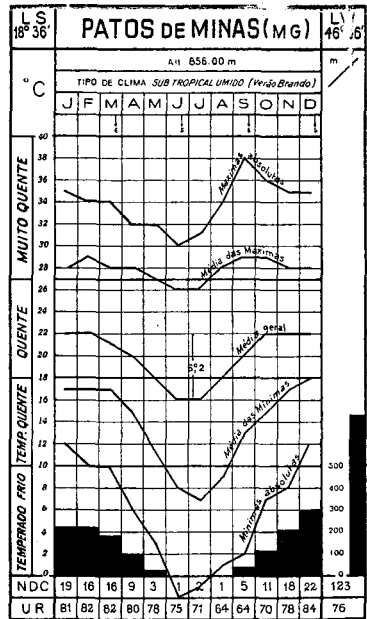
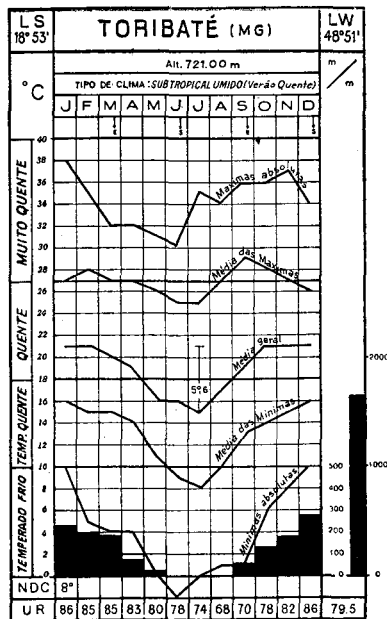
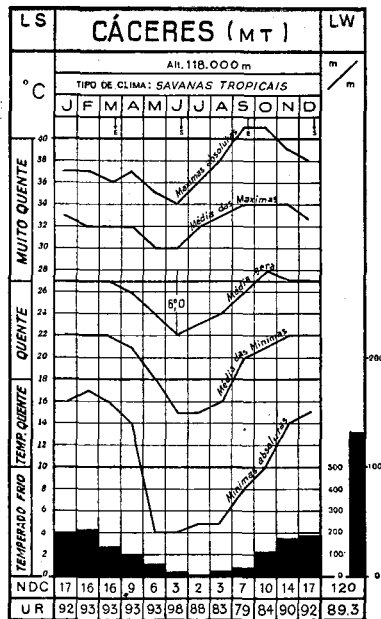
Os dados de Goiânia (746 m) incluem-na no tipo Cwa, uma vez que a temperatura média do mês mais frio (julho — 17° 6 C) atinge pouco menos de

Gráficos 1 a 8





Gráficos 17 a 23



18° C¹¹). Êste fato é curioso, pois Luziânia (910 m) e Formosa (904 m) em altitudes bem superiores a Goiânia, registram o clima Awgi. O período curto de observações desta estação (8 anos) faz com que a consideremos, sob reserva, neste tipo climático.

As estações de Goiás, Pirenópolis, Goiânia, Luziânia e Formosa, circundam um chapadão que se eleva entre 1 000 a 1 200 metros (Anápolis — 1 010 m). Em vista destas estações atingirem, no mês mais frio, temperaturas bem próximas de 18°, é de supor que esta região bem mais elevada registre tipo Cwa.

O mesmo se daria na Chapada dos Veadeiros que, elevando-se em média de 1 200 a 1 300 metros, chega a atingir cotas de 1 500 metros.

Outra ocorrência do tipo Cwa é verificada nos chapadões divisores das bacias amazônica e platina. Alto Araguaia (MT), a 750 metros de altitude, apresenta clima Cwa.

Se esta estação, nesta altitude, no vale do rio Araguaia, apresenta clima mesotérmico, os chapadões do divisor, entre 900 e 1 000 metros deverão participar, logicamente, do mesmo tipo.

Êste tipo é observado no oeste do estado de São Paulo sendo substituído, entretanto, pelo clima Aw, quando decaem as cotas em direção do rio Paraná¹².

O planalto do sueste de Mato Grosso apresenta-se vazio de observações meteorológicas. Preciosos seriam, se existissem observações, os dados de Ponta Porã, já no planalto de Maracaju. Esta estação situada já no planalto e sofrendo a ação das massas frias do sul deve, talvez, atingir temperaturas inferiores às de Bela Vista, situada na baixada¹³.

Êste planalto, se bem que em altitude não muito elevada (descendo de 700 metros na serra do Maracaju para 300 metros no rio Paraná), mas já em latitudes médias, e sujeito às massas de ar frio, talvez registre tipo Cwa, pelo menos em suas partes mais elevadas e meridionais. Entretanto a completa ausência de dados faz com que fiquemos apenas no terreno das suposições.

III — RELAÇÕES ENTRE OS ASPECTOS CLIMÁTICOS E OS TRAÇOS NATURAIS E CULTURAIS DA REGIÃO

Os estudos climatológicos realizados, sobretudo, em termos regionais, envolvem as relações do clima não apenas com as feições naturais, mas também com as feições culturais das paisagens.

No caso do Centro-Oeste brasileiro é inegável a influência das formas do modelado sobre o clima da região.

Para melhor compreender tal influência torna-se vantajoso o conhecimento, ainda que sumário, das grandes divisões topográficas reconhecíveis na região.

¹¹ Fato analisado por RUTH B. LOPES DA CRUZ em *Comentário do Mapa Climático do Sudeste do Planalto Central* — Trabalho inédito da Secção de Estudos Geográficos da Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia.

¹² Ver: JOSÉ SETZER — *Contribuição para o Estudo do Clima do Estado de São Paulo* — São Paulo — 1946.

¹³ Acreditamos mesmo que a estação de Bela Vista, exposta às grandes baixas de temperatura, num período de observações mais longo, chegue a registrar clima Cwa.

Deixando de lado os pormenores do relêvo, três unidades topográficas distintas, podem ser identificadas no Centro-Oeste:

a) "Um extenso e complexo planalto" abrangendo cerca de 90% da área total da região e compreendendo altitudes variáveis entre 300 e 1 500 metros;

b) "A borda ocidental do planalto" apresentando-se ora intensamente erodida, formando escarpa abrupta, ora em talude suave;

c) "A Baixada Paraguai" compreendendo a vasta planície emoldurada ao norte e a leste pelos rebordos do planalto e abrangendo cerca de 12% do território matogrossense e 8% da área total da região, mantendo-se em altitude média de 110 metros.

Conhecidas estas unidades topográficas distintas, a correlação dos aspectos climáticos com os demais traços geográficos da região pode ser, imediatamente, estabelecida. Sendo a ação do clima tanto mais homogênea quanto o for a superfície sobre a qual atua, é fácil perceber que ela será diversa para as três porções do território.

Partindo do estudo do mais homogêneo para o mais complexo, um certo número de observações interessantes pode ser registrado.

1 — A baixada

A baixada do alto-Paraguai que termina ao norte no paralelo 16° e a leste no meridiano 55° W. Gr. se prolonga a oeste por cerca de 100 quilômetros através do território boliviano até encontrar os contrafortes andinos, aproximadamente no meridiano de 58° W. Gr. Ao sul limita-se pelo paralelo 22°.

O rio Paraguai e seus afluentes, erodindo ativamente as camadas pouco resistentes do pacote sedimentar, que recobria a atual baixada, atingiram o embasamento cristalino. Adquirido este nível de base e continuando a dissecar e erodir, regressivamente, a escarpa do planalto, começaram a sedimentar a superfície resistente sobre a qual haviam regularizado seus traçados. Assim teria surgido esta grande baixada, tida hoje como "uma das maiores planícies de nível de base interior do Globo" ¹⁴.

A planície desenvolve-se numa altitude média de 110 metros e se apresenta bastante regular, com uma declividade mínima em direção ao rio principal — o Paraguai ¹⁵.

A baixada circundada por planaltos, constitui uma espécie de grande anfiteatro que funciona como coletor das águas do Paraguai e seus tributários. Após descerem do planalto tais cursos d'água passam a deslizar tranqüilamente sobre a planície, desenvolvendo intenso aluvionamento, correndo em leitos insustentáveis, apresentando ilhas e abandonando meandros.

Pequenos maciços e morros, de constituição geológica variada, espalhados ao acaso, tão típicos *monadnocks*, que se destacam na vastidão da planura.

¹⁴ ALMEIDA, Fernando F. M. de — "Geologia do Sudoeste Matogrossense" — Ministério da Agricultura — D. N. P. M. — Div. de Geologia e Mineralogia — *Boletim* N.º 116 — p. 25 — Rio de Janeiro, 1945.

¹⁵ No pórtio de Manga a declividade é de 330 mm/km para a distância de 150 km. (FERNANDO F. M. DE ALMEIDA — op. cit. — p. 20).

Nesta monotonia de formas, as mínimas ondulações do terreno tomam designações pomposas. Assim, as partes mais deprimidas do terreno, de formas circulares ou elíticas, recebem a designação local de "baías"; quando apresentarem formas irregulares são os "largos". As partes mais salientes, antigas pestanas já afastadas dos rios, ou tratos de terra intercalados entre as baías, são as "cordilheiras".

E' comum distinguir dentro da Baixada Paraguaia as terras que jazem até 110 metros de altitude e sofrem as alagações periódicas dos rios: o Pantanal; e o Baixo da Serra, constituído pelos terrenos próximos da escarpa do planalto, resultando do aluvionamento ou desnudação de camadas mais resistentes, e que se mantém a cerca de 75 metros acima da altitude média da planície, completamente a salvo das inundações¹⁶.

A denominação de pantanal é muito ampla no seu sentido especial de área periodicamente inundável que lhe emprestam em Mato Grosso. Distingue-se assim, "um grande número de pantanais que recebem, em Mato Grosso, denominações locais, mas que, no conjunto, constituem partes de uma mesma família de fenômenos geográficos que se repetem, embora com matizes diferentes"¹⁷.

Do exposto já se conclui ser a Baixada Paraguaia, com a Pantanal, um complexo geográfico perfeito, de características inconfundíveis. E, dentro dêste quadro fisiográfico homogêneo, o clima ressalta como uma de suas características marcantes.

Clima de Corumbá

Os estudos climatológicos já realizados até agora sobre a baixada foram feitos em função de estações meteorológicas localizadas em seus bordos, de vez que não existiam observações no seu interior. Assim, foram até então utilizados os dados da estação de Cuiabá, numa pequena planície mais elevada, já na borda do planalto, e os de Asunción, capital do Paraguai, em latitude bem mais alta (paralelo 25°), no curso médio-inferior do rio Paraguai.

Tais estações, bem como as demais que circundam a baixada, não apresentam grande diferença do ponto de vista meteorológico, estando mesmo incluídas no mesmo tipo de clima — Aw. Entretanto, as feições fisiográficas diferentes lhes imprimem matizes climáticos, como se verá a seguir.

Atualmente a estação de Corumbá¹⁸, localizada num terraço à margem direita do rio Paraguai, apresenta dados mais valiosos. Não obstante ter atrás de si o maciço de Urucum (que chega a atingir 1 000 m) o que lhe empresta, talvez, feição algo diferenciada, a posição de Corumbá, plenamente central na região pantaneira, acha-se melhor credenciada ao estudo do clima desta região.

¹⁶ Ver, a propósito: ARROJADO LISBOA — *Oeste de São Paulo — Sul de Mato Grosso — Rio de Janeiro — 1909*. GLYCON DE PAIVA e VÍTOR LEINZ — "Contribuição para a Geologia do Petróleo no Sudoeste Matogrossense" — D. N. P. M. — *Boletim* n.º 37 — Rio de Janeiro — 1939.

¹⁷ COSTA PEREIRA, José Veríssimo da — "Pantanal" — Tipos e Aspectos do Brasil — *Rev. Bras. de Geografia*, Ano VI n.º 2 — Abril/junho de 1944.

¹⁸ O início das observações meteorológicas em Corumbá data de 1918.

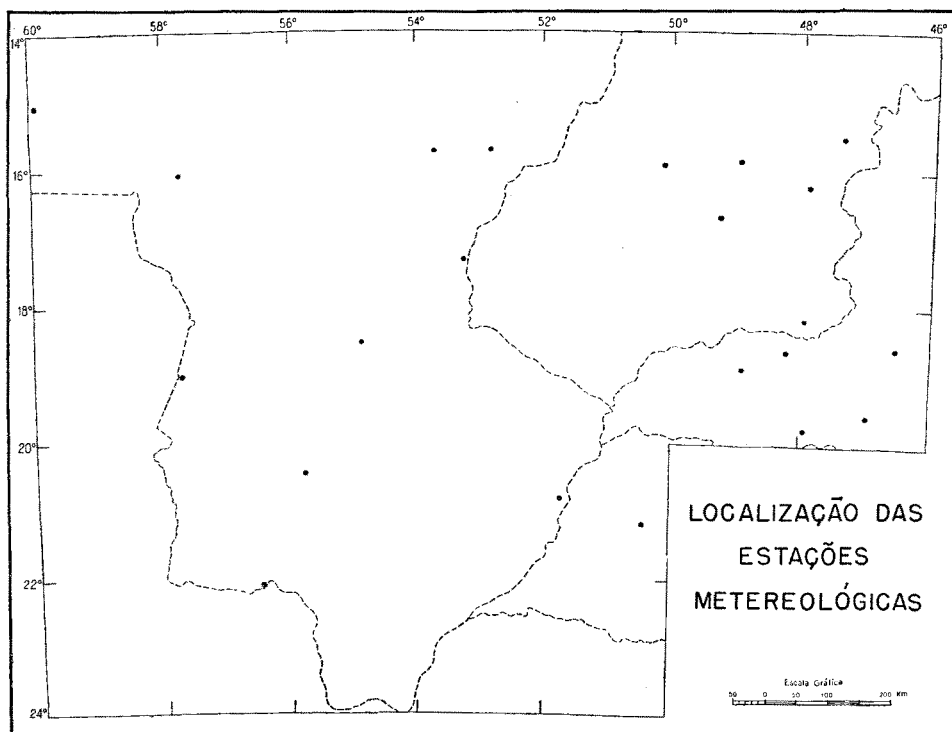


Fig. 13

A temperatura média anual registrada em Corumbá é de $24^{\circ} 9$. Após o equinócio de setembro (mês em que a temperatura média é de $25^{\circ} 2$) a temperatura começa a ascender, culminando em dezembro e janeiro com $27^{\circ} 2$ e $27^{\circ} 7$ respectivamente.

Tal aquecimento é acompanhado de um abaixamento de pressão, decaindo esta de 997,8, em setembro, para 994,2, em dezembro.

Formada, pois, na baixada a zona ciclônica, sente-se, progressivamente, a invasão da Massa Equatorial Continental que se manifesta pelo sopro do vento quente de norte. A estação de Corumbá, entretanto, recebe freqüentemente, vento de direção leste, (Fig. 6) devido talvez à influência local impressa pelo maciço do Urucum.

Aumentam a nebulosidade e umidade, progressivamente, até que nuvens pesadas rebentam em aguaceiros fortes e com trovoadas freqüentes. É a típica estação das águas que toma corpo. O pluviômetro, que registrava 97,9 milímetros em outubro, acusa aumento considerável nos meses seguintes, atingindo o máximo em janeiro (189,1 milímetros) decaindo, daí por diante, até abril, quando registra 87,7 milímetros.

Esta estação faz-se notar de maneira especial pelo fenômeno das “alagações”, o que confere à parte da baixada a denominação clássica de “Pantanal”, e a tais proporções atinge, que foi designada pelos cartógrafos antigos como um grande lago — Xaraiés.

Iniciada a estação chuvosa em novembro — dezembro, a enchente, regularmente tardia, desenvolve-se após estes dois meses. Aumenta, então o volume das águas descidas progressivamente ao planalto, até maio, quando as chuvas voltam a ser escassas.

O fenômeno dessas enchentes, tão característico, liga-se estreitamente à geomorfologia da região, como se observa do expressivo trecho de FERNANDO F. M. DE ALMEIDA¹⁰.

“A barragem formada pelos restos esparsos do elo que liga as terras altas do Planalto Centro-Meridional às do departamento de Chiquitos, na Bolívia, imprime ao pantanal de Mato Grosso uma feição que o distingue das planícies a jusante da baía Negra”.

“O rio Paraguai a jusante do Apa passa a erodir a planície. No pantanal de Mato Grosso ao contrário, o rio é sempre superficial”.

“Em outras palavras, o rio Paraguai acima da baía Negra está hoje elevando o seu leito pela acumulação durante as cheias, de sedimentos provenientes das escarpas setentrionais e orientais do pantanal”.

“O pantanal é um importante regulador do rio Paraguai, é sua bacia distributiva. Na época das chuvas o rio represando da baía Negra para montante, inunda suas planícies marginais. Suas águas sobem em Pôrto Esperança até 5 metros. Isto causa o represamento de seus afluentes que, por sua vez, transbordam, aumentando de muito, a área inundada. Da água assim armazenada só parte dela é devolvida diretamente ao rio, isto devido à grande evaporação ou à elevação de suas margens sobre as planícies marginais. Ademais as condições topográficas não permitem senão um *run off* reduzidíssimo; as águas escoam mais subterrânea que superficialmente”.

Durante as cheias a altura das águas eleva-se entre 4 a 5 metros atingindo excepcionalmente 6 e 7. Submerge então a planície num prenúncio de calamidade.

A estação chuvosa vai declinando através dos meses de outono, para dar início à estação seca nos meses de maio — junho, cuja ação é extremamente oposta à primeira.

No período seco a temperatura média mensal em Corumbá, que era de 25°, 0 em abril, vai declinando a partir de maio (22°, 1) até julho (21°, 0) onde culmina a estação seca, para daí ascender até setembro (25°, 2). A pressão eleva-se a 1 000,6 em junho, atingindo 1 001,8 no mês seguinte, declinando daí até chegar em setembro com 997,8. A umidade relativa decai consideravelmente nesta estação, atingindo o mínimo em agosto com 61%.

O mais característico, entretanto, neste período seco, são as freqüentes e súbitas variações atmosféricas, provocadas pelo choque entre as duas massas de ar antagônicas que atuam neste período. A Massa Tropical Atlântica, quente, que sopra persistentemente do leste (fig. 7) entra em choque com a Massa Polar Atlântica Sul, que invade súbitamente a baixada com seu vento frio do sul, resultando daí, a formação de uma frente quente.

Nestas ocasiões a pressão cai na parte meridional da baixada, registrando-se um sensível aumento de temperatura, que ocasiona chuvas frontais com trovoadas. Os ventos mudam rapidamente de quadrante; o céu torna-se límpido e a

¹⁰ FERNANDO F. M. DE ALMEIDA — Op. Cit. p. 24.

massa fria faz sua penetração, provocando um aumento bórico e queda pronunciada da temperatura. No céu desliza, então, um teto de cúmulos e estrato-cúmulos tangido, numa velocidade média de 2 quilômetros por hora, pelo vento sul.

Nas primeiras horas do dia há formação de nevoeiro que, entretanto, não se mantém; a pequena taxa de umidade do ar produz uma intensa limpidez no céu, principalmente à noite.

O nível pluviométrico mantém-se baixo e seus registros são devidos apenas às ligeiras chuvas frontais. O registro pluviométrico de Corumbá, nos meses de julho a setembro revela índices muito abaixo de 60 milímetros.

O nível do rio Paraguai e de seus afluentes começa a baixar a partir de maio e, com a insignificante quantidade de chuvas, muitos córregos chegam mesmo a secar.

Influência no revestimento vegetal

A escassez de chuvas desta estação reflete-se sensivelmente em todos os demais aspectos geográficos, sobretudo, no seu revestimento vegetal, que manifesta características de adaptação à grande umidade de uma estação, bem como à sequeidão da outra.

A existência da estação seca não permite o desenvolvimento de matas. A vegetação tende ao xerofilismo, mas não chega, todavia, à situação do Nordeste brasileiro em virtude da regularidade com que se sucedem as duas estações.

A variedade de formações vegetais é grande, razão pela qual GONZAGA DE CAMPOS as designou de "Complexo do Pantanal", tendo em vista, especialmente, a morfologia da baixada:

"As circunstâncias particulares daquela depressão e sua posição especial no continente sul-americano, fazem surgir ali uma grande multiplicidade de formações vegetativas; e o pantanal se nos afigura como o lugar onde todos os tipos de vegetação do continente vêm fundir-se, aparecendo na área a amostra de cada um deles, e, em certos pontos, verdadeira mistura" ²⁰.

Por sua vez o Dr. HENRIQUE PIMENTA VELOSO ²¹ que vem realizando interessantes estudos de ecologia no Centro-Oeste, assim apreciou a vegetação da Baixada:

"A fitofisionomia do pantanal se resume a pequenos cílios de matas ao longo dos rios e às grandes planícies geralmente alagadas ou encharcadas e cobertas por uma vegetação herbácea; este panorama é interrompido, de vez em quando, por pequenas colinas isoladas ou pertencentes a ramificações da chapada do oeste brasileiro que, em geral, são cobertas pela vegetação do tipo cerrado".

²⁰ GONZAGA DE CAMPOS. *Mata Florestal do Brasil* — Serv. Geol. e Mineralog. do Brasil — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1912.

²¹ e ²² VELOSO, Henrique Pimenta: "Considerações Gerais sobre a Vegetação do Estado de Mato-Grosso" in *Boletim Geográfico* — Ano VI n.º 68 — p. 944.

Na complexidade desta cobertura vegetal, VELOSO distingue três zonações principais: 1) — Uma “hidrófila” ou aquática; 2) — Uma “higrófila”, função do alagamento periódico do solo, constituindo a maior parte das formações do pantanal; 3) — Uma “mesófilo-xerófila”, verificada nos terrenos mais altos, a salvo da ação direta das águas, constituída por espécies adaptadas ao meio intermediário. Nas colinas com vegetação de cerrado, vestígios de um “clima” passado, vem se observando uma tendência à higrofilia. Os terrenos mais elevados da baixada, a transição entre a vegetação pantaneira e o domínio do cerrado, apresentam zonas de transição ecotones), dando associações bem características, das quais o “carandàzal” e o “paratudal” são as mais típicas ²².

A diferença frisante entre as duas estações reflete-se também, e de maneira intensa, na salubridade da região. A estação das águas, além da temperatura e umidade elevadas, devido a enchente, apresenta-se bastante favorável ao desenvolvimento de insetos e a malária tem grande propagação ²³. Já a estação seca, amenizando aqueles dois elementos, com dias claros e agradáveis, apresenta-se bem saudável.

Repercussão nas atividades humanas

Se a ação do clima é bastante expressiva na paisagem física, não o é menos na paisagem humana. Na baixada o clima é o grande regulador das atividades humanas.

A planície periodicamente inundada se apresenta, no conjunto, como um extenso vazio demográfico. Apenas Corumbá, num terraço do rio Paraguai, a salvo das inundações, destaca-se como agrupamento humano.

Fugindo das inundações os agrupamentos humanos se estabeleceram no Baixo da Serra, formando um verdadeiro colar que cinge a planície.

Durante a estação chuvosa e alagadiça o pantanal torna-se impraticável; tal instabilidade não permite o desenvolvimento de uma atividade agrícola, embora as verdejantes pastagens com que se recobre na estação seca favoreçam grandemente a pecuária.

Desenvolveu-se assim, desde o desbravamento daquelas paragens pelos bandeirantes, a criação de gado que a fartura das pastagens e salubridade favorável fizeram multiplicar grandemente, mas de maneira extensiva.

A baixada apresenta um grande número de fazendas criadoras de gado, especialmente vacum. Segundo VIRGILIO CORRÊA FILHO, “a adaptação de processos de trabalho, de meios de subsistência, de hábitos de vida, às condições climáticas regionais, distinguem perfeitamente as fazendas de criação pantaneira de qualquer outra, no planalto” ²⁴.

Estas fazendas, em geral, desenvolvem-se da periferia para o interior do pantanal. As sedes estão localizadas nas partes mais elevadas, e mais propriamente, no Baixo da Serra.

²² O Serviço de Malária do Setor Noroeste (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) no seu relatório do ano de 1948 registra 43 localidades, ao longo da via-férrea afetadas pelo *Anopheles albitarsis*, especialmente, *A. darlingi*.

²⁴ CORRÊA FILHO, Virgílio — *Pantanaís Matogrossenses* — I.B.G.E. — Cons. Nac. de Geografia — Biblioteca Geográfica Brasileira — Série A — Publicação n.º 3 — Rio de Janeiro — 1946 — p. 33.

Durante a estação seca os rebanhos utilizam os pastos recém-descobertos d'água; quando se avizinha a estação chuvosa e as primeiras chuvas começam a cair, os rebanhos são conduzidos para as elevações da encosta do planalto, onde estão adredeamente preparadas as "invernadas".

As atividades humanas apresentam, pois, uma dualidade típica durante o ano, reguladas pelo clima da região.

2 — A borda ocidental do planalto

A parte ocidental do Planalto Brasileiro foi modelada pelos rios da bacia do rio Paraguai. Uma vez estabelecido o nível de base interior na baixada, a borda ocidental do planalto foi erodida intensamente. Desgastados os arenitos mesozóicos foram deixados freqüentemente a nu terrenos de diferentes constituições geológicas.

Esta borda planáltica constitui aspecto característico no oeste brasileiro. Em Mato Grosso a borda representa, por assim dizer uma moldura orográfica da baixada. Esta moldura tem, na região, um conceito de "serra" que recebe denominações variadas em toda sua extensão.

Tal "faixa serrana", que envolve a baixada, não se apresenta de maneira regular. Orienta-se no sentido sul-norte desde Aquidauana até Diamantino, de onde ruma para oeste, em direção às cabeceiras do rio Guaporé.

Em toda a extensão desta moldura serrana, o acúmulo de sedimentos ou o desnudamento de rochas mais resistentes criou no sopé da mesma um patamar, mais ou menos aplainado, elevando-se aproximadamente de 75 metros acima da planície inundável: o Baixo da Serra. Ainda que incluído morfológicamente, dentro da baixada, o Baixo da Serra, pela sua situação mais elevada em relação à planície e sua vizinhança com a borda do planalto, apresenta sensíveis pontos de ligação com esta última, especialmente no que concerne ao clima.

Na planície pantaneira, em sua monotonia e regularidade de formas, o clima se distribui de modo uniforme em toda sua extensão. Na faixa serrana, de muitas formas topográficas, o clima se apresenta com sensíveis variações locais, sem perder, todavia, suas características gerais.

Aspectos climáticos da borda planáltica

As observações meteorológicas das estações localizadas ao longo da borda planáltica não diferem fundamentalmente dos dados de Corumbá; enquadram-se até no mesmo tipo climático Aw. Entretanto, examinando mais detidamente os elementos meteorológicos daquelas estações, podemos verificar que a diferença dos fatores geográficos da borda é capaz de, no conjunto climático, lhes proporcionar sensíveis pontos de diferenças.

De início a faixa serrana determina um sensível aumento da "pluviosidade" e "umidade", fato que pode ser comprovado pela própria disposição das isoietas (fig. 8) e das isolinhas do "Iha" (fig. 11).

A análise de cada uma das estações meteorológicas existentes na borda do planalto vem confirmar estas sensíveis diferenças climáticas da borda em relação à baixada.

A porção extremo meridional da borda do planalto recebe a denominação de serra de Maracaju.

Neste trecho, entre os rios Apa e Aquidauana a escarpa não se apresenta abrupta graças à natureza das rochas que a constituem. Desgastada a cobertura basáltica do planalto e desnudados os sedimentos mais antigos (pré-devonianos) eles foram atacados pelo intemperismo.

A erosão, entretanto, não os atingiu violentamente, não se formando assim uma escarpa abrupta. Do alto do planalto (divisor dos rios Paraguai-Paraná) mantém-se às vêzes um largo e suave talude, bastante extenso, até próximo ao rio Paraguai.

Outras vêzes as rochas mais resistentes das séries pré-devonianas avançam pela baixada em prolongamentos rochosos, como a serra da Bodoquena, que decrescendo suavemente em suas cotas, aproxima-se cêrca de 20 quilômetros do rio. Os prolongamentos menores recebem a denominação local de "trombas".

O "Baixo da Serra", neste trecho, é muito extenso, estreitando muito o pantanal; a sua feição nos vales dos rios Apa, Miranda e Nioaque torna-se cada vez mais harmoniosa para oeste, onde as cotas geralmente se mantêm entre 200 e 250 metros. Elevam-se, contudo, na zona do Apa, onde atingem os 400 metros.

A estação de Bela Vista no trecho do "Baixo da Serra" junto do rio Apa, em altitude de 240 metros, apresenta temperatura média anual (23°, 0) inferior a Corumbá. A marcha anual da temperatura caracteriza-se pelas baixas que registra em julho (6°, 4 absoluta). A amplitude térmica anual (6°, 2), como as demais estações da borda, é consideravelmente superior à da baixada. Os índices anuais de pluviosidade (1329,1mm) e umidade relativa (75,2%) assinalam uma diferença pouco superior às de Corumbá.

As partes altas dessa escarpa meridional devem apresentar características ainda mais diferenciadas, possivelmente mesotérmicas. Na latitude média em que se encontram, aliada a uma maior altitude, apresentam condições para tal suposição. Já em 1875 WILLIAM LLOYD²⁵ assim se referia, sôbre as mesmas:

"Avançando além do rio Paraná, e subindo os rios Ivinheima e Brilhante, caminho de Miranda, o clima vai de novo refrescando, sendo a mudança só bem sensível na serra, junto de Nioaque.

Para o lado oeste da serra, em tôda a extensão até Miranda, o terreno é aberto, mas pouco ventilado; de sorte que é essa a parte mais incômoda em tôda a linha férrea projetada; na parte oriental da serra, porém o clima é delicioso, mesmo na estação quente. Há sempre uma brisa refrigerante, e as noites são frescas e agradáveis"... "A região que fica entre a serra de Maracaju e Nioaque, é admiravelmente adequada à colonização européia; por isso que, apesar de ser um pouco alta a temperatura ao meio dia, o calor se torna moderado por brisa constante, o trabalho se torna possível; ao passo que as frescas noites do verão e a temperatura do inverno, quase a mesma do norte da Europa produzirão nos colonos uma influência salutar e robustecedora".

²⁵ *Caminho de Ferro de D. Isabel — Da Província do Paraná à Mato Grosso — Relatório por WILLIAM LLOYD Rio de Janeiro — 1875 — pp. 21/22.*

O rio Aquidauana erode profundamente a escarpa local destacando um grande bloco de montanha tabular, que por duas enormes trombas se continua até o planalto, a que chamam serra de Aquidauana ²⁶.

A estação meteorológica de Aquidauana (180 m.) mantém as características principais: amplitude térmica anual (7º,0) superior a Corumbá e mesmo a Bela Vista; aumento das precipitações anuais (1537,7 mm). A temperatura média anual é de 23º,6 e a umidade relativa de 76%. Não registra mínimas no inverno tão acentuadas como as de Bela Vista.

Mais ao norte, no vale que o rio Taquari entalha na borda do planalto, a 260 metros de altitude, situa-se a estação de Herculândia. Sua temperatura média anual é semelhante à de Aquidauana; a amplitude é maior (7º 4), sendo de notar sobretudo o grande índice de umidade (80,5%) mercê de sua localização no vale do Taquari.

Prosseguindo para o norte a borda planáltica continua em escarpa abrupta e retilínea (serras de São Jerônimo, Coroados, São Lourenço) até além do rio São Lourenço, onde se volta para oeste, não existindo neste trecho estações meteorológicas.

A parte extremo norte da borda do planalto apresenta-se mais complexa em suas formas. Do escarpamento da chapada dos Parecis (borda propriamente dita do planalto), até atingir o pantanal, na latitude de Cáceres, (paralelo 16ºS) existe uma zona intermediária, uma espécie de "Baixo da Serra" de proporções bem mais amplas e de formação não explicada pelo simples aluvionamento. Uma vez erodido o pacote de arenito do chapadão, afloraram camadas geológicas variadas e que foram capazes de oferecer maior resistência, criando assim um modelado bastante complexo: peneplanície Cuiabana, serra do Tombador, serras de Tapiroã, Santa Bárbara, etc.

Ao descer do planalto, o rio Cuiabá desnudou uma superfície de presumida idade proterozóica que foi peneplanizada e recoberta de sedimentos quaternários, deixando aflorar filitos e quartzitos, que se mantêm em altitude um pouco superior à da baixada, e conhecida como "chapada de Cuiabá".

Dêsse modo o clima registrado em Cuiabá, em virtude de sua localização topográfica especial, apresenta-se bastante diferenciado das outras localidades da borda do planalto.

A temperatura média anual (250,6) é superior à que verifica em Corumbá, mas os valores máximos não ultrapassam os 40º nem atingem 0º. A amplitude térmica de 4º,5, demonstrando fraco índice de continentalidade, faz com que seja incluído na característica *i* do tipo Aw. O total de chuvas anuais atinge 1249,8 milímetros, sendo bastante acentuada a estação seca, com os meses de maio a setembro inferiores a 60 milímetros. Apresenta, por outro lado, a característica *g*, uma vez que a estação chuvosa se inicia após o mês mais quente (setembro). A umidade é fraca, com apenas 73%.

Cáceres constitui já outro exemplo de variedade climática registrada na borda. Está situada a 118 metros de altitude, no limite do Baixo da Serra, quando o rio Paraguai penetra na planície inundável.

²⁶ ARROJADO LISBOA — Op. Cit. p. 32

Sua temperatura média é semelhante à de Cuiabá ($23^{\circ},6$); não atinge o valor absoluto de 0° , mas no verão, por vezes, ultrapassa 40° . Sua amplitude térmica anual é de $6,0$, o que faz desaparecer a característica *i* do tipo Aw, mas conserva a de *g*. Uma característica importante é sua elevada umidade (a maior registrada dentre as estações meteorológicas estudadas) — $89,3\%$.

Já na bacia do Guaporé, a velha Mato Grosso apresenta-se também no tipo Aw. Sua umidade é também elevada — $81,9\%$. Embora já em transição para a Amazônia, sua estação seca é acentuada, com cinco meses (maio a setembro) inferiores a 60 milímetros.

Influência no revestimento vegetal

O aumento de pluviosidade e de umidade que se verifica, de maneira geral, na borda do planalto imprime algumas modificações sensíveis ao seu revestimento vegetal.

As porções mais orientais da planície inundável, como vimos atrás, apresentam formações mesófilo-xerófilas que vão tendendo para o estabelecimento de um “clímax” de cerrado. Este é o tipo de vegetação predominante na borda do planalto e que se rarefaz à medida que se aproxima do topo; entretanto, de mistura com esta formação, não raro ocorrem matas. Estas podem ser explicadas por causas microclimáticas ligadas a causas pedológicas. A situação da escarpa, favorecendo o aumento de chuvas e umidades (principalmente nas ravinas mais acentuadas) e a coincidência com os derrames basálticos postos a nu, proporcionam, algumas vezes, manchas florestais de destaque. Assim, na zona do rio Apa a encosta suave é coberta por uma bela mata que se destaca dos cerrados que a sucedem ao atingir o planalto. A encosta norte da serra da Bodoquena foi outrora coberta por uma formação arbórea considerável, assim como a descida do rio Aquidauana é acompanhada por uma desenvolvida mata de anteparo. Na serra de São Jerônimo as ocorrências diminuem no paredão escarpado, limitando-se aos pequenos afloramentos basálticos.

Na borda norte, a chapada Cuiabana é revestida por formações de cerrados, apenas interrompidas pelas matas que anteparam os rios. No trecho compreendido, porém, entre a descida do rio Paraguai e o chapadão dos Parecis, as condições voltam a se apresentar favoráveis à formação de matas. A grande umidade que aí se verifica (Cáceres, mais abaixo, registra $80,5\%$) alia-se também à fertilidade dos solos. Desenvolve-se, com destaque, uma alongada faixa de mata ao longo do sopé da escarpa dos Parecis, entre esta e a serra de Tapirapoã (afloramentos basálticos), a chamada “Mata da Poaia”, nome proveniente da designação indígena da *Urogoga ipecacuanha*, espécie aí predominante. Também a margem direita do rio Paraguai, ao sul da serra de Tapirapoã é recoberta de mata, como também a vertente norte da serra de Santa Bárbara.

Repercussão nas atividades humanas

Na descida da escarpa, já no Baixo da Serra, aproveitando a topografia e melhores condições de salubridade, foram estabelecidos os agrupamentos humanos os quais desempenham um papel importante na ocupação humana de

Mato Grosso. Êstes centros urbanos dispõem-se em tôda sua extensão constituindo verdadeiros postos avançados no pantanal, exercendo o contrôlê sôbre as atividades que ali se realizam.

A faixa serrana participa também da pecuária do pantanal. É o refúgio anual dos seus rebanhos por ocasião da estação das águas. Os campos cerrados do Baixo da Serra e das encostas constituem as preciosas "invernadas" com que contam os fazendeiros para apascentar o gado, quando a planície se transforma em um extenso lago.

Ao lado da pecuária desenvolve-se uma agricultura, ainda rudimentar e subsidiária, para o próprio abastecimento local. As lavouras aproveitam as ocorrências de matas da escharpa e seus produtos principais (em todos os municípios de sua extensão), são: arroz, feijão, milho, cana de açúcar e mandioca. Consultando o calendário agrícola dos municípios desta zona podemos observar que durante os meses de agosto e setembro, que antecedem a estação chuvosa, são feitas as queimadas para o preparo das roças, a fim de que no término da estação se realize a colheita dos produtos.

Na parte norte da borda do planalto a mata favorece ainda outra atividade que é a extração vegetal, (poaia) indústria em nível rudimentar processada principalmente nos municípios de Barra do Bugres e Mato Grosso.

3 — O Planalto

A maior parte da região é constituída pelo "Planalto Brasileiro" que aí se apresenta sob uma forma bastante complexa. Se bem que não ostente usualmente acidentes caprichosos sua estrutura geológica é bastante complexa.

Grande parte do planalto centro ocidental é constituída por lençóis de arenitos fracamente inclinados — formando chapadas e chapadões — que se interrompem e deixam aparecer, por vèzes, o embasamento cristalino, sôbre o qual repousam.

Êste embasamento aflora no sudeste e centro de Goiás tendo estrutura bastante movimentada (dobrada) mas com uma superfície aplainada de maneira a assemelha-se às das chapadas areníticas que lhes são contíguas. Mesmo a monotonia da fácies dos arenitos não indica que êles sejam, em tôda a extensão, de uma mesma época; a formação das chapadas é proveniente de depósitos paleozóicos e, sobretudo, mesozóicos.

É fácil perceber o trabalho que esta complexa estrutura ofereceu aos agentes modeladores de suas formas até chegar à situação topográfica atual, na qual predominam as formas tabulares.

Em princípio, um planalto antes de ser dissecado apresenta-se, climatologicamente, como uma superfície homogênea; entretanto quando seu modelado é capaz de imprimir diferenças consideráveis em sua superfície, o clima sofre a influência desta variedade de formas.

Considerando a variabilidade da superfície do planalto, no Centro-Oeste, e a irregular distribuição de suas estações meteorológicas, nossa apreciação sôbre o mesmo passa a ser lógicamente, mais resumida.

Aspecto climático nos altos chapadões divisores

O clima, sobre a maior parte do planalto mantém suas características de tropical úmido, tipo "savanas tropicais".

Em situações especiais de maiores altitudes apresenta, entretanto, características mesotérmicas.

Neste segundo aspecto merece destaque a apreciação do clima dos altos chapadões divisores das bacias do Amazonas, Paraguai e Paraná, ou sejam os chapadões do alto Araguaia, os quais se continuam pelo sudoeste goiano (serra de Caiapó) e pelo leste de Mato Grosso ²⁷.

A estação de Alto Araguaia a 750 metros de altitude, já se apresenta com clima mesotérmico.

Entretanto o fato mais importante a ser observado no clima destes chapadões divisores é, sobretudo, a elevação do índice de pluviosidade. Alto Araguaia revela um índice pluviométrico dos mais elevados; embora a estação seca seja acentuada, com quatro meses (maio a agosto) inferiores a 60 milímetros, o total de chuvas anuais é de 1 821, 9 milímetros o que significa que a estação chuvosa é acentuadíssima.

Presidente Murtinho, no chapadão divisor dos rios das Garças e Manso (ou das Mortes), (ambos afluentes do Araguaia), com clima tipo Awi, registra um dos maiores índices pluviométricos da região, ou seja, de 1 910,0 milímetros.

Além da quantidade podemos observar também que estes chapadões apresentam "o maior número de dias de chuvas por ano" e mesmo nos três meses mais secos (fig. 9 e 10).

A umidade relativa, entretanto, em virtude da planura e altitude dos chapadões, não é elevada: Alto Araguaia — 78,6% e Presidente Murtinho 79,0%.

A grande importância da elevada precipitação anual nestes altos chapadões divisores consiste no grande abastecimento que oferece aos rios de suas diferentes vertentes os quais deles descem bem providos, não diminuindo muito suas descargas durante a estação seca.

Nas chapadas mais elevadas que se continuam através de Goiás, dividindo as águas para as bacias amazônica, do Paraná e do São Francisco, (as quais talvez possuam clima mesotérmico), as precipitações devem ser também acentuadas, uma vez que as verificadas nas estações que lhe ficam proximamente inferiores registram, em média, cerca de 1 600 milímetros.

Nas maiores altitudes do Triângulo Mineiro, onde se verificam tipos de clima mesotérmicos, de verão quente e mesmo verão fresco, a queda de chuvas é considerável. Araxá (960 m. de alt.) registra a maior quantidade anual de chuvas em toda a região. Embora possua 5 meses (maio a setembro) com quantidade inferior a 60 milímetros, seu total de chuvas anuais é de 1 926,2 milímetros.

A grande pluviosidade nos chapadões mais altos, além da importância que exerce na dissecação do planalto, lhe oferece também uma drenagem intensa durante todo o ano.

²⁷ Sobre a fisiografia dos chapadões divisores ver: — FERNANDO F. M. DE ALMEIDA — "Reconhecimento Geomórfico nos Planaltos Divisores das Bacias Amazônica e do Prata entre os Meridianos de 51 e 56 Wgr" — *Rev. Brasil. de Geografia* — Ano X — n.º 3 — julho-setembro de 1948.

Outros aspectos

Nos chapadões menos elevados (500 a 700 m.) o clima se apresenta tipicamente tropical, convindo assinalar que as observações sobre as partes médias do planalto são inexistentes no sudeste de Mato Grosso e sudoeste goiano.

No vale do rio Paraná, a 300 metros de altitude, Três Lagoas (MT) é exatamente do tipo climático Aw, bem como Araçatuba, no noroeste paulista.

Na primeira a temperatura média anual (22°,9), bem como a amplitude térmica anual (6°,8) é um pouco inferior à das estações do Baixo da Serra. A estação chuvosa inicia-se em outubro, culmina em janeiro, decaindo daí até reduzir-se a menos de 60 milímetros nos meses de junho, julho e agosto. As temperaturas absolutas já atingiram, por vezes, 41° e desceram a 0°,8. A umidade é moderada, atingindo apenas 76,8% anual.

No trecho goiano, assim como no Triângulo Mineiro, o clima apresenta uma distinção relativamente àquela que se verifica no sul de Mato Grosso: revela mais fraco índice de continentalidade e estações mais extremadas. No período seco muitas estações registram cinco meses com chuvas inferiores a 60 milímetros, apesar do elevado índice anual. Os climas de Pirenópolis e Uberaba são representativos desta parte do planalto (Gr. 9 e 13).

Influência no revestimento vegetal

A fitofisionomia do planalto caracteriza-se pela predominância de campos cerrados que se tornam mais ralos nas maiores altitudes cedendo, por vezes, lugar a formações campestres, como acontece no planalto do sudeste matogrossense (campos de Vacaria).

A existência da estação seca bem marcada impede a formação de matas, as quais ocorrem em trechos relativamente pequenos, limitando-se aos cursos dos rios. A mata do rio Paraná apresenta-se como um caso singular exuberante na margem paulista, cede lugar ao cerrado em Mato Grosso, limitando-se a acompanhar estreitamente o curso de seus afluentes (Sucuriú, Verde, Pardo, etc.), avultando apenas no curso do Ivinheima, onde se alarga um pouco.

No extremo sul de Mato Grosso, em transição com a região sul, desenvolvem-se os "ervais" que alimentam uma florescente indústria. No trecho do Planalto Matogrossense, a mancha florestal mais destacada é a que ocorre na zona do alto São Lourenço. Os rios erodindo profundamente os sedimentos arenosos do grupo Aquidauana cavaram sulcos profundos, desnudando os do grupo Ponta Grossa os quais oferecem melhores condições pedológicas ao desenvolvimento da mata luxuriante que aí existe²⁸.

Ao norte da zona do Diamantino, aparecem formações de mata (com espécies de héveas) recebendo, esta zona de transição entre as duas grandes regiões brasileiras, a denominação de Amazônia Matogrossense.

Em Goiás, em meio à predominância dos cerrados, destaca-se a mancha florestal denominada "Mato Grosso de Goiás" que se desenvolve entre os rios dos Bois e Meia Ponte (afluentes do Paranaíba). Prolonga-se a mesma para o norte até se encontrar com as matas do rio das Almas.

²⁸ Ver a propósito: FERNANDO F. M. DE ALMEIDA: "O Alto São Lourenço" in *Revista Brasileira de Geografia* — Ano VIII — n.º 4 — p. 544.

As condições de salubridade no planalto são muito favoráveis tanto do ponto de vista da temperatura como da umidade. A amplitude diurna elevada oferece sempre noites agradáveis. Nos vales dos rios, entretanto, é frequente a ocorrência de malária.

As atividades humanas estão ligadas à criação de gado, não ficando porém de lado a agricultura, que aproveita as manchas de florestas com as quais está intimamente ligada também a distribuição do povoamento. A zona do "Mato Grosso de Goiás", por exemplo, onde a agricultura é intensa, é uma das mais desenvolvidas da região.

IV — CONCLUSÃO

Da apreciação destas notas, na elaboração das quais estivemos voltados para a generalidade do fato em estudo, ressaltam alguns pontos de relevada importância, os quais nos permitem esboçar algumas conclusões sobre o aspecto climático geral do Centro-Oeste brasileiro.

1 — O clima no Centro-Oeste está intimamente relacionado aos fatores geográficos desta região, sobretudo, à altitude.

Condizendo com a zona terrestre em que está situada, esta região apresenta um clima tropical (Tipo Aw — Savanas Tropicais), em suas altitudes menores e médias. Entretanto, quando esta aumenta, nos mais altos espigões do planalto, as condições permitem a ocorrência de clima mesotérmico (Tipos Cwa e Cwb).

Estas manchas de clima mesotérmicos em meio ao clima tropical, apresentam diferenças apenas do ponto de vista da temperatura, persistindo as demais características tropicais.

2 — Do ponto de vista da umidade o Centro-Oeste destaca-se dentro do quadro climático brasileiro pela sua inferioridade em relação à Amazônia e ao litoral, fato este que contribui, sensivelmente, para a salubridade da região.

Tal fato foi encarado na classificação MORIZE DELGADO que considerou o clima do Centro-Oeste, no grupo dos climas tropicais ou subtropicais, do tipo semi-úmido continental.

3 — Entretanto, o caráter de "continentalidade" do clima do Centro-Oeste, se bem que inegável, apresenta importância relativa. Em primeiro lugar, se observarmos a forma, estreita para o sul da América Meridional, poderemos considerá-la como uma massa continental insuficiente para oferecer uma influência marcante no clima.

Por outro lado, observando a amplitude térmica anual das estações meteorológicas do Centro-Oeste, podemos verificar que as estações mais centrais nem sempre apresentam maior amplitude. A estação mais central — Corumbá — apresenta amplitude de 6°,2, inferior à das outras estações situadas na borda do planalto: Herculândia (7°,4), Aquidauana (7°,2), Bela Vista (6°,9), e mesmo do vale do Paraná: Três Lagoas (6°,4) — como também Araçatuba (6°,8).

Isto demonstra a influência que as inundações do pantanal exercem na baixada, sendo mesmo capazes de modificar-lhe a característica continental.

4 — A apresentação de duas estações bem diferenciadas e regulares no decorrer do ano: sêca e chuvosa, além de ser uma de suas características climáticas frisante, aliada à umidade moderada, determina um revestimento vegetal que tende para a xerofilia.

5 — Dentro desta região extensa e variada o clima mantém intimamente relacionado à fisiografia. Em contraste com a variabilidade com que se apresenta no planalto e na borda dêste, mantém-se uniformemente na Baixada Paraguaia, onde repercute profundamente nos traços naturais e humanos da paisagem geográfica.

FONTES DE OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS

Normais Climatológicas — Serviço de Meteorologia. Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1941.

Dados referentes às estações meteorológicas: Luziânia (ex-Santa Luzia), (GO); Mato Grosso, Cuiabá, Presidente Murtinho, Meruri (ex-Santa Cruz), Alto Araguaia, Herculândia, Corumbá, Aquidauana, Três Lagoas e Bela Vista, (MT).

SOUSA, Francisco Xavier Rodrigues de: *Contribuição para o Estudo do Clima do Planalto Central* — Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil. Rio de Janeiro — 1948. Ministério da Agricultura — Serviço de Meteorologia — Secção de Divulgação.

Dados referentes às estações meteorológicas de: Catalão (GO); Toribatê, Araguari, Araxá, Uberaba e Patos de Minas (MG).

Dados copiados no Serviço de Meteorologia referentes às estações de: Goiânia, Pirenópolis, Goiás, Formosa, (GO); Araçatuba (SP) e Cáceres (MT).

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de — “Geologia do Sudoeste Matogrossense” — Ministério da Agricultura. D.N.P.M. Divisão de Geologia e Mineralogia — *Boletim* n.º 116 — Rio de Janeiro — 1945.
- “Reconhecimento Geomorfológico nos Planaltos Divisores das Bacias Amazônica e do Prata entre os Meridianos de 51 e 56 WGr.”. in *Revista Brasileira de Geografia* — Ano X — n.º 3 — Julho-Setembro de 1946 — Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro.
- “O Alto São Lourenço” (Reconhecimento Geográfico) — in *Revista Brasileira de Geografia*. Ano VIII n.º 4 — Outubro-Dezembro de 1946 — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro.
- “A Serra de Maracaju — A Paisagem e o Homem” — in *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros* — n.º 5 — Novembro de 1944 — São Paulo.
- CORRÊA FILHO, Virgílio — *Pantanaís Matogrossenses* — I.B.G.E. — Conselho Nacional de Geografia — Biblioteca Geográfica Brasileira — Publicação n.º 3 da Série A — Rio de Janeiro — 1936.
- COSTA PEREIRA, José Veríssimo da — “Pantanal” — Tipos e Aspectos do Brasil — in *Revista Brasileira de Geografia* — Ano VI n.º 2 — Abril-Junho de 1944 — p. 281.

- COYLE, J. R. — *A Series of Papers on the Weather of South America* — Navaer — U.S. Navy Reprint — Pan American Airways — Rio de Janeiro, Brazil.
- DELGADO DE CARVALHO, Carlos Miguel — *Meteorologie du Brésil* — Prefácio de Sir Napier Shaw — Londres — 1917.
- DÉNIS, Pierre — “Amérique du Sud” — *Géographie Universelle* — Tome XV — Première Partie — Chapitre VIII — Librairie Armand Collin — Paris — 1927.
- GONZAGA DE CAMPOS, L. F. — *Mapa Florestal do Brasil* — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — Tip. do Serv. de Estatística — 1912.
- GUIMARÃES, Fábio de M. S. — “Clima do Brasil” — in *Boletim Geográfico* — Ano VI n.º 68 — Novembro de 1948 — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro.
- HOWELL, Wallace E. — “On the Climate Description of the Physiographic Regions” — in *Annals of the Association of American Geographers* — Vol. XXXIX — Number 1 — March — 1949 — Henry Madison Kendall Editor — Dep. of Geography — Syracuse University — Syracuse 10, New York.
- LISBOA, Miguel Arrojado R. — *Oeste de São Paulo-Sul de Mato Grosso* — (Geologia — Ind. Mineral — Clima — Vegetação — Solo Agrícola — Ind. Pastoril) — Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — Comissão E. Schnoor. Tip. do Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1909.
- LLOYD, William — *Caminho de Ferro de D. Isabel — Da Província do Paraná à de Mato Grosso* — Rio de Janeiro — 1875. Tip. de G. Leuzinger & Filhos.
- LOPES DA CRUZ, Ruth B. — *Comentário do Mapa Climático do Sudeste do Planalto Central* — Trabalho inédito da Secção de Estudos Geográficos da Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia.
- MELO E SILVA — *Canaã do Oeste* — (Sul de Mato Grosso) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1947.
- MORIZE, Henrique — *Contribuição ao Estudo do Clima do Brasil* — 2.^a edição — Publicação do Observatório Nacional — Rio de Janeiro — 1927.
- MOURA, Pedro de — “Bacia do Alto Paraguai” — in *Revista Brasileira de Geografia* — Ano V n.º 1 — Janeiro-Março de 1943 — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro.
- PAIVA, Glycon de e LEINZ, Vitor — “Contribuição para a Geologia do Petróleo no Sudoeste de Mato Grosso” — Ministério da Agricultura — Divisão do Fomento à Produção Mineral — D.N.P.M. — *Boletim n.º 37* — Rio de Janeiro — 1939.
- AB' SABER, Aziz Nacib e COSTA JÚNIOR, Miguel — “Contribuição ao Estudo do Sudoeste Goiano” — in *Boletim Paulista de Geografia* — n.º 4 — Março de 1950 — Associação dos Geógrafos Brasileiros — Secção Regional de São Paulo.
- SAMPAIO FERRAZ, J. de — *Meteorologia Brasileira* — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Série V — “Brasiliana” — Vol. 33 — São Paulo.
- SCHMIDT, José Carlos Junqueira — “O Clima da Amazônia” — in *Revista Brasileira de Geografia* — Ano IV n.º 3 — Julho-Setembro de 1942 — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro.
- SEREBRENICK, Salomão — *O Clima do Brasil — Elementos e Tipos Climáticos — Aspectos Geográficos do Brasil (O Clima — A Terra e o Homem)*. Serv. de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1942.
- SERRA, Adalberto — *Climatologia-Equatorial* — Folheto em multilite.
“Previsão do Tempo” — in *Boletim Geográfico* — Ano VI n.º 68 — Novembro de 1948 — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro.
- SOUSA, Francisco Xavier Rodrigues de — *Contribuição para o Estudo do Clima do Planalto Central* — Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil — Rio de Janeiro — 1948 — Ministério da Agricultura — Serv. de Meteorologia — Secção de Divulgação.

- SETZER, José — “Contribuição para o Estudo do Clima do Estado de São Paulo — Separata atualizada do boletim D.E.R. vols. IX a XI — Outubro de 1943 a outubro de 1945 — São Paulo — 1946 — Impresso nas Escolas Profissionais Salesianas.
- VELOSO, Henrique Pimenta — “Considerações Gerais sobre a Vegetação do Estado de Mato Grosso — Notas Preliminares sobre o Cerrado” — in *Boletim Geográfico* — Ano V n.º 55 — Outubro de 1947 — (Pp. 796 a 802) — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro.
- “Considerações Gerais sobre a Vegetação do Estado de Mato Grosso” — in *Boletim Geográfico* — Ano VI n.º 68 — Novembro de 1949 — (Pp. 943 a 948) — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro.
- ZARUR, Jorge — “Um Comentário sobre a Classificação de Köppen” — in *Revista Brasileira de Geografia* — Ano V n.º 2 — Abril-Junho de 1943 — (Pp. 250 a 254) — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro.

RESUMÉ

L'auteur fait, tout d'abord, des considérations générales sur la région Centre-Ouest du Brésil, attirant l'attention sur son immensité et sur l'insuffisance de son réseau de stations météorologiques, base sur laquelle doivent reposer les études de climat. Une aire fut délimitée dans la Grande Région Naturelle Centre-Ouest en fonction du réseau de stations météorologiques. A côté des données climatiques, on a consulté pour l'élaboration de ces notes une bibliographie sélectionnée afin de pouvoir offrir une idée, la plus approchée possible, de la réalité climatique de cette région brésilienne.

Les principaux éléments météorologiques sont analysés dans la première partie. L'analyse de la température montre que sa distribution est intimement liée au relief de la région. Les pressions et les vents sont appréciés par une étude de la circulation générale des masses d'air dans le continent sud-américain et par sa répercussion dans la région étudiée. Au point de vue des pluies on observe que la quantité de pluie tombée dans la région est en rapport avec le relief; la distribution de ces pluies au cours de l'année donne au Centre-Ouest une de ses principales caractéristiques climatiques à savoir l'existence de deux saisons bien nettes dans l'année: une sèche (hiver-printemps) une autre pluvieuse (été-automne). Pour leur intérêt géographique, on a aussi étudié le nombre de jours de pluie au cours de l'année, de même que durant les trois mois les plus secs pour l'importance que ces observations peuvent avoir dans les activités agricoles de la région. L'humidité a été prise comme expression de la relation entre température et précipitation. Au point de vue de l'humidité relative le Centre-Ouest a une humidité relative modérée car on n'y enregistre ni la grande humidité du littoral ni l'humidité excessive de l'Amazonie.

Les principales caractéristiques climatiques de la région, indiquées par l'analyse des principaux éléments météorologiques, l'auteur passe ensuite à la classification des "types climatiques" en utilisant le système de KÖPPEN. Les climats rencontrés dans le Centre-Ouest furent identifiés comme étant des types Aw et Cw de cette classification. Le premier type, dit des "savanes tropicales", en rapport avec les plus basses altitudes, est localisé dans la Baixada Paraguaia, dans la bordure du plateau et dans les parties les moins élevées de celui-ci. A côté de la prédominance du climat tropical Aw, on rencontre, lorsque l'altitude augmente, le climat mésotermique humide Cw, d'été chaud (Cwa) et même d'été frais (Cwb).

Dans la troisième partie l'auteur examine les relations entre les aspects climatiques et les traits naturels et culturels de la région. Il fait cette appréciation en accord avec les différentes unités physiographiques de la région, à savoir:

- Un plateau vaste et complexe couvrant environ 90% de la surface totale de la région et variant de 300 à 1500 m. d'altitude.
- La bordure occidentale de ce plateau se présentant soit en escarpement abrupt, soit en talus à pente douce.
- La Baixada Paraguaia comprenant la vaste plaine entourée au nord et à l'est par les rebords du plateau et recouvrant près de 12% de la surface du Mato-Grosso et 8% de la surface totale de la région.

Bien que les types climatiques ne soient pas tout à fait différents en chacune de ces régions, on peut observer que dans l'ensemble ces caractères climatiques sont liés à la physiographie de la région. Cette étude focalise la répercussion des aspects climatiques sur le revêtement végétal et sur les activités humaines.

Enfin l'auteur cite en conclusion quelques points importants qui découlent de l'élaboration de ces notes:

Dans la région Centre-Ouest du Brésil prédomine le climat tropical Aw; dans les altitudes plus élevées (entre 700 et 1500 mètres) le climat est mésotermique humide. Néanmoins ce type mésotermique ne diffère du premier que dans la température, car les autres caractéristiques tropicales y persistent.

Le climat du Centre Ouest possède une humidité modérée, fait qui se reflète dans la "température sensible" et dans la salubrité de la région. Quant à son caractère continental, quoique incontestable, il n'arrive pas à atteindre une intensité de caractéristique marquante, cela par la propre forme étroite de l'Amérique du Sud.

L'existence de deux saisons, l'une sèche et l'autre pluvieuse, bien différenciées et régulières au cours de l'année, est non seulement une des caractéristiques climatiques les plus prononcées de la région mais encore, alliée à l'humidité modérée, elle détermine un revêtement que tend vers la xérophilie.

Dans cette région vaste et variée le climat se maintient intensément en relation avec la physiographie. En contraste avec les variations qu'il présente dans le plateau et à sa bordure, il se maintient uniforme dans la Baixada Paraguaia où il se répercute profondément dans les traits naturels et humains du paysage géographique.

RESUMEN

El autor comienza haciendo consideraciones generales sobre la región Centro-Oeste del Brasil, destacando su gran extensión y la deficiencia de su red de estaciones meteorológicas, base de los estudios de clima. Una área fué demarcada, en la Gran Región Natural Centro-Oeste, en función del reticulado de las estaciones meteorológicas.

Al elaborar este trabajo el autor ha utilizado datos climáticos y bien adecuada bibliografía a fin de obtenerse una idea cuanto posible aproximada de la realidad climática de esta región del país.

En la primera parte del artículo son analizados los principales elementos meteorológicos. La distribución de la temperatura está estrechamente relacionada con el relieve de la región. Las presiones y los vientos hacen parte de un estudio de la circulación general de las masas de aire en el continente sudamericano.

La cantidad de lluvias en la región está relacionada con el relieve. Su distribución durante el año constituye una de las características climáticas de la región. Se destacan dos estaciones bien distintas: una estación seca (invierno-primavera) y una de lluvias (verano-otoño).

Fué también examinado el número de días en el año, y durante los tres meses más secos, por la importancia que las observaciones hechas pueden tener en las actividades agrícolas de la región.

La humedad fué considerada como expresión de la relación entre temperatura y precipitación. La humedad relativa del Centro-Oeste se presenta moderada sin tener la gran humedad del litoral, y la excesiva de la Amazonia.

El autor pasa después a tratar de la clasificación de los "tipos climáticos" empleando el sistema de Köppen.

Los climas del Centro-Oeste son considerados como pertenecientes a los tipos *Aw* y *Cw* de dicha clasificación.

El primer tipo llamado de las "sábanas tropicales" es ocasionado por las altitudes menores, y ocurre en la Baixada Paraguaia, en el borde del planalto y en sus partes menos elevadas. Pero cuando aumenta la altitud ocurre clima mesotérmico húmedo *Cw*, de verano caliente (*Cwa*), y de verano fresco (*Cwb*).

En la tercera parte se examinan las relaciones que existen entre los aspectos climáticos y los caracteres naturales y culturales de la región. La apreciación está hecha de acuerdo con las diversas unidades fisiográficas de la región, del siguiente modo:

a) Un extenso y complejo planalto comprendiendo casi 90% del área total de la región, variando su altitud entre 300 y 1.500 m.

b) La extremidad occidental del mismo planalto que forma a veces una escarpa abrupta inclinándose también en suave talud;

c) La "Baixada Paraguaia", comprendiendo la gran llanura, está limitada al norte y al este por los bordes del planalto, con casi 12% del territorio de Mato Grosso y 8% del área total de la región.

El autor hace notar la repercusión de los aspectos de clima sobre el revestimiento vegetal y las actividades humanas, llegando finalmente a las conclusiones siguientes.

En la región Centro-Oeste del Brasil predomina el clima tropical *Aw*; en las altitudes mayores de la región (700 y 1.500) predomina el clima mesotérmico húmedo. Varía solamente con respecto a la temperatura pero predominan todavía los otros caracteres tropicales.

El clima del Centro-Oeste presenta humedad moderada el cual influencia la "temperatura sensible" y la salubridad de la región; cuanto a su carácter continental, no llega a tener gran importancia, debido a la forma estrecha de América del Sur.

La diferenciación de las estaciones en seca y de lluvias, durante el año, además de ser uno de los caracteres climáticos más importantes de la región, asociado a la humedad moderada determina una vegetación que tiende a la xerofilia.

En esta región el clima depende bastante de la fisiografía.

Al contrario del planalto y su borde, la Baixada Paraguaia, en donde el paisaje es influenciado por factores naturales y humanos, se mantiene de manera uniforme.

RIASSUNTO

L'autore fa, per cominciare, delle considerazioni generali sulla regione Centro-Ovest del Brasile, chiamando l'attenzione per la sua vastità e la deficienza della sua rete di stazioni meteorologiche, base sulla quale si debbono posare gli studi del clima. Dentro questa grande regione naturale del Centro-Ovest, è stata delimitata un'area a seconda del reticolato delle stazioni meteorologiche. Per l'elaborazione di queste note, inoltre ai dati climatici, un'ampia bibliografia nella specie è stata consultata, per potersi offrire un'idea più prossima possibile della realtà climatica di questa regione.

Nella prima parte, vengono analizzati i principali elementi meteorologici. L'analisi della temperatura lascia intravedere che la sua distribuzione si trova intimamente connessa al rilievo della regione. Le pressioni ed i venti sono stimati in uno studio della circolazione generale delle masse d'aria nel continente sud-americano, così come nella sua ripercussione nella regione in merito. Dal punto di vista della piovosità, si osserva che la quantità delle piogge cadute nella regione è correlata al rilievo; la sua distribuzione lungo l'anno conferisce al Centro-Ovest, una delle sue principali caratteristiche climatiche, cioè, l'esistenza di due stagioni nettamente distinte: l'una secca (inverno e primavera) e l'altra piovosa (estate-autunno). Furono computati anche, per il suo interesse geografico, il giorni di pioggia durante l'anno e poi durante i tre mesi secchi, data l'importanza di queste osservazioni per le attività agricole della regione. L'umidità, come espressione del rapporto tra la temperatura e la precipitazione, si presenta, moderata, comparata alla grande umidità del litorale e a quella eccessiva della Amazonia.

Viene in seguito, la classificazione dei "tipi climatici", adoperandosi per questo il sistema di Köppen. Il clima trovato nella regione viene identificato come appartenente ai tipi *Aw* e *Cw* nella classificazione di Köppen. Il primo tipo, detto delle "savane tropicali" segue le cote più basse, occorrendo nella piana paraguaia, sulle orle del planalto e nelle parte meno elevate di quest'ultimo. Fra la predominanza del clima tropicale *Aw*, a misura che le cote aumentano, registransi occorrenze di clima mesotermico umido, tipo *Cw*, di calda estate ed anche di estate fresca (*Cbw*).

Nella terza parte l'autore esamina i rapporti tra le variazioni climatiche ed i rilievi naturali e gli aspetti culturali della regione a seconda delle sue varie unità fisiografiche:

a) Un ampio ed esteso pianalto che comprende 90% dell'area total tra le cote di 300 a 1.500 metri.

b) L'orlo occidentale del sudetto pianalto, che succede ora scosceso ora per soavi scarpe.

c) L'ampia piana paraguaia avente al Nord ed Est i bordi del pianalto, con circa 12% del territorio dello Stato di Mato Grosso e 8% dell'area totale della regione.

Sebbene i tipi climatici non siano radicalmente diversi in ciascuna di queste parti, si può osservare nonostante che, nel insieme, si trovano collegati alla fisiografia della regione. L'autore poi indica la ripercussione di questi aspetti climatici sul rivestimento vegetale e sulle attività umane.

Concludendo, l'autore fa cenno a qualche spunto importanti che risultano della elaborazione delle sue note.

Nella regione centro-Ovest del Brasile predomina il clima tropicale Aw; nelle più alte cote (tra 700 e 1500 m.) il clima si presenta mesotermico umido, diverso da quello soltanto nella temperatura, ma simile nelle altre caratteristiche tropicali.

L'umidità è moderata, fatto che si riflette nella "temperatura sensibile" e nella salubrità della regione. Riguardo poi al suo ambito continentale, seppure inegabile, non arriva ad attingere l'intensità di caratteristica marcante, data la stessa configurazione fisica allungata per i paralleli del Sud-America.

L'esistenza delle due stagioni, secca e piovosa, così distinte e regolari, inoltre ad essere una delle caratteristiche climatiche più accusate insieme all'umidità moderata della regione determina un rivestimento vegetale che tende alla serofilia.

In questa regione estesa e variata, il clima si mantiene in rapporto intimo colla fisiografia. In contrasto colla variabilità con che si presenta nel pianalto fino ai suoi orli, si mantiene uniforme la piana paraguaia dove ripercuote profondamente nelle tracce naturali ed umane del paesaggio geografico.

SUMMARY

The author begins by commenting, in a general way, the *Centro-Oeste* region of Brazil, emphasizing its size and the deficiency of its meteorological stations, from which informations one must base a study on the climate.

The author delimited an area within the Grande Região Natural Centro-Oeste, bearing in mind the location of the meteorological stations together with the information provided by these stations selected bibliography was consulted so that an honest description of the climate of this region could be given.

In the first part the principal meteorological elements are examined. The analysis of the temperature shows that its distribution is intimately connected to the relief of the region. The pressures and winds are examined in a study of the general circulation of air masses on the south-american continent, as well as their influence on the region under consideration.

From the study of the pluviosity one observes that the amount of rainfall in the region is related, also, to the relief; the distribution of rainfall during the year leads to one of the principal characteristics of the region, that is, the incidence of two distinct seasons during a year: a dry-season (winter, spring) and a rainy-season (summer, autumn). Due to its geographic interest the author examined, also, the annual number of rainy days and the number of rainy days during the three drier months, because of the importance these observations may have to the agricultural activities of the region. The humidity was regarded as the result of the relation between temperature and rainfall. From the study of the humidity one finds that the region is under moderate humidity, not having the high humidity of the littoral or the excessive humidity of the Amazônia.

The author classifies, then, the "climatic types" adopting the system of Köppen which is internationally recognized.

The climates found in the region are of the Aw and Cw types according to the classification of Köppen.

The first type, denominated "tropical savanas" is related, within the region, to the smaller altitudes, being noted on the Baixada Paraguaia (Paraguayan Lowland) on the slope of the plateau and in the less elevated parts of the last.

Together with the predominance of the tropical climate Aw, when there is an increase in altitude, the Cw type humid mesotermic climate appears, with a hot summer (Cwa) and even with a mild summer (Cwb).

On the third part, the author discusses the relations between the climatic aspects and the natural as well as cultural conditions of the region under consideration. He proceeds to this discussion according to the different physiographic units of the region, as follows:

a) an extense and complex plateau which covers about 90% of the total area of the region and which altitude varies from 300 to 1.500 m.

b) the western slope of this plateau which sometimes appear as an abrupt scarpment or as a gentle slope.

c) the Baixada Paraguaia, which covers the vast plain on the north and which is delimited to the east by the slope of the plateau and which spreads for about 12% of the State of Mato Grosso or 8% of the total area of the region.

Though the climatic types are not radically different in each of these parts, one can observe that, in conjunct, the climatic types are related to the physiography of the region.

In this part the author discusses, also, the influence of the climatic aspects on the vegetal covering and on the human activities.

Finally, the author concludes:

In the Centro-Oeste region of Brazil the Aw type tropical climate predominates; on the higher altitudes (between 700 and 1.500 m) the humid mesotermic climate predominates.

However, this mesotermic type differs from the other in what concerns to temperature for the other tropical characteristics still remain.

The climate of the region presents a moderate humidity, this fact influencing the "temperatura sensível" (sensitive temperature) and the salubrity of the region.

In what concerns to its continental character, though not deniable, it does not attain the intensity of a characteristic due to the elongated form of the South American continent.

The existence of two seasons — dry and rainy — well distinguished and regular during the year, besides being one of the most important climatic characteristics of the region and together with the moderate humidity determines a vegetal covering which tends to xerophilism.

Within this extense and varied region the climate is intensely related to the physiography. Contrasting with the variety it presents on the plateau as well as on its slope, the climate maintains itself uniformly on the Baixada Paraguaia where it influences the natural and human conditions of the geographical landscape.

ZUSAMMENFASSUNG

Der Verfasser betätigt sich erstens mit allgemeinen Betrachtungen über das Gebiet von Central-westen Brasiliens, und macht darauf aufmerksam, dass seiner riesigen Oberfläche nicht ein regelmässiges Netz von meteorologischen Stationen entspricht, was für eine genaue Klimastudie unentbehrlich ist. In Hinsicht der vorhandenen Stationen wurde im Umfang dieser grossen natürlichen Einteilung ein kleineres Areal begrenzt. Ausser den klimatischen Angaben wurde ausserdem eine ausgewählte Literatur durchgesehen, um eine möglichst genaue Idee der klimatischen Beschaffenheit dieser brasilianischen Gegend darzustellen.

Im ersten Teil werden die wichtigsten klimatischen Verhältnisse untersucht. Die Analyse der Temperatur zeigt, dass ihre Verteilung in enger Verbindung mit den Oberflächenformen steht. Der Luftdruck und die Winde werden in einer Untersuchung der allgemeinen Zirkulation der Luftmassen im Südamerikanischen Kontinent betrachtet, in Hinsicht auf dem Einfluss der auf der betrachteten Gegend ausgeübt wird. Wass der Niederschlägen beansprucht ergibt es sich, dass die Niederschlagsmengen von den Relief abhängen. Die charakteristische Verteilung der Niederschläge während dem Verlauf des Jahres, ist eines der bedeutsamsten klimatischen Merkmalen dieser Gegend: die Anwesenheit von zwei deutlich getrennten Jahreszeiten, eine Trockenzeit (Winter-Frühling) und eine Regenzeit (Sommer-Herbst). In Hinsicht seiner geographischen Interesse wurde auch die Zahl der Regentage während des Jahres und der drei trockenen Monaten in betracht genommen, in Hinsicht der Bedeutsamkeit, die diese Angaben für die Landwirtschaft darstellen. Die Feuchtigkeit wurde als den Ausdruck der Beziehung zwischen der Temperatur und der Niederschlagsmengen angesehen. Wass der relativen Feuchtigkeit beansprucht, zeigt das Gebiet des Central-westen gemässigte Verhältnisse, und die grosse Feuchtigkeit des Küsten- oder Amazonasgebietes wird hier nicht festgestellt.

Weiter geht der Verfasser in der Klassifikation der Klimatypen über, und benutz dabei das Köppen System. Die Klima des Central-westen reihen sich in den Typen Aw und Cw dieser Klassifikation ein. Der erste Typ, als "tropische Savannen" bezeichnet, ist im Central-westen mit den niederen Höhen verbunden und erscheint in der Paragui Niederung, am Rand des Hochlandes und in den weniger erhöhten Teilen desselben. Mitten dieser allgemeinen Verbreitung des tropischen Klimas (Aw) kommen, sobald die Höhe steigt, inselartige Erscheinungen von mesothermischen feuchten Klima (Cw), mit warmen Sommer (Cwa), zum Ausdruck.

Im dritten Teil untersucht der Verfasser die Beziehungen zwischen die klimatischen Verhältnisse und die natürlichen und kulturellen Merkmale des Gebietes. Diese Betrachtung wird nach den verschiedenen physiographischen Einheiten unternommen:

- a) Eine ausgedehnte und komplexe Hochebene, die ungefähr 90% des Gesamtareals des Gebietes einnimmt, mit einer Höhe die zwischen 300 und 1500 Meter schwankt.
- b) Der Westrand dieser Hochebene, der sich teilweise als eine schräge Abstufung, teilweise als einen seichten Hang darstellt.
- c) Die paraguayische Niederung eine ausgedehnte Ebene, nördlich und östlich durch den Rand der Hochebene eingerahmt, und die ungefähr 12% des Gelände von Mato Grosso und 8% des Gesamtareals der Einheit umfasst.

Obwohl die Klimatypen in diesen einzelnen Einteilungen nicht wesentlich verschieden sind, ist es doch möglich zu bemerken dass die klimatischen Verhältnisse mit der Physiographie des Gebietes verbunden sind. Der Einfluss der Klimabedingungen auf die Pflanzendecke und auf die menschlichen Arbeit wird ebenfalls in betracht genommen.

Schliesslich bringt der Verfasser als Schlussfolgerungen einige wichtige Punkte vor die im Verlauf der Abhandlung zum Ausspruch kamen:

Im Central-westlichen Gebiet Brasiliens ist das tropische Klima Aw vorherrschend; in den grössten Höhenlagen die im Gebiet vorkommen (700 bis 1500 Meter) zeigt sich das Klima mesothermisch feucht. Dieses mesothermische Klima unterscheidet sich aber nur von dem allgemeinen tropischen Klima des Gebietes, was der Temperatur beansprucht, denn die anderen tropischen Verhältnisse bleiben ungeändert.

Das Klima des Central-westen zeigt sich als mässig feucht, was in der "milden Temperatur" zum Ausspruch kommt und in der Gesundheit des Gebietes. Obwohl das Klima unbestreitbar einen kontinentalen Charakter darstellt, ist diese Eigenheit nicht sehr ausdrückvoll, schon in Ursache der langgestreckten Form, dass das Südamerikanische Kontinent darstellt.

Die Anwesenheit von den zwei Jahreszeiten, eine Trocken- und eine Regenzeit, die deutlich und regelmässig im Jahresverlauf vorkommen, ist eine der bedeutendsten klimatischen Merkmalen des Gebietes und in Verbindung mit der mässigen Feuchtigkeit, bestimmen sie die Erscheinung einer Pflanzendecke die zur Xerophytie übergeht.

In diesem weiten und unbeständigen Gebiet hält sich das Klima stark mit der Physiographie verbunden. Im Gegensatz der Veränderlichkeit, die auf der Hochebene und dessen Rand vorkommt, hält sich das Klima über die ganze paraguayische Niederung unveränderlich, und beeinflusst dort wesentlich auf die natürlichen und kulturellen Eigenheiten der geographischen Landschaft.

RESUMO

La aŭtoro faras, komence, ĝeneralajn konsiderojn pri la Centra-Okcidenta regiono de Brazilo, atentigante pri ĝia vasteco kaj la nesufiĉeco de ĝia reto de meteorologiaj stacioj, bazo, sur kiu oni devas firmigi la studojn pri klimato. Iu areo estis limdifinita, interne de la Granda Natura Centra-Okcidenta Regiono, en funkcio de la reto de la meteorologiaj stacioj. Por la ellaborado de ĉi tiuj notoj, krom la klimataj donitaĵoj, estas konsultita iu bibliografio elektita, kun la celo povi liveri ideon, kiel eble plej proksimuman, de la klimata realo de tiu brazila regiono.

En la unua parto estas analizataj la ĉefaj meteorologiaj elementoj. La analizo de la temperaturo vidigas, ke ĝia distribuo estas intime ligita al la reliefo de la regiono. La premoj kaj la ventoj estas konsiderataj en studo pri la ĝenerala cirkulado de la aermasoj en la sudamerika kontinento, same kiel rilate al ĝia reflujo en la traktata regiono. De la vidpunkto de la pluveco oni observas, ke la kvanto de pluvo falinta sur la regiono estas rilatigita kun la reliefo; ĝia distribuo en la daŭro de unu jaro donas al la Centro-Okcidento unu el ĝiaj ĉefaj klimataj karakterizaĵoj, tio estas, la ekzistadon de du tre difinitaj sezonoj en la daŭro de la jaro: unu seka (vintro-printempo), la alia pluva (somero-aŭtuno). Estas konsiderita ankaŭ, pro sia geografia intereso, la nombro de pluvaj tagoj por jaro kaj dum la tri plej sekaj monatoj, pro la graveco, ke tiuj observadoj eventuale povas havi en la terkulturaĵ aktivadoj de la regiono. La malekeco estas rigardita kiel esprimo de la rilato inter temperaturo kaj pluvofalo. De la vidpunkto de la relativa malekeco la Centro-Okcidento prezentigas modera, ne montrante la grandan malekecon de la marbordo kaj la troa de Amazonio.

Poste la aŭtoro klasigas la "klimatajn tipojn", uzante en tiu laboro la sistemon de KÖPPEN. La klimatoj trovataj en la Centro-Okcidento estas identigitaj kiel apartenantaj al la tipoj *Aw* kaj *Cw* de la menciita klasigo. La unua tipo, nomata tipo de la "tropikaj savanoj", rilatiĝas en la Centro-Okcidento kun la malpligrandaj altecoj: ĝi okazas en la Paragvaja Ebenaĵo, sur la bordo de la plataĵo ŝaj en la malpli altaj partoj de tiu lasta. Meze de la ĉefeco de la tropika klimato *Aw*, kiam la alteco pligrandiĝas, oni registras okazaĵojn de malseka mezoterma klimato *Cw*, de varma somero (*Cwa*) kaj eĉ de malvarmeta somero (*Cwb*).

En la tria parto la aŭtoro ekzamenas la rilatojn inter la klimataj aspektoj kaj la naturaj kaj kulturaj trajtoj de la regiono. Li faras tiun ekzamenon laŭ la diversaj fiziografiaj malsekecoj de la regiono, nome:

a) Iu vasta kaj kompleksa plataĵo enhavanta ĉirkaŭe 90% de la tuta areo de la regiono kaj varianta pri alteco de 900 ĝis 1.500 m.

b) La okcidenta bordo de la dirita plataĵo, kiu sin prezentas jen formante krutegaĵojn, jen malsuprenirante laŭ facila deklivaĵo.

c) La Paragvaja Ebenaĵo ampleksanta la vastan ebenejon enkadrigitan norde kaj oriente de la randaĵoj de la plataĵo kaj enhavanta ĉirkaŭe 12% de la teritorio de Mato Grosso kaj 8% de la tuta areo de la regiono.

Kvankam la klimataj tipoj ne estas radike malsamaj, en ĉiu el tiuj partoj, oni povas observi, ke, en la tuto, tiuj klimataj trajtoj ligiĝas al la fiziografio de la regiono. En ĉi studo li enfokusigas la reefikon de la klimataj aspektoj sur la vegetan kovraĵon kaj sur la homajn aktivaĵojn.

Fine la aŭtoro skizas kiel konkludojn kelkajn gravajn punktojn, kiuj elstaris el la verkado de tiuj notoj:

En la Centra-Okcidenta regiono de Brazilo superregas la tropika klimato *Aw*; sur la pli grandaj altecoj atingitaj en la regionoj (inter 700 kaj 1.500 m) la klimato sin prezentas malseka mezoterma. Tamen tiu mezoterma tipo diferencas de tiu nur pri la temperaturo, ĉar persistas la ceteraj tropikaj karakterizaĵoj.

La klimato de la Centro-Okcidento montriĝas posedanta moderan malsekecon, kaj tiu fakto reflektiĝas en la "sentebla" temperaturo kaj en la sanigeco de la regiono. Rilate ĝian kontinentan karakteron, kvankam neneigebla, ĝi ja ne atingas la intensecon de grava karakterizaĵo, pro la iom mallarĝa formo mem de Sudameriko.

La ekzistado de la du sezonoj, seka kaj pluva, tre diferencigitaj kaj regutaj en la daŭro de la jaro, estas unu el la plej akcentataj klimataj karakterizaĵoj de la regiono, kaj, krom tio, kunigita al la modera malsekeco, ĝi determinas iun vegetan kovraĵon, kiu emas al la kserofilio.

Interne de tiu vasta kaj varia regiono la klimato teniĝas intense rilatigita al la fiziografio. Kontraste kun la varieco, kun kiu ĝi prezentigas sur la plataĵo kaj sur ties bordo, ĝi teniĝas unuforme sur la Paragvaja Ebenaĵo, kie ĝi reefikas profunde sur la naturajn kaj homajn trajtojn de la geografia pejzaĝo.

DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS*

ELZA COELHO DE SOUSA

Da secção de estudos geográficos do
C.N.G.

INTRODUÇÃO

Este estudo das propriedades rurais em Minas Gerais é uma apreciação de sua distribuição, segundo suas áreas médias em hectares.

Os dados fornecidos pelo recenseamento de 1940 permitiram a elaboração de um mapa de área média de propriedade pelo processo de isaritmas. A área média em cada município foi obtida dividindo-se a área abrangida pelos estabelecimentos rurais pelo número total dêles.

Para efeito do censo agrícola foram considerados imóveis rurais os que se acham fora do perímetro urbano das cidades ou das vilas e que se destinam à exploração direta do solo, seja para a produção de gêneros agrícolas, seja para a criação de gado. É preciso ressaltar que somente foram recenseadas as propriedades em exploração.

O valor da área média de propriedade obtido para cada município foi situado dentro de sua área, onde se verifica uma maior densidade da população rural e uma maior concentração de propriedades, para o que nos servimos dos mapas municipais dos dados de população rural fornecidos também pelo Serviço de Recenseamento. O mapa de propriedades não foi feito por distritos pela impossibilidade de se conseguirem os dados estatísticos.

Escolhidos os valores para as isaritmas num gráfico de frequências, as linhas foram construídas por interpolação.

É preciso lembrar que não existindo ainda no Brasil um cadastro rural organizado, as áreas das propriedades são, muitas vezes, meras estimativas, passíveis portanto de erros.

Necessário se torna salientar que o mapa representa a área média das propriedades em produção no município e que muitas vezes essas propriedades são em número bastante reduzido, abrangendo apenas pequena área do município. Uma observação superficial do mapa pode levar a interpretações errôneas, como por exemplo, no caso de Minas Novas no nordeste do estado. É o município que apresenta a menor área média de propriedade (23 hectares). Observando-se o mapa pode-se ter a falsa impressão de que a região de Minas Novas e de Diamantina, mais ao sul, ou o trecho da serra Geral que constitui o divisor de águas São Francisco-Pardo, com os municípios de Espinosa, Monte Azul e Rio Pardo, no limite com a Bahia, sejam zonas ricas, de propriedades muito divididas com exploração agrícola intensa.

* Trabalho apresentado no XVI Congresso Internacional de Geografia, realizado em Lisboa, em abril de 1949.

Na realidade não é o que acontece. Apenas pequena área dêesses municípios é explotada, por pequenas propriedades sendo grande a extensão de terras devolutas ou de fazendas abandonadas por motivos naturais ou históricos.

Apenas 14,5% em Minas Novas e 15% em Diamantina da área total do município são ocupados por propriedades rurais em exploração. De fato, em tais zonas domina a pequena propriedade, porém elas abrangem área reduzidíssima do município. São zonas pobres do ponto de vista agrícola ou pastoril, pois, se dedicam a uma pouco desenvolvida agricultura de subsistência. A população rural apresenta-se concentrada nessa pequena área abrangida pelas propriedades rurais.

Para completar o estudo da distribuição das propriedades impôs-se então a elaboração de mais dois mapas: um de densidade da população rural e outro de porcentagem da área dos municípios ocupados efetivamente por fazendas e sítios, utilizando-se sempre os dados fornecidos pelo Serviço de Recenseamento. Estes mapas foram também feitos pelo processo de isaritmas.

O primeiro dos mapas, por se tratar da representação da densidade da população rural fugiu aos moldes clássicos de se representar a densidade pelo número de habitantes por quilômetro quadrado de área administrativa (estado ou município). Mais interessante no caso é representar a densidade da população rural em relação à área ocupada pelas propriedades rurais dentro dos municípios.

Em regiões regularmente povoadas e explotadas a superfície de referência a ser adotada para a representação cartográfica da densidade da população rural importa pouco, como se pode observar com referência à zona Sul, à zona da Mata ou ao Triângulo Mineiro, nas quais mais de 70% da área dos municípios são ocupados por fazendas. Naturalmente, as densidades são mais altas adotando-se este último critério, mas de modo geral a representação cartográfica por isaritmas de uma forma ou de outra não apresenta diferenças essenciais.

O mesmo não acontece em zonas pouco povoadas e em que domina a pequena propriedade. Vejamos alguns exemplos: em Minas Novas a densidade da população rural em relação à área municipal é de 7,93 habitantes por quilômetro quadrado; em Diamantina é de 3,88. Difícil se torna relacionar a predominância da pequena propriedade (em Minas Novas com área média de 23 hectares, em Diamantina, 53 hectares) com uma população rural tão pouco densa. Entretanto, se considerarmos como superfície de referência somente a área ocupada dentro do município por fazendas e sítios, para com ela relacionarmos a população rural teremos em Minas Novas uma densidade de 53,8 habitantes por quilômetro quadrado e em Diamantina 25,7.

Sendo no primeiro município citado ocupados efetivamente apenas 14,5% da área total e no segundo, 15% como vimos, pode-se concluir daí que apenas uma reduzida parte das terras são explotadas por pequenas propriedades, dedicadas a uma pobre agricultura de subsistência.

Isto também se verifica com os municípios limítrofes da Bahia: Espinosa, Monte Azul e Rio Pardo, que abrangem parte da serra Geral, o divisor de águas São Francisco-Pardo. Estes municípios apresentam propriedade dividida, com áreas médias variando de 50 a 65 hectares e com uma população rural de 1,5 a 5 habitantes, pelo critério tradicional e de 9,5 a 17 habitantes

PRINCIPAIS DIRETRIZES DO POVOAMENTO DA REGIÃO AO NORTE DO RIO DOCE

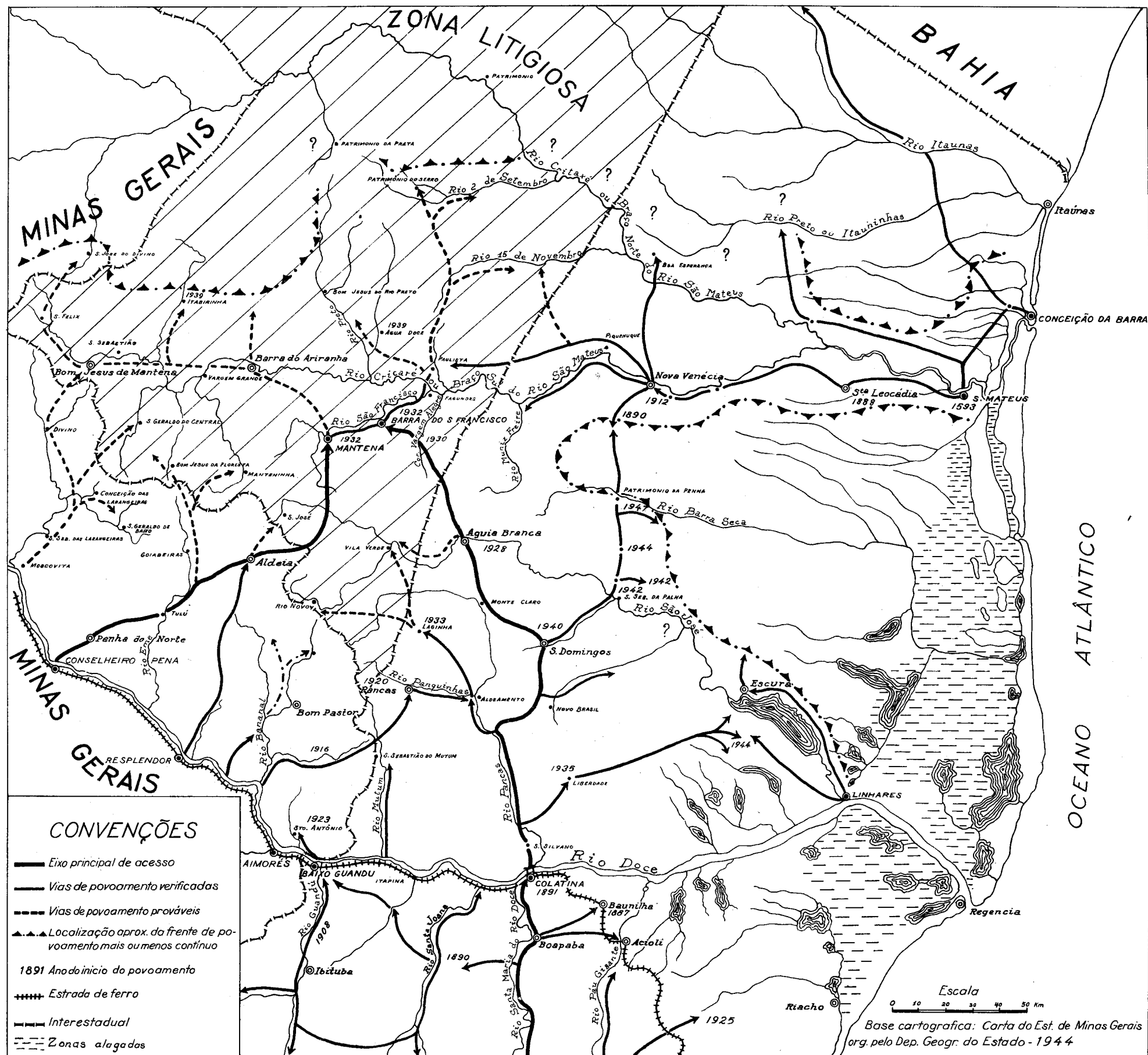


Fig. 8 — As principais vias de povoamento da região ao norte do rio Doce. Há dois eixos principais, um partindo do Espírito Santo através de Colatina, e outro partindo de Minas Gerais através de Conselheiro Pena. Ambos convergem em direção a Mantena, a última grande reserva de terras devolutas. A parte leste, abrangendo a área pantanosa do baixo rio Doce, é praticamente despovoada.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Serviço de Geografia e Cartografia

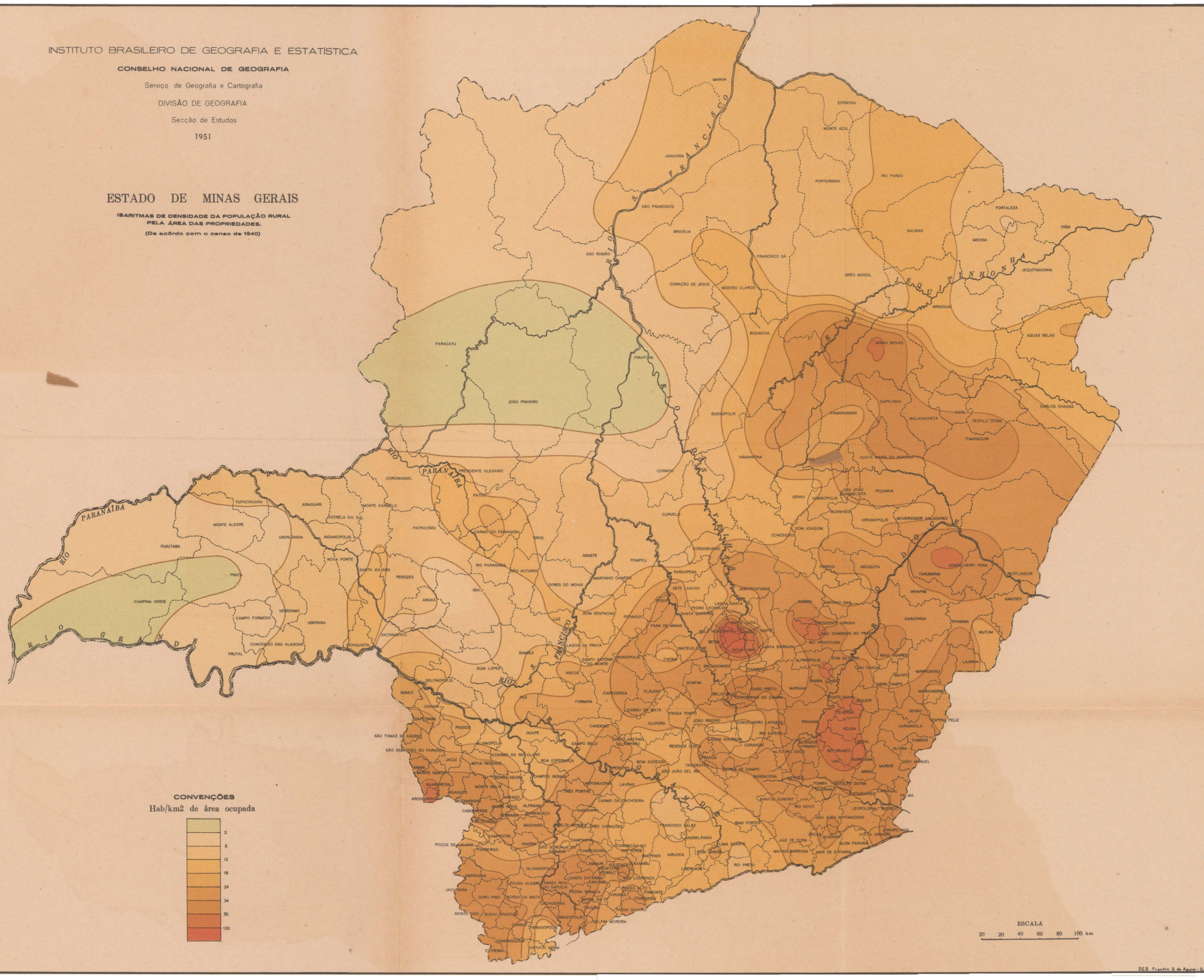
DIVISÃO DE GEOGRAFIA

Secção de Estudos

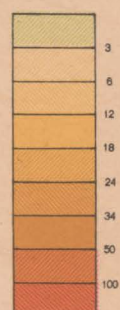
1951

ESTADO DE MINAS GERAIS

ISARITMAS DE DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL
PELA ÁREA DAS PROPRIEDADES.
(De acôrdo com o censo de 1940)



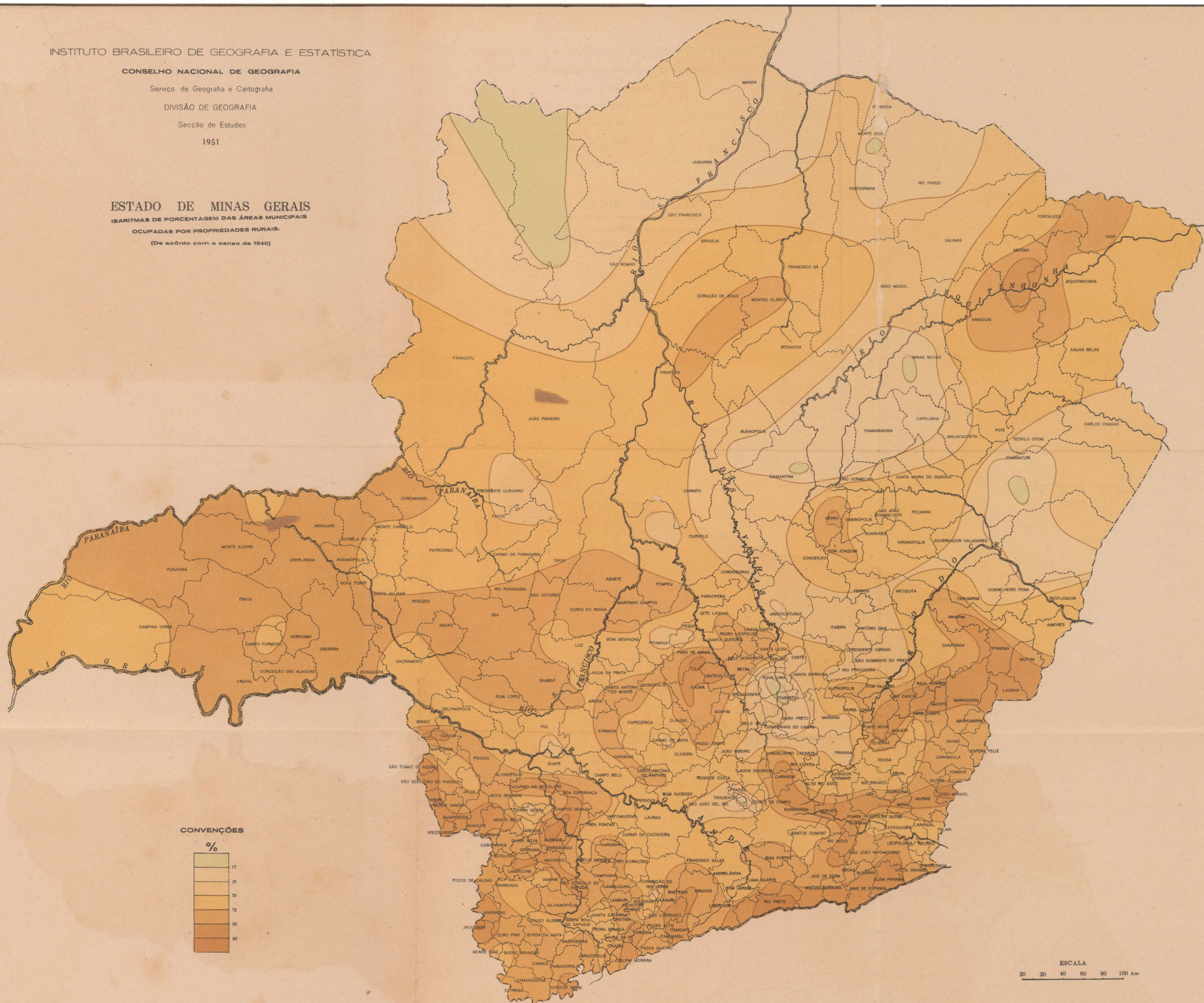
CONVENÇÕES
Hab/km2 de área ocupada



ESCALA
20 20 40 60 80 100 km

1951

(De acordo com o censo de 1940)



ESCALA

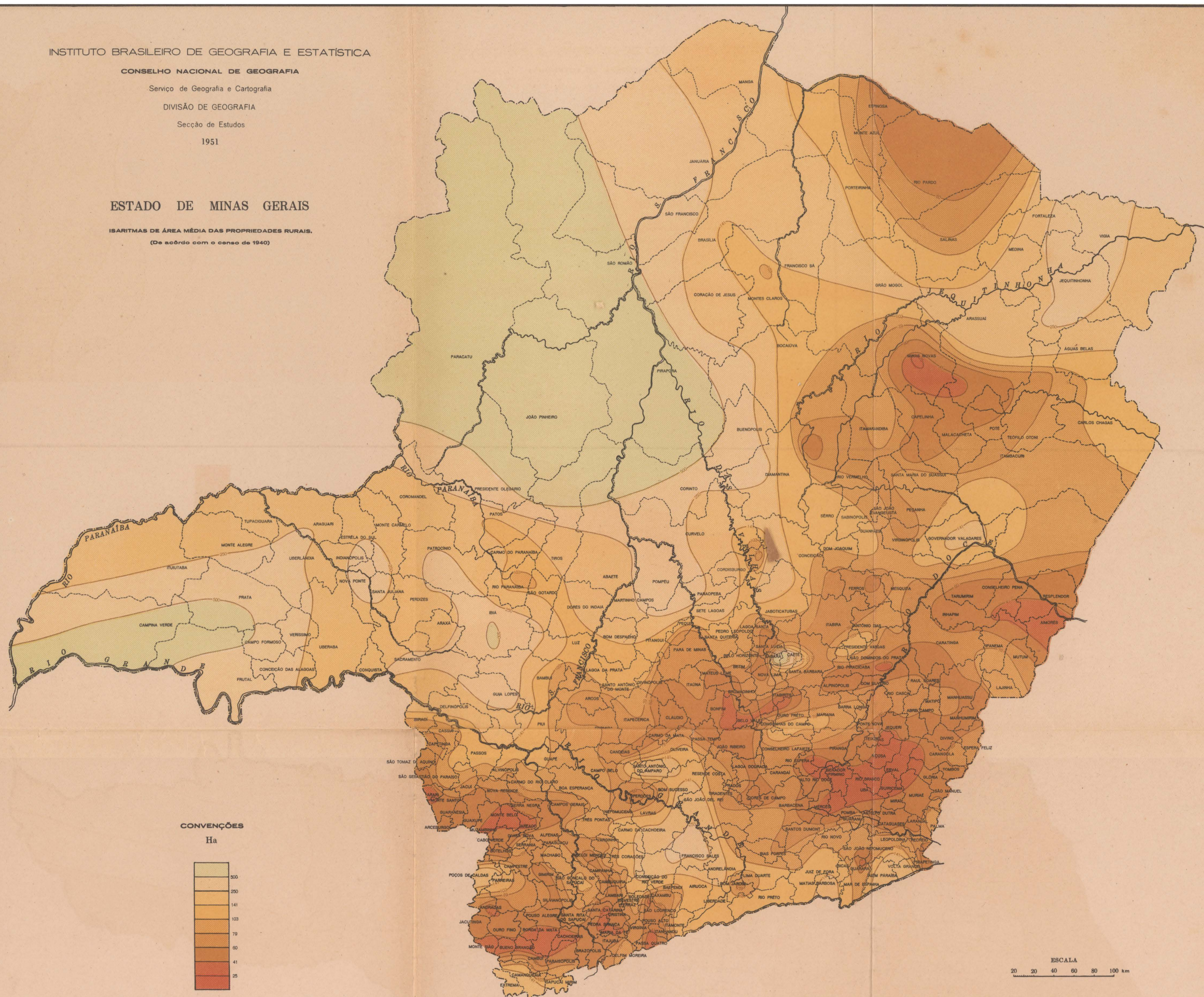
20 20 40 60 80 100 km

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

DIVISÃO DE GEOGRAFIA

1951

ISARITMAS DE ÁREA MÉDIA DAS PROPRIEDADES RURAIS,
(De acordo com o censo de 1940)



DES. Franklin S. de Aguiar - S.C.I.

por quilômetro quadrado de área ocupada. A explicação para o fato é a mesma: menos de 30% da área municipal são explotados, sendo que em Monte Azul a área explotada é de apenas 16,3%.

Observando-se o mapa pode-se dizer que, quando num município a ocupação das terras por fazendas e sítios abrange menos de 50% da sua área, o cálculo da densidade da população rural em relação à superfície total pode dificultar certas interpretações.

Pelas razões expostas, concluímos pela necessidade da elaboração de mais êsses dois mapas que viriam auxiliar e completar o estudo da distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais.

O estudo dêstes mapas permitiu a divisão do estado em duas grandes regiões limitadas pela isaritma de 141 hectares de área média e de 12 habitantes por quilômetro quadrado da área ocupada. De modo geral, estas linhas separam a zona agrícola ou agro-pecuária com propriedades de área média variando de 25 a 141 ha. e com população rural mais ou menos densa, da zona onde domina a criação extensiva feita em grandes propriedades com população rural muito rala e dispersa.

Dentro destas grandes regiões podem-se distinguir zonas menores, reunindo municípios que apresentam os valores das áreas médias aproximadamente iguais e com aspectos físicos ou humanos semelhantes. Dêste modo distinguem-se: a) na região que se estende de sudoeste a nordeste do estado de propriedades menores de 141 ha: zona Sul, zona da Mata, zona do divisor de águas Rio Grande-São Francisco, zona Metalúrgica e zona do Alto Jequitinhonha e Pardo; b) na outra região situada a oeste e noroeste do estado, de propriedades maiores de 141 ha: Triângulo Mineiro, zona do Urucuia-Paracatu, vale do São Francisco e vale médio do Jequitinhonha.

Estudemos com minúcia estas diferentes zonas nos seus aspectos físicos e humanos.

ZONA SUL

A zona Sul limitada pela isaritma de 79 ha. se estende da fronteira dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro à margem sul do rio Grande. Muito montanhosa, com altitudes que variam de 800 a mais de 1 000 metros abrange o planalto cristalino da Mantiqueira. É uma zona de economia mista agro-pecuária.

Esta zona de povoamento bastante antigo já no século XVII gozava de certa importância, não só por aí passar um dos principais caminhos que demandavam as minas situadas nas montanhas centrais do estado, como também porque aí se desenvolveu desde cedo uma importante atividade criadora. A antiga comarca do Rio das Mortes fornecia gado para a zona das minas, para São Paulo e Rio de Janeiro, concorrendo com as zonas criadoras do sul do país.

Quando as minas entraram em decadência em fins do século XVIII, o mercado de gado mais importante desapareceu. A agricultura até então limitada a pequenas lavouras de subsistência tomou grande impulso e em meados do século XIX, numa expansão da lavoura cafeeira paulista do vale do Paraíba e dos vales que drenam a encosta ocidental da Mantiqueira, o café se tornou o principal produto agrícola da região.

Mais tarde, com a decadência da cultura cafeeira pelo esgotamento das terras, pelas crises de superprodução e pela concorrência de zonas mais novas, situadas sobretudo na zona da Mata, parte dos cafèzais passou a ser substituída pelos campos de pastagens. Iniciou-se, então, na zona uma promissora indústria leiteira cujo desenvolvimento a proximidade dos mercados paulistas e fluminenses estimulava. As fazendas se tornaram, então, de exploração mista, dedicando-se ao mesmo tempo à agricultura e à criação de gado leiteiro: holandês e schwitz. Desenvolveu-se, assim, uma criação intensiva de gado de raça, dedicando-lhe os fazendeiros cuidados especiais, zelando êles pela seleção das raças, formação de pastagens artificiais, construção de silos, estabulação, etc. A produção leiteira alimenta hoje uma importante indústria de laticínios. A zona Sul é no estado de Minas Gerais a maior produtora de manteiga, queijo de Minas, queijo Parmezão e queijo Prato, exportados sobretudo para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Em quase tôdas as cidades da zona Sul estão instaladas fábricas de manteiga e de queijo. Dêste modo, a maioria dos municípios sul-mineiros vive de uma economia mista agro-pecuária.

No entanto, raramente os valores da produção agrícola e da produção pecuária se correspondem exatamente. Em algumas zonas domina a atividade agrícola, aparecendo a criação como atividade complementar, noutras dá-se o inverso.

Assim é que a agricultura aparece como atividade econômica mais importante nos municípios situados na parte mais montanhosa da zona Sul, numa altitude superior a 900 metros, na encosta da Mantiqueira; coincide também com a zona servida pelas estradas de ferro Rêde Mineira de Viação e Companhia Mojiana, que facilitam o escoamento dos produtos agrícolas.

São êles os municípios limítrofes do estado de São Paulo desde São Sebastião do Paraíso até Bueno Brandão ao sul e daí até Passa Quatro; exclui-se dêste conjunto a zona que corresponde ao maciço eruptivo nefelínico de Poços de Caldas, em que os solos pobres para a agricultura e as grandes extensões de campos naturais possibilitaram um desenvolvimento apreciável da pecuária. É importante também na região a extração da bauxita e do zircônio.

Exclui-se ainda o extremo sul com os municípios de Extrema e Sapucaí-Mirim com área média de propriedade superior a 100 ha.

Os municípios agrícolas acima citados têm uma área média de propriedade que varia de 30 a 60 ha e uma população rural cuja densidade vai de 24 a 50 habitantes por quilômetro quadrado de área ocupada. Mais de 30% da área produtiva¹ dêstes municípios são ocupados pelas lavouras. O café é ainda o principal produto cultivado, sendo também importantes as plantações de milho, feijão e cana-de-açúcar.

Em muitos dêstes municípios a altitude, a proximidade de mercados consumidores e a facilidade de exportação favoreceram o desenvolvimento da fruticultura como em Itajubá (53 ha. de área média de propriedade); Maria da Fé (38 ha.); Passa Quatro (37 ha.); São Lourenço (52 ha) que acusam uma exportação apreciável de pêras, maçãs, uvas, pêssegos, etc.

¹ Segundo o recenseamento de 1940 é área produtiva a área total abrangida pelas lavouras anuais e permanentes, pelos pastos e pelas matas, dentro dos municípios.

Também a fabricação de vinho é um aspecto interessante da atividade econômica da zona Sul, salientando-se, neste particular, Andradas (38 ha), Poços de Caldas (185 ha), Ouro Fino (47 ha), São Lourenço (52 ha), Borda da Mata (38 ha). Nestes municípios em que a fruticultura e a viticultura, em particular, são expressivas vemos que a área média das propriedades é, em geral, inferior a 50 ha. Apenas se destaca do conjunto Poços de Caldas com 185 ha de área média. É que neste município ao lado das grandes propriedades criadoras que constituem a maioria, existem pequenas chácaras dedicadas à plantação de frutas européias, que abastecem as numerosas estações de águas situadas nesse maciço eruptivo e nos seus contornos: Poços de Caldas, Pocinhos do Rio Verde, Parreiras, Águas da Prata.

Não se deve, porém, esquecer que, ao lado desta importante atividade agrícola, nestes municípios tôdas as fazendas têm também grandes rebanhos de gado leiteiro, entretanto menos de 50% da área produtiva são ocupados por pastagens.

Já os municípios situados no baixo e médio vale dos rios Sapucaí e Verde têm a pecuária como a sua principal atividade econômica e uma área média de propriedade superior a 60 ha. Mais de 70% da área produtiva são ocupados pelas pastagens e menos de 15% pela lavoura, que aparece como atividade subsidiária. Nestes municípios criadores o principal produto cultivado é o milho, que é empregado na alimentação dos animais.

Além da criação de gado leiteiro, nos municípios de Carmo do Rio Claro, Alfenas, Machado, São Gonçalo do Sapucaí, Conceição do Rio Verde, Três Corações, Varginha, é também muito importante a criação de gado de corte, contando para isso com extensas invernadas de capim jaraguá e colômbio. O rebanho bovino é constituído, sobretudo, por gado zebu, em vez de holandês ou schwitz, como na zona anteriormente estudada.

À medida que se avança para o norte, para o vale do rio Grande, a agricultura diminui ainda mais de importância ocupando menos de 10% da área produtiva. As propriedades têm área média maior que 79 ha., sendo que as pastagens ocupam mais de 80% da área aproveitada. E aí domina de forma quase absoluta a engorda e criação do gado de corte. O gado magro importado do sul de Goiás ou do oeste mineiro é aí engordado antes de seguir para os mercados consumidores. Três Corações é um mercado tradicional de gado gordo.

No seu conjunto, a zona Sul é uma zona de economia mista agro-pecuária. Pode-se, no entanto, concluir que o valor de 60 ha de área média de propriedade marca o limite da área em que domina a agricultura como atividade principal.

Áreas médias superiores a 60 ha. aparecem nas zonas em que a pecuária no seu aspecto de engorda de gado de corte tem maior importância.

ZONA DA MATA E RIO DOCE

Para sudeste estende-se a zona da Mata e do rio Doce na encosta do planalto; constitui em Minas Gerais outra importante zona de propriedades divididas. Abrange uma área maior que a anteriormente estudada.

Do limite com o estado do Rio de Janeiro estende-se até a margem sul do rio Doce. O limite oeste desta zona se estende até onde aparecem as rochas algonquianas, onde se pode distinguir uma zona diferente quanto à distribuição das propriedades rurais e que será examinada mais adiante. A isaritma de 60 ha. de área média limita a zona em estudo.

Explorada desde o início do século XIX, a zona da Mata apresentando condições naturais favoráveis ao desenvolvimento da agricultura — clima quente e úmido, relêvo ondulado, solos férteis derivados da decomposição de rochas arqueanas, ricos em humo pelas densas matas que a cobriam — tornou-se logo a mais rica zona agrícola do estado com produção considerável de café, milho, cana de açúcar e feijão. Ainda hoje conserva tal primazia para o que não deixa de contribuir uma densa rede de comunicações rodoviárias e ferroviárias, (Leopoldina Railway) que possibilitam o escoamento dos produtos agrícolas, e a proximidade de um importante mercado, o Distrito Federal.

De modo geral, a população rural apresenta-se aí mais densa que na zona Sul, apesar de nesta ser também importante a atividade agrícola. Entretanto, como a criação de gado leiteiro está tomando cada vez maior desenvolvimento naquela zona e exigindo tal atividade menor número de braços que a agricultura, tal fato explica a diferença na densidade da população rural destas duas importantes zonas do estado de Minas Gerais. A área limitada pela isaritma de 34 a 42 habitantes por quilômetro quadrado é muito maior na zona da Mata que na Sul.

Os municípios enquadrados dentro da isaritma de 60 ha, portanto, com área média de propriedade menor que esse valor, têm mais de 40% da superfície aproveitada, ocupados por lavouras, apresentando uma média de mais de 34 habitantes por quilômetro quadrado. São os municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba, afluente do Paraíba, para o norte até o alto vale do rio Doce e daí para leste até o limite com o Espírito Santo.

O conjunto formado pelos municípios de Erval, Guiricema, Rio Branco, Senador Firmino, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras marca uma zona em que a área média da propriedade é, em geral, inferior a 35 ha, portanto, de propriedade bastante dividida.

Em toda esta zona a agricultura domina de modo absoluto, sendo o café ainda o principal produto cultivado. Bastante importantes também na zona são as plantações da cana de açúcar, que fornecem a matéria-prima para os numerosos engenhos bangüês aí instalados e para as usinas situadas nas cidades. Esta zona mantém relações comerciais intensas com os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Tem-se que fazer uma distinção dentro deste conjunto da zona da Mata, quanto aos municípios situados ao norte, nas margens do rio Doce. No mapa de propriedades, esses municípios: Aimorés, Resplendor, Inhapim, têm como os situados mais ao sul, área média de propriedade inferior a 60 ha. Porém, na sua economia diferem: além da agricultura (40% da área produtiva) é muito importante a exploração de madeiras, de lenha e de carvão. Grande parte da lenha e carvão é exportada pela Vitória-Minas para o abastecimento em combustível da indústria siderúrgica do interior. Uma grande área nestes municípios está ainda coberta por densas matas, de modo geral, mais de 30%.

Cêrca de 60% da área total dêsses municípios são ocupados pelas propriedades rurais. Já o mesmo não acontece nos municípios da margem esquerda do rio Doce, Governador Valadares, Conselheiro Pena em que a área ocupada por fazendas e sítios é inferior a 50%. É uma zona de ocupação relativamente recente, ainda em vias de exploração e em que as indústrias extrativas vegetal e mineral têm grande importância.

Destaca-se também do conjunto da zona da Mata a parte sul, os vales do Paraíba e de seus afluentes: Prêto, Paraibuna e Pomba, que apresentam características diferentes. As propriedades estão menos divididas, apresentando, de modo geral, área média superior a 79 ha. A população rural apresenta-se mais rala, com menos de 34 habitantes por quilômetro quadrado.

Zona de ocupação antiga foi outrora importante produtora de café que evoluiu, como todo o vale do Paraíba em São Paulo e no Rio de Janeiro, para a criação de gado leiteiro.

Os municípios aí situados: Recreio, Leopoldina, Volta Grande, Além Paraíba, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Rio Novo, Bicas, Matias Barbosa, Juiz de Fora e Santos Dumont têm, de modo geral, mais de 70% de suas áreas produtivas ocupados por pastagens. Em todos êles os campos de cultura vão cedendo lugar progressivamente aos pastos. Como já foi dito, domina a criação de gado leiteiro: holandês, guernesey, jersey, schwitz, caracu. É grande a exportação de leite para o Distrito Federal. A produção de manteiga e de queijo é muito menor que na zona Sul. Graças à facilidade de exportação do leite e à proximidade de mercados consumidores, os laticínios são em muito menor número que na zona referida.

Esta região (vale do Paraíba e afluentes) aparece como um prolongamento da importante zona criadora do alto rio Grande. Embora tenham tido uma evolução diferente estão hoje ligadas economicamente, pois, ambas se dedicam à criação de gado.

O peneplano do alto rio Grande de 1 000 a 1 100 metros de altitude, recoberto de campos naturais, de solos pobres, foi desde os tempos coloniais uma importante zona de criação e engorda de gado. Ainda hoje se conserva como uma zona essencialmente pecuária de grandes propriedades, sendo que mais de 80% da área produtiva dos municípios aí situados são ocupados por pastagens. As áreas médias das propriedades variam de 120 a 325 ha, (Francisco Sales) e a população rural tem uma densidade inferior a 18 habitantes por quilômetro quadrado.

Esta zona separa nitidamente as zonas Sul e da Mata.

DIVISOR DE ÁGUAS RIO GRANDE-SÃO FRANCISCO

Outra zona de pequenas propriedades, de área média variando de 25 a 60 ha, está situada no divisor de águas Rio Grande-São Francisco, nos altos vales do São Francisco e de seus afluentes: Paraopeba, Pará e na margem esquerda do rio das Velhas. Zona de povoamento antigo, desbravada no século XVII, quando da descoberta das minas de ouro, a par de uma agricultura desenvolvida pratica também importante criação de gado.

Todos os municípios da zona têm mais de 80% da área produtiva em pastos e pouco mais de 10% em lavouras. Também aqui se verifica a substituição gradual dos campos de cultura pelas pastagens. Zona de solos bons, porém, muito trabalhados pela erosão, apesar de se dedicar principalmente à criação e engorda de gado, sobretudo, do oeste mineiro, conservou uma área média de propriedade pequena, pois a agricultura foi em tempos passados sua principal atividade econômica. O gado é vendido para as charqueadas numerosas na região e para Belo Horizonte. Faz-se também alguma criação de gado leiteiro, sendo o leite utilizado na preparação de manteiga e de queijos nos latifúndios situados nas maiores cidades da zona.

É por excelência a zona abastecedora de Belo Horizonte, a capital mineira, tanto em produtos agrícolas como pastoris, graças a um bom sistema de comunicações.

Observa-se nos municípios de Belo Horizonte e nos seus vizinhos Santa Luzia e Lagoa Santa, uma zona de propriedades pequenas que está ligada ao abastecimento da capital em frutas, legumes e verduras.

Para o norte e para oeste, a isaritmia de 79 ha. marca, *grosso modo*, o início do campo cerrado, nos municípios de Pedro Leopoldo, Pará de Minas, Divinópolis, Santo Antônio do Monte, Formiga, Guapé, etc. Além desse limite a área das pastagens sobe a mais de 85%, tornando-se quase nula a área agrícola.

ZONA METALÚRGICA

Entre a zona anteriormente estudada e a da Mata situa-se a zona Metalúrgica, no alto vale do rio das Velhas e dos afluentes da margem esquerda do rio Doce e que apresenta os maiores contrastes nas áreas médias das propriedades. Estende-se desde Conselheiro Lafaiete, Congonhas do Campo, Ouro Preto e Mariana, ao sul, onde começam os afloramentos de rochas algonquianas: séries de Minas e Itacolomi, até os municípios de Nova Lima, Caeté, Sabará, Santa Bárbara, Presidente Vargas e Itabira.

Zona de relevo muito acidentado, com serras de escarpas abruptas e solos pobres para a agricultura é, por excelência, a zona de mineração do ferro, do ouro e do manganês. Foram aí instaladas numerosas usinas metalúrgicas; como as da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em Siderúrgica e Monlevade; a usina Queirós Júnior, em Itabirito; a usina Gorceix da Companhia Ferro Brasileiro em Caeté, a usina da Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas em Morro Grande e outras menores.

De modo geral, as grandes áreas médias de propriedade que aparecem estão ligadas à existência dessas usinas. Embora grande parte da lenha e carvão vegetal consumidos nas usinas sejam importados do baixo rio Doce, as Companhias possuem, nas proximidades de seus estabelecimentos, fazendas onde se pratica o reflorestamento natural ou artificial destinado ao fornecimento de combustível. Deste modo se explica a grande área média de propriedade em Sabará, 660 ha., onde está localizada uma usina da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira em Siderúrgica. Do mesmo modo, em Presidente Vargas a área média de propriedade de 138 ha. está ligada à usina de Monlevade também da Belgo-Mineira, situada no limite de Rio Piracicaba com este município.

O que caracteriza essencialmente esta zona é o pequeno aproveitamento das terras para atividades agrícolas ou pastoris. Menos de 50% da área dos municípios aí situados estão ocupados por fazendas ou sítios em exploração, sendo que em Nova Lima esta ocupação abrange apenas 5,8% da área municipal. Em Nova Lima está instalada a St. John del Rei Gold Mining Co., geralmente conhecida por Companhia do Morro Velho, que aí explora uma grande mina de ouro.

Tanto a agricultura como a criação tem pequena significação econômica. A principal e mais rendosa atividade é, nesta região mineira, a mineração do ferro, do ouro e do manganês.

No estado de Minas Gerais a exploração do ouro em minas somente se faz nos municípios de Nova Lima, Mariana e Caeté. Quanto ao manganês, cerca de 80% do minério explotado no estado provém das minas de Conselheiro Lafaiete, Caeté e Ouro Preto e finalmente o ferro, uma das maiores riquezas de Minas Gerais, é explotado principalmente em duas zonas distintas: uma entre o rio Paraopeba e o rio das Velhas, onde se encontra o pico de Itabirito e outra entre o Piracicaba e o Santo Antônio, onde se acham o Cauê, o Esmeril e o Conceição².

O desenvolvimento da mineração e da metalurgia contribuiu para a decadência da vida rural na região, atraindo a mão-de-obra disponível para as atividades industriais que oferecem ganhos maiores do que o trabalho agrícola.

ALTO JEQUITINHONHA E PARDO

Apresentando a mesma característica da zona anterior: pequeno aproveitamento das terras para culturas ou pastos, menos de 30%, devido à má qualidade dos solos derivados de rochas algonquianas, ao relevo acidentado e à deficiente rede de comunicações, aparece a última zona de propriedade dividida; é a do Alto Jequitinhonha e Pardo que se estende pela serra do Espinhaço ou serra Geral até o limite com a Bahia. E limitada pela isarítma de 103 ha.

Entretanto, aparecem valores menores que êsse: a isarítma de 79 ha. limita duas zonas diferentes: a de Minas Novas, Diamantina, mais ao sul, e na serra Geral, a zona de Espinosa, Monte Azul e Rio Pardo.

A primeira, antiga zona de mineração do ouro e de diamantes desbravada pelos bandeirantes no século XVIII ainda conserva, embora decadente, a indústria extrativa mineral como sua principal atividade econômica.

No entanto, é preciso salientar que, embora essa região de pequenas propriedades possa parecer à primeira vista bastante explotada e próspera, a realidade não é essa. As fazendas e sítios abrangem em Minas Novas apenas 14,5% da área municipal; em Diamantina, 15%. As áreas de terras devolutas e improdutivas e o número de fazendas não explotadas são muito grandes nesses municípios.

A divisão da propriedade foi aí indiretamente provocada pela atividade mineradora. Numa zona de comunicações difíceis, em torno dos centros mineradores multiplicaram-se os pequenos sítios dedicados a uma reduzida agri-

² SÍLVIO FRÓIS ABREU: "Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira", *Revista Bras. de Geografia*, ano VII, n.º 1.

cultura de subsistência com pequenas lavouras de milho, feijão, arroz, mandioca, destinadas ao abastecimento da população de faiscadores e garimpeiros que aí se fixou. A agricultura ocupa, assim, mais de 20% da área produtiva.

A população rural aparece concentrada na pequena área ocupada pelas propriedades rurais com uma densidade superior a 24 habitantes por quilômetro quadrado de área ocupada em Minas Novas e Diamantina. Se se relacionasse a população rural com a área total desses municípios, a sua densidade seria de 8 habitantes por quilômetro quadrado em Minas Novas e 4 em Diamantina. Impossível seria compreender uma zona de propriedades pequenas com uma população rural tão rala. Daí relacionar-se a população rural somente com a área ocupada.

Os municípios situados no sopé da serra Geral como Espinosa, Monte Azul e Rio Pardo possuem, na realidade, propriedades muito subdivididas. Nos dois primeiros, grande extensão é ocupada pela mata da Jaíba que se estende pelo baixo vale dos rios Verde Grande e Verde Pequeno, onde grassa a malária endêmica, permanecendo praticamente desocupada. Apenas uma área reduzida desses municípios é realmente ocupada e aproveitada.

Os municípios situados ao sul de Minas Novas, no vale do Suaçuí Grande, afluente do rio Doce: Rio Vermelho, São João Evangelista, Peçanha, Santa Maria do Suaçuí e no alto vale do Mucuri: Malacacheta, Poté, Teófilo Otôni, apresentam características diferentes. Situados em zona de solos melhores, derivados da decomposição de rochas cristalinas apresentam maior área aproveitada dentro dos municípios: a área em pastagens é superior a 70% e tem também uma importante área agrícola. Além das culturas de subsistência são desenvolvidas na região as plantações de algodão e de mamona, adaptadas ao clima menos úmido. Toda a região mantém relações intensas com Montes Claros ou Diamantina, servidas pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

Nestes municípios é ainda grande a área coberta por matas, pois, longe de mercados e deficientemente servidos pelas vias de comunicação, têm ainda grandes extensões de terras a serem aproveitadas.

Na segunda região situada a oeste e noroeste do estado, de propriedades maiores de 141 ha, podemos distinguir as seguintes zonas: Triângulo Mineiro, zona do Paracatu-Urucuia, vale do São Francisco e vale médio do Jequitinhonha.

TRIÂNGULO MINEIRO

Esta zona é limitada a leste pela Mata da Corda. Em conjunto, a região apresenta grandes extensões de chapadões regulares com uma altitude média de 900 metros, dissecados pelos rios Grande, Paranaíba e seus afluentes. Recobertas de campos cerrados, estas chapadas constituem o domínio exclusivo da pecuária. É a mais importante zona de criação e engorda de gado de corte de todo o estado de Minas Gerais e a que apresenta a maior densidade no rebanho bovino. Enquanto os chapadões de solo pobre e seco são utilizados para a criação extensiva do gado, geralmente zebu, as vertentes e fundos dos vales, cobertos de densas matas onde aflora o diabásio, são utilizados para as culturas: arroz, milho, feijão, cana de açúcar, etc.

Todos os municípios situados nesta zona têm área média de propriedade superior a 170 ha. Domina em todos êles a área de pastagens, em geral mais de 80%, chegando Ibiá a ter 94% da área produtiva ocupados por pastos. A população rural é pouco densa, menos de 12 habitantes por quilômetro quadrado. Nesta região faz-se não somente criação de gado como também cria e engorda de novinhos importados de Goiás. O gado gordo é vendido sobretudo para o frigorífico da Anglo, em Barretos, no norte do estado de São Paulo.

Os municípios situados no vale do rio das Velhas, afluente do Paranaíba: Santa Juliana, Nova Ponte e Araguari, apresentam uma apreciável área agrícola; mais de 7% da área produtiva são ocupados pelas lavouras. O município de maior área agrícola é Conquista, situado à margem do rio Grande, com 23% da área produtiva em lavouras. São muito importantes aí as culturas de café e de cana de açúcar.

Os maiores valores de área média de propriedade aparecem nos municípios situados na parte ocidental do Triângulo Mineiro: Campina Verde (711 ha), Prata (519 ha), Frutal (302 ha), Campo Formoso (448 ha). São municípios em que a agricultura, quase não tem significação alguma, dedicando-se exclusivamente à criação extensiva do gado.

Apresentam êles grandes extensões de terras a serem ainda exploradas. A área coberta de matas é extensa em muitos dêles. Campina Verde, por exemplo, tem uma área de matas que abrange 23% da área produtiva; Ituiutaba tem cerca de 19% da área produtiva cobertos por matas.

A ocupação dos municípios do Triângulo Mineiro pelas propriedades rurais é superior a 72%. Bem servida pelas vias de comunicação, é uma zona relativamente bem povoada e explorada, exceto na sua parte ocidental.

ZONA DO PARACATU-URUCUIA

Outra zona de chapadas recobertas de cerrados onde se pratica a criação extensiva de gado é a do Paracatu-Urucuia limitada ao sul pela Mata da Corda, estendendo-se ao norte até a Bahia. A pecuária aí praticada é, no entanto, muito menos desenvolvida que no Triângulo Mineiro. Faz-se, sobretudo, criação de gado curraleiro ou "pé duro", à solta nos cerrados, sendo muito reduzidos os cuidados que se prestam ao gado.

As propriedades são maiores que no Triângulo, estando a zona limitada pela isaritma de 500 ha. Dentro dela se encontra o município que apresenta a maior área média de propriedade em todo o estado: João Pinheiro com 2 681 ha.

A população rural apresenta aí as menores densidades do estado sendo a zona limitada pela isaritma de 3 habitantes por quilômetro quadrado de área ocupada.

Os municípios aí situados têm mais de 80% da área produtiva ocupados pelas pastagens com uma agricultura reduzidíssima, apenas 1% de lavouras. A agricultura aí praticada é simplesmente de subsistência, sem nenhuma finalidade comercial. A falta de transportes não favorece um maior desenvolvimento agrícola, aliada à má qualidade dos solos.

Entre a zona do Triângulo e a de Paracatu-Urucuia, zonas essencialmente pastoris, constitui uma exceção a Mata da Corda, enquadrada dentro da isaritma de 141 ha, portanto com área média de propriedade menor que esse valor. A população rural é superior a 12 habitantes por quilômetro quadrado.

Embora nos municípios aí situados: Patos, Carmo do Paranaíba, Rio Paranaíba e São Gotardo, a área de pastagens seja bastante apreciável, (mais de 85%), a agricultura aparece também como atividade econômica importante, ocupando cerca de 6% da área produtiva. É uma zona de matas em que os solos férteis derivados da decomposição de tufos vulcânicos não só condicionam um maior desenvolvimento das culturas, como também a instalação de boas invernadas para a engorda do gado magro vindo de Goiás.

VALE DO SÃO FRANCISCO

O vale do São Francisco é zona tradicionalmente pastoril. Foi através dele que se deu a penetração da criação de gado em Minas Gerais. Quanto à distribuição da área média das propriedades, pode-se fazer uma distinção entre o alto vale e o alto médio São Francisco.

No alto São Francisco, os municípios de Corinto, Curvelo, Pompeu, Abaeté, Martinho Campos, têm mais de 90% da área produtiva em pastagens. Domina de modo absoluto a pecuária nestes municípios. Faz-se nesta região, sobretudo, a engorda do gado vindo do extremo nordeste do estado, do vale médio do Jequitinhonha, gado este que é exportado para Belo Horizonte. Por isso, possuem esses municípios extensas áreas cobertas por boas invernadas. A área média das propriedades é superior a 400 ha. e a população rural é, em média, de 7 habitantes por quilômetro quadrado.

Já no alto médio São Francisco e no vale do Verde Grande, seu afluente, a agricultura adquire maior importância. A área em pastagens é inferior a 70% e a área das culturas é sempre superior a 6%. Os principais produtos cultivados são o milho, feijão, cana, algodão e mamona.

Aí o desenvolvimento da agricultura é devido não só à maior fertilidade dos solos, graças aos afloramentos de calcário Bambuí, como também à proximidade do importante mercado de Montes Claros, até há poucos anos ponta de trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil e centralizador de todo o comércio da região. O São Francisco, navegável a jusante de Pirapora, constitui também um fator importante do maior desenvolvimento do seu vale médio, facilitando a circulação das riquezas.

Também neste trecho do vale a pecuária é desenvolvida sendo região de criação e, sobretudo, de invernada do gado vindo também do Jequitinhonha e em menor escala dos municípios ribeirinhos do São Francisco e da serra Geral. As invernadas são mais numerosas, sobretudo, em Montes Claros e Francisco Sá.

As propriedades são mais divididas que no alto vale. Têm aqui uma área média, em geral, inferior a 250 ha, assim como também uma maior densidade de população rural. De Coração de Jesus para o norte verifica-se um deslocamento para oeste da isaritma de 6 habitantes. Alguns municípios aí situados têm mais de 10 habitantes por quilômetro quadrado: Januária, Brasília, Montes Claros.

VALE MÉDIO DO JEQUITINHONHA

Finalmente, no extremo nordeste do estado o vale médio do Jequitinhonha constitui outra zona de grandes propriedades que se estende ao sul até o rio Mucuri. A principal atividade econômica é a pecuária. Dentro da zona, os municípios com criação mais desenvolvida e maior área em pastos, mais de 70%, são os situados no vale do Jequitinhonha: Medina, Fortaleza, Jequitinhonha, Vigia, sendo que o gado criado na zona vai quase todo engordar nas invernadas de Montes Claros, de Curvelo e Corinto. Este gado abastece em parte os mercados de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. A lavoura é bastante reduzida, ocupando menos de 6% da área produtiva.

Para o sul, no vale do Mucuri, estende-se uma zona ainda pouco explorada em que as matas ocupam mais de 40% da área produtiva. A exploração de madeiras é a principal atividade econômica. É também grande a atividade extrativa mineral: cristal de rocha, pedras coradas, mica. A deficiência dos meios de transporte e a insalubridade da região impedem seu maior desenvolvimento. A ocupação das terras por fazendas é inferior a 50% e em Itambacuri apenas 15,3% da área municipal são ocupados por propriedades rurais. É, no entanto, uma zona de grandes possibilidades de desenvolvimento, graças ao seu solo fértil e às suas enormes extensões de matas.

CONCLUSÃO

Da observação e do estudo conjunto dos três mapas podem-se tirar as seguintes conclusões:

1.º) De modo geral, a agricultura domina na primeira região, estudada, de propriedades pequenas ou médias e que se estende de sudoeste a nordeste do estado.

É esta a parte mais montanhosa de Minas Gerais, de solos férteis e profundos e que graças a um clima quente e úmido, com chuvas bem distribuídas durante o ano, apresenta condições ótimas para o desenvolvimento da agricultura. É também um fator importante do desenvolvimento econômico da região a boa rede de comunicações ferroviárias e rodoviárias que a serve. A proximidade do grande mercado do Rio de Janeiro contribui para o desenvolvimento, sobretudo, da zona agrícola da Mata.

Nesta região, quando as áreas médias das propriedades apresentam valores mais altos é uma economia mista agro-pecuária o que se observa.

a) a isaritma de 60 hectares limita a zona essencialmente agrícola do estado. A ela corresponde a isaritma de população rural de mais de 34 habitantes por quilômetro quadrado. Nos municípios compreendidos dentro destes valores é maior a área em lavouras: mais de 40% na zona da Mata, 30% na zona Sul e 20% no Alto Jequitinhonha e no rio Pardo.

b) de modo geral, as isaritmas de 79 a 141 hectares marcam o domínio de economia mista agro-pecuária com uma área em pastos superior a 70% e com 10 a 15% de lavouras.

2.º) A região das grandes propriedades que se situa a oeste e noroeste do estado, apresentando um aspecto físico diferente da primeira, com suas chapadas recobertas de cerrados, o seu clima tropical com uma estação seca bastante acentuada, é dedicada essencialmente à pecuária.

As áreas das propriedades são superiores a 141 ha e a população rural é de menos de 12 habitantes por quilômetro quadrado. A área em pastagens é superior a 80% com uma agricultura reduzidíssima: as lavouras, em geral, abrangem menos de 7% da área produtiva, chegando mesmo na zona do Paracatu-Urucuía a ocupar somente 1%.

A ocupação efetiva e a exploração mais intensa das terras verificam-se nas regiões dedicadas a atividades agrícolas ou pastoris. Nestas, em geral, mais de 70% da área dos municípios são ocupados.

Nas zonas em que a mineração é a principal atividade econômica, seja a pequena mineração do faiscador ou do garimpeiro ou a grande mineração do ferro, do ouro, do manganês, a ocupação e o povoamento rurais são reduzidos. As zonas de mineração caracterizam-se pelos grandes espaços rurais vazios. Nelas é sobretudo desenvolvida a população urbana.

Temos, entretanto, que fazer uma distinção quanto ao povoamento rural das zonas de pequena mineração, isto é, onde é feita a extração do ouro, do diamante, do cristal de rocha, ou de pedras coradas por pobres garimpeiros e faiscadores, daquelas em que domina a grande mineração do ferro, do manganês, da bauxita, organizada por grandes companhias.

Nas primeiras, é o caso de Diamantina e Minas Novas, a população rural apresenta-se concentrada em pequenas áreas, pois os agricultores são pequenos sítiantes que praticam uma pobre agricultura de subsistência destinada a abastecer os mineradores que são sempre indivíduos de poucos recursos. Dentro da área ocupada pelos sítios a população é densa, porém a área ocupada por eles dentro do município é reduzidíssima.

A situação é outra nas zonas de grande mineração das montanhas do centro do estado. A área ocupada pelos estabelecimentos rurais, como no primeiro caso, é reduzida, mas as propriedades são maiores e a população rural menos concentrada.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- BARBOSA, Otávio — “Resumo da Geologia do Estado de Minas Gerais”, *Boletim* 3, 40 páginas — Oficinas Gráficas de Estatística — Secretaria da Agricultura — Belo Horizonte, 1937.
- CAPISTRANO DE ABREU, J. — *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* — 259 páginas — Edição da Sociedade Capistrano de Abreu — Rio de Janeiro, 1930.
- CARVALHO, Afrânio — *A atualidade mineira* — 108 páginas, 49 fotografias — Secretaria da Agricultura, Serviço de Estatística Geral — Diretório do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas — Belo Horizonte, 1929.
- CARVALHO, Orlando M. — *O rio da unidade nacional, o São Francisco* — 158 páginas, 22 fotografias, 2 mapas (1 fora do texto) — Cia. Editôra Nacional — Rio de Janeiro, 1937.
- DÉNIS, Pierre — “Amérique du Sud — Le Brésil”, *Géographie Universelle*, tome XV, première partie, 210 páginas, 36 figuras, 64 fotografias — Librairie Armand Colin — Paris, 1927.

- GONZAGA DE CAMPOS, Luís Filipe — OLIVEIRA, Eusébio Paulo de — RODRIGUES DE ALBUQUERQUE, Odorico — MORAIS RÊGO, Luís Flores de — “Estudos geológicos e mineralógicos feitos na bacia do rio Doce, para o fim de localizar usinas siderúrgicas”, *Boletim* 19, 106 páginas — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1926.
- HARTT, Charles Frederick — *Geologia e Geografia Física do Brasil* — 649 páginas, 94 figuras — Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5, vol. 20 — Cia. Editôra Nacional — São Paulo, 1941.
- MELO BARRETO, Henrique L. de — “Regiões fitogeográficas de Minas Gerais”, *Boletim* 4, 30 páginas, 2 mapas — Oficinas Gráficas do Departamento de Estatística, 1942.
- MORAIS RÊGO, Luís Flores de — “O vale do São Francisco (Ensaio de monografia geográfica)” — 245 páginas, 5 perfis, 8 esboços, 1 gráfico — Editôra Renascença S.A. — São Paulo, 1945.
- PRADO JÚNIOR, Caio — *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia) — 388 páginas — Editôra Brasiliense Ltda. — São Paulo, 1945.
- PRATES, Carlos — *Lavoura e Indústria da Zona da Mata* — 163 páginas — Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais — Belo Horizonte, 1906.
- PROENÇA, Cavalcanti M. — *Ribeira do São Francisco* — 190 páginas, 13 fotografias, 1 esboço — Biblioteca Militar — vol. LXXVI — Gráfica Laemmert Limitada — Rio de Janeiro, 1943.
- PRESTON, James — *Latin America* — 908 páginas, 144 mapas (3 fora do texto), 133 fotografias — Lothrop, Lee e Shepard Co. — New York e Boston, 1942.
- SAINT-HILAIRE, Augusto de — *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais* — Tradução e notas de CLADO RIBEIRO DE LESSA — 378 páginas, XVI estampas — Tomo I, edição ilustrada — Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5.^a, vol. 126 — Cia. Editôra Nacional — São Paulo, 1938.
- SAINT-HILAIRE, Augusto de — *Viagem às nascentes do rio São Francisco* — Tradução e notas de CLADO RIBEIRO DE LESSA — 341 páginas — Tomo I — Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5.^a, vol. 68 — Cia. Editôra Nacional — São Paulo, 1937.
- SENA, Nélson de — *Corografia de Minas Gerais* — 396 páginas, 60 fotografias — Tipogr. Lit. Pimenta de Melo — Rio de Janeiro, 1922.
- SILVEIRA, Álvaro Astolfo da — *Geografia do Estado de Minas* — 303 páginas, 3 mapas, 10 fotografias — Oficinas Gráficas de Oliveira Costa & Cia. — Belo Horizonte, 1929.
- SOUSA VIANA, Urbino de — *Montes Claros, breves apontamentos geográficos e descritivos* — 349 páginas, 1 fotografia, 2 mapas fora do texto — Belo Horizonte, 1916.
- UBATUBA, Ezequiel — *Na zona da mata — Das margens do Pomba às do Paraíba* — 97 páginas, 2 gráficos fora do texto — Imprensa Oficial de Minas Gerais — Belo Horizonte, 1918.
- VASCONCELOS, Max — *Vias Brasileiras de Comunicação — Estrada de Ferro Central do Brasil* — 373 páginas, 18 plantas, 30 fotografias, 23 gráficos — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1947.
- WALLE, Paul — *Etat de Minas Gerais* — 53 páginas, 11 fotografias, 1 mapa — Editôra E. Guilmoto — Paris, 1916.
- ZARUR, Jorge — *A Bacia do Médio São Francisco* — 187 páginas, 27 figuras, 46 quadros, 20 fotografias — Biblioteca Geográfica Brasileira, n.º 4 da série A “Livros” — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro, 1946.

Periódicos

- ALMEIDA, Nélson Abel de — “Rio Doce”, *Boletim Geográfico*, ano I, n.º 7, outubro de 1943, páginas 42-46.
- CASTRO SOARES, Lúcio de — “O vale do rio Doce: sua conquista e colonização”, *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 15, junho de 1944, páginas 332-337, 1 fotografia.
- CAVALCANTI, Lísia Maria — “As excursões ao pico da Conceição e à fazenda de Betânia” — 76.^a tertúlia semanal, realizada a 8 de agosto de 1944 — *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 19, outubro de 1944, páginas 1036-1042.
- DEFFONTAINES, Pierre — “O Paraíba, estudo de rio no Brasil”, *Boletim Geográfico*, ano III, n.º 30, setembro de 1945, páginas 830-835.

- DEFFONTAINES, Pierre — “Ocupação da montanha no Planalto Central Brasileiro”, *Boletim Geográfico*, ano V, n.º 52, junho de 1947, páginas 375-385, 2 figuras.
- ESCHWEGE, Barão de — “Notas geognósticas e montanísticas sobre as lavras de ouro de Minas Gerais”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, fascículo 4.º, outubro-dezembro de 1897, páginas 611-672 — Imprensa Oficial de Minas Gerais — Ouro Preto, 1897.
- FRÓIS ABREU, Sílvio — “Fundamentos geográficos da mineração brasileira”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano VII, n.º 1, janeiro-março de 1945, páginas 3-137, 4 gráficos, 70 fotografias e 4 mapas, um fora do texto.
- GONZAGA DE CAMPOS, Luís Filipe — “Fisiografia da zona ferrífera de Minas Gerais”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano V, n.º 2, abril-junho de 1943, páginas 241-249, 6 fotografias, 1 mapa.
- JAMES, Preston — “As terras cafeeiras do Brasil sudeste”, *Boletim Geográfico*, ano III, n.º 29, agosto de 1945, páginas 701-716, 10 figuras.
- JUNQUEIRA SCHMIDT, José Carlos — “Origem e desenvolvimento de Belo Horizonte” — 61.ª tertúlia realizada a 18 de abril de 1944 — *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 16, julho de 1944, páginas 455-458.
- KOIFFMAN, Fanny — “A viagem Rio-Belo Horizonte” — 57.ª tertúlia realizada a 21 de março de 1944 — *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 15, junho de 1944, páginas 332-338.
- KOIFFMAN, Fanny — “Viagem de Monlevade a Nova Era” — 70.ª tertúlia semanal, realizada a 27 de junho de 1944 — *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 17, agosto de 1944, páginas 707-712.
- LEITE, Maria Ieda — “A cidade e a usina de Monlevade” — 64.ª tertúlia, realizada a 9 de maio de 1944 — *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 16, julho de 1944, páginas 471-477.
- LENZ CÉSAR, Héldio — “Viagem Itabira-Governador Valadares” — 77.ª tertúlia semanal, realizada a 5 de setembro de 1944 — *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 19, outubro de 1944, páginas 1042-1048.
- “Notas corográficas. Municípios de Lavras, Bom Sucesso, Diamantina, Conceição, Minas Novas”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IV, fasc. III e IV, junho-dezembro de 1899, páginas 588, 608, 620, 719 — Imprensa Oficial de Minas Gerais — Belo Horizonte, 1900.
- ROCHA, Geraldo — “O Rio São Francisco”, *Rodovia*, ano V, n.º 34, novembro de 1942, 1 mapa.
- SEGADAS VIANA, Maria Teresinha — “Trecho Governador Valadares-Vitória” — 80.ª tertúlia semanal, realizada a 3 de outubro de 1944 — *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 20, novembro de 1944, páginas 1182-1189.
- TIOMNO, Mariam — “Excursão de Monlevade a São Domingos do Prata e Fazenda São Julião” — 70.ª tertúlia, realizada a 20 de junho de 1944 — *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 17, agosto de 1944, páginas 707-712.
- VALVERDE, Orlando — “Divisão Regional do Vale do São Francisco”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano IV, n.º 2, abril-junho de 1944, páginas 179-218, 9 croquis, 24 fotografias, 6 mapas (2 fora do texto), 4 gráficos.
- VALVERDE, Orlando — “Dois ensaios de geografia urbana: Pirapora e Lapa”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano VI, n.º 4, outubro-dezembro de 1944, páginas 509-526, 13 fotografias, 1 planta, 2 figuras.

Inéditos — Monografias

- ABREU, Pedro de Araújo — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Coração de Jesus* — Minas Gerais, s/data.
- ADOLFO, Gustavo — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Luz* — Minas Gerais, 1942.
- AGOSTINI, Magnólia — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Areado* — Minas Gerais, 1942.
- ALMEIDA, Anor Inácio de — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Delfinópolis* — Minas Gerais, 1942.

- ALMEIDA, Eder Brandão de — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Belo Vale* — Minas Gerais, s/data.
- ALVARENGA, Luís de Melo — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de São João del Rei* — Minas Gerais, s/data.
- AMBRÓSIO, Manuel — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Januária* — Minas Gerais, s/data.
- ANJOS, Carlos Versiani dos — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Porteirinha* — Minas Gerais, s/data.
- ANTUNES, Fernando de Paula — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Dom Silvério* — Minas Gerais, 1942.
- ANTUNES JÚNIOR, Antônio — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Espinosa* — Minas Gerais, s/data.
- ARAÚJO ANDRADE, Nélson e Aureliano de — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Peçanha* — Minas Gerais, 1942.
- ATAÍDE, Geraldo — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Montes Claros* — Minas Gerais, s/data.
- BANDEIRA DE MOTA, José — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Pirapora* — Minas Gerais, s/data.
- BASTOS, José Teixeira — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Manga* — Minas Gerais, s/data.
- BRAGA, Carlos Diniz — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Betim* — Minas Gerais, 1942.
- BRAGA, Luís Prisco de — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de São Domingos do Prata* — Minas Gerais, 1942.
- BRAGA DE ARAÚJO, Sílvia — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Ibiá* — Minas Gerais, s/data.
- CAMARGOS, Pedro — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Prata* — Minas Gerais, 1938.
- CASTRO, José Geraldo de — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Açucena* — Minas Gerais, 1940.
- COELHO DOS SANTOS, Abner — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Formiga* — Minas Gerais, s/data.
- COSTA, Odorico — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Uberaba* — Minas Gerais, s/data.
- CRUZ, Crisantino — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Diamantina* — Minas Gerais, s/data.
 Delegacia Municipal do Serviço Nacional de Recenseamento — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Jequeri* — Minas Gerais, 1941.
 Delegado Municipal — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Caeté* — Minas Gerais, s/data.
- FEBREIRA, Raul — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Poços de Caldas* — Minas Gerais, 1941.
- FREITAS COUTINHO, José Augusto de — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de São Romão* — Minas Gerais, 1941.
- FREITAS COUTINHO, José Augusto de — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de São Francisco* — Minas Gerais, 1941.
- FRÓIS JÚNIOR, José — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Nova Lima* — Minas Gerais, s/data.
- GUISBRECHT, Guilherme — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Governador Valadares* — Minas Gerais, s/data.
- LOPES DE CERQUEIRA, José — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de São Gotardo* — Minas Gerais, s/data.
- MACEDO, Adolfo — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Rio Paranaíba* — Minas Gerais, s/data.
- MESQUITA DE OLIVEIRA, Miguel — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Três Pontas* — Minas Gerais, 1943.

- MIRANDA GOMES, Moacir de — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Ouro Fino* — Minas Gerais, 1942.
- MONTALVÃO, Geraldo — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Januária* — Minas Gerais, s/data.
- NAVES, José Brás — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de São Sebastião do Paraíso* — Minas Gerais, 1944.
- OLIVEIRA, Agenor de — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Santo Antônio do Monte* — Minas Gerais, s/data.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Pedro A. de — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Santa Quitéria* — Minas Gerais, s/data.
- OSÓRIO, José Cardoso — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Congonhas do Campo* — Minas Gerais, 1940.
- PEDRO GRANDE, J. C. — *Corografia do Município de Araxá* — Minas Gerais, 1940.
- PEREIRA, Sadock — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Tiros* — Minas Gerais, s/data.
- PIMENTEL JÚNIOR, Antônio de — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Belo Horizonte* — Minas Gerais, 1940.
- PINTO, Timóteo Cardoso — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Extrema* — Minas Gerais, 1942.
Prefeitura Municipal — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Bambuí* — Minas Gerais, 1940.
Prefeitura Municipal — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Viçosa* — Minas Gerais, s/data.
- RESENDE, Maria Rita — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Resende Costa* — Minas Gerais, s/data.
- RIBEIRO JÚNIOR, Antônio — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Paracatu* — Minas Gerais, 1943.
- ROCHA, Cristóvão Colombo — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Cordisburgo* — Minas Gerais, s/data.
- RODRIGUES DE OLIVEIRA, Geraldo — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Passa Tempo* — Minas Gerais, s/data.
- RODRIGUES DA SILVA, Sebastião — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Mirai* — Minas Gerais, s/data.
- SANTOS, Benedito Silva — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Camanducaia* — Minas Gerais, 1942.
- SANTOS, Eulália da Costa Silveira — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Brumadinho* — Minas Gerais, 1940.
- SANTOS, João José dos — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Bocaiuva* — Minas Gerais, 1942.
- SILVA, Aureliano — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Lima Duarte* — Minas Gerais, s/data.
- SILVA, José Natalício — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Mirai* — Minas Gerais, s/data.
- SILVEIRA, Olinto — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Francisco Sá* — Minas Gerais, s/data.
- SOUSA NETO, Heitor — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Sete Lagoas* — Minas Gerais, s/data.
- TETEROO, Frei Samuel — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Teófilo Ottoni* — Minas Gerais, s/data.
- TEIXEIRA, José Batista — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Jabuticatubas* — Minas Gerais, s/data.
- TUPINAMBÁ, Tobias Leal — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Brasília* — Minas Gerais, 1940.
- VALADARES, Saint-Clair Fernandes — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de São Romão* — Minas Gerais, 1942.
- VEADO, Aureliano Nestor — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Santa Luzia* — Minas Gerais, 1942.

- VENTURELLI, Romeu — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Alfenas* — Minas Gerais, 1943.
- VIEIRA DE SOUSA SOBRINHO, Raimundo — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Rio Casca* — Minas Gerais, 1942.
- Por uma comissão de autores — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Pains* — Minas Gerais, 1943.
- Por uma comissão de autores — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Lafaiete* — Minas Gerais, s/data.
- Sem autor — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Monte Azul* — Minas Gerais, s/data.
- Dados de produção agrícola e extrativa de 1940, fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção* — Ministério da Agricultura.
- Divisão Regional do Brasil: Regiões Leste e Centro-Oeste* — Secção de Estudos Geográficos, 1945.
- Relatórios Parciais do II, III e IV Grupos da 1.^a Expedição ao Planalto Central do Brasil*, 1948.
- Relatório Preliminar da 2.^a Expedição ao Planalto Central do Brasil*, 1948.

Mapas

- BARBOSA, Otávio e GUIMARÃES, Djalma — *Mapa Geológico do Estado de Minas Gerais* — 2 fôlhas, escala 1 : 1 000 000 — Serviço Geológico do Estado de Minas Gerais — Secção de Cartografia da Imprensa Oficial — Belo Horizonte, 1934.
- Carta do Estado de Minas Gerais* — Escala 1 : 1 000 000 — Departamento Geográfico de Minas Gerais, junho de 1945.
- Mapas Municipais* organizados em execução do decreto-lei n.º 311 de 2 de março de 1938 — Escalas variáveis — Cada município tem sua carta.
- Mapa Cafeeiro do Estado de Minas Gerais* — Escala 1 : 1 000 000 — Departamento Nacional do Café — Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio de Janeiro, 1944.
- Mapa Geológico do Brasil* — Escala 1 : 5 000 000 — Departamento Nacional da Produção Mineral — Divisão de Geologia e Mineralogia — Cia. Litográfica Ipiranga — São Paulo, 1942.
- Mapas diversos do *Atlas Econômico de Minas Gerais* — Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, 1938.

Inéditos — Mapas

- Mapa da Distribuição da População do Estado de Minas Gerais* — Escala Métrica — Conselho Nacional de Geografia — Serviço de Geografia e Cartografia, Rio de Janeiro.
- VALVERDE, Orlando — ROMARIZ, Dora de Amarante — TAULE, Raife — *Mapa da Vegetação Original das Regiões Central, Sul e da Mata do Estado de Minas Gerais* — Escala 1 : 500 000.
- Mapa Hipsométrico do Estado de Minas Gerais* — Escala 1 : 1 750 000 — Secretaria Geral do Conselho Brasileiro de Geografia — Secção de Estatística Territorial — Diretoria de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura, 1938.

RÉSUMÉ

Dans cet article l'auteur fait une étude de la distribution des propriétés rurales de l'Etat de Minas Gerais, suivant leurs surfaces moyennes en hectares. Avec les données fournies par le Recensement de 1940 il réalisa trois cartes par le procédé des isarithmes: la première, sur laquelle se base l'étude, est celle de l'aire moyenne des propriétés rurales dans chaque *município*; elle fut obtenue en divisant l'aire totale occupée par les établissements ruraux par le nombre de ces établissements. La seconde carte est celle de la densité de la population rurale; les densités furent calculées en relation à l'aire occupée par les propriétés rurales à l'intérieur des *municípios* et non en relation à l'aire administrative (*município*). Enfin, la troisième carte se réfère au pourcentage de la surface des *municípios* occupée par des fermes et des *sítios*.

La comparaison des cartes permit la division de l'Etat en deux grandes zones limitées par l'isarithme de 141 ha. d'aire moyenne et de 12 habitants par kilomètre carré d'aire occupée. D'une façon générale, ces lignes séparent la zone agricole, ou comprenant à la fois agriculture et élevage, avec des propriétés d'aire moyenne variant de 25 à 141 hectares et avec une population plus ou moins dense, de la zone où domine l'élevage extensif fait en grandes

propriedades d'aire supérieure à 141 hectares et avec une population rurale très peu dense et dispersée. Ces grandes zones furent subdivisées en zones plus petites reunissant des *municípios* qui ont des aires moyennes approximativement égales et des aspects physiques et humains semblables.

De cette façon, l'auteur distingua, dans la première région qui va du sud-ouest au nord-est de l'Etat, avec des propriétés inférieures à 141 hectares et avec plus de 12 habitants au kilomètre carré, les zones suivantes:

1 — la zone sud limitée par l'isarithme de 79 hectares comprend le plateau cristallin de la Mantiqueira. C'est une zone d'économie mixte avec agriculture et élevage, dans laquelle l'isarithme de 60 hectares de aire moyenne marque la zone où l'agriculture est l'activité dominante et qui comprend la partie la plus élevée du plateau situé au sud de l'Etat de Minas Gerais.

2 — la zone de la Mata, au sud-est de l'Etat limitée au flanc du plateau par l'isarithme de 60 hectares. Les conditions naturelles favorables firent de cette zone la plus riche zone agricole de l'Etat. Ces deux zones sont séparées par le pénéplaine de la haute rivière Grande qui, par sa situation à 1 000 mètres d'altitude et par ses prairies naturelles, est une zone traditionnellement pastorale.

3 — *Ligne de partage des eaux Rio Grande - São Francisco*. C'est une autre zone de propriétés divisées, limitée par l'isarithme de 60 hectares. Outre une agriculture développée on y trouve aussi un élevage de bétail important. Elle approvisionne la Capitale en produits agricoles et d'origine animale.

4 — la zone métallurgique situé dans la haute vallée de la rivière des Velhas présente de grands contrastes dans les surfaces moyennes des propriétés. Zone de relief très accidenté et de roches algonquiennes elle est par excellence la zone d'exploitation des minerais de fer et de manganèse. Les grandes surfaces moyennes qui s'a rencontrent sont liées à l'existence des usines sidérurgiques possédant des fermes destinées au reboisement pour l'approvisionnement en combustible. Ce qui caractérise cette zone est le peu de mise à profit des terres pour les activités agricoles ou pastorales: moins de 50%.

5 — zone du haut Jequitinhonha et Pardo. Elle s'étend sur la serra de l'Espinhaço et est limitée par l'isarithme de 103 hectares. Elle présente la même caractéristique que la zone précédente: la faible mise à profit des terres tant pour l'agriculture que pour l'élevage, moins de 30%. C'est une zone d'ancienne exploitation de l'or et des diamants.

Dans la seconde région située à l'ouest et au nord-ouest de l'Etat, comprenant des propriétés supérieures à 141 hectares on distingue les zones suivantes: 1 — le *Triângulo Mineiro* est constitué d'immenses chapadas recouvertes de cerrados où domine l'élevage extensif du bétail fait en grandes propriétés d'aire moyenne supérieure à 170 hectares. 2 — la zone du Paracatu - Urucuaia, constituée aussi par des chapadas s'adonne l'isarithme de 500 hectares. La population rurale atteint ici les plus petites densités de l'Etat: moins de 3 habitants au kilomètre carré. 3 — La vallée du São Francisco est une zone d'élevage traditionnelle. 4 — A l'extrême nord-est de l'Etat, la vallée moyenne du Jequitinhonha constitue une autre zone de grandes propriétés, dont la principale activité économique est l'élevage.

De l'étude simultanée des cartes l'auteur arriva aux conclusions suivantes: 1 — d'une façon générale l'agriculture domine dans la première région de petites ou moyennes propriétés et qui s'étend du sud-ouest au nord-est. Les conditions naturelles: sols fertiles et profonds, climat chaud et humide avec des pluies bien distribuées jointes à un bon réseau de communication et à la proximité des grands marchés favorisèrent le développement agricole de la région. Dans cette région les isarithmes des propriétés de 60 hectares d'aire moyenne et de 34 habitants au kilomètre carré limitent la zone essentiellement agricole de l'Etat. Les isarithmes de 79 à 141 hectares marquent le domaine de l'économie mixte: agriculture et élevage. 2 — la région des grandes propriétés à l'ouest et au nord-ouest de l'Etat avec ses chapadas recouvertes de cerrados, son climat tropical avec une saison sèche très marquée s'adonne essentiellement à l'élevage. Les aires moyennes y sont supérieures à 141 hectares et la population rurale y est inférieure à 12 habitants au kilomètre carré.

L'occupation effective et l'exploitation plus intense des terres se vérifient dans les régions dédiées aux activités agricoles ou à l'élevage; plus de 70% de l'aire des *municípios* est occupée.

Dans les zones où l'exploitation minière est la principale activité économique, l'occupation et le peuplement ruraux sont réduits et, d'une façon générale moins de 50% de l'aire des *municípios* est occupée par des fermes et des *sítios*.

RESUMEN

El autor estudia la distribución de las propiedades rurales en el Estado de Minas Gerais, según sus áreas medias calculadas en hectáreas. Con los datos obtenidos en el Censo de 1940, elaboró tres mapas por el sistema de las isaritmias. El primer, que sirve de base a este estudio, representa el área media de las propiedades rurales en los diversos *municípios*, la cual se obtiene con la división del número de los establecimientos rurales por el área total que está comprendida en los mismos. El segundo mapa se relaciona a la densidad de la población rural: las densidades fueron determinadas teniendo en cuenta no el área administrativa (*município*), pero el área de las propiedades rurales. Finalmente, el tercer mapa se refiere al porcentaje del área de los *municípios* ocupada por haciendas y *sítios*...

El examen comparativo de los mapas permitió la división del Estado en dos grandes zonas limitadas por la isaritma de 141 hectáreas de área media y de 12 habitantes por kilómetro cuadrado. En general, estas líneas separan la zona agrícola (*agro-pecuaria*) con propiedades de área media que varían de 25 a 141 hectáreas y con población rural más o menos densa, de la zona donde predomina el sistema extensivo de ganadería hecha en las grandes propiedades con área superior a 141 hectáreas y población rural muy rara y dispersa.

Estas grandes zonas fueron clasificadas en zonas menores constituidas por *municípios* cuyas áreas medias presentan valores aproximadamente iguales, con características físicas y humanas semejantes.

En el artículo la primeira región, que se extiende de sudoeste a nordeste del Estado, con propiedades menores de 141 hectáreas y con más de 12 habitantes por kilómetro cuadrado, comprende las zonas que siguen:

1 — *Zona Sur* — limitada por la isaritma de 79 hectáreas. Abarca el planalto (meseta) cristalino de Mantiqueira. Es una zona de economía mixta — (*agro-pecuaria*), en donde la isaritma de 60 hectáreas de área media delimita la zona que tiene por actividad dominante la agricultura. Esta región comprende la porción más elevada del planalto meridional de Minas Gerais.

2 — *"Zona da Mata"*, situada a sudeste del Estado, en las faldas del planalto es limitada por la isaritma de 60 hectáreas. Las condiciones naturales favorables han contribuido para tornar esta región la más rica zona agrícola del Estado. Entre estas dos zonas aparece el "penepiano" del alto rio Grande, el cual está situado a 1 000 metros de altitud. Debido a los "campos" naturales que ahí prevalecen en la zona tradicionalmente pastoril.

3 — *Divisor de águas Rio Grande - São Francisco* — Es también una zona de propiedades divididas y está limitada por la isaritma de 60 hectáreas. Predominan una agricultura muy desenvolvida y la ganadería, que proveen de productos la Capital.

Es zona tradicionalmente pastoril. Las áreas medias de las propiedades varían de 141 a 250 hectáreas; 4) En el extremo nordeste del Estado el valle medio del Jequitinhonha constituye otra zona de grandes propiedades, cuya actividad económica principal es la pecuaria.

Hecho el estudio de conjunto de los mapas, el autor llegó a las siguientes conclusiones: 1 — En la primera zona, de propiedades pequeñas o medias, y que se extiende de sudoeste a nordeste, prevalece generalmente la agricultura. Las condiciones naturales, que la caracterizan, suelos fértiles y profundos, clima caliente y húmedo con lluvias bien distribuidas, así como la excelente red de comunicaciones y la proximidad de los grandes mercados han determinado el desenvolvimiento agrícola de la región; 2) las isaritmas de 60 hectáreas de área media de propiedades y con 34 habitantes por kilómetro cuadrado delimitan la zona propiamente agrícola del Estado; b) — en las isaritmas de 79 a 141 hectáreas se destaca el sistema de economía mixta agro-pecuaria; 2) — la región de las grandes propiedades situadas al oeste y noroeste del Estado con sus llanuras cubiertas de cerrados, con su clima tropical y una estación seca muy diferenciada, practica principalmente la pecuaria. Las áreas medias son superiores a 141 hectáreas y la población rural tiene menos de 12 habitantes por kilómetro cuadrado.

4 — *Zona metalúrgica* — Está situada en el valle del río das Velhas y presenta grandes contrastes en las áreas medias de las propiedades. De relieve muy abrupto, constituida por rocas algonquianas es por excelencia zona pleana donde predomina la explotación del hierro y del manganeso. En las grandes áreas medias que la constituyen se localizan usinas siderúrgicas cuyas haciendas producen maderas que son utilizadas como combustible. Las actividades agrícolas o pastoriles ocupan menos del 50% de las tierras de dicha zona.

5 — *Zona de los ríos alto Jequitinhonha y Pardo* — Se extiende por la Sierra del Espinhaço y es limitada por la isaritma de 103 hectáreas. Menos del 30% de las tierras es aprovechado para fines agrícolas y pastoriles. Es una antigua zona minera que se dedica a la explotación de oro y diamantes. La segunda región situada al oeste y noroeste del Estado, con propiedades menores de 141 hectáreas, comprende las siguientes zonas: 1) El "Triángulo Mineiro" que es formado por extensas llanuras cubiertas de "cerrados" donde predomina el sistema extensivo de ganadería hecha dentro de grandes propiedades con áreas medias superiores a 170 hectáreas; 2) *Zona del Paracatu-Urucuia*. Es formada también por llanuras y tiene como actividad principal la ganadería. Las propiedades son mayores y la zona presenta ahí las menores densidades del Estado: menos de 3 habitantes por kilómetro cuadrado; 3) *El Valle del São Francisco* — La ocupación efectiva y la explotación más intensa de las tierras se observan en las regiones dedicadas a actividades agrícolas o pastoriles; más del 70% del área de los municipios está ocupada.

En las zonas mineras la ocupación y el poblamiento rural son reducidos y, de modo general, menos de 50% del área de los municipios es constituida por haciendas y viviendas.

RIASSUNTO

In questo articolo, l'autore studia la distribuzione della proprietà rurale nello Stato di Minas Gerais, a seconda delle sue aree medie in ettari. Con i dati ottenuti dal Censo di 1940, ha confezionato tre carte per il processo delle isaritme. Il primo, in cui si fonda lo studio, è quello dell'area media delle proprietà rurali nei vari municipi; questa area media si ottiene, dividendosi il numero degli stabilimenti rurali per l'area totale da essi compresa. La seconda carta è quella della densità della popolazione rurale: le densità furono calcolate con relazione all'area amministrativa (municipio). Finalmente, la terza si riferisce alla percentuale dell'area dei municipi occupata da campi e da piccoli poderi.

Lo studio comparativo delle carte ha permesso la divisione dello Stato in due grandi zone, limitate dalla isaritma di ettari 141 di area media e di 12 abitanti per chilometro quadrato. In modo generale, queste linee dividono la zona agricola ossia agro-pecuaria con proprietà di aree medie varianti tra ettari 25 a 141 e con popolazione rurale più o meno densa, dalla zona ove domina la estrazione estensiva fatta nei grandi latifondi, con area superiore a ettari 141 e popolazione rurale molto rarefatta e dispersa. Queste grandi zone vengono suddivise in zone minori collegando municipi che presentano dei valori delle aree medie pressoché uguali e con aspetti fisici ed umani somiglianti.

L'autore a così distinto, nella prima regione, che va da sudovest a nordest dello Stato, (con proprietà minori di ettari 141 e con più di 12 abitanti per k.2.), le seguenti zone:

1) *Zona Sud* — limitata dalla isaritma di ettari 79. Rinchiusa l'altipiano cristallino della Mantiquera. È, una zona di economia mista, agropecuaria, in cui la isaritma di 60 ettari di area media segna la zona dove l'agricoltura è l'attività dominante. Questa zona si estende per la parte più elevata dell'altipiano meridionale di Minas-Gerais.

2) *"Zona da Mata"* (litt. Zona della Selva) a sudest dello Stato sulle falde del altipiano, è limitata dalla isaritma di 60 ettari. Le condizioni naturali favorevoli hanno resa questa la più ricca zona agricola dello Stato. Dividendo le due suddette zone c'è il "peneplano" del "alto rio Grande", il quale è situato a più di 1000 metri di altezza e con campi naturali, è zona tradizionalmente pastorale.

3) *Divisore delle acque Rio Grande-São Francisco*. È un'altra zona di proprietà divise, limitata dalla isaritma di 60 ettari. Insieme ad una agricoltura sviluppata, si dedica anche all'allevamento di bestiame. Questa zona approvvigiona la Capitale di prodotti agricoli e pastorali.

4) *Zona metalúrgica* — situata nell'alta valle del fiume "Das Velhas", presenta grandi contrasti nelle aree medie delle proprietà. Di rilievo molto accidentato, costituita di rocce algonchiane, è per eccellenza la zona della minierazione del ferro e del manganeso. Le grandi aree medie che vi si trovano sono legate all'esistenza delle fabbriche siderurgiche le quali possiedono dei campi destinati alla ripiantatura di legno usato come combustibile. Quello che caratterizza essenzialmente questa zona è il piccolo uso delle terre per le attività agricole o pastorali: meno di 50%.

5) *Zona dei (fiume) alto Jequitinhonha e Pardo* — Se estende per la Catena di Montagne chiamata dello Espinhaço ed è limitata dalla isaritma di 103 ettari. Presenta la stessa caratteristica di basso impiego delle terre per fini agricoli o pastorali, meno di 30 per cento. È una zona di antica estrazione mineraria di oro e diamanti.

Nella seconda regione situata ad ovest e nordovest dello Stato, con proprietà minori: 1) Il "Triángulo Mineiro", costituito di estese pianure ricoperte di folti boschi ove domina la creazione estensiva del bestiame, fatta in grandi proprietà, con aree medie superiori a 170 ettari.; 2) *Zona del Paracatu-Urucuia*, anche questa costituita di pianure, è addeita all'allevamento. Le proprietà sono più grandi, essendo la zona limitata dalla isaritma di 500 ettari. La popolazione rurale presenta qui le minori densità dello Stato: meno di 3 abitanti per K2. 3) *La Valle del (fiume) São Francisco*, è zona tradizionalmente pastorale. Le aree medie delle proprietà variano da 141 a 250 ettari. 4) Nel estremo nordest dello Stato, la

valle media del (fiume) Jequitinhonha costituisce un'altra zona di grandi proprietà, la cui principale attività economica è la pecuaria.

Dallo studio dell'insieme delle carte, arriva l'autore alle seguenti conclusioni: 1) In modo generale l'agricoltura domina nella prima regione, con proprietà, piccole e medie, che si estende da sud-ovest a nordest. Le condizioni naturali sono: suoli fertili e profondi, clima caldo ed umido con piogge ben distribuite; il che insieme alla rete di comunicazioni e la prossimità dei grandi mercati hanno favorito lo sviluppo economico della regione: a) le isaritme di 60 ettari di area media di proprietà e di 34 abitanti per K2 limitano la zona essenzialmente agricola dello Stato; b) le isaritme di 79 a 141 ettari segnano il dominio di economia mista agro-pecuaria. 2) La regione delle grandi proprietà ad ovest e nordovest dello Stato colle sue pianure ricoperte di folti boschi, col suo clima tropicale, con una stagione secca molto marcata è dedicata essenzialmente alla pecuaria. Le aree medie sono superiori a 141 ettari e la popolazione rurale è di meno di 12 abitanti per K2.

L'occupazione effettiva e la esplorazione più intensa delle terre hanno luogo nelle regioni dedicate alle attività agricole o pastorali; più di 70% dell'area dei municipi è occupata.

Nelle zone in cui la minierazione è la principale attività economica l'occupazione ed il popolamento rurali sono ridotti e, in modo generale, meno di 50% dell'area dei municipi è occupata da campi e piccoli poderi.

SUMMARY

In this paper, the author studies the distribution of the rural estates in the State of Minas Gerais, according to their medium areas measured in hectares.

Using the informations contained in the 1940 Census, she elaborated three maps done by the process of isarithms: the first, in which the present study is based, shows the medium area of the rural estates in each "Município", being this medium area obtained through the division of the number of rural settlements by the total occupied by these settlements.

The second map shows the density of the rural population; these densities were calculated in relation to the area occupied by the rural estates within the "Município" and not in relation to the administrative area (Município).

Finally, the third map refers to the percentage of the area of the "Municípios" occupied by farms.

The comparative study of these maps led to the division of the State in two zones limited by the isarithm of 141 hectares of medium area and 12 inhabitants per square kilometer of occupied area.

Generally, these lines separate the agricultural zone (or cattle-raising), with estates of a medium area which varies from 25 to 141 hectares and with a more or less dense rural population, from the zone where the extensive cattle-raising, done in large estates with an area of more than 141 hectares, predominates and in which (zone) the rural population is very disperse.

These large zones were subdivided in other zones which cover "Municípios" in which the values of the medium area are approximately alike and the human or physical aspects similar.

Thus, the author distinguished, within the first region, (with estates smaller than 141 hectares and more than 12 inhabitants per square kilometer), the following zones:

1 — *South Zone*: limited by the isarithm of 79 hectares. Covers the crystalline plateau of the Mantiqueira Range.

It is a zone of mixed economy (both agriculture and cattle-raising) in which the isarithm of 60 hectares of medium area delimits the region in which the chief activity is agriculture.

This region covers the highest regions of the plateau in the South of the State.

2 — *Forest Zone*: lies on the southeastern part of the State, on the slopes of the plateau, and is limited by the isarithm of 60 hectares. This is the wealthiest agricultural zone of the State, due to favourable natural conditions.

Dividing these two zones, there is the peneplane of the upper Rio Grande.

This peneplane, about 1 000 meters high and covered by grass lands (campos naturais), is traditionally pastoral.

3 — *Zone of the water divide Rio Grande - São Francisco*: This is another zone of divided estates limited by the isarithm of 60 hectares. Together with a developed agriculture, there is important activity in cattle-raising. It furnishes the capital of the State with agricultural and pastoral products.

4 — *Metallurgic Zone*: situated on the upper valley of the Rio das Velhas, it presents wide contrasts between the medium area of properties. Its relief, very rough, is constituted of Algonkian formations thus causing the chief activity to be the exploitation of iron and manganese deposits.

The high figures observed for the medium area are in relation to the existence of metallurgic factories which own several farms for the purpose of reforestation and consequent provision of fuel.

The most important characteristic of this zone is the little use of the land for agricultural or pastoral purposes: less than 50%.

5 — *Zone of the upper Jequitinhonha and Pardo rivers*: covers the Espinhaço Range and is limited by the isarithm of 103 hectares.

It presents the same characteristic of the last zone, i. e., little use of the land for agricultural or pastoral purposes (less than 30%).

It is an ancient zone of gold and diamond prospecting.

On the second region, covering the Western and Northwestern parts of the State, in which one finds rural estates of more than 141 hectares of medium area, the following zones are distinguished:

1 — *"Triângulo Mineiro"* — formed by tablelands covered by "cerrados" where the extensive cattle-raising, done in large estates with a medium area of more than 170 hectares, predominates.

2 — *Paracatu - Urucuia Zone* — is also constituted by tablelands and devoted to cattle-raising. The rural estates are bigger and the zone is limited by the isarithm of 500 hectares.

The rural population is observed to have, in this zone, the smallest density in all the State: less than three inhabitants per square kilometer.

3 — *The Valley of the São Francisco* is a traditionally pastoral zone.

The medium areas of rural estates vary from 141 to 250 hectares.

4 — *Medium Valley of the Jequitinhonha river* — this zone is located on the Northeast the State, the rural estates are large and the principal economic activity is cattle-raising.

* The State of Minas Gerais, in its Western part, has the shape of a triangle formed by its borders with the States of Goiás, Mato-Grosso and São Paulo.

** Probable savana formation.

From the conjunct study of the maps, the author arrives to the following conclusions:

a) in a general way, agriculture predominates in the first region, with its little or medium sized estates, which run from the Southwest to the Northeast.

The natural condition of this region are: fertile and deep soils, hot-humid climate with a good distribution of rainfall, besides the good communications system and the proximity of large markets which favoured the agricultural development of the region.*

The isarithms of 79 to 141 hectares delimit the predominance of an economy in which both agriculture and cattle-raising represent an important role. b) the region in which large estates appear (West and Northwest), with its tablelands covered with "cerrado" ** — and its tropical climate in which the dry season is very distinct, is dedicated essentially to cattle-raising.

The medium areas are larger than 141 hectares and the rural population is less than 12 inhabitants per square kilometer.

The effective population and a more intense exploitation of the land are found in the region dedicated to agricultural or pastoral activities; more than 70% of the area of the "Municípios" is occupied.

On the zones in which mining is the principal economic activity, occupation and settlement are reduced and, in a general way, less than 50% of the area of the "Municípios" is occupied by farms under exploitation.

ZUSAMMENFASSUNG

Der Verfasser unternimmt in dieser Abhandlung die Untersuchung der Landbesitze im Staate von Minas Gerais in betracht ihrer Mittelgrösse in Hektaren. Mit den Angaben des Census von 1940 befertigte er drei Karten, mit Anwendung der Isarithmenmethode. Die erste Karte, auf der sich die Untersuchung begründet, betrachtet die Mittelgrösse der Landbesitze in jeden Munizip. Diese Mittelgrösse ergab sich indem die Gesamtzahl der Landbesitze durch die Gesamtoberfläche derselben geteilt wurde. Die zweite Karte stellt die dichte der Landbevölkerung dar; diese Bevölkerungsichte wurde ausgerechnet in betrachtung des Gesamtareals das die Landbesitze im Munizip einnehmen, und nicht des ganzen Arels dieser administrativen Einheit. Schliesslich betrachtet die dritte Karte den Prozentsatz des Gesamtareals des Munizip dass von kleinen und grossen Landbesitzen ausgefüllt ist.

Die vergleichende Untersuchung der Karten brachte zu einer Einteilung des Staates in zwei grossen Gebieten, die durch die Isarithme von 141 Mittelgrösse und von 12 Bewohner per Quadrat Kilometer des besetzten Arels getrennt sind. In allgemeinem scheiden diese Linien das Gebiet wo vorherrschend Ackerbau oder Ackerbau und Viehzucht in Besitze mit Mittelgrössen von 25 bis 141 Hektar getrieben wird und eine mehr oder weniger zahlreiche Landbevölkerung vorhanden ist, von dem Gebiet wo eine extensive Viehwirtschaft getrieben wird, in Landbesitze die ueberwiegend eine Mittelgrösse von mehr als 141 Hektar haben und wo eine bedeutungslose und zerstreute Landbevölkerung erscheint. Diese zwei grosse Gebiete wurden in kleinere aufgeteilt indem Munizipien die ähnliche Mittelgrössen und ähnliche natürliche und kulturelle Merkmale darzeigten zusammengestellt wurden.

In dieser Art und Weise unterscheidet der Verfasser im ersten Gebiet, dass sich von Südwesten nach Nordosten des Staates ausdehnt, mit Landgüte von weniger als 141 Hektar und mehr als 12 Bewohner per Quadrat Kilometer, folgende Zonen:

1 — Die *Südzone* die von der Isarithme von 79 Hektar begrenzt ist. Sie umfasst das kristalline Hochland von Mantiqueira-Gebirge. Es ist eine zone gemischter Wirtschaft, mit Ackerbau und Viehzucht, und in allgemeinem begrezt die Isarithme von 60 hektar Mittelgrösse das Gebiet wo der Ackerbau vorherrschend ist. Dieses letzere Gebiet entspricht den höchsten Teil des südlichen Hochlandes des Staates.

2 — Die *Waldzone*, im südosten des Staates, am Hang des Hochlandes durch eine Linie von 60 Hektar begrenzt. Die günstigen natürlichen Zustände erlaubten in diesen Gebiet die Erscheinung von der bedeutsamsten Ackerbaulandschaft des ganzen Staates.

Zwischen diesen beiden Zonen schaltet sich die Hochebene des Oberlaufes des Grande-Flusses ein, die über 1000 Meter hoch ist und mit ihren natürlichen Feldern ein traditionelles Viehzuchtgebiet darstellt. Die Mittelgrösse der Güte ist von 125 bis 325 Hektar.

3 — Die *Wasserscheide Rio Grande-São Francisco*. Wiederum eine zone sehr zerteilter Besitze die durch eine Isarithme von 60 Hektar umfasst wird. Ausser einer entwickelten Ackerbauwirtschaft ist hier auch eine bedeutsame Viehzucht vorhanden. Diesen Zone versorgt die Hauptstadt mit landwirtschaftlichen Produkten.

4 — Die *Metallurgische Zone*. Befindet sich im Oberlauf des rio das Velhas und zeigt grosse Unterschiede in der Mittelgrösse der Besitze. Mit einem sehr zerschnittenen Relief, aus Algonkianischen Gestein, erscheint hier ueberragend Eisen und Manganerz Abbau. Die ausserordentlich grossen Mittelgrössen die zum Ausspruch kommen sind auf die Anwesenheit von Eisenwerke zurückzuführen, die grosse Besitze in Forstzwecke für eigene Holzversorgung halten. Eines der Kennzeichen dieser Zone ist die geringe Benutzung des Landes in Ackerbau oder Viehzuchtzwecke, in einen Prozentsatz von weniger als 50%.

5 — Die *Zone des Oberlaufes von Jequitinhonha und Pardo*. Sie dehnt sich über die Gebirgskette von Espinhaço aus und ist durch eine Isarithme von 103 Hektar umschlossen. Ähnlich der vorhergehenden zeigt sie einen geringen Prozentsatz von in landwirtschaftlichen zwecken benutztes Areal: weniger als 30%. Es ist ein altes Gold und Edelsteinesuche Gebiet.

Im zweiten Gebiet, dass den Westen und Nordwesten des Staates einschliesst, mit Besitzen von mehr als 141 Hektar, unterscheiden sich folgende Zonen:

1 — Das *"Triângulo Mineiro"* dass aus ausgedehnten Flächen mit "cerrado" Vegetation besteht, und wo eine intensive Viehzucht in grossen Besitzen von einer Mittelgrösse von mehr als 170 Hektar getrieben wird.

2 — Die *Zone von Paracatu-Urucuia*. Besteht auch aus weiten Flächen mit Viehzucht-wirtschaft. Die Besitze sind noch grösser und die Zone wird von einer Linie von 500 Hektar begrenzt. Die Landbevölkerung zeigt hier die geringsten dichten des ganzen Staates: weniger als 3 Bewohner per Quadrat Kilometer.

3 — Das *São Francisco-Tal*, ein traditionelles Viehzuchtgebiet. Die Mittelgrösse der Besitze schwankt von 141 bis 250 Hektaren.

4 — Im nordostlichen Ende des Staates bildet das *Mittelal des Jequitinhonha* eine andere Zone grosser Besitze, deren Hauptwirtschaft auf die Viehzucht beruht.

Durch die gemeinsame Untersuchung der Karten, nahm der Verfasser zu folgenden Schlussfolgerungen: 1. — Im allgemeinem ist im ersten Gebiet, dass sich von Südwesten nach Nordosten erstreckt, der Ackerbau hervorragend mit kleinen und mittelgrossen Besitzen. Die günstigen natürlichen Zustände: fruchtbare und tiefe Boden, warmes und feuchtes Klima

* In this region, the isarithms of 60 hectares of medium area and 34 inhabitants per square kilometer delimit the essentially agricultural zone of the State.

** Probable savana formation.

mit gut verteilten Niederschlägen, und überdrauf noch ein gutes Verbindungsnetz und die Nähe von bedeutsame Absatzmärkte, beförderte die landwirtschaftliche Entwicklung dieses Gebietes: Die Isarithmen von 60 Hektar Mittelgrösse der Landbesitze und von 34 Einwohner per Quadrat Kilometer, begrenzen die wesentlich in Ackerbau begründete Zone des Staates. Während — die Isarithmen von 79 bis 141 Hektar das Bereich der gemischten Wirtschaft von Ackerbau und Viehzucht bezeichnen.

2. — Das Gebiet der grossen Besitze im Westen und Nordwesten des Staates, mit seinen ausgedehnten und mit "cerrado" bewachsenen Flächen, ein tropikalisches Klima mit einer geprägten Trockenzeit ist wesentlich der Viehzucht gewidmet. Die Mittelgrössen stehen über 141 Hektar und die Landbevölkerung ist von weniger als 12 Bewohner per Quadrat Kilometer.

Eine wirkliche Besitznahme und eine intensive Benutzung der Ländereien findet man in den Gebieten die den Ackerbau und der Viehzucht gewidmet sind; mehr als 70% des Gesamtareals der Munizipen sind in diesen Fällen besetzt.

In den Gebieten wo der Erzabbau wirtschaftlich die grösste Rolle spielt ist die ländliche Besiedelung minderwertig, und im allgemeinen ist weniger als 50% des Gesamtareals von den in Betrieb befindlichen Bauergüter oder Viehfarmen umfassen.

RESUMO

En ĉi tiu artikolo la aŭtoro faras studon pri la distribuo de la kamparaj proprecoj en Stato Minas Gerais laŭ iliaj mezaj areoj en hektaroj. Per la donitaĵoj liveritaj de la Popolnombro de 1940 li ellaboris tri mapojn laŭ la procedo de izaritmoj: la unua, sur kiu baziĝas la studo, estas tiu de la meza areo de la kamparaj proprecoj en ĉiu komunumo, kiu areo estas ricevita per la divido de la nombro de kamparaj stabloj per la tuta areo entenita de ili. La dua mapo estas tiu de ladenseco de la kampara loĝantaro; la densecoj estis kalkulitaj rilate al la areo okupita en la komunumoj de la kamparaj proprecoj, kaj ne rilate al la administra areo (komunumo). Fine, la tria rilatas al la procento de la areo de la komunumoj okupita de grandaj kaj malgrandaj farmbienoj.

La kompara studo de la mapoj ebligis la dividon de la Stato en du grandajn zonojn limigitajn de la izaritmo de 141 ha da meza areo kaj de 12 loĝantoj por kvadrata kilometro da okupita areo. Ĝenerale, tiuj linioj dividas la terkulturan aŭ tero-bestokulturan zonon kun proprecoj, kies meza areo varias de 25 ĝis 141 hektaroj, kaj kun kampara loĝantaro pli malpli densa, de la zono, kie regas la etendiga bredo farita en grandaj proprecoj kun areo supera al 141 hektaroj kaj kun tre maldensa kaj disa kampara loĝantaro. Tiuj grandaj zonoj estis dividitaj en malpli grandajn zonojn, kiuj kunigas komunumojn, kiuj prezentas preskaŭ egalajn valorojn de la mezaj areoj kaj similajn fizikajn aŭ homajn aspektojn.

Tiamaniere, la aŭtoro distingiĝis en la unua regione, kiu e tendiĝas de sudokcidento al nordoriento de la Stato, kun proprecoj malpli grandaj ol 141 hektaroj kaj kun pli ol 12 loĝantoj por kvadrata kilometro, la jenajn zonojn:

1 — *suda zono*, limigita de la izaritmo de 79 hektaroj. Ĝi entenas la kristalecan plataĵon de Mantiqueira. Ĝi estas zono kun miksa tero-brutokultura ekonomio, kie la izaritmo de 60 hektaroj da meza areo montras da zonon, kie la terkulturo estas reganta aktivaĵo, kaj ĝi entenas la plej altan parton de la plataĵo en sudo de Minas Gerais.

2 — *zono de la arbaro*, ĉe sudoriento de la Stato, sur la deklivo de la plataĵo estas limigita de la izaritmo de 60 hektaroj. La favoraj naturaj kondiĉoj igis tiun la plej riĉa terkultura zono en la Stato. Dividante tiujn du zonojn, montriĝas la duonebenaĵo de la alta rivero Grande, kiu, situaciante je pli ol 1000 metroj da alteco kaj kun naturaj kampoj, estas tradicie paŝtista zono.

3 — *apartiganto de akvoj Rio Grande - São Francisco*. Tiu estas alia zono kun dividitaj proprecoj, limigita de la izaritmo de 60 hektaroj. Kune kun disvolviginta terkulturo, ĝi praktikas ankaŭ gravan bestokulturon. Ĝi provizas la ĉefurbon per terkulturaj kaj paŝtistaj produktoj.

4 — *metaludgia zono*, situaciante en la alta valo de rivero Velhas, prezentas grandan kontraston pri la mezaj areoj de la proprecoj. Kun tre malebena reliefo kaj konsistigita el algonklaj rokoj, ĝi estas plej altgrade la zono de fer- kaj mangan-minekspluatado. La grandaj mezaj areoj, vidigas, estas litaj al la ekzisto de la siderurgiaj fabrikoj, kiuj posedas farmbienojn destinitajn al la rearbarigo por la livero de brulaĵo. Tio, kio esence karakterizas la zonon, estas la malgranda utiligo de la teroj por terkulturaj aŭ paŝtistaj aktivaĵoj: malpli ol 50%.

5 — *zono de alta Jequitinhonha kaj Pardo* etendiĝas tra montaro Espinhaço kaj estas limigita de la izaritmo de 103 hektaroj. Ĝi prezentas la saman karakterizaĵon de malgranda terkultura aŭ paŝtista utiligo de la teroj, malpli ol 30%. Ĝi estas zono de antikva or- kaj diamant-minekspluatado.

En la dua regiono situaciante ĉe oriento kaj nordoriento de la Stato, kun proprecoj pli grandaj ol 141 hektaroj, distingiĝas la jenaj zonoj: 1 — *triangulo de Minas Gerais* konsistigita el vastaj altebenaĵoj kovritaj de densaj malgrandaj arbaroj, kie regas la intensa bredado farita en grandaj proprecoj kun meza areo supera al 170 hektaroj. 2 — *zono de Paracatu - Uruçuaia*, ankaŭ konsistigita el altebenaĵoj, praktikas la bredadon. La proprecoj estas pli grandaj, kaj la zono estas limigita de la izaritmo de 500 hektaroj. La kampara loĝantaro prezentas tie la malpli grandajn densecojn en la Stato: malpli ol 3 loĝantoj por kvadrata kilometro. 3 — *La valo de São Francisco* estas tradicie paŝtista zono. La meza areoj de la proprecoj varias de 141 ĝis 250 hektaroj. 4 — En la ekstrema nordoriento de la Stato, la meza valo de Jequitinhonha estas alia zono kun grandaj proprecoj, kies ĉefa ekonomia aktivaĵo estas la bestokulturo.

De la tutkuna studo de la mapoj la aŭtoro venis al la jenaj konkludoj: 1 — Ĝenerale la terkulturo regas en la unua regiono, kun grandaj aŭ mezaj proprecoj kaj etendiĝanta de sudokcidento al nordoriento. La naturaj kondiĉoj — profundaĵoj kaj fruktodonaj grundoj, varma kaj malseka klimato kun bone distribuataj pluvoj, krom bona komunik-reto kaj la proksimeco al la grandaj komercejoj, kunhelpis al la terkultura disvolviĝo de la regiono: a — la izaritmoj de 60 hektaroj de meza areo de proprecoj kaj de 34 loĝantoj por kvadrata kilometro limigas la esence terkulturan zonon de la Stato; b — la izaritmoj de 79 ĝis 141 hektaroj indikas la regadon de miksa ter-bestokultura ektaroj indikas la regadon de miksa ter-bestokultura ekonomio. 2 — la regiono de la grandaj proprecoj en okcidentaj malgrandaj arbaroj, sia tropika klimo kun seka sezono tre akcensita, estas esence dediĉita al la bestokulturo. La mezaj areoj estas superaj al 141 hektaroj, kaj la kampara loĝantaro estas malpli granda ol 12 loĝantoj por kvadrata kilometro.

La efektiva okupado kaj la pli intensa ekspluatado de la teroj okazas en la regionoj dediĉataj al terkulturaj aŭ paŝtistaj aktivaĵoj; pli ol 70% de la areo de la komunumoj estas okupita.

En la zonoj, kie la minekspluatado estas la ĉefa ekonomia aktivaĵo, la kamparaj okupado kaj loĝatigo estas negranda, kaj, ĝenerale, malpli ol 50% de la areo de la komunumoj estas okupita de grandaj kaj malgrandaj farmbienoj.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO ESTADO DO MARANHÃO EM 1940

EUGÊNIA GONÇALVES EGLER

Da Secção de Estudos Geográficos do CNG.

O estado do Maranhão está situado na zona de transição, entre as caatingas do Nordeste, as matas amazônicas e os campos cerrados do Planalto Central. A complexidade de aspectos físicos e econômicos tem grande influência sobre a população rural e urbana do estado, daí decorrendo a irregularidade de sua distribuição.

Contava o estado do Maranhão em 1940, com 1 235 169 habitantes ¹, vivendo cerca de 85% dessa população nos campos do interior, nas fazendas e sítios, entregues de preferência à exploração extrativa vegetal (babaçu e carnaúba), à lavoura e à criação.

A Hiléia, no oeste do estado, estende-se até o médio vale do Grajaú, coincidindo com a zona que se pode considerar como de vazio demográfico. A região dos cocais, constituída pelos carnaubais e babaçuais estende-se, principalmente, pela baixada, ao longo dos cursos médios do Mearim, Itapecuru e Parnaíba; é a região de maior concentração de população urbana e rural. Finalmente, ao sul estendem-se as grandes chapadas cobertas de campos cerrados, de população rural pouco densa.

As cidades, em geral, pouco desenvolvidas, vivem quase exclusivamente em função da zona rural, sendo que a maioria delas se originam de antigas fazendas.

Temos que ressaltar aqui, o papel preponderante dos rios na distribuição da população, papel este relevante desde a ocupação primitiva e do início do povoamento do território. Foram eles os primeiros caminhos de penetração, seguidos pelos colonizadores, que do litoral demandavam o interior, no século XVII.

Os rios Itapecuru e Mearim foram os primeiros a serem penetrados, graças à franca navegabilidade de seus cursos médios.

Têm os rios ainda hoje função importantíssima na distribuição da população; são eles os grandes concentradores da população rural e urbana. As principais cidades do estado, excluindo-se a capital, situam-se ao longo dos rios: Pedreiras, São Luís Gonzaga. (Ipixuna)² Bacabal, Arari e Barra do Corda, no Mearim; Picos (Colinas), Caxias, Codó, Coroatá, Itapecuru-Mirim e Rosário, no Itapecuru.

Esta função de concentradores da população está condicionada essencialmente ao papel que os rios maranhenses, de fácil navegação, exercem como principais vias de comunicação nesse estado, quase que destituído de boas rodovias e ferrovias. Na parte oriental, apesar de seu regime temporário, os rios

¹ Segundo os dados preliminares do recenseamento de 1950, o estado do Maranhão conta atualmente com uma população de 1 600 396 habitantes.

² Os nomes colocados entre parênteses correspondem às designações que os municípios receberam depois de 1940.

ainda funcionam como concentradores da população, concentração esta condicionada à circulação fluvial, o que constitui, essencialmente, uma característica da região amazônica.

A quase totalidade do tráfego de mercadorias, bem como o escoamento dos produtos, se fazem por via fluvial. Daí a importância indiscutível dos rios como centros de atração no estabelecimento da população.

No estudo da distribuição da população do estado, serão consideradas primeiramente as zonas de maior concentração:

- a) o golfo maranhense e
- b) os médios vales do Itapecuru e do Mearim, que consideraremos como uma única zona, dadas as semelhanças que apresentam na distribuição da população.

GOLFÃO MARANHENSE E MÉDIOS VALES DO MEARIM E ITAPECURU

O golfo maranhense está situado na depressão central da planície litorânea, na convergência dos quatro grandes rios: Pindaré, Grajaú, Mearim e Itapecuru, que canalizam para aí toda a produção do interior, formando uma zona importante, onde se desenvolve a vida econômica e política do estado.

A distribuição da população na zona litorânea do golfo não é uniforme. As maiores concentrações encontram-se a oeste, nas proximidades da baía de São Marcos, concentrações estas que contrastam com a menor densidade da parte leste no lado da baía de São José.

O maior agrupamento do oeste, explica-se não só pelo aspecto recortado da costa, pela proximidade da mata, como também pelo seu clima mais propício, de precipitações mais abundantes e regulares, do que a parte leste.

O litoral que se estende da baía de Turiaçu à baía de São Marcos, apresenta grande riqueza de formas: ilhas, estuários profundos, pequenas baías que facilitam uma intensa navegação de pequena cabotagem. Tal aspecto recortado é explicado, por ser esta, uma costa de rias.

Há neste trecho do litoral, animado movimento comercial, de pequenos barcos de vela e navios, que sobem pelos estuários acima. Tais embarcações servem muito ao comércio interno, pondo em constante intercâmbio com São Luís, as pequenas cidades ribeirinhas do interior.

Esta extensa costa, entrecortada de baías e enseadas fornecendo bons ancoradouros às embarcações, favoreceu o desenvolvimento de inúmeros e pequenos núcleos de pescadores, principalmente, em Guimarães e São Luís, havendo neste último, uma pequena colônia de pesca, cujo produto se destina ao consumo local. Além da pesca, encontra-se também a exploração de salinas naturais. O fato de existir, na mesma zona, grande quantidade de pescado e de sal, favoreceu o desenvolvimento de florescente indústria de peixe e de camarão seco, que provê o consumo local e os mercados próximos, como o da capital do estado e de outras cidades importantes.

Entretanto, apesar dos numerosos ancoradouros e de uma navegação de cabotagem abrigada, esta costa apresenta-se relativamente pouco povoada, sem as grandes concentrações demográficas que caracterizam litorais deste tipo. Basta ver-se o número reduzido de cidades que aí se acham localizadas, junto à orla litorânea.

Para o interior, observa-se uma maior concentração demográfica, que segue de modo geral uma linha norte-sul partindo de Bequimão até Viana. Tal distribuição da população se deve ao fato de ser a orla litorânea, que se estende da baía de Cumã à foz do Pindaré muito baixa e acompanhada de inúmeras lagoas, que formam um imenso lençol de água e onde, por ocasião das chuvas domina a vegetação de mangues.

Além disso, esta zona está sujeita a inundações periódicas dos rios. Dêste modo, as condições naturais pouco propícias determinaram o recuo da população, que se localizou no limite das terras inundáveis. Esta zona de maior concentração coincide também com o limite dos campos da baixada com as matas. Juntamente com os médios vales do Mearim e do Itapecuru, constitui a mais próspera região agrícola do estado e uma das mais antigas do país.

Foi a primeira zona ocupada no Maranhão, tendo sido iniciada a sua penetração no princípio do século XVII. Os colonizadores exploraram e ocuparam toda a planície litorânea, detendo-se nas bordas da mata de oeste. No começo desse século, com auxílio do braço indígena, então abundante, as fazendas açucareiras e de criação multiplicaram-se na região, chegando mesmo a exportar açúcar para Recife. Mais tarde, no início do século XVIII, a cultura da cana de açúcar cede lugar às lavouras algodoeiras e rizícolas, que graças à introdução do braço escravo se difundiram por toda a região. Deve-se o desenvolvimento dessas culturas à Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e do Maranhão que fornecia créditos, escravos e ferramentas aos lavradores, incentivando assim a lavoura algodoeira e rizícola, e que em pagamento arrecadava toda a produção. Torna-se, então, o Maranhão um dos principais centros exportadores da Colônia e um dos primeiros a possuir fábricas de tecidos de algodão, com produção algodoeira própria. Importantes núcleos urbanos surgiram, graças ao desenvolvimento da agricultura e da indústria: Alcântara, Guimarães e Cururupu, no litoral; Caxias, Codó, Coroatá, Pedreiras e São Luís Gonzaga, nos vales dos rios Mearim e Itapecuru. Hoje essas culturas, apesar de sua decadência, para o que concorreu a abolição da escravatura, ainda constituem uma das maiores riquezas do estado, destacando-se pela quantidade e qualidade de seus produtos.

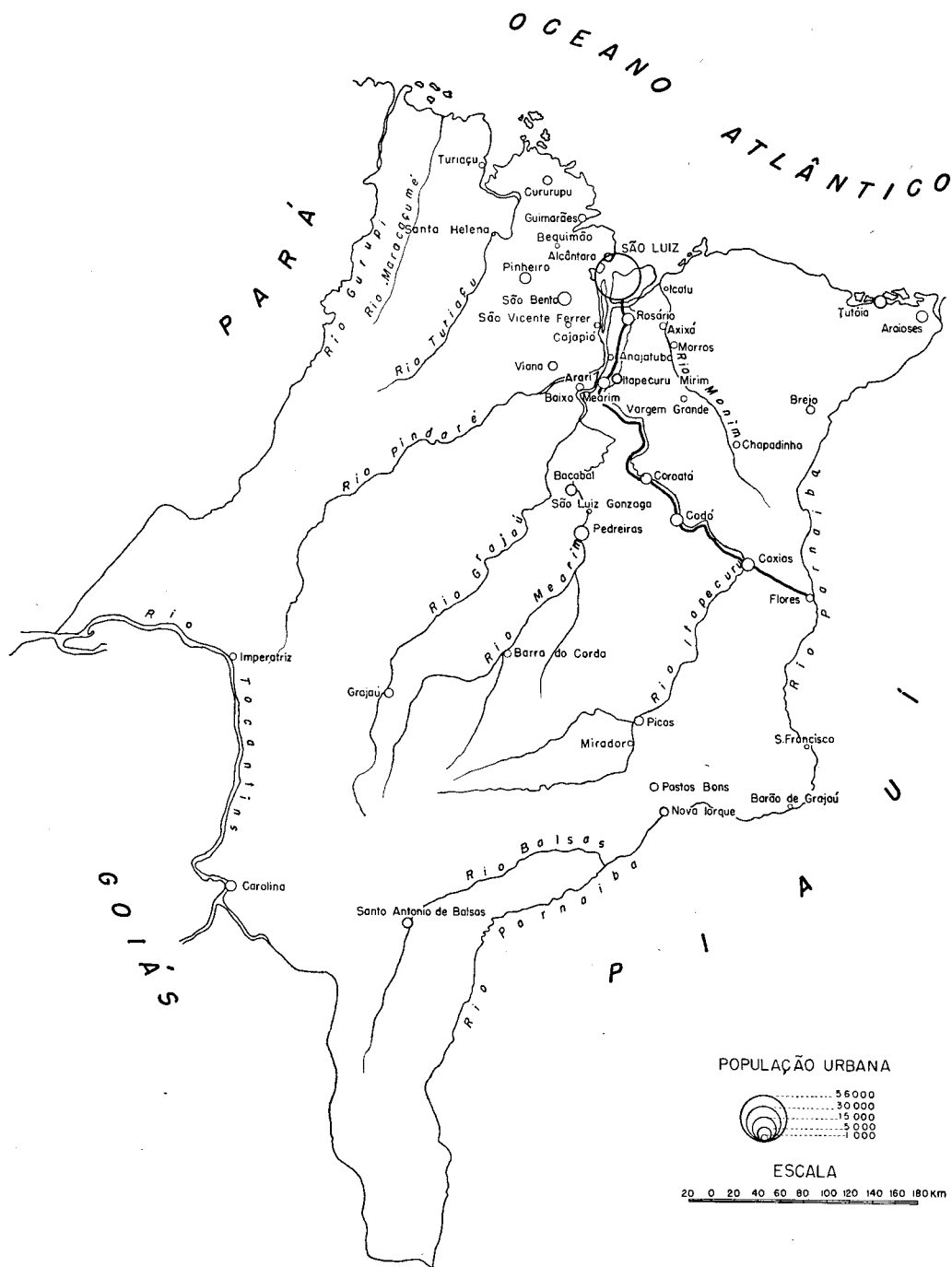
A cultura do algodão desenvolve-se hoje principalmente, nas margens do Mearim e do Itapecuru, sobretudo, em Bacabal, Pedreiras, Baixo-Mearim, Codó, Caxias e Coroatá. Para este desenvolvimento contribuiu, sem dúvida, a construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, possibilitando o transporte da matéria-prima para as fábricas de tecidos de Caxias, Codó, Coroatá e São Luís, a capital do estado, e cuja produção é distribuída pelo mercado nacional.

Essa antiga indústria têxtil maranhense, cuja produção tem pesado de modo significativo na balança econômica do estado, necessita entretanto, por-se em dia, com aparelhamentos novos para produzir em melhores condições, vindo contribuir assim, para a elevação do nível de vida da população maranhense.

A maior concentração da população rural ao longo desses vales estende-se até Caxias no Itapecuru e Pedreiras no Mearim, pela franca navegabilidade dos rios nesses trechos, permitindo fácil acesso aos navios do Lloyd Maranhense.

Quase todas as fazendas da região possuem pequenos portos, junto aos rios, por onde embarcam seus produtos, em canoas e barcos de vela, em demanda dos mercados consumidores e distribuidores. Também as cidades se alinham

ESTADO DO MARANHÃO



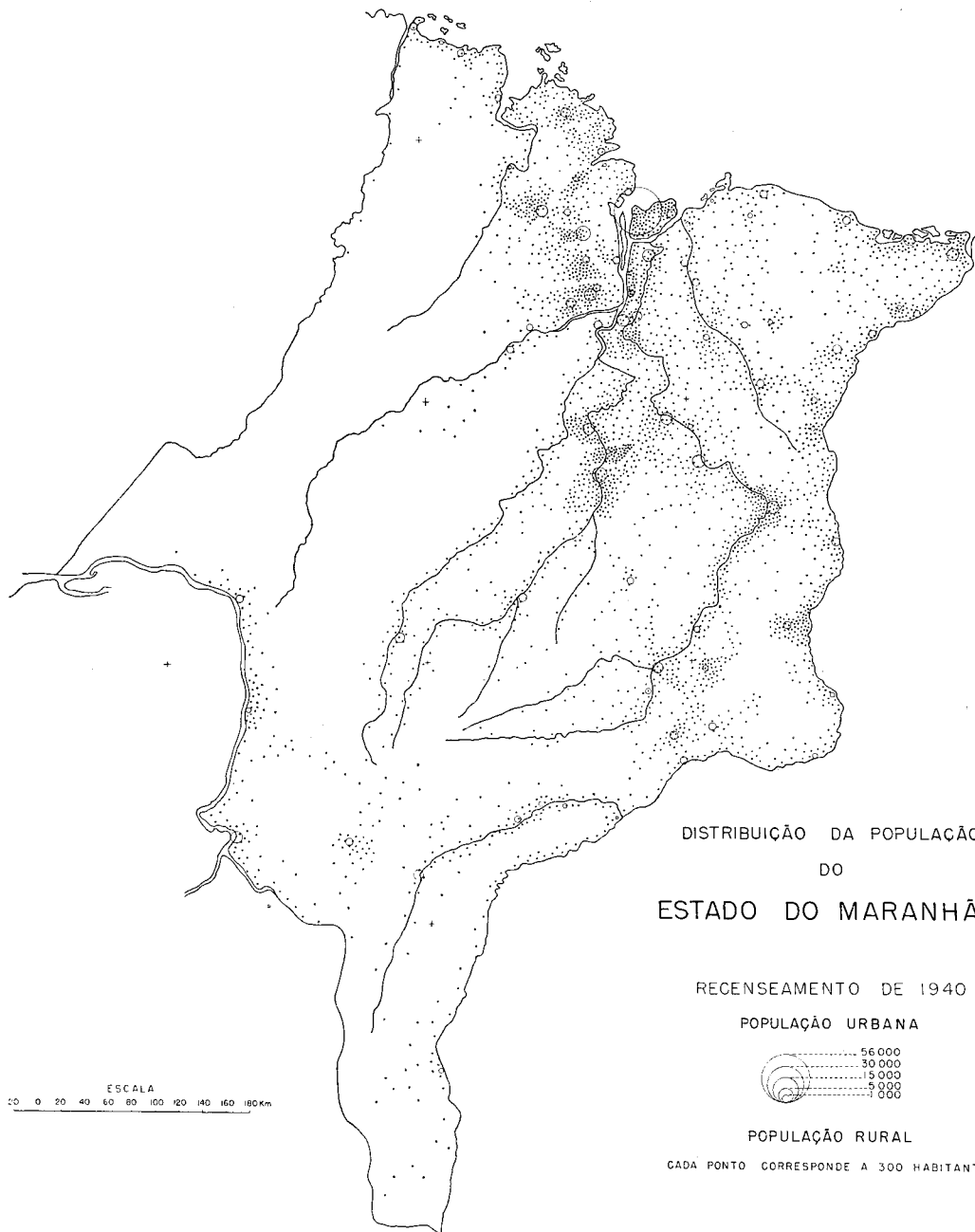
DES. MITZUKO SASSAKI

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

SEÇÃO DE ESTUDOS



ao longo dos rios, estando geralmente situadas nos terraços marginais ao abrigo das inundações. São elas pequenos entrepostos e dada a situação privilegiada quanto aos meios de transporte, possuem quase sempre pequenas indústrias têxteis e de beneficiamento de produtos agrícolas, como arroz, algodão e cana de açúcar.

Caxias é a principal cidade, depois de São Luís e contava com uma população de 7 041 habitantes em 1940. É o maior centro exportador e produtor de algodão do Maranhão. Devido à sua situação privilegiada, no ponto terminal da navegação fluvial do Itapecuru e contando ainda com a estrada de ferro, é o maior entreposto da região, servindo aos sertões do Parnaíba, Tocantins e Itapecuru. Tem a cidade intenso movimento comercial e industrial, com numerosas fábricas têxteis, donde bem lhe cabe o cognome de "Manchester do Nordeste brasileiro".

A cultura do arroz desenvolve-se, principalmente, nas proximidades da baía de São Marcos, na zona da baixada, entre os rios Turiaçu e Pindaré. Outras culturas importantes nessa zona são o algodão, a cana de açúcar e a mandioca.

Tais culturas foram, no entanto, superadas pela indústria extrativa do baçu e da carnaúba, que oferece imensas possibilidades de produção, pela grande quantidade de palmeiras nativas existentes. Essa produção extrativa vegetal, representa hoje um potencial de riqueza para o estado, necessitando urgentemente de melhores vias de transporte, que lhe garanta o escoamento para os mercados consumidores.

Os campos inundáveis da baixada representam de certo modo o trecho menos povoado do golão maranhense. Estão situados à margem esquerda da embocadura do Mearim e do Itapecuru, em Cajapió, Anajatuba, Rosário, Pinheiro ou Pericumã, São Vicente Férrer, Viana, São Bento ou Perizes e são destinados à criação extensiva. No "inverno", época das chuvas (novembro-março) os rios e os lagos transbordam, inundando os campos marginais, constituindo então a canoa o único meio de transporte. Essas inundações periódicas, obrigam o gado a um movimento migratório imposto pelas más condições do meio. Nesta ocasião, são as reses levadas para as chapadas do interior ou para os campos de "tesos" (pequenas elevações) de Santa Helena, Cajapió, Arari e Baixo-Mearim, aí permanecendo durante a época chuvosa. Quando baixam as águas retorna o gado à baixada.

Além da criação e da pesca, os habitantes desta região, praticam uma lavoura de subsistência, que lhes garante a farinha d'água para a alimentação. Esta lavoura é feita no intervalo da pesca e do pastoreio. É uma zona por excelência pastoril, com predomínio da raça curraleira. Só recentemente alguns criadores têm melhorado seus rebanhos, com a introdução de reprodutores da raça zebu.

O gado é exportado para São Luís, em canoas ou a pé, ou então, para o estado do Pará por mar ou por terra, via Viseu. Os principais portos de embarque do gado para a capital, são: Inveja (município de Viana), Ambude (município de São Vicente Férrer), Vaca Rucilha (município de Arari), Casinha (município de Anajatuba) e Bacurituba (município de São Bento).

Não existe na região indústria organizada para o aproveitamento do leite. Somente em São Bento há uma pequena indústria florescente de queijos e manteiga, que provê os mercados vizinhos.

São Luís, situada na ilha do mesmo nome, no golfo maranhense, é a capital do estado, com 58 735 habitantes. É o porto mais importante da extensa costa maranhense, centralizando todo o movimento comercial do estado. Tem ainda uma importante função industrial com numerosas fábricas de fiação de algodão, de beneficiamento de babaçu e de carnaúba.

Comparando-se os recenseamentos de 1920 e 1940, pode-se concluir que a população dos municípios do golfo sofreu um acréscimo relativamente pequeno, enquanto os municípios situados nos médios Mearim e Itapecuru, tiveram um aumento bem mais apreciável.

ZONA DE LESTE

Contrastando com a zona anteriormente estudada, de população relativamente densa, no leste do estado ela se apresenta muito dispersa e rarefeita. Esta grande área apresenta aspectos nordestinos, com chuvas bastante irregulares e clima relativamente seco.

Também a zona litorânea que se estende da baía de São José à baía de Tutóia, regularizada pelo desenvolvimento das formações quaternárias, é pouco povoada. Apresenta extensos lençóis de areia, sendo por isso pouco propícia à instalação humana. Não havendo bons ancoradouros, a navegação de cabotagem é muito reduzida e a população de pescadores escassa.

A maior concentração nesta costa aparece na baía de Tutóia, que constitui uma exceção, por ser excelente surgidouro, onde é ativa a circulação de pequenas embarcações, sendo aí numerosos os núcleos de pescadores.

Tutóia é o único porto marítimo do Maranhão Oriental e do Piauí. O porto de Luís Correia ou Amarração, no Piauí não oferece boas condições como ancoradouro devido à pouca profundidade, que não permite a entrada de navios de grande calado. Assim é que quase toda a produção do estado é levada para o porto de Tutóia em pequenas embarcações e daí transportada em navios em demanda dos mercados consumidores. O porto de Tutóia é um dos mais movimentados do estado, por ser escala obrigatória para a navegação neste trecho. Para ele converge toda a produção do Parnaíba e regiões ribeirinhas.

Portanto, dadas as más condições de solo, de clima, aliadas à dificuldade de transporte, pois os rios aí são temporários, nada há que estimule o estabelecimento humano o que explica a pequena densidade da população. Para o interior ela continua ainda bastante escassa entre os vales do Parnaíba e do Monim. São esses rios os concentradores da população no leste maranhense, graças à maior fertilidade de suas terras ribeirinhas, grandemente aproveitadas pela lavoura do algodão, cana de açúcar, mandioca e gergelim. Os principais núcleos urbanos: Icatu, Morros, Chapadinha, Vargem Grande, alinham-se todos ao longo do Monim, devido à navegabilidade desse curso durante parte do ano. É também o único coletor da produção, visto serem poucas as estradas de rodagem de que dispõe a região. A via fluvial mantém constante intercâmbio

comercial, entre esta zona e São Luís, através do canal dos Mosquitos. Tem como principais cidades Axixá, Chapadinha e Icatu, hoje decadente, e que depois de Alcântara é a mais antiga do Maranhão.

MÉDIO PARNAÍBA

No limite nordeste do estado a população rural e urbana é mais concentrada ao longo do Parnaíba, principal via de comunicação; a navegação nesse rio é explorada pela Companhia de Navegação do Rio Parnaíba.

O povoamento do vale do Parnaíba foi realizado no século XVII, com a expansão da criação nos altos vales dos rios maranhenses, que desceu posteriormente para os médios e baixos cursos. Mais tarde, no século XVIII, tornou-se o vale do Parnaíba o principal fornecedor de carne salgada do Nordeste, exportando para os mercados da Bahia e do Rio de Janeiro.

Apesar dos bons solos resultantes da decomposição do calcário, a agricultura é pouco desenvolvida, devido à distância dos mercados consumidores e às dificuldades de transporte. É a criação de gado a principal atividade econômica, acompanhada da exploração extrativa vegetal da carnaúba e babaçu.

Os núcleos urbanos, na maior parte, não estão situados diretamente às margens do rio, mas acham-se mais para o interior, nos terraços, ao abrigo das enchentes.

As principais cidades desta região são: Brejo, Flores (Timon) e Araisos. A primeira, com 2 911 habitantes, destaca-se devido à boa situação ligando o Parnaíba ao vale do Monim, através da estrada de rodagem Brejo-Chapadinha. A segunda, com 1 937 habitantes funciona como entreposto da região, sendo servida ao mesmo tempo pelo rio e pela estrada de ferro. Tem a vantagem de se encontrar próxima a dois grandes centros consumidores: Teresina e Caxias.

Por fim, Araisos, com 3 001 habitantes, importante centro pela sua localização na foz do Parnaíba, sofre influência do pôrto de Tutóia e da cidade de Parnaíba no Piauí.

CHAPADAS DO SUL

Penetrando-se para o sul do estado encontra-se nos altos vales do Grajaú, Mearim, Itapecuru e Parnaíba uma zona de extensas chapadas de arenito cretáceo, recobertas de campos cerrados e cortadas por estreitos e profundos vales. Cerca de um terço do estado está compreendido nesta zona, onde a população apresenta-se rarefeita e localizada sempre nos vales dos rios. São, portanto, eles os concentradores da população, graças à maior fertilidade do solo nas suas margens, à proximidade da água, constituindo ainda as melhores vias de comunicação. Daí os divisores de água serem bem visíveis no mapa, pela rarefação demográfica.

As cidades estão também localizadas nos vales, apesar da ocorrência da malária endêmica. Tal localização está em função direta da maior facilidade de transportes, que garantem o escoamento da produção e o abastecimento. É uma zona tradicionalmente pastoril, tendo sido ocupada pelos sertanistas baianos no princípio do século XVII, quando transportaram grandes rebanhos do São Francisco para o Piauí, daí passando ao Maranhão. Sendo descobertos aí cam-

pos propícios à criação, os chamados “sertões dos pastos bons”, fundaram inúmeras fazendas, as quais deram origem a vários povoados. Até hoje esta região dedica-se quase exclusivamente à criação extensiva de gado e como ocupação secundária aparece a exploração extrativa vegetal.

Pelo exame do mapa pode-se verificar que dentro da própria região há um maior adensamento da população rural nos altos cursos do Itapecuru até Mirador, do Mearim até Barra do Corda, do Parnaíba até Nova Iorque, contrastando com as altas cabeceiras desses rios e com o Pindaré, de população menos densa. Tal adensamento tem sua explicação não só no fato de serem esses rios navegáveis por canoas nos trechos citados, como também pela maior proximidade da estrada de ferro e pelo desenvolvimento da lavoura, cujos produtos têm exportação garantida para os centros consumidores. Esses fatores têm proporcionado boas condições econômicas aos núcleos que aí se localizam como Barão de Grajaú, São Francisco (Igaratinga), Picos e outros. A cidade de Picos é o principal centro urbano do alto Itapecuru, com uma população de 2 666 habitantes. Dentro da região têm-se destacado as lavouras do algodão, da mandioca e da cana de açúcar com assegurado escoamento desses produtos pela estrada de rodagem Picos-Oeiras, e também por via fluvial.

O extremo sul do estado, do divisor de águas Parnaíba — Balsas para oeste, até o divisor de águas Tocantins — Grajaú é de população muito menos densa. Esta rarefação da população pode ser explicada pelo encaixamento dos rios, dificultando a navegação e daí os transportes, e pela grande distância dos mercados consumidores.

A principal atividade econômica resume-se na criação extensiva de gado bovino e na exploração extrativa vegetal. A quase totalidade da produção pecuária da região é concentrada em Carolina e daí vendida para o Pará, São Luís, Bahia, etc.

Como se pode ver no mapa, as cidades procuram os vales, situando-se junto aos rios. Uma das principais é Grajaú, localizada no alto curso do rio Grajaú, com 2 463 habitantes. A dificuldade da navegação do rio tem impedido um maior desenvolvimento do município. O rio, durante longos períodos do ano tem seu volume d'água tão reduzido que a navegação se torna impraticável. Tal dificuldade faz com que as mercadorias fiquem acumuladas à espera de que um aumento das águas permita a navegação regular e assim se faça o escoamento da produção para os mercados mais próximos. Esta situação só poderá ser melhorada com a conclusão da estrada de rodagem Pedreiras-Grajaú, que facilitará o transporte e com isso provocará o desenvolvimento do município. Outro importante núcleo desta zona é Santo Antônio de Balsas, situado no ponto terminal da navegação regular do rio Balsas. É um dos principais entrepostos do interior maranhense, por aí passando as mercadorias que se dirigem do oeste para o sul.

No Tocantins a população concentra-se ao longo do vale, de Carolina a Imperatriz, quando vai rareando a ponto de transformar-se num vazio demográfico, que continua até o limite com o Pará.

Carolina é o principal centro comercial da região sudoeste do Maranhão e norte de Goiás. Conta com 3 359 habitantes, mantendo relações comerciais com São Luís, Pará, Ceará, Bahia, Piauí e Goiás. Os seus principais produtos de exportação são o gado e peles de animais.

NOROESTE MARANHENSE

A zona de população mais rarefeita do estado e que se pode considerar mesmo como um vazio demográfico é o noroeste do Maranhão. Esta zona estende-se do rio Gurupi, no limite com o Pará, ao rio Grajaú e é caracterizada por extensas planícies, grandemente entulhadas de aluviões recentes e com solo impermeável. Os rios, na maioria, correm no sentido sul-norte, isto é, das altas chapadas do interior para o litoral. Êsses rios, Gurupi, Turiaçu e Grajaú, nos altos cursos apresentam-se encachoeirados e ao atingirem a baixada formam meandros divagantes, sujeitos à ação das marés.

Esta região possui um clima equatorial super-úmido de chuvas abundantes e regulares que chegam a atingir mais de 2 000 milímetros anuais com um grau de umidade relativa também muito elevado, o que favoreceu o desenvolvimento da mata e a propagação da malária.

Por êsses aspectos físicos pode-se considerar o noroeste maranhense como o último avanço da grande região Norte. A Hiléia aí aparece mais ou menos densa, possuindo algumas espécies muito características, tais como a seringueira *Hevea brasiliensis*, a baunilha (do gênero *Vanilla*), e palmeiras de açaí (*Euterpe oleracea*), que constituem os únicos produtos de exploração. Em alguns trechos, a mata avança muito para o norte, indo juntar-se aos campos da baixada. Sòmente junto à costa, os campos cedem lugar aos mangues, que cobrem tôda a região alagada pelo mar e acompanham grande extensão da orla litorânea e alguns rios.

Essas condições físicas desfavoráveis, associadas à falta de incentivo à agricultura, dificuldades de transporte terrestre e fluvial e, ainda, o terror inflingido pelos índios urubus, mantiveram a região fechada por muito tempo à colonização; daí o seu isolamento e pequeno desenvolvimento econômico.

Por essas razões verificou-se a fixação do elemento humano sòmente na borda da mata, onde está localizada a mais importante zona agrícola do estado, e onde se verifica a maior concentração da população rural.

O aproveitamento desta zona foi tentado desde o século XVII, quando os colonizadores subiram os vales do Gurupi e Turiaçu, não conseguindo porém conquistá-los devido às dificuldades de navegação, à densidade da mata e à hostilidade dos índios, que impediram a criação de núcleos permanentes.

Mais tarde, já em fins do século XVIII e princípios do XIX, aparece um fator de interesse: o ouro, atraindo a população. Foi, então, tentada a ocupação da região por elementos escravos; tal tentativa foi, entretanto, malograda pelas mesmas razões apontadas.

Por muito tempo foi essa zona a mais isolada e a menos penetrada do estado, apesar das ricas aluviões auríferas. Só mais tarde, por volta de 1928, com a pacificação dos índios e com a alta do ouro, tôdas as atenções foram voltadas para o noroeste maranhense. Em pouco tempo, chegavam levas de imigrantes provenientes do oeste e do leste que acampavam próximo aos rios, nos lugares em que era encontrado o ouro. Em tôda a extensão do baixo Maracaçumé e do Turiaçu fervilhava intensa atividade extrativa mineral. A maior preocupação dos habitantes era descobrir locais ainda não explotados. Muitos dêsses acam-

pamentos deram origem a povoações, que em alguns casos se desenvolveram rapidamente e em outros tiveram uma vida efêmera, conforme a riqueza do garimpo.

As principais povoações mineradoras desta região estão localizadas nos baixos cursos do Gurupi, Maracaçumé e Turiaçu, onde os pláceres, acusam a presença de ouro em grandes pepitas. Dentre os mais importantes núcleos sobressaem o de Inglês e Aurizona, no baixo curso do Tromai e Redondo no Maracaçumé, todos nos municípios de Turiaçu e Cururupu.

Tais garimpos tornaram-se em pouco tempo centros de negócios, graças à sua favorável situação próximos ao litoral e à margem de rios navegáveis.

Para o interior, nos altos cursos do Gurupi, Turiaçu, Maracaçumé e Pindaré, são encontrados numerosos garimpos de vida efêmera; daí a população rarear-se a ponto de se ter um grande vazio demográfico. Êsses pequenos centros encontram grande dificuldade na aquisição de mantimentos por falta de vias acessíveis, sendo o comércio feito através de picadas a lombo de burro e, muitas vezes, pelo próprio homem, o que vem dificultar a fixação dos mesmos.

O noroeste maranhense devido à proximidade com o Pará, tem relações comerciais mais intensas com êsse estado. Assim é que recebe as diversas mercadorias, principalmente armas, bebidas, ferramentas, carne seca e mesmo crédito para os comerciantes, das praças de Belém, Bragança e Viseu.

Dadas as dificuldades de transporte tanto terrestre como fluvial, a população que aí se estabeleceu, vive exclusivamente da economia extrativa vegetal e mineral, fazendo com que o índice de mobilidade seja muito acentuado, conforme as notícias de sucessos nos diferentes lugares. É, no entanto, uma zona de grandes possibilidades de desenvolvimento.

CONCLUSÃO

A população maranhense apresenta grande diversidade na sua distribuição, em consequência da complexidade dos fatores físicos e econômicos.

Na metade norte do estado três aspectos bem distintos se observam na distribuição da população: o oeste com características amazônicas, onde a mata densa, o clima úmido e a presença de índios bravos têm dificultado a penetração e a ocupação da região, o que determinou o seu completo isolamento do resto do estado; o leste, tipicamente nordestino, com chuvas irregulares, clima relativamente seco e de vegetação xerófita, apresenta-se com população muito rala. Finalmente, a região centro-norte, o golfão maranhense, aparece densamente povoado, com um grande desenvolvimento agrícola e pastoril. É economicamente a região mais importante do estado, juntamente com os cursos médios do Mearim e do Itapecuru. No sul do estado, onde dominam as chapadas e os campos cerrados, a população é mais ou menos rarefeita, concentrando-se nos vales dos rios.

No estado do Maranhão são, por conseguinte, os rios os grandes concentradores da população rural e urbana, graças, sobretudo, à sua função de vias de comunicação.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- DÉNIS, Pierre — *Amérique du Sud — Le Brésil* — Tome XV, Première Partie — 210 pp. — 36 figuras, 64 fotografias — Librairie Armand Colin — Paris, 1927.
- FRÓIS ABREU, Sílvio — *Na Terra das Palmeiras* — 278 pp. — 94 fotografias, 1 mapa e 3 perfis — Oficina Industrial Gráfica — Rio de Janeiro, 1931.
- HARTT, Charles Frederick — *Geologia e Geografia Física do Brasil* — Tradução de Edgar Sussekind de Mendonça e Elias Dolianiti — 649 pp., 94 figuras — Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V, Vol. 200 — Cia. Editôra Nacional — São Paulo, 1941.
- LOPES, Raimundo — *O Torron Maranhense* — 222 pp. — 4 mapas e 2 fotografias — Tipografia do Jornal do Comércio — Rio de Janeiro, 1916.
- OLIVEIRA, Avelino Inácio de, LEONARDOS, Othon Henry — *Geologia do Brasil* — 2.^a edição — 202 pp. — 37 estampas — Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1943.
- PRADO JÚNIOR, Caio — *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)* — 388 pp. — Editôra Brasiliense Ltda. — São Paulo, 1945.
- SAMPAIO, A. J. de — *Fitogeografia do Brasil* — 284 pp. — 25 fotografias — Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V, vol. 35 — Cia. Editôra Nacional — São Paulo, 1934.
- SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von — *Viagens pelo Brasil* — Tradução brasileira promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — 560 pp. — Volume 2.^o — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1938.
- “Divisão Regional do Brasil — Região Norte” — Secção de Estudos Geográficos.
- “Divisão Regional do Brasil — Região Nordeste” — Secção de Estudos Geográficos”.

Periódicos

- AIRES DA SILVA, Rita — “O Mearim como rio limítrofe de uma região geográfica” — *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. V — Pp. 515-517. Rio de Janeiro, 1944.
- ALVES DE SOUSA, Henrique Capper — “O ouro e a vida nalgumas regiões do Brasil” — *Revista Brasileira de Geografia*, ano II, n.^o 1, Janeiro, 1940 — Pp. 16-32. 17 fotografias e 4 mapas.
- BURLAMAQUI, Jorge Leal — “Os planos rodoviários dos estados do Maranhão e Piauí” — *Rodovia*, ano VI, n.^o 37, fevereiro, 1943 — Pp. 48-52.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel — “O açúcar na colonização do Nordeste” — *O Observador Econômico e Financeiro*, ano XII, n.^o 138 — Pp. 90-97.
- DODT, Gustavo D. — “Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi” — Comentário do Prof. Sílvio Fróis Abreu — *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, n.^o 3, julho, 1939 — Pp. 111-114.
- FRÓIS ABREU, Sílvio — “Observações sôbre a Guiana Maranhense” — *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, n.^o 4, outubro, 1939 — Pp. 26-50 — 1 desenho, 22 fotografias.
- FRÓIS ABREU, Sílvio — “Contribuição para a antropogeografia do Maranhão” — *Revista da Sociedade de Geografia*, tomo XXXIV, 1.^o semestre, 1929 — Pp. 1-14 — 11 fotografias e 1 mapa.
- GUERRA, Antônio Teixeira — “O Vale do Parnaíba e as cidades centro de transporte” — *Revista do Comércio*, ano II, n.^o X, setembro 1946 — Pp. 65-67.
- MORAIS, Cap. M. — “Características do relêvo nordestino” — *Boletim Geográfico*, ano IV, n.^o 27, junho, 1945 — Pp. 337-391.
- MORAIS RÊGO, Luís Flores de — “Notas sôbre a Geologia do Estado do Maranhão” — *Revista do Museu Paulista* — Tomo XXI, 1937 — Pp. 3-28.
- PAIVA, Glycon de — “Guiana Maranhense” — *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, n.^o 4, outubro-dezembro, 1935 — Pp. 10-24 — 1 mapa.
- SILVESTRE FERNANDES, J. — “Os semi-deltas do noroeste do Maranhão” — *Boletim Geográfico*, ano VI, n.^o 64, julho, 1948 — Pp. 388-396.

- SILVESTRE FERNANDES, J. — “Baixada Maranhense” — *Boletim Geográfico*, ano V, n.º 53, agosto, 1947 — Pp. 545-558.
- SHAW, E. V., DARNELL, J. L. — “Uma região fronteiriça no Brasil — O sudoeste do Maranhão” — *Boletim Geográfico*, ano IV, n.º 41, agosto, 1946 — Pp. 570-580.

Monografias

- BARROS, Antônio — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Cajapió* — Maranhão, agosto de 1941.
- BRAGA DOS SANTOS, Leônidas — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Monção* — Maranhão, outubro de 1938.
- BRANDÃO, José Osano — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Picos* — Maranhão, sem data.
- CARVALHO, Bernardo Araújo, REIS, Benedito Rebêlo, CARVALHO, Maria Madalena — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Barreirinhas* — Maranhão, sem data.
- COELHO DOS SANTOS, Didácio, NASCIMENTO, Ângelo do, PEREIRA, Hilda Evelina — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Santo Antônio de Balsas* — Maranhão, sem data.
- COELHO DE MATOS, João, AIRES DA SILVA, Severino e QUEIRÓS, Salatiel — *Monografia Histórico-Corográfica do Município da Carolina* — Maranhão, 1941.
- COSTA DA SILVA, Valentim — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Santa Quitéria* — Maranhão, sem data.
- CUNHA, Benedito Oliveira — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Chapadinha* — Maranhão, sem data.
- FERNANDES DE OLIVEIRA, Pedro José — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Carutapera* — Maranhão, sem data.
- LOPES, Lourival — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Vitória do Alto Parnaíba* — Maranhão, setembro de 1941.
- MATOS PEDRO, Silva — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Brejo* — Maranhão, sem data.
- MUNIZ, José Lima — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Benedito Leite* — Maranhão, outubro de 1941.
- NUNES, Hamilton Bandeira — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Coelho Neto* — Maranhão, agosto de 1941.
- PESSOA DE FARIA, Felinto — *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Buriti* — Maranhão, sem data.

Monografias Histórico-Corográficas elaboradas pela Prefeitura — *Alcântara*, sem data; *Arari*, sem data; *Axixá*, 1941; *Bacabal*, sem data; *Baixo Mearim*, sem data; *Barra do Corda*, sem data; *Bequimão*, sem data; *Codó*, dezembro de 1941; *Coroatá*, 1941; *Grajaú*, 1938; *Imperatriz*, sem data; *Monte Alegre*, 1937; *Pinheiro*, 1937; *São Bento*, 1937; *São Luís Gonzaga*, 1937; *São Pedro*, 1937; *Vargem Grande*, 1938.

Mapas

Mapa Geológico do Brasil — Escala: 1 : 5 000 000 — Departamento Nacional da Produção Mineral — Divisão de Geologia e Mineralogia — Cia. Litográfica Ipiranga — São Paulo, 1942.

Mapa da Viação dos Estados de Goiás e Maranhão — Escala: 1 : 3 000 000 — Ministério da Viação e Obras Públicas — Edição de 1939.

RÉSUMÉ

Dans cet article l'auteur présente une carte de la distribution de la population dans l'Etat de Maranhão et fait des commentaires sur les facteurs qui exercèrent une influence sur cette distribution. Il montre que la plus grande partie de la population a son activité liée à l'exploitation extractive du végétal (*babaçu* et *carnaúba*) à l'élevage et à l'agriculture. Il a décrit les principales régions naturelles de l'Etat, faisant ressortir les aspects physiques, économiques et démographiques et traite de la zone du Golfão Maranhense, des moyennes vallées du Mearim et de l'Itapecuru, de la région semi-aride de l'Est, du moven Parnaíba et du Nord-Ouest du Maranhão.

Il conclut que la population accuse une grande diversité dans la distribution; que l'ouest, avec des caractéristiques amazoniques se peupla difficilement à cause de la forêt et des Indiens

sauvages; que l'est, à cause de l'aridité relative, a une population peu dense et que la région centre-nord de la plaine est la zone la plus peuplée. Au sud dans les *chapadas* et les *campos cerrados* la population est peu dense et les rivières, dans cet Etat, ont un rôle assez important.

RESUMEN

En este artículo, el autor presenta un mapa de la distribución de la población en el Estado de Maranhão y hace consideraciones sobre los factores que han influenciado esta distribución. Hace notar que los habitantes, en su mayor parte, practican una actividad asociada a la explotación vegetal (extracción del *babaçu* y *carnaúba*) así como a la pecuaria y agricultura. Describe las principales regiones naturales del Estado, resaltando los aspectos físicos, económicos y demográficos; trata aún del "Golfão Maranhense", de los valles medios de los ríos Mearim y Itapecurú, de la región semi-árida del Este y del Noroeste del Maranhão.

La población acusa una distribución bastante irregular. En el oeste, con caracteres propios a la región amazónica, el poblamiento fué dificultado por la mata y por tribus de indígenas salvajes; el este por su relativa aridez tiene una población muy rara mientras la región del centro-oeste de la Baixada es más poblada. Al sur, en las mesetas y "campos cerrados" la población es poco densa y los ríos tienen una función muy importante en dicho Estado.

RIASSUNTO

In questo articolo, l'autore presenta una carta della distribuzione della popolazione nello Stato di Maranhão e commenta i fattori che hanno influito in questa distribuzione. Rileva che per la più parte, gli abitanti hanno la sua attività collegata alla esplorazione agricola (estrazione del "babaçu" e della "carnaúba") e pecuaria. Descrive le principali regioni naturali dello Stato, mettendo in luce i suoi aspetti fisici, economici e demografici; così tratta del così detto "Golfão Maranhense", delle valli medie dei fiumi Mearim, Itapecuru e Parnaíba, così come della regione semi-árida del Est e quella del Nord-Ovest del Maranhão.

La popolazione accusa una gran diversità nella sua distribuzione: l'Ovest, colle sue caratteristiche amazzoniche ha avuto il suo popolamento difficoltà dalle selve e da feroci selvaggi; l'Est ha una popolazione molto rara per la sua relativa aridità; la regione centro-nord della piana è la più popolata. Al Sud negli alti-piani e campi la popolazione è poco densa. Di resto i fiumi esercitano un'importante funzione in questo Stato.

SUMMARY

In the present paper, the author discusses a map of the distribution of the population in the State of Maranhão, commenting the various factors which influenced said distribution.

He emphasizes the fact that the most part of the population has its activities connected to the vegetal extracting exploitation, (*babaçu* and *carnaúba*) to cattle-raising and to agriculture in general.

He describes the chief natural regions of the State, emphasizing the physical, economical and demographic aspects and describes, according to this method, the zone of the Golfão Maranhense, the middle valleys of the Mearim and Itapecuru rivers, the semi-arid region of the East, the middle Parnaíba and the northwestern part of the State.

He concludes, furthermore, stating that the population presents a large diversity of distribution; that the Western part of the State, which has the same characteristics of the Amazonic region, had its peopling difficulted by the forest and wild indians; that the Eastern part of the State, due to the relative aridity, has a very scarce population and, finally, that the center-north part of the lowlands is the most densely populated zone.

On the southern part of the State, on the "chapadas" and "campos cerrados" the population is scarce and the author explains that the rivers represent a very important role in influencing the distribution of the population in the State of Maranhão.

ZUSAMMENFASSUNG

Der Verfasser stellt in der vorstehenden Abhandlung eine Karte der Bevölkerungsverbreitung im Staate Maranhão dar, und zieht einige Betrachtungen über die Faktoren, die auf dieser Verbreitung beeinflusst haben.

Er betont erstens, dass der grösste Teil der Bevölkerung sich mit der Sammelwirtschaft betätigt (in den Palmwälder von *Babaçu* und *Carnaúba*, bzw. eine Öl- und Wachspalme) oder der extensiven Viehzucht und Landwirtschaft gewidmet ist.

Er beschreibt weiter die wichtigsten natürlichen Einteilungen des Staates, die physischen, wirtschaftlichen und demographischen Merkmale betrachtend, und in dieser Hinsicht werden folgende Gebiete unterschiedet: *Golfão Maranhense* (Die grosse Bucht von Maranhão) und die Täler der Mittelläufe vom *Mearim* und *Itapecuru*; das halb-trockene Gebiet des Osten; das Mittelteil com *Parnaíba*; und das Gebiet von Nordwesten.

Folgende Schlussfolgerungen werden vorgebracht: dass die Bevölkerung eine sehr unregelmässige Verbreitung darbietet; dass die Besiedelung des westlichen Teiles, welches durch seine Merkmale dem Amazonasgebiet zugehört, durch die Anwesenheit dichter Wälder und wilden Indianern erschwert wurde; dass der östliche Teil wegen der relativen Trockenheit, sehr dünn besiedelt ist; und schliesslich dass das nördliche Mittelgebiet der grossen Niederung das am dichtesten besiedelte Gebiet darstellt. Im Südteil auf den grossen Flächen und Savannen, ist die Bevölkerungsdichte sehr schwach. Der Verfasser betont hauptsächlich dass die Flüsse eine hervorragende Rolle in der Bevölkerungsverbreitung spielen.

RESUMO

En ĉi artikolo la aŭtoro prezentas mapon de la distribuo de la loĝantaro en ŝtato Maranhão kaj faras komentariojn pri la faktoroj, kiuj influis sur tiun distribuon. Li akcentas, ke la plej granda parto de la loĝantaro havas aktivecon ligitan al la vegeta elira ekspluatado (*babaçu* kaj *karnubo*) kaj al la bestokulturo kaj al la terkulturo. Li priskribas la ĉefajn naturajn regionojn de la ŝtato, reliefigante la fizikajn, ekonomiajn kaj demografiajn trajtojn, kaj tiel li traktas pri la zono de Golfo de Maranhão, kaj mezaĵ valoj de Mearim kaj Itapecuru pri la duonseka regiono de Oriento, pri la meza Parnaíba kaj pri la Nordokcidento de Maranhão.

Li konkludas, ke la loĝantaro montras grandan diversecon en la distribuo; ke la Okcidento, kun amazonaj karakterizaĵoj, havis malfacilan loĝatigon pro la arbaro kaj pro la sovaĝaj indiĝenoj; ke la Oriento pro la relativa sekeco havas tre maldensan loĝantaron, kaj ke la centra-norda regiono de la ebenaĵo estas la plej loĝatigita zono. En la Sudo, sur la altebenaĵoj kaj sur la kampoj kun arboj, la loĝantaro estas malmulte densa, kaj la riveroj, en tiu ŝtato, ludas sufiĉe gravan rolon.

JOSÉ PIRES DO RIO

SEGUINDO o exemplo de vários dos seus colegas da Escola de Minas de Ouro Preto, cujos trabalhos geográficos justificam o seu ingresso nesta galeria, onde já figuram EUSEBIO DE OLIVEIRA, GONZAGA DE CAMPOS, ARROJADO LISBOA, CALÓGERAS, também JOSÉ PIRES DO RIO não se restringiu apenas a aplicar os conhecimentos especializados, adquiridos no tradicional viveiro de geólogos, donde saiu com o prêmio de viagem à Europa, que não se apressou em realizar.

Por essa época, estava o Brasil ansioso por emergir da depressão econômica, em que baqueou na arraiada alvissareira do século.

Manifestação das energias, que reagiam, empreendimentos simultâneos foram promovidos pelo governo federal, no quadriênio do presidente RODRIGUES ALVES, desde o litoral aos longínquos sertões.

O laureado engenheiro não titubeou em aceitar o cargo de ajudante da Comissão Fiscal das Obras do Porto do Rio de Janeiro, que F. BICALHO chefiava com reconhecida competência. Assim começou a trajetória ascendente, que o levaria, no âmbito profissional, do porto do Rio Grande à E.F. Madeira-Mamoré, além de outras, cuja construção examinou. Inspetor federal das estradas de ferro, também dirigiu a Inspetoria de Obras Contra as Secas e de tal maneira atuou que o escolheu o presidente EPITÁCIO PESSOA para ministro da Viação, ao assumir o governo do Brasil.

Prefeito de São Paulo, deputado federal, em seguida, deixou, após a transformação política de 1930, os cargos de maior realce, para se entregar aos estudos prediletos, acerca dos problemas brasileiros, que nunca lhe saíram das cogitações.

As diretrizes do pensamento espelharam-se-lhe em fórmulas precisas, que poderiam provocar restrições, mas se caracterizavam pela clareza.

"O determinismo econômico do clima, que a geografia regista e explica, afirmou em Realidades Econômicas do Brasil, é regulado muito mais pelas latitudes que pelas altitudes, condições naturais que o homem aproveita e pouco altera, sem embargo de tentativas repetidas e preconizadas".

Para completar o pensamento, ainda conceituou:

"Não valem as raças, porém a terra privilegiada. Povoada por brancos, pretos e amarelos, por ingleses, suecos, alemães, polacos, russos, italianos, chins e japoneses, tornou-se a República Norte-Americana o mais rico e poderoso país do mundo".

"Também o clima fez a riqueza agro-pecuária do Canadá, da Argentina, do sul-africano, do sul da Austrália e da Nova Zelândia". Clima é solo, queria naturalmente dizer.

O conceito saiu a lume em 1945, mas a idéia dominante lhe vinha dos primeiros ensaios, quando, por volta de 1907, empreendeu viagem de estudos pela Argentina, Europa e América do Norte, como lhe recomendara a Congregação de Ouro Preto, premiadora dos seus esforços acadêmicos.

No relatório, que então elaborou, a respeito dos empórios europeus e americanos, examinados com minúcia, e nos artigos que a imprensa divulgou, não deixaria de apreciar as causas do surto recente dos maiores centros comerciais do mundo", e de "demonstrar a influência das circunstâncias geográficas profundamente influenciadas pelas condições geológicas dos hinterlands dos grandes portos", de que são exemplos os da Inglaterra, mantidos pela sua imensa riqueza hulheira, Hamburgo e Antuérpia, mercê das jazidas do carvão de pedra da Westfália. Outros como Buenos Aires, Santos, Rio, Manaus, Pará, Nova Orleães, Galveston, Montreal, têm o seu desenvolvimento ligado à exportação de matérias-primas necessárias aos povos industriais que exploram as regiões carboníferas do Velho e do Novo Mundo. Todos esses portos — os exportadores da matéria-prima e de alimentação, como os exportadores de máquinas e de objetos maquinofaturados — cresceram como efeito do desenvolvimento das indústrias dos seus hinterlands".

Ainda mais, "será estudando geologia e metalurgia, que compreenderemos o predomínio da Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos no mundo industrial, comercial e político do fim do século XIX".

Apologia do "determinismo geológico", locução de que se valeu, "por mera facilidade da expressão e por comodidade mnemônica", em O Combustível na Economia Universal, consagrou um dos seus capítulos à "Geografia do Carvão de Pedra", em que lhe analisa a distribuição pelos continentes.

Em primeiro lugar, tratou dos Estados Unidos, em cujas opulentas jazidas se encontram "2/3 do carvão de pedra existente no planeta".

A sua reserva total montava 3 225 394 300 000 de toneladas, ao passo que o consumo total até 1910 apenas alcançava 11 220 532 650 toneladas. Distribui-se por seis regiões, "de Leste, do Interior, do Golfo, do Grande Planalto do Norte, dos Montes Rochosos e da Costa do Pacífico". Semelhantemente, por seis distritos se repartem as minas carboníferas inglesas, "o de Bristol e Cardiff, de Birmingham, de Manchester e Liverpool, o de Sheffield e Leeds, o de Newcastle e o do sul da Escócia".

A estimativa, baseada na manutenção do consumo da época, indicava provável suprimimento por cinco séculos.

A Alemanha possuía, entre os principais, os distritos hulheiros da "Westfália, Província Renana, Vale do Saar, Baixa Silésia, Alta Silésia e Saxônia".

"As reservas conhecidas da hulha na Áustria-Hungria são inferiores apenas às que se conhecem nos Estados Unidos, Canadá, China, Alemanha, Inglaterra e Rússia".

No tocante à França, repetiu as palavras de DÉFLINE para quem "é um país pobre de combustível", embora haja no seu território numerosas jazidas, inferiores, entretanto, pela qualidade do combustível ou pelas dificuldades de exploração.

Na Bélgica, "os depósitos carboníferos constituem uma zona estreita e comprida, ao longo de todo o vale do Mosa e do Sombre no território belga, e continuam, a partir de Charleroi, pelo vale do Haine, passando por Mons, até Condé, na fronteira da França, para constituir o importante distrito carbonífero do Hainaut. Além desta zona estreita e que vem do Visé, Liège até Namurge corre de Charleroi, por Mons até Condé, há dois outros distritos carboníferos, o de Dinant, ao sul, e o da Campina, ao norte".

Ainda resumiu as condições da Rússia, Japão, da China, da Índia, da Austrália, da Nova Zelândia, do Canadá e países americanos, antes de resumir: "as regiões privilegiadas acham-se na América do Norte, na Europa e na China, mais rigorosamente, nos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e China propriamente dita. No hemisfério sul não existem formações carboníferas comparáveis em extensão e em quantidade de combustíveis às que se encontram no outro hemisfério".

E como, por meio da hulha, transformada em coque desde 1735, a siderurgia libertou-se do carvão vegetal, que já escasseava, especialmente na Inglaterra, cresceu-lhe o consumo, que teria no engenho de WATT, patenteado em 1769, imprevista aplicação.

"A máquina de vapor, inventada para servir às bombas das minas de carvão ao fim do século XVIII, lembra o autor, passou logo à navegação marítima no princípio do século XIX e pouco tempo mais tarde serviu à locomotiva".

O livro surgiu em 1916, nas edições ulteriores lhe repetem as conclusões, de que não se afastavam outros ensaios.

"A substituição do vegetal pelo combustível mineral, fato culminante da história da siderurgia, acentuou em Realidades Econômicas do Brasil, de 1945, acarretou modificação radical da geografia da indústria do ferro, forçando, lentamente embora, no correr da primeira parte do século XIX, a concentração da grande indústria nas regiões hulleiras".

E assim, as duas indústrias principais da civilização moderna, a do ferro e a de tecidos, servidas por marinha mercante sem rival, fizeram da Inglaterra, na primeira parte do século XIX, o centro comercial do mundo, com as suas fábricas e os seus bancos, tudo a prosperar sem concorrência de monta".

Não obstante, nenhuma prosperidade apreciável conseguiu na Guiana Inglesa, cuja "Fôrça econômica reside na exploração de engenhos de açúcar".

Entretanto, a "República de Cuba, cujo território é metade do da Guiana Inglesa em extensão, exporta vinte vezes mais", afirma no capítulo da "Geografia Econômica".

Aprazia-lhe o tema, bem como o confronto de regiões de aspectos variados ou semelhantes.

Para melhor definir-lhes as feições, comprazia-se em observá-las pessoalmente, como ocorreu em sua derradeira viagem de estudos, rematada inesperadamente na Índia, quando efetuava as suas indagações sagazes. Perlustrara, antes, a Bélgica, a Suíça, cujo paralelo traçou, à luz da geografia econômica. Uma, de terreno erigido por cristas e picos, em cuja contemplação se deliciam os forasteiros, com a área total de 16 mil hectares acessíveis à lavoura, especialmente dedicada aos vinhedos e pastagens para gado leiteiro.

A outra, achatada, de menor superfície, 12 mil milhas quadradas, dispõe, ao revés, de 1 841 484 hectares de terras aráveis, que lhe fornecem trigo, aveia, centeio e cevada. Maior contraste rompe das riquezas minerais.

Opulenta de carvão, a Bélgica desenvolveu possante siderurgia, ao passo que a primeira, desprovida de combustível, vê-se obrigada a valer-se da hulha branca, fornecedora de dois e meio milhões de kw, para manter as suas indústrias, que não poderão obter, em volume, pujança comparável à parceira.

E sintetiza: "a impressão recebida, ao correr de uma viagem de poucos dias, na Bélgica e na Suíça, é de que, para manifestar o mesmo padrão de vida, o suíço recorre à indústrias menores e, entre elas, a de turismo, ao passo que o belga, com seu prestígio moso carvão de pedra, recorre à grande siderurgia, e a outras indústrias metalúrgicas, que o suíço procura desenvolver com carvão, importado da Alemanha, e com sua energia hidráulica".

Também a Índia começara a examinar em artigos expressivos, que formulariam ensaio, comparável aos que elaborou anteriormente, se não o fulminasse funesto colapso à noite de 23 de julho de 1950, eternizando-lhe o sono em Nova Delhi.

E assim se interrompeu a obra que vinha elaborando acerca da geografia, considerada por vários dos seus ramos, especialmente da economia, objeto principal das suas cogitações, como evidenciou em O Combustível na Economia Universal — Realidades Econômicas do Brasil — A moeda brasileira e o seu permanente caráter fiduciário.

Em todos se lhe espelha a peregrina inteligência, que se aprimorou pelo estudo perseverante dos magnos problemas brasileiros.

VIRGILIO CORRÊA FILHO



J. Pires do Rio

CURT NIMUENDAJU

O nome inconfundível, com o qual ingressou nos anais científicos, revela, pelo hibridismo da sua formação, a singularidade impressionante do mais profundo conhecedor dos aborígenes do Brasil em seu tempo.

A fase européia da existência esbate-se-lhe nas penumbras da floresta da Túríngia, que lhe povoaram a mente de lendas e fábulas, desde a infância.

Natural de Jena, onde surgiu por volta de 1883, não lhe freqüentou a famosa Universidade, que desde o século XVI permitia a formação de sábios em mais de um ramo. Preferia atirar-se à vida aventureira, embora desprovido de conhecimentos universitários, que possuíam os predecessores, cujos relatos de peregrinações por desconhecidas paragens o seduziram.

Freqüentara apenas o curso secundário, consoante declararia despretensiosamente a HERBERT BALDUS; "não gozei de nenhuma espécie de instrução acadêmica".

Seria, pois, um auto-didata.

Porventura nenhum programa de trabalho formulara, opostamente a MARTIUS e SPIX, à testa da expedição científica, oficialmente organizada, e a maioria dos continuadores de explorações do território brasileiro, à custa de governos ou de instituições culturais.

Modestamente, acorde com a sua origem, CURT UNKEL, nome de sua personalidade alemã, antes de alcançar a maioridade civil, deixou a terra natal, em busca de aventuras. Cruzaria o Atlântico possivelmente incluído em alguma leva de imigrantes. Ao conhecer São Paulo, porém, decidiu ali estanciar, apartando-se da maioria dos companheiros de travessia, atraídos, por eles raciais, aos núcleos alemães do Rio Grande do Sul. Porque assim obrou, não saberia ao certo. Muito menos para que. Nem há notícia de como lhe decorreria a vida no biênio de adaptação ao novo ambiente.

Todavia, não tardou em registrar o primeiro feito surpreendente.

"Conheci o guarani, confidenciou em Lenda da Criação e Juízo Final do Mundo, em 1905, no oeste de São Paulo e vivi em suas tabas, com poucas interrupções, até 1907, na cidade de Batalha, como um dêles".

Não exagerava na declaração verídica. Definiu-se-lhe o destino glorioso, naquela experiência inicial, que lhe permitiu a convivência com os nativos. De tal maneira se lhes afeicou, tão sinceras se repetiam as provas de sua amizade leal, que resolveram aplicar-lhe o apelido indicativo da transformação pessoal. Como simples criança, ao receber o nome que a individualize, submeteram-no à cerimônia do batismo, presidida pelo pajé.

Ao fim, o hóspede perdera o nome primitivo, CURT UNKEL, substituído pelo de CURT NIMUENDAJU, que significa: "o ser que cria ou faz o seu próprio lar".

E ganhara credenciais prestigiosas, para empreender pesquisas, a que de ordinário se mostram retratários os desconfiados aborígenes.

Em vez de individualidade estranha aos seus grupos, acolhiam-no como um apreciado amigo de confiança, que francamente comungava em seus sentimentos e tinha o direito de entrar-lhes no segredo das práticas religiosas.

Não seria somente o interesse de investigação que inspiraria ao filho adotivo das selvas a aceitação de novo título, indicativo da transfiguração de sua personalidade.

Na realidade, quanto mais estudava a psicologia indígena, mais se afeioava àquele gente, necessitada de assistência e proteção, que não se regia pelos postulados do Código Penal. E assim conseguiu, pois que se integrara na comunidade cabocla, conhecer-lhe a vida na intimidade atual e pretérita, pela recordação das lendas, mitos e culto dos seus heróis consagrados.

Mais do que pelos índices antropométricos dos indivíduos, empenhava-se em avaliar-lhes as características psíquicas, pela compreensão das aspirações coletivas, as superstições, o comportamento diário e nas ocasiões extraordinárias.

Quando regressou à capital paulista, depois de um mergulho naquelas rudes paragens, tinha em mão os primeiros apontamentos, reveladores de vocação merecedora de estímulo.

Acolhido pelo Museu do Ipiranga, então dirigido pelo saber de H. VON IHERING, cujas idéias a respeito da incorporação dos aborígenes aos meios civilizados não lhe agradaram, preferiu alistar-se entre os colaboradores do Serviço de Proteção aos Índios, a partir de 1911. Aplaudiu-lhe os propósitos humanitários, que se harmonizavam com os seus próprios, e decidiu prestar-lhe o mais abnegado concurso. Freqüentou-lhe os postos indígenas, "a principiar pelo de Araribá (dos Caingang) em São Paulo, viajando, estudando, escrevendo, construindo uma obra que abrangia toda a ologênese cultural das tribos que visitou", consoante assinalou NUNES PEREIRA, ao recordar-lhe a vida e os trabalhos perante o Instituto de Etnologia e Sociologia do Amazonas.

Peregrinou pela região costeira de São Paulo, por oeste, ao sul de Mato Grosso, pelo sul até o Paraná.

Escrevia sempre. Entretanto, não se tornariam conhecido de princípio, os resultados de suas observações, que só em 1914 começaram a divulgar-se em revistas especializadas, especialmente as que se consagravam à Etnologia, em Berlim, Viena, Paris, Stuttgart. Eram, em maioria, vocabulários do linguajar desconhecido, que necessitavam de correções, dos Apopocuva, dos Manajé, dos Timbira, dos Parintintin, e dezenas de tribos da Amazônia, para onde transferira o seu nomadismo científico, por volta de 1913.

Elaborava igualmente ensaios de maior extensão, como a Lenda da Criação e Juízo Final do Mundo, *The Social Structure of the Remkomekra* (Canela) e vários outros, que lhe espelhavam o conhecimento cabal dos costumes indígenas.

Redigia-os habitualmente em alemão, como se ainda fôra UNKEL, mas os sentimentos, a simpatia transbordante com que se referia aos irmãos adotivos, expressavam à justa a mentalidade adquirida, de NIMUENDAJU. Deixou, a propósito, a confiança: "frequentei, com predileção, a companhia dos velhos e, de modo especial, a dos pajés (médicos) e me fiz instruir durante horas seguidas sobre os mistérios da velha religião. Até hoje eles se mostram orgulhosos do seu aluno".

Viajante inacessível ao cansaço, andou por dilatada extensão do território brasileiro, ora a serviço do Museu Nacional, do Paulista, do Paranaense, ora para os museus estrangeiros, de Gotemburgo, Dresden, Hamburgo, Leipzig, para o Carnegie Institute ou para a Universidade da Califórnia. "São quarenta e três anos de viagens, afirmou NUNES PEREIRA, fazendo escavações, pacificando, coligindo material lingüístico, estudando a cultural material e espiritual de inúmeras tribos, procedendo como topógrafo e cartógrafo que era, a levantamentos das regiões percorridas, ilustrando os próprios trabalhos a bico de pena e registrando melodias indígenas".

Cuidava especialmente de etnologia, versada em dezenas de contribuições, inclusive a última, referente aos Tucunas, "trabalho minucioso, de uma extraordinária densidade de observações de fatos e de conclusões, representando, de modo total, a cultura desse povo", conforme apreciou NUNES PEREIRA, que teve em mãos os originais.

Para aperfeiçoá-lo, sulcou pela terceira vez o Solimões, como antes fizera a rios inúmeros da Amazônia, de São Paulo e vizinhanças, confiante na resistência do seu organismo, que não mais lhe permitiu os triunfos anteriores.

Ao sucumbir, como talvez desejasse, em viagem de estudos, interrompeu a trajetória exemplar, percorrida abnegadamente pelo fervoroso amigo dos silvícolas, que lhes observou com esmero as peculiaridades da cultura material e organização social.

Para melhormente defini-las, houve mister de localizá-las com a maior aproximação possível. Daí se causou a longa série de esboços científicos e mapas, que acompanhavam cada reconhecimento por invios rincões. Essas explorações — "um périplo espetacular de cientista ao longo da costa e do interior do Brasil" — afirmou quem lhe conhecia a obra admirável, permitiram que ele, como topógrafo e cartógrafo, enriquecesse as mapotecas da nossa terra com trabalhos de alta valia.

Para mais ampliar a sua colaboração exclusivamente geográfica, organizou "um mapa, de grandes proporções, para o Museu Paraense, a pedido de CARLOS ESTEVÃO, mostrando as localizações remotas, os deslocamentos, as migrações das tribos indígenas em nosso país", afirmou, ainda, NUNES PEREIRA.

Achava-se, mais do que ninguém, credenciado pelos ensaios anteriormente divulgados, para empreender tamanha obra, que exigia conhecimentos de etnologia, de história, de localização de tribos inclinadas ao nomadismo.

Não obstante, conseguiu ultimá-la e, ainda mais, reduzi-la em cópias, entregues à Inspetoria de Índios do Pará, à Universidade de Colômbia, a pedido de ROBERT LOW, que lhe propiciara a publicação, em inglês, de *The Gamela Indians* e outros ensaios.

Cooperou, destarte, NIMUENDAJU para mais exato conhecimento da terra brasileira e das populações marginais, que ainda se encontram, agrupadas nas regiões que explorou. Ainda mais lhe avultará a contribuição geográfica, depois que lhe fôr examinado o espólio científico, em boa hora confiado ao Museu Nacional, onde os estudiosos poderão, mais tarde, examinar-lhe os escritos e mapas referentes ao Brasil.

VIRGILIO CORRÊA FILHO



Curt Nimuendajú

Interpretação Geográfica*

ISAIAH BOWMAN

Tive em Londres, em junho de 1948, oportunidade de conversar com funcionários do "Ministry of Town and Country Planning", — (Ministério do Planejamento Urbano e Rural) —, sobre o trabalho dos geógrafos que, em número de 40 ou 50, perfazem uma parte do pessoal daquele Ministério. Ouvi apenas entusiásticos louvores a este novo e interessante grupo de técnicos formados nas universidades inglesas. Há três aspectos que tornam os geógrafos particularmente úteis. Primeiro: — Podem interpretar com mais eficiência o vasto manancial de dados geográficos. Este requisito é especialmente verdadeiro em relação ao material cartográfico, pois uma relevante parte do trabalho do Ministério consiste em sínteses de mapas e sua interpretação no campo e em laboratórios. Segundo: — Têm eles uma extraordinária capacidade de reunir os elementos dentro de seus quadros regionais, descentralizando o serviço do Ministério. O aproveitamento da terra não pode ser convenientemente determinado se seu estudo é limitado a um gabinete em Londres. As primeiras deliberações sobre seu uso são tomadas por Conselhos Regionais, em discussões de vizinhos, por assim dizer, e o primeiro requisito para se formar um julgamento é o íntimo conhecimento do terreno e de suas possibilidades. Uma advertência do geógrafo à autoridade, local ou regional, amplia-lhe as decisões, visto estar habilitado a encarar o princípio geral, tanto quanto um caso em particular, discernindo tão bem de longe como de perto. Terceiro: — Alguns geógrafos têm, pelo menos, a capacidade de transpor os limites de sua esfera habitual e pensar, com espírito criador, nas altas normas que devem reger o aproveitamento da terra.

O bom nome de que gozam os geógrafos é resultado de longo período de estudo e prática nas velhas universidades sobre diferentes pontos de vista, a filosofia e a validade da técnica especializada da geografia. Há 50 anos que a geografia vem se aperfeiçoando e lutando por conquistar um lugar no ensino superior, até que hoje as escolas e departamentos geográficos já têm uma feição definida, não só nas universidades de Oxford e Cambridge, de velha tradição e prestígio, como também em outras mais recentes, que nestes últimos 25 anos foram criadas e se desenvolveram em quase todos os centros urbanos da Grã-Bretanha.

AS LIMITAÇÕES DO PLANEJAMENTO

Como é meu propósito identificar um grupo de geógrafos britânicos com o planejamento local e nacional no uso dos recursos, uma palavra de reserva deve preceder minhas ulteriores observações sobre sua fatalidade na Inglaterra, em vista das condições atuais. No planejamento de ordem pública, é mais fácil gritar "para a frente", do que indicar "para onde". Ou, se o raio de ação estiver claro, o alvo ultrapassa o alcance e não sabemos os meios que sempre e em toda parte tendem a clarear ou obscurecer a meta.

Construir uma ponte entre a lógica e o tempo, isto é, entre uma idéia racional e sua aplicação aqui e agora, demanda mais do que uma simples filosofia social divisada de uma torre. Cada propósito de melhorar o destino humano pelo apuro na racionalização ou na ciência traz em si um elemento obscuro que a ciência não pode destruir, — o mistério da contingência do próprio evento humano. Com isto quero significar o mistério da vida que, por sua vez, é modificado por causas imprevisíveis, acidentais, que refletem a estupidez humana, capricho ou simples diferenças de julgamento entre homens capazes em relação ao provável surgimento de uma determinada linha de ação. Cada propósito político precisa, entretanto, começar com uma suposição e terminar com um "se". Na trama da vida o esboço humano não é nunca regular.

Recentemente, em companhia de pessoas que estavam justamente a ouvir uma exposição de eminente engenheiro sanitário, sobre as condições de um projeto perfeito de saúde

* Tradução de ADÉLIA LEITE COELHO do original "Geographical Interpretation", publicado na *Geographical Review*, Vol. XXXIX, n.º 3 — Julho 1949.

pública, um dos ouvintes perguntou o que aconteceria se tôdas as medidas em vigor nesse terreno, fôsem subitamente interrompidas. A resposta foi: — A metade das pessoas desta sala estaria provavelmente morta em um ano. Esta resposta torna a gente menos cético em relação a certos planos científicos, pelo menos no campo da saúde pública.

Tal como qualquer outro planejamento social, o sanitário torna-se cada vez mais imperioso pelo crescimento urbano. Cidades encontram-se em conflitos por remotas nascentes, porque as fontes são agora, quase em tôda parte, os fatôres do progresso industrial e do crescimento da população. Divertimentos, a produção de madeira, as grandes estradas de rodagem, o saneamento das cidades, a contaminação de rios, são apenas alguns entre os inúmeros motivos de infundáveis disputas pelo uso da terra e água, o que requer sejam estabelecidas regulamentações e prioridades que, por sua vez, demandam um alto grau de planejamento consciente e adequado acôrdo entre planos e interesses. O conflito entre o navio e o moinho nos rios inglêses é um problema dos mais antigos e que tem exigido contínuos acordos no tocante ao bem-estar público.

A Grã-Bretanha estava em situação perigosa ao se encerrar a 2.^a grande guerra. Apresentava-se, contudo, normal pelo menos em um ponto vital: o caráter e a perseverança não haviam esmorecido. Teve ela que se movimentar com rapidez, em situação idêntica à de uma família quando a criança do vizinho apanha coqueluche. Noventa e oito por cento de sua madeira em condição de venda foram cortados, sua terra superceifada, no esforço de salvar-se da fome, — objetivo da campanha aberta dos submarinos nazis —, e a recuperação teria sido um verdadeiro caos, se o acesso às matérias-primas da indústria, já quase esgotadas, tivesse que depender de polêmicas levianas. The Board of Trade — (Câmara do Comércio) — teve que fazer frente a uma tarefa quase impossível e nenhum milagre se podia esperar dos esforços coloniais de ultramar.

Existem, em nosso país, alguns problemas sôbre florestas, aproveitamento de terras, gastos supérfluos, pesca, racionamento de comidas e vestuário que poderiam ser resolvidos imediatamente. Dentre êles, o aproveitamento da terra permanece em plano superior e antes de se determinar seu uso, requer-se um estudo completo da mesma pela interpretação geográfica.

Por “interpretação geográfica” pretendo significar a interpretação dos elementos que afetam o ambiente, feita por cientistas que conheçam a origem, a variabilidade dos mesmos, a ligação da colheita ao uso apropriado da terra e das possibilidades que as experiências de campo e laboratório tornam realizáveis e o jôgo do processo social envolvido na produção e uso por parte de uma sociedade racional. Sômente pelo conjunto de fatos interpretados, aplicados em condições convenientes por uma sociedade dinâmica, pode o plano nacional evitar os azares que produzem o desperdício e a destruição. Tal interpretação é velha no conceito, mas nova no método. Desta forma é que os chefes Inca e seus conselheiros estão entre os melhores geógrafos empíricos que o mundo jamais conheceu. Reconheciam as grandes diferenças regionais de suas áridas terras, adaptavam a produção de suas lavouras às possibilidades climáticas e ainda dirigiam sua forçada migração pelo princípio da aclimatização. Não exigiam que homens de altitudes baixas trocassem de lugares com os de altitude alta. Aprenderam o valor da terra em alqueive e do guano. Fizeram a experiência com novas colheitas em situações semelhantes. Sua cosmografia era fraca: utilizavam-se da terra e do mar sem um conhecimento sistemático do grande mundo exterior. O que sabiam sôbre a forma da Terra, seu poder hidráulico e sôbre a química do solo, era empírico, pôsto que muitos de seus processos sociais fôsem experimentais e racionais. Para nós, hoje em dia, as possibilidades são maiores que nunca, devido ao grande e variado aparelhamento dos princípios científicos, materiais e instrumentos e uma compreensão técnica das causas e efeitos no panorama de forças só recentemente descobertas.

A necessidade geral de um plano local e racional de aproveitamento da terra, tornou-se patente a tôdas as classes sociais da Inglaterra, depois da 1.^a grande guerra e todos os partidos políticos procuravam amplas soluções. Ao se findar a 2.^a grande guerra, a situação atingiu o ponto culminante da crise. Uma população crescente, 20% subalimentados, produzindo não mais que 40% de seus alimentos, com suas terras ocupadas por objetivos militares, na extensão de 5%, nos tempos de paz, e 20% pela última guerra, vivendo em uma época de intranquilidade, minada pela ruína em alguns distritos, acumulando

problemas locais ao geral, profundamente angustiada pela preservação das mais restritas necessidades, — tantos e tão vários problemas requeriam uma contínua atenção a cada árvore que crescia, a cada regato e a cada alqueire de terra produtiva. Um governo conservador iniciou o estudo de uma tal política, um governo nacional levou-o avante e sob um governo trabalhista o plano tornou-se, por fim, inteiramente eficiente. — (Act of 1947). — O poder delegado ao Ministry of Town and Country Planning, — (Ministério de Planejamento Urbano e Rural), — representa o desejo de todo o Império Britânico de fortalecer a vida da Inglaterra, pelo ajustamento de suas partes, de modo a evitar desperdícios de seus recursos vitais e, ao mesmo tempo, garantir a segurança pública e o aumento da produção do terreno pelo máximo aproveitamento de cada cercado de terra e de quintal. Cientes do agudo perigo público, todos os partidos suportaram a experiência desse controle integral, mantido depois de estudo intensivo sobre as condições locais e nacionais. O público sabia que o governo não podia mais “esperar para ver”, mas necessitava “prever para precaver-se”.

Os coordenadores do aproveitamento da terra reconhecem francamente “o perigo da cristalização de um dogma imaturo” na prática das cláusulas do Act. Revelou-me um deles esta observação inteligente, sobre os institutos profissionais de planejamento: — sentiu que os homens mais eficientes são os que não têm doutrina irredutível em relação ao programa social. Firme trato com um grupo de disciplinas correlatas, com especialização numa delas, proporciona mais penetração e flexibilidade de pensamento do que uma superestimação das teorias sociais. Assim como o estado que estendeu sua proteção a cada cercado de terra, a cada pedaço de floresta, a cada entrada ou saída do pôrto, pode frequente e mesmo subitamente mudar de idéia; o Parlamento, que é representante do povo, deve também proteger seus cidadãos das conseqüências de seus próprios atos quando, como às vezes acontece, há conflitos de planos. Ou seria preciso dizer-se quando estes planos lutam entre si? Se organizações tão complexas parecem ter atingido, na Inglaterra, o limite da capacidade humana de agir racionalmente, por outro lado, ninguém parece capaz de simplificar o que o perigo e a aglomeração tornaram perturbadoramente complexos. As contradições internas dos planos são suas principais restrições; a complexidade seu principal perigo. Tanto mais complexo é um plano, quanto mais se afasta do interesse e competência do cidadão comum. Este é um dos pontos fracos que o governo comunista tem enormemente aproveitado na União Soviética. Somos felizes por termos conseguido guardar na melhor parte de nossas terras mais espaço para preferências e empresas individuais, condição esta que somente pode desgostar o planejador *amateur* que, desejando acelerar a evolução social, é provável que pense nas infrutíferas e teóricas cláusulas do controle. Por conseguinte, uma conclusão tão ampla, no que respeita à nossa economia presente e estrutura social, não poderia ser tirada da experiência britânica atual.

CIÊNCIA GEOGRÁFICA E VALOR SOCIAL

A geografia tem tido, nos Estados Unidos, nestes últimos 50 anos, desenvolvimento igual ao da Grã-Bretanha, de tal forma que dificilmente existe naquele país uma universidade superior sem um departamento de geografia em separado, — tão insistentemente é solicitado por parte das organizações políticas, dos técnicos em educação, dos que se dedicam às ciências que exigem dados e princípios geográficos e dos próprios estudantes que pretendem dedicar-se à carreira geográfica, alguns em trabalhos acadêmicos e talvez um número maior — (agora às centenas) — no serviço público. Está-se comprovando, cada vez mais que a geografia tem, como ciência e disciplina, um valor tão definido e substancial, senão tão austero, quanto a física, a química ou a biologia. O que o laboratório é para o físico, o “campo” representa para o geógrafo. Homens que vivem no campo têm feito uma grande variedade de experiências em todos os graus do progresso cultural e numa ampla diversidade ambiental. Seus resultados oferecem-se à observação e crítica, análise e comparação. Além disso, experiências planejadas em desenvolvimento de recursos têm requerido o emprego de controles científicos e, por essa forma, adquirido rapidamente o ritmo de experiências perfeitas. A um grau correspondente, o campo da interpretação geográfica tem-se ampliado e aprofundado. Uma síntese regional da vida social exige um pesquisador que se ocupe inteiramente do assunto.

Não se torna, agora, necessário investigar a posição da geografia noutras regiões, para melhor ilustrar meu ponto de vista de que nos mais elevados centros culturais e nos mais adiantados países do mundo, a ciência geográfica é encarada agora como um elemento essencial de uma bem fundada instrução. O que não se distingue com a mesma clareza é a natureza da geografia e seus pontos de vista, — alguns dos quais sòmente se acham indicados aqui, — o que torna seu estudo indispensável, se procuramos a penetração requerida para idealizar, planejar e executar medidas que afetam nosso bem-estar social e, em alto grau, a paz e segurança do mundo.

O último ponto é crucial. Porque enquanto prosseguimos em nossa rotina diária, como se o mundo devesse inevitavelmente continuar de uma maneira ou de outra, com sua vida social e industrial altamente organizada e precariamente equilibrada, precisamos compreender que, se não tivermos paz e segurança em condições de liberdade, com lugar para a dignidade pessoal, iniciativa e ação, nosso padrão de vida cairá e tóda a estrutura social poderá, fatalmente, se enfraquecer. Os compromissos de nossas recentes guerras precisam ser solvidos e um melhor uso dos recursos e uma produção mais intensa ajudarão a evitar um pagamento em condições de miséria e desordem. Isto, em outras palavras, quer dizer que não devemos negligenciar qualquer objeto de estudos ou qualquer ponto de vista que nos forneça uma melhor compreensão do mundo, de seus recursos, diversidades e potencialidades. Todos os elementos fundamentais que dizem respeito à nossa capacidade de produzir e trabalhar conjuntamente para benefício mútuo num mundo pacífico, precisam ser trazidos à luz para esclarecerem o problema de sustentar a estrutura de nossa civilização ocidental, diversa e flexível.

MEDIDA E DIRETRIZES

Qual é a natureza do pensamento geográfico? E' em parte, como todo pensamento, porque ainda que comece com elementos acidentais ou sistemáticos ou mesmo simples fragmentos de sonho, adquire forma e torna-se decisivo para o fim. Isto quer dizer que ressalva importâncias e relações aparentes, responde ao ceticismo que porventura seja despertado em cada espírito esclarecido, e busca infatigavelmente relações de causas e efeitos. Uma vez saibamos o que dá origem a uma coisa, podemos mais rápida e racionalmente planejar-lhe o contróle. Rapidez e firmeza de contróle sôbre determinados órgãos capitais, tais como a saúde pública, torna-se mais e mais urgente com a densidade de população e seu complexo crescimento. O pensamento geográfico começa com uma observação ou idéia. Com seu próprio lastro especializado e um conjunto de idéias individuais, todo geógrafo se surpreende quando, alcançando o que se lhe apresenta como um novo território, percebe o quanto o mesmo fôra descuidado e passara despercebido. Ora um pequeno aspecto da climatologia local que reponte significativamente, ou uma fonte alimentícia ou uma idéia social confirmada por séculos de experiência em um meio específico. Começam as dúvidas. "Quanto, onde, por que e o que mais podia ser?" são os elétricos turbilhões do átomo da curiosidade no homem. Escolhemos a pergunta "quanto?" para comentário subsequente.

Medida, e, se possível, medida exata, é um dos elementos básicos da mais científica pesquisa. Em geografia, os mapas são os registros mais comuns de medidas de campo, reduzidos ao simbolismo convencional, como condição de uso comparativo. Para o leigo, todos os mapas parecem muito semelhantes, diferencando-se apenas pelas côres, mas para o geógrafo, os levantamentos originais, a projeção, a disposição técnica, a escala, o simbolismo e a relativa fidedignidade, são os primeiros objetos de estudo, se o mapa é destinado a ser um instrumento de interpretação. Um dos fatores do gênio militar de NAPOLEÃO era apoiar-se em mapas extraordinariamente exatos. De um limitado ponto de vista topográfico, alguém poderia achar ainda útil um mapa de seu tempo. Era êle um sagaz e perito interpretador de mapas e seus epigramas geográficos têm ainda larga circulação. Possuía o que alguns chamariam, hoje em dia, "senso geopolítico", mas como desgosto profundamente desta expressão pretenciosa, prefiro a frase simples e banal, "senso geográfico".

Em um ponto NAPOLEÃO cometeu um erro sério aplicando seu “senso geográfico”. Persuadira-se, talvez pelo brilho das vitórias e de seu sucesso quase uniforme em qualquer espécie de terreno, de que poderia invadir e conquistar a Inglaterra. Como HITLER, teve que renunciar ao projeto. Aprendeu, como este, que mesmo uma estreita faixa de água — (pouco mais de 20 milhas de largura em seu ponto mais estreito) — tem alto valor estratégico. Uma estreita faixa de água salgada é um obstáculo terrível, porque ninguém pode fazê-la desaparecer, nem improvisar-lhe uma ponte. Precisa-se contar com a variação de suas marés, o capricho do vento e das ondas e a travessia em completa armadura militar, contra uma resistência que tem espaço para manobras navais e frotas à disposição, como os capitães da armada espanhola descobriram. HITLER pensou que nesta era do ar, seus aeroplanos podiam destruir doutrinas ancestrais e diminuir de tal modo o poder do canal, que poderia, sob a proteção aérea, aventurar suas tropas através dêle. Pensou conquistar a livre manobra aérea, sabendo que, no mar, tal não lhe seria possível. Outros fatores estiveram também em jogo, tais como a tenacidade da Inglaterra, o valor e sacrifício da Royal Air Force, o poder invencível da marinha inglesa em anular o engenho aparente da força invasora, e o limitado poderio aéreo disponível que lutou ao lado dos defensores da ilha. A perícia e uma tradição inspiradora também tiveram seu lugar: — “Seja o que fôr que estiver para vir, compreendemos os negócios do mar inteiramente”. — (WINSTON CHURCHILL). Foi ainda a estreita faixa de mar, o cinto de água salgada inglesa, o fator básico em toda esta invasão estratégica. Armada de um lado por uma indústria moderna e de outro por uma frota comandada por capitães destemidos, a Inglaterra foi auxiliada por sua geografia a um grau tal que a habilitou a continuar, senão inviolada, pelo menos independente.

Os elementos geográficos estratégicos sobre os quais NAPOLEÃO podia ter-se enganado, não podem ser, é claro, pesados em uma balança de laboratório ou dispostos em fórmula matemática. Por trás de suas aplicações, necessita haver julgamentos humanos sobre fatos humanos. Ninguém pode medir um fato geográfico, embora físico e concreto e dizer: — “Ei-lo aqui, submeta-o em uma máquina de calcular ou mande avaliá-lo por um corpo técnico, a fim de saber o que se deverá fazer com um determinado componente ou instrumento militar em um dado instante”. E’ necessário haver sempre alguma coisa mais do que um rol de fatos e figuras; deve-se formar um juízo acerca dos elementos humanos envolvidos, atentando no que fazem, ao que podem fazer ou ao que possam ser levados a fazer. E o julgamento repousa, ainda, no reino do imponderável. Nenhum homem pode pretender ser infalível ou puramente “científico” se navega ao redor de nebulosos promontórios do comportamento humano. “Nos momentos culminantes da vida, o espírito precisa alçar-se sozinho, para além de sua base”.

A medida é ainda um precursor essencial dos julgamentos humanos, tanto em relação às grandes como às simples questões de ordem política, militar ou civil. Muitos dos problemas sobre o aproveitamento da terra, água, florestas, dos recursos em geral, podem somente ser resolvidos se tivermos um cálculo perfeito e seguro sobre seus elementos. Antes de determinarmos a quantidade de madeira a ser derrubada em uma determinada extensão de terra, precisamos saber o grau de crescimento das árvores em todo seu ciclo vital. O que devemos cortar e quando cortar, são questões que podem ser respondidas somente depois de um cálculo cuidadoso e de uma compreensão científica sobre a biologia da árvore em relação aos elementos geográficos do meio. A medida oferece uma outra vantagem. Se os imponderáveis comportamentos humanos, bons ou maus, limitam a aplicação da ciência na sociedade humana, é também verdade que a ciência diminui a área de sua imponderabilidade. Medidas científicas reduzem o raio das conjecturas e estabelecem menores limites à incerteza. Todos nós devemos estar lembrados quão vasto é o mar onde os submarinos podem esconder-se em tempos de guerra, mas no entanto, cada nova descoberta nessa matéria, sobre potência e velocidade, requer novas medidas oceanográficas pela razão oposta. Regras e “protractor” têm agora de ser flexíveis, não rígidos, e um índice de flexibilidade é tão importante em interpretação geográfica como uma escala de milhas.

GEOGRAFIA, MATÉRIA MUTÁVEL

Do ponto de vista da aplicação social e uso, o mundo intelectual e material é um vasto e impenetrável complexo de forças. Não podemos reter tudo em nosso espírito todo o tempo e em qualquer ocasião. Algumas descobertas científicas exigem que confinemos nossas vistas a fim de aprofundar a compreensão por uma determinada linha do pensamento. Vista por este prisma, a especialização é indispensável. O mundo jamais conheceu um pensador que não fôsse excepcionalmente versado em algum terreno. Seu saber é seu bilhete de entrada à tenda principal. Logo que é feita uma descoberta, necessita-se verificar a estrutura ou composição dentro da qual o conhecimento recém-adquirido tem seu lugar, seja na ciência ou na vida. Dessa forma, cada cientista torna-se a seu tempo um instrumento social em espírito ou, de qualquer maneira, em efeito. Através dele, geram-se forças que se entrecrocaram na vida e podem mudá-la, — aqui, para seu aperfeiçoamento; lá, em sua perda.

Acontece ser a geografia uma ciência tão ampla e diretamente social como as que mais o sejam. Esta é a razão pela qual tem provado ser tão útil aos departamentos de história, negócios internacionais, biologia, administração, estruturas e processos sociais. E' também a razão pela qual a geografia é mutável.

Quantas vezes temos ouvido, aliás de pessoas inteligentes, que “a geografia da terra é fixa, mas sua história varia”. O contraste nada vale. A geografia da terra varia e, em certas ocasiões e lugares, varia profundamente. Pode-se ilustrar o fato pelas mudanças climáticas havidas desde o tempo do homem das cavernas, ou as operadas sobre a terra pelas erosões do solo e desflorestamento, algumas por processos naturais, outras pela influência do homem.

Mas, não é sobre seu aspecto físico que a geografia se tem transformado mais. O geógrafo preocupa-se tanto com as relações, como com as cousas relacionadas. A evolução social da sociedade humana tem sido apressada pela ciência moderna e engenharia e pela difusão da migração tènicamente preparada sobre a maior parte das terras habitáveis. Uma sociedade variável tem encontrado dessa forma, nesses avanços pioneiros, uma série de circunstâncias diferentes, onde o clima é demasiado quente ou demasiado frio ou a terra excessivamente úmida ou excessivamente sêca. A orla pioneira tem sido um laboratório de valor inestimável tanto para o historiador como para o geógrafo, no qual as sociedades, jovens e empíricas adaptam-se a novas condições e a novas práticas culturais e técnicas, com um mínimo de influência das cidades. Entretanto num grau mais alto, neste século, como nunca, o pioneiro, de início, depende do resultado da colheita para revelar-lhe as condições físicas de seu meio, e do govêrno, para dar-lhe escolas, casas, telefones, bibliotecas, serviços médicos, estradas de rodagem ou caminhos de ferro. E' cõscio de sua posição marginal em relação às colheitas e clima, mas é igualmente sabedor do poder do seu govêrno em resolver-lhe os principais problemas e deficiências sociais. O pioneiro moderno exige que o govêrno assuma muitos dos riscos de sua aventura.

Em certas regiões da África onde é possível uma colonização branca e onde existe também uma substancial população nativa a ser considerada, tãda a sorte de problemas correlatos defrontam o pioneiro. Poderão ser aproveitadas as faculdades dos nativos? Que salários serão justos e equitativos? O trabalhador nativo necessita que até a sua alimentação seja fiscalizada, a fim de se saber se o trabalho e as calorias estão em equilíbrio. Eis aí a colonização pioneira por contrato, — os brancos estabelecem as normas de seu próprio comportamento. O geógrafo não fica menos em evidência até que os limites das reservas nativas sejam estabelecidas em relação à sua cultura e às exigências de sua subsistência e até que os acres de terra produtiva do branco sejam relacionados com a mineração, florestamento, transporte e mão-de-obra. O setor africano de defesa do Império Britânico está amplamente baseado em uma nova interpretação do mapa da África, com máquinas e quilometragens, ligadas entre si, e ao terreno e clima. O remoto colono de hoje pode ser o centro de uma intensa atividade de amanhã, fazendo-se as amplas asas da tecnologia descer sobre ele. Num grau mais elevado do que nunca, a vida econômica do pioneiro, — colono estabelecido na África e alhures —, é apenas um fio de um tear, de modo algum, um vestuário completo. Não se rege pela escrituração universal.

Deve comprar e vender ao preço que outros lhe estabeleceram. A aritmética da colonização está se tornando, por toda a parte, mais complexa.

Regiões pouco desenvolvidas dependem, via de regra, de capital estrangeiro que se submete às suas próprias condições e leis. Na Arábia, subitamente, o capital deixa de ser um produto de longa e lenta acumulação para surgir da terra, da noite para o dia e uma generosa parte desse lucro, ganho sem esforço, é aplicado em trabalhos de engenharia que conservam a água e permitem o controle de seu uso e o crescimento da população e produção em uma terra tão miseravelmente dotada. A exploração científica do petróleo, abrindo uma possibilidade de valor, tem o efeito indireto de abrir outra. Uma terra deserta tem uma geografia física que se transforma constantemente, mas devagar. Em um grau revolucionário, o homem modifica a sua geografia à medida que avança. Onde o espírito se introduz, a significação da terra varia rápida e constantemente. Um cálculo dessas transformações é um dos instrumentos essenciais de pesquisa da colonização pioneira de hoje.

A bioquímica moderna introduziu uma nova dinâmica na interpretação geográfica. Cada região produtora, tanto velha como nova, necessita ser avaliada novamente no sentido do que pode a ciência fazer para transformar-lhe solos e plantações, algumas vezes, para aperfeiçoamento do produto, outras, para melhor satisfazerem às exigências da produção. Quando os primeiros solos escuros dos pântanos de Flórida foram clareados na expectativa de fartas colheitas de hortaliças, observou-se que o primeiro aipo que vingou era verde, mole e aguado. Sem gosto e consistência, era um produto invendável. Descobriu-se pela experiência que uma adição infinitesimal de cobre, supria-lhe os requisitos deficientes. Foi descoberto também em solos diversos — alguns novos, outros já esgotados parcialmente por 100 a 200 anos de cultura — que vários elementos como o boro, cobalto, manganês, molibdeno e zinco eram necessários para boas colheitas, sendo que em muitos casos estavam ausentes ou eram deficientes. O estudo dessas substâncias fertilizantes ou micronutrientes tem demonstrado que elas representam um papel fundamental na fisiologia das plantas, animais e homens. Hoje, em uma série de lugares na Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia, África, Canadá e Estados Unidos, o estudo destas substâncias fertilizantes tem sido intensificado, na tentativa de descobrir-se sua atuação na biologia e na economia das plantas. Eis aí uma esfera definida na qual o homem pode mudar as condições do seu ambiente. A evidência é clara e convincente. O que não está tão claro é como são alcançados os efeitos dessas substâncias fertilizantes e qual a relação existente entre elas e os outros processos bioquímicos que afetam a saúde e o crescimento das plantas, homens e animais.

Nos domínios de Delamere, em Kenya, os resultados das deficiências dessas substâncias fertilizantes apareceram 40 anos atrás, em solos relativamente novos. A moléstia conhecida por "nakuruitis" varreu gado e rebanhos em grande escala. Hoje, nessa mesma terra, vive um gado em excelentes condições devido a uma ração semanal de cobalto. Um químico de Nova Zelândia, onde surgiram dificuldades semelhantes, descobriu a cura e conseguiu de novo a produção de um solo tão fraco, tênue e pobremente dotado que, de outra forma, estaria esgotado em poucos anos. A história é a mesma na Austrália, onde, no deserto, 90 milhas ao sul, opera-se uma revolução na indústria do gado, em virtude de dois milhões de acres de terras incultas estarem a reclamar a aplicação de quantidades extremamente pequenas de sulfato de cobre e zinco, usados juntamente com superfosfatos. Em muitas zonas dos Estados Unidos e Canadá, as doenças no gado por deficiências têm sido curadas pelos mesmos processos, principalmente em áreas onde grandes colheitas têm consumido as pequenas porções originais de micronutrientes, cuja ação e existência eram desconhecidas até há poucos anos.

TERRITÓRIOS DEPENDENTES

Quando o Ato de Assistência Estrangeira de 1948 entrou em vigor, abriu-se uma perspectiva de benefícios públicos não limitados apenas aos Estados Unidos ou Europa Ocidental, porque os territórios dependentes se tornaram, então, uma parte do problema geral

de recuperação mundial. A produção é, em toda parte, a grande necessidade do momento. A menos que aumentemos a produção não poderemos jamais solver nossas dívidas de guerra, nem manter o mesmo padrão de vida e, muito menos, erguê-lo. Elevar o padrão de vida das áreas depauperadas deve ser o objetivo de esforços conjugados, se contamos com a ameaça do comunismo. Muito tempo antes da 2.^a guerra mundial ficou evidente que os líderes soviéticos tinham seus olhos fixos sobre os territórios dependentes, como um campo fértil para suas explorações doutrinárias.

Firmemente determinados a destruir o mundo não comunista, descobriram nas colônias e outros territórios dependentes meios de cultivar a desordem, a separação e confusão de pensamento, — ambiente em que floresce a doutrina comunista, e reduzir, senão exterminar inteiramente as fontes de certas matérias-primas, essenciais à indústria na Europa Ocidental e Estados Unidos. O comunismo alimenta descontentes entre os “povos dependentes” do mundo, propalando a “exploração capitalista”, como princípio e o fim da história do comércio e a razão da produção industrial.

Seria fácil documentar as deficiências dos poderes coloniais. E’ igualmente fácil depreciar o índice de realizações beneficentes. Não há mais pensar na abolição de escravidão no mundo — na maior parte do mundo. Isso é uma velha história, mas foi precisamente o poder capitalista que pôs termo às compras e vendas de entes humanos. E’ difícil avaliar a extensão em que a escravidão prevalecia em territórios fora do alcance dos poderes coloniais. Alega-se que as colônias deviam receber mais benefícios pela sua produção do que o que recebem no momento. E’ isto, inegavelmente, verdadeiro em alguns casos em que uma população, em franco crescimento, — (devido à melhor produção e medidas sanitárias) —, mantém o padrão de vida ao nível apenas da subsistência, enquanto são negligenciadas as suas possibilidades. Todavia, na maioria das colônias não existiria produção para exportação se não fôsem presentes os interesses industriais, os navios, os inúmeros investimentos de capitais, a organização e experiência comercial, a prática e talento para negócios, a identificação de minas de carvão, eletricidade e força hidráulica, que dependem das descobertas científicas, especializações técnicas e empresas comerciais, dos chamados “exploradores”. Tão importante como a questão da divisão de benefícios entre as colônias e a metrópole, é o paradoxo do aumento da população que mantém o nível de vida baixo, enquanto os próprios padrões de saúde e ordem públicas do branco, transplantados para as colônias, concorrem para êsse aumento de população. Os planos se chocam enquanto a lógica e o tempo permanecem incomunicáveis. As diretrizes ficam, dêste modo, paralisadas por um dilema.

A maioria das críticas à colonização tem sido levantada com chavões, empregados levianamente. “Nacionalismo” e “imperialismo” tornaram-se nomes ofensivos. Não precisamos mais do que atirá-los a uma grande potência qualquer, para ficarmos convencidos de ter demonstrado alguma coisa. Pode a mente primitiva resistir a delusória influência da repetição de meias-verdades? Os líderes do Kremlin conhecem o valor dêsse instrumento contundente sobre as mentalidades simples. Mesmo durante os dias mais críticos da guerra, os planos comunistas, para depois dela, eram impelidos com um ritmo apenas reduzido. Era esta a negra realidade que se escondia por detrás da chamada “Cooperação aliada”. Os brindes dos líderes aliados, em suas várias conferências, estavam em profundo desacôrdo com a imensa força de desmoralização que o Politburo já estava espalhando sobre o mundo.

No fim da 1.^a guerra mundial, as forças políticas da consciência internacional entraram em cena, quando ficou reconhecido que os povos política, social e industrialmente imaturos da Alemanha vencida, não podiam sobreviver sob as tensas condições do mundo moderno, se entregues a si mesmos. O sistema de mandato foi então estabelecido e um tratamento adequado fixado pela Liga das Nações, que atribuiu a responsabilidade dele aos impérios coloniais. Em 1945, com a criação das Nações Unidas, essa responsabilidade foi investida por um dos seus órgãos, o Conselho Administrativo. Os povos das antigas colônias alemãs passaram a ter uma Côrte de Justiça, o mesmo acontecendo com quaisquer outros grupos colocados voluntariamente sob a direção do Conselho Administrativo.

Contudo persiste a proporção fatal entre a produção e as populações nativas independentemente das fórmulas políticas tendentes a melhorá-la. A menos que lhe garanta, no mínimo, o pão cotidiano, nenhuma doutrina é benéfica para o homem cujo padrão de

vida é o mais baixo possível. O espetáculo do elevado padrão de vida do branco é para o nativo uma constante alusão de que outros estão recebendo, não importa como, mercadorias em escala mais alta do que a sua. A criação de meios de produção por capitais exteriores põe pessoas que desfrutam os mais altos padrões de conforto material em contacto com as sociedades primitivas, onde o contraste é mais provocante. Não é possível a produção em uma escala comercial expressiva sem reunir interesses de um grupo colonial aos maiores consórcios e estruturas da vida industrial nos países onde capitais aleatórios são acumulados. Por detrás dessa acumulação de capitais está uma história que não pode ser abolida e um fato natural que nenhum artifício humano pode suprimir. Para compreensão dessa história e desse fato, requer-se uma breve digressão em relação ao tempo e lugar.

SENTIDO DE TEMPO E DE LUGAR

Um homem a quem falte sentido de tempo e de lugar não está educado. Onde estamos nós em relação ao tempo, onde vivemos? Não é dado ao homem mudar o mundo, da noite para o dia — uma mudança mesmo pequena, de um lugar para outro, leva tempo. O “lugar”, quer seja grande ou pequeno condiciona e, por conseguinte, limita o esforço. EMERSON nos lembra que não fomos convidados a percorrer o Universo. Nem fomos nós que fizemos a terra ou seu conteúdo e diferenças. A vida na terra tem sido sempre desigual em suas partes, desde o princípio e através dos tempos. Algumas correntes migratórias, antigas e recentes, deslocaram-se para sítios favoráveis, outras para zonas rigorosas. Ergueram-se culturas à proporção que o espírito do homem concebia idéias, códigos, idiomas, instrumentos, comidas, adornos e crenças. Infinitos projetos criadores sucederam-se entre o espírito e a ação, entre a cultura e o meio, onde quer que o homem fôsse livre de escolher, rejeitar ou modificar. Quando era adotada uma nova idéia sobre um meio, era como se o próprio meio houvesse sido modificado. O que havia sido negligenciado, descobria-se ser de utilidade. O homem primitivo não cavava o solo à procura de carvão, nem levantava moinhos ou fábricas. Tudo isto é resultante de uma longa evolução, à medida que as sucessivas descobertas e desenvolvimentos mudavam tanto o sentido como o uso da terra, modificando-os desigualmente de lugar para lugar.

*

Em nenhuma época no mundo as coisas têm sido iguais, nem foi dado a alguém deter o processo do pensamento, da invenção, a desigual distribuição de benefícios e tornar tôdas as sociedades iguais em um mundo onde os homens estão, ainda, em geral, vivendo encerrados em seus ambientes diferentes.

Alguns povos têm sido favorecidos pelo meio, outros têm prosseguido no mesmo padrão cultural baixo, nos mesmos desalentadores lugares, por gerações consecutivas. A grande força da palavra escrita surgiu em cena, com efeitos revolucionários. Através dela os homens conheceram-se uns aos outros, de modo que se estão tornando cada vez mais cônscios de sua condição. Comparam-se entre si. E' isto tão certo entre mim e você, como entre o nativo e o dono das plantações, entre o camponês da Gamboa, produtor de ervilhas e o capitão do pôrto para onde elas são transportadas a caminho dos mercados brancos.

Não se pode cogitar de fazer retroceder o relógio e impedir o impulso da literatura. Se povos imaturos estão para se tornarem independentes, devido aos aguilhões de consciência de seus atuais dirigentes, terão que sucumbir por fim, a menos que sejam esclarecidos sobre as possibilidades e sacrifícios dos episódios que a história divulga perante eles. Se pretendermos melhorar as sociedades coloniais, com uma dose melhor de liberdade, precisamos, primeiro, mostrar-lhes como se instruírem a si próprios, no sentido de um melhor aproveitamento de seus recursos.

Cumprindo o Ato de Assistência Estrangeira, o objetivo é erguer a produção por um vigoroso e constante ataque às possibilidades, tanto da metrópole como das colônias. Não precisamos considerar neste lugar os vários e múltiplos aspectos técnicos. O resultado conseguido por esta forma coincidindo com as medidas práticas de colaboração entre a colônia e a metrópole, proclamadas já pela maioria das potências coloniais, pode reduzir os contrastes

de padrões que, no momento, ajudam a turbar a política mundial. Se a complexa e delicada estrutura do mundo industrial moderno se desmoronasse, ocasionaria simplesmente a ruína de todos os povos. A consciência, conforme expressa em enfáticas declarações administrativas, exige que exploremos todos os caminhos que prometam levar ao levantamento do padrão de vida daqueles que estão agora perdidos em um labirinto de transformações, tanto a respeito do próprio ambiente e cultura, como em suas relações com o mundo exterior. O progresso material e cultural necessita vir em primeiro lugar ou um governo autônomo seria completamente inútil.

Ninguém e governo algum foi ainda capaz de invocar uma fórmula mágica que pudesse igualar as coisas neste mundo diverso. Sem um sentido de tempo e de lugar, qualquer um pode, levianamente, argumentar que as coisas podiam ser iguais. Tal argumento conceitua-se, algumas vezes, como idealista, por ser pôsto no sentido igualitário. Eu o denominaria de insensatez, visto desprezar as necessidades do "próximo passo" a dar. É fácil imaginar a Utopia; difícil é indicar-lhe a direção e descrever-lhe o caminho. Um governo mundial é a última das utopias. Deixar os problemas de cada país às decisões de um Comitê Central. De qual *comité*? Qual deve ser a sua filosofia: Comunismo ou Democracia? Quando alguém sugeriu a GROMYKO uma grande série de clássicos para ajudar a unificação do mundo, ele formulou três questões: — "Que clássicos, que língua, quem paga?" — Ninguém foi ainda capaz de demonstrar como é possível um governo mundial sem força e força significa guerra. O que os defensores de um governo mundial estão realmente dizendo é que querem guerra, a fim de conseguirem um só governo. Não têm coragem de enfrentar este irrefutável argumento e conclusão. Não nos dirão quais são o primeiro, segundo, terceiro e quarto passo, hoje e amanhã.

Discutindo, nesses termos, a questão dos territórios dependentes, tentei levar o leitor, das principais considerações geográficas ao ponto em que a complexidade dos acontecimentos, o entrelaçamento de disciplinas e a associação de interesses de cientistas, sociólogos e estadistas, são evidentes. Na mais ampla contextura da vida, ninguém pode dar uma clara e precisa definição de geografia. Cada matéria abrange um conjunto de conhecimentos especializados que somente preenchem sua finalidade social quando, unidos a outros aspectos do conhecimento, chegam a amplas concepções de valor prático em relação à sociedade e que podem ser condensados nas normas públicas.

Quem se preocupa em calcular a porção de cada ingrediente, — econômico, político ou científico —, que encerram, de momento a momento, as diretrizes políticas? Novas capacidades de análise não são derivadas de definições pedantes de u'a matéria. A essência de um determinado elemento, de um fenômeno, não está na sua definição. É claro que para usufruir as vantagens da especialização, precisamos identificar nossas disciplinas, definir nossas secções e prover uma estrutura para o estudo e a pesquisa. Mas isto é tão somente uma norma administrativa das escolas e universidades, não é a vida.

DEFESA EM PROFUNDIDADE

O que dissemos sobre a geografia não é menos verdadeiro em relação aos assuntos que lhe são correlatos. Aquêles que têm trabalhado na base da filosofia de cooperação de interesses culturais, podem apreciar o serviço prestado pela geografia científica, dando mais penetração às interpretações históricas e econômicas, ampliando nossos conhecimentos sobre a diversidade do meio e da cultura e o desenvolvimento cronologicamente desigual que repousa na raiz de tantas de nossas dificuldades internacionais. Essas desigualdades não necessitam ser consideradas como uma maldição irreparável. Podem mesmo ser uma vantagem, como nos demonstrou um dos nossos maiores geógrafos, ALEXANDRE VON HUMBOLDT, quando há 150 anos atrás, asseverou que se tôdas as ricas reservas da terra fôsem úteis a todos os povos — (poderíamos acrescentar, agora: a quem teve a inteligência e a iniciativa de desenvolvê-las, assegurá-las para si) — o gozo das mesmas, poderia, então, ser proporcionado às oportunidades.

A geografia, como estudo, tem aspectos fascinantes. Gosto da vida e do panorama dos desertos, mas nunca fui capaz de exprimir, adequadamente, porque os aprecio. Sinto que me atraem estética e emocionalmente. Outros geógrafos encontram belezas e satisfações em sociedades e terras diferentes. O Prof. FLEURE tem uma única definição: — “Geografia é o de que gosto”. Viram vocês um acentuado traço dessa sua filosofia em meu vário discurso desta noite. Apresentei-lhes um feixe de conhecimentos geográficos, alguns científicos, outros sistematicamente arranjados e ordenados e muitos deles capazes de aproveitar ao estudante, ao estadista, ao gerente de indústria, a fim de compreenderem melhor a terra, vale dizer, o seu uso num sentido melhor de benefícios mútuos. Hoje pode isso, também, significar a realização de uma humana “defesa em profundidade”, para resistir ao poder do comunismo que deriva sua força da degradação da virilidade e do caráter, de um materialismo exclusivo, da confusão entre as nações e sociedades, tanto entre as daqueles povos dependentes, e das formas de escravidão do pensamento e liberdade para as quais a morte é uma alternativa feliz de centenas de milhões de homens e mulheres que ainda estão livres para escolher.

Toponímia Brasília.

JOSÉ DE SÁ NUNES.

“O problema toponímico do Brasil é parte integrante da sua questão geográfica.” (F. MARTINS DOS SANTOS.)

“Tupi-Guarani” é a denominação que geralmente se dá ao “nheengatu” e ao “abanheenga”, aquele do Brasil setentrional (Pará e Amazonas), este do Brasil meridional e do Paraguai, Uruguai, parte da Argentina e da Bolívia, onde cerca de três milhões de indivíduos civilizados falam a bela, rica e harmoniosa língua autóctone.

OS JESUÍTAS.

Grande é o número de doutos e diligentes escritores que se têm ocupado com a língua dos Aborígenes do Brasil e do Paraguai, publicando trabalhos valiosos e livros didáticos para ser conhecida e ensinada nos dois países. “Os sábios de todo o mundo que hoje estudam as línguas americanas e que as prelecionam em altas cátedras universitárias, fundam os seus trabalhos e aurem os seus melhores argumentos na obra malsinada dos jesuítas primevos” — disse-o o notável professor PLÍNIO AIROSA com verdade e com justiça. (V. “O Estado de São Paulo” de 31 de Janeiro de 1937.)

No brilhante artigo que deu a lume nessa data, afirma ele que são “as obras de ANCHIETA, de MONTOYA e de FIGUEIRA como os três vértices de um triângulo luminoso, dentro de cuja área coube toda a cultura espiritual do império tupi-guarani, estendido por muitos milhares de quilómetros quadrados de chão americano”.

Reafirmando essas mesmas ideias e pensamentos, escreveu no referido jornal, em 17 de Fevereiro daquele ano: “Aos jesuítas ilustres JOSÉ DE ANCHIETA, LUÍS FIGUEIRA e ANTÓNIO RUIZ DE MONTOYA devemos, incontestavelmente, o melhor e o mais precioso acervo linguístico relativo à língua formosa e rica que vulgarmente chamamos tupi-guarani. Do primeiro recebemos a interessantíssima “Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil”, escrita na segunda metade do século XVI e impressa em Coimbra por ANTÓNIO DE MARIZ em 1595; do Pe. LUÍS FIGUEIRA, como um dos documentos mais valiosos do falar indígena do extremo Norte de nosso País, recebemos também a “Arte de Gramática da Língua Brasília”, editada provavelmente em 1621, em Lisboa; e de MONTOYA, além do inestimável “Tesouro”, herdámos a “Arte, e Vocabulário de la Lengua Guarani”, dados à estampa em Madrid por IUN SÁNCHEZ, no ano de 1640.”

VALOR DAS OBRAS DOS JESUÍTAS.

“São essas obras, na opinião unânime dos estudiosos de todos os tempos, as fontes mais puras a que podem recorrer os que pretendam conhecer, com precisão e honestidade, as belezas e os encantos do idioma harmonioso dos antigos donos de nossa terra”, segundo o conceito do mesmo brilhante escritor.

Não só os estudiosos que desejem conhecê-lo, senão também os filólogos que se dedicam a explicar vários dos fenómenos linguísticos e interpretar inúmeros vocábulos indígenas, nessas obras encontrarão o manancial de esclarecimentos e de informações indispensáveis aos seus trabalhos de investigação. Nelas é que vão buscar os materiais para construir as suas lições, os seus artigos, os seus livros com verdadeiro fundamento científico.

Se há quem relegue tais obras por serem antigas e incapazes de fornecer elementos para a significação e a grafia dos vocábulos oriundos da língua tupi-guarani, usados actualmente na designação de coisas, localidades e pessoas, é porque desconhecem o valor dos textos primitivos para o estudo científico dos idiomas. Não há filólogo, não há etimologista, não há tupinólogo dignos desses nomes que deixem de pesquisar a língua nas suas fontes primevas, nos seus antigos documentos. Fora daí, tateiam nas trevas, caem nos precipícios insondáveis da desorientação, donde não há sair. Abandonando os textos antigos, é

impossível conhecer a evolução das palavras, a sua legítima grafia e as suas acepções. É precisamente por causa desse abandono que vemos constantemente artifícios e malabarismos etimológicos, quando se trata de explicar as origens de inúmeros vocábulos indígenas.

A base para se escreverem palavras indígenas é o seu estudo nas obras dos catequistas, o exame científico dos trabalhos escritos desde o século XVI, dos jesuítas ANCHIETA, MONTOYA e FIGUEIRA. "ANCHIETA", escreveu PLÍNIO AIROSA em 1937, "ANCHIETA, ensinando os meninos de Piratininga ou missionando no Espírito Santo ou na Baía, não precisava de usar outra língua [a língua tupi], porque a língua de que se fez o mestre maior era, de facto, a "mais usada na costa do Brasil". MONTOYA, trabalhando nas longínquas missões do Paraná, sentia que tudo em torno de si era tupi-guarani, como FIGUEIRA, bondoso e mártir, sentia, também, que nas inhóspitas regiões do extremo Norte brasileiro, entre Tupi-nambás, estava em pleno ambiente tupi-guarani." Eles ouviam, falavam e escreviam o tupi-guarani, muita vez colando o ouvido à boca do ABORÍGENE para escutar-lhe o som das palavras que proferia, a fim de as grafar o mais exactamente possível. Foram eles, pois, quem nos legou os primeiros monumentos escritos dessa língua, que, por mais de duas centúrias, predominou em nossa Pátria. "Da data do início da colonização, em 1531, até 1700, mais ou menos, o uso do tupi-guarani foi absolutamente geral em nossa terra, tal como ainda o é hoje no Paraguai e em certas regiões da Bolívia, da Argentina e da Amazônia." (PLÍNIO AIROSA: "O Tupi-Guarani, Língua Geral", no jornal supracitado, edição de 17-II-1937.)

EXPANSÃO DO TUPI-GUARANI.

Teodoro Sampaio assegura que, "até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colónia era mais ou menos de três para um, do tupi para o português. Em algumas capitánias, como em São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará, onde a catequese mais influiu, o tupi prevaleceu por mais tempo ainda." ("O Tupi na Geografia Nacional", edição de 1928, pág. 51.)

O padre ANTÔNIO VIEIRA deixou escrito: "É certo que as famílias dos Portugueses e Índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos Índios, e a língua portuguesa a vão os meninos aprender à escola." (*Apud* PLÍNIO AIROSA, *in eod. loc.*)

A GRAFIA DAS PALAVRAS INDÍGENAS.

É essa língua bela, harmoniosa e rica, modificada pelos séculos, que devemos estudar à finca nos monumentos que nos herdaram os jesuítas e muitos outros que se têm ocupado com ela. "As antigas grafias das denominações tupis, como os velhos documentos dos arquivos, têm sempre valor e quase sempre são indispensáveis às justas interpretações e traduções" — ensina o douto catedrático de Etnografia e Língua Tupi-Guarani em a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo nas suas "Primeiras Noções de Tupi", edição de 1933, à pág. 35; e na seguinte adverte: "Para o estudioso, a documentação antiga, que nos veio dos séculos passados, é de grande valor, porque lá estão grafados inúmeros termos, embora por vários modos, mas tal como os ouviram os oficiais das capitánias, os juizes, os meirinhos e os tabeliães."

Sem isso, claudicará quem quer que se abalance a interpretar ou escrever palavras procedentes da língua tupi-guarani.

Ouçamos mais uma vez a TEODORO SAMPAIO: "O problema mais importante, o estudo mais sério e, a meu ver, essencial, é o da *identificação histórica* do vocábulo ou a restauração de sua grafia primitiva, tal como ela simbolicamente representou, em outro tempo, a palavra falada. É mister, portanto, ler os documentos mais antigos, as crónicas, roteiros, relações de viagem, os mapas geográficos que, primeiro, se publicaram e que possam encerrar o tema ou o vocábulo a interpretar, e aí surpreender-lhe a *grafia antiga, decerto a mais verdadeira*, pois que é de supor fosse a representação simbólica mais fiel dos sons recolhidos directamente do gentio ou dos seus imediatos descendentes e, portanto, mais isenta dos efeitos provenientes do diuturno contacto com a língua que ficou prevalecendo.

Conseguida a *restauração histórica* do vocábulo, fácil será explicar como ele se alterou ou como evoluiu até nós, porque invariáveis e positivas são as leis filológicas que regem a espécie.” (“O Tupi na Geografia Nacional”, págs. 171-172.)

De acordo com esses princípios, que são verdadeiramente científicos, várias vezes tenho escrito acerca de tupinismos na língua portuguesa falada no Brasil, especialmente sobre a toponímia indígena. Respectivamente a topónimos originários do tupi-guarani que se grafam com “e” e com “i”, com “o” e com “u”, com “y” e com “i”, com “c” ou “ç” e com “s” ou “ss”, com “c” ou “qu”, com “g” e com “j”, com “x” e “ch”, com “z” e com “s”, com “c”, “k” ou “ck” finais, hei dado a lume não poucos artigos em jornais e revistas brasileiras: no “Correio da Manhã” (21-VI-1942), no “Brasil-Portugal” (23-V, 27-VI e 25-VII de 1948), no “Boletim Geográfico” do Conselho Nacional de Geografia (ano VI, n.º 66, de Setembro de 1948), na “Folha da Manhã” (12-IX-48) de São Paulo, etc. Em Curitiba, capital do Paraná, publiquei um opúsculo intitulado “Curitiba perante a Filologia”, no qual demonstrei a erroneidade do emprego do “o” e do “y” em o nome da capital da Terra dos Pinheirais, erroneidade que foi extirpada antes da Reforma Ortográfica de 1931. Últimamente, havendo o governador do estado de Goiás baixado decreto, a 28 de Maio de 1949, no qual designou uma comissão, da qual fiz parte, para emitir parecer sobre a correcta grafia do nome da capital daquele estado, elaborei um trabalho em que provei a erronia do “y” e do “z” naquele topónimo, concluindo pela correcta grafia de “Goíás”, o que foi aprovado por S. Exa. por decreto de 28 de Fevereiro de 1950. E recentemente, havendo eu dado parecer sobre a grafia “Jussara”, nome que a Divisão de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura de Goiás elegu para baptizar a projectada cidade que vai ser construída naquele estado, mostrei a sem-razão de se grafar a palavra com “ss”. Esse parecer foi publicado pelo jornal “O Popular”, de Goiânia, em 11 de Junho de 1950, e pelo periódico “O Triângulo”, de Uberaba (Minas Gerais), a 14 do mesmo mês e ano, e mereceu aprovação do referido governador, que, por decreto n.º 1.132, de 30 de Junho de 1950, determinou que o nome da localidade “Juçara” fosse escrito com “ç”, e não com “ss”.

Outrossim: sendo eu convidado a emitir parecer a respeito da grafia “Jiquié”, nome de uma das cidades mais progressistas do estado da Baía, a prefeitura, o ginásio, as repartições públicas e, em geral, os habitantes daquela cidade e do seu município aceitaram imediatamente a correção, passando todos a escrever “Jequié”, forma tradicional e legal. (V. a página oficial da folha “Jequié”, daquela cidade, edição de 19 de Novembro de 1949.) É de justiça proclamar que o secretário daquela prefeitura, Sr. ÉMERSON PINTO DE ARAÚJO, muito contribuiu com os seus artigos, estampados naquele periódico, para a difusão da grafia “Jequié”.

A CONFERÊNCIA DE GEOGRAFIA DE 1926.

Também de conformidade com os ensinamentos daqueles dois eminentes mestres da tupilogia, estudei todos os topónimos brasileiros oriundos do tupi-guarani para serem usados nos mapas e nas publicações do Conselho Nacional de Geografia, fixando numerosas grafias que andavam erradas. Para tanto, segui e tomei em consideração as resoluções aprovadas pela Conferência de Geografia realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em Julho e Agosto de 1926, sempre que elas não colidissem com os princípios científicos apontados por aqueles mestres e com as normas do Acordo Ortográfico aprovado pelo decreto-lei n.º 8.286, de 5 de Dezembro de 1945. A dita Conferência resolveu que “os nomes de origem indígena da América do Sul devem ser equiparados aos do Brasil, aplicando-se-lhes o mesmo critério gráfico”. Se às nações europeias assiste o direito de grafarem os topónimos estrangeiros em harmonia com a sua fonética e com o seu critério filológico, ao Brasil também assiste o direito de os escrever de conformidade com a pronúncia e com os factos observados na língua portuguesa, máxime quando se trata de nomes de origem tupi-guarani, que é, realmente, a língua brasílica. Por isso, é de louvar a resolução da Conferência de Geografia que se concretiza no seguinte preceito: “Os nomes de acidentes geográficos comuns ao Brasil e aos demais países sul-americanos sejam grafados de acordo com as regras atinentes aos nomes nacionais. Exemplos: *rio Paraguai, rio Uruguai, rio Javari.*”

Em relação a topónimos alienígenas, estabeleceu a Conferência de Geografia que “os nomes geográficos estrangeiros que já adquiriram forma vernácula, por tradução ou corruptela, em uso constante desde remotas épocas até os tempos hodiernos, continuem a ser grafados na forma portuguesa”. Vou dar um exemplo: Há séculos que se escreve *Liorne*, nome de uma cidade e porto da Itália, e assim o continuam a grafar os que têm amor à Língua. Temos o direito de adoptar essa grafia, assim como os aloglotos o têm de grafá-lo segundo o seu critério fonético: na Itália, *Livorno*; na Espanha, *Liorna*; em França, *Livourne*; na Inglaterra, *Leghorn*; etc. (V. o artigo de minha lavra, intitulado “Topónimos Estrangeiros”, na “Revista Brasileira de Geografia”, ano IX, n.º 3, de Julho-Setembro de 1947, depois refundido e publicado no “Jornal do Comércio” da Capital Federal, edição de 28 de Agosto de 1949.)

As normas capitais estabelecidas pela Conferência de Geografia para a escrita dos topónimos nacionais, e que dizem ordem aos de origem tupi-guarani, são as seguintes:

I. “Que se grafie com “j”, e não com “g”, o fonema “jê” dos nomes de origem indígena ou africana.”

II. “Que se grafem com “que” os finais dos nomes de origem indígena ou africana em que actualmente se emprega ora com “c”, ora com “k”, ora com “ck”.”

III. “Que se grafie com “x” o som chiante nos nomes de origem indígena ou africana.”

IV. “Que se substitua nos nomes de origem indígena ou africana o “y” pelo “i”.”

V. “Que se escreva “z”, e não “s” entre vogais, nos nomes de origem indígena ou africana.”

É claro que não se trata aí dos nomes a que se junta “s” no plural, e a esse plural se acrescenta “es” por analogia com os que terminam em “z”. O plural de “Goiá” é “Goiás”, que na grafia mista se escrevia “Goiaz”; perdendo-se a noção de que essa forma fosse plural, tomaram-na como singular e fizeram o plural com o acréscimo de “es”. Mas não resta dúvida alguma de que “Goitacases”, “Guaianases”, “Cataguases” devem escrever-se com “s”, visto que são plurais sobre plurais. Os plurais legítimos são “Goitacás”, “Guaianás”, “Cataguás”.

Quanto ao emprego do “h”, estatuiu a referida Conferência que seja ele suprimido nos nomes de origem indígena ou africana, mas fez excepções que se não coadunam com preceitos da actual ortografia, que não permite o seu uso no interior das palavras portuguesas nem aportuguesadas; permite, sim, o seu emprego no princípio dos vocábulos que legitimamente se grafam com ele e nos digramas “ch”, “lh” e “nh”. Mesmo nos compostos cujos elementos não se ligam por hífen, elimina-se o “h” do segundo elemento que a ele tem direito, como “desabitár”, “desarmonia”, “inospitaleiro”, “reaver”, etc. Hoje, não há como defender cacografias como “Bahia”, “Cucuhi”, “Icarahi”, “Parahiba” e outras que tais.

EMPREGO do “C” ou “Ç”, E NÃO DO “S” OU “SS”.

Com respeito ao emprego do “c” ou “ç”, “s” ou “ss”, preceitua a nova ortografia que se deve fazer a mais rigorosa distinção entre essas consoantes; e, entre os topónimos oriundos da língua tupi-guarani, as “Instruções” apresentam estes: “Araçaui”, “Iguaçu”, “Ituaçu”, “Jací”, “Juçara”, “Manhuaçu”, “Moçoró” e “Paraguaçu”.

Insta notar que a Conferência de Geografia mandou se adoptassem as regras estabelecidas no “Formulário Ortográfico” da Academia Brasileira de Letras, o qual, actualmente, é o que foi aprovado por ela e pela Academia das Ciências de Lisboa em 2 de Outubro de 1945. Tais regras têm o seu fundamento na história da Língua.

Por força disso, os topónimos provenientes do tupi-guarani devem ser escritos com “c” ou “ç”, e não com “s” ou “ss”, salvo no princípio do vocábulo, porque o “Formulário Ortográfico” (“Instruções”) determina que “não se emprega “ç” em início de palavra”.

Se as “Instruções” preceituam que é com “c” ou “ç” que se devem grafar topónimos da língua brásilica, é porque os estudos feitos acerca do assunto, como o requer a ciência

filológica, chegaram a esse resultado. A Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, representadas na Conferência de 1945 pelos seus delegados, absolutamente não aprovariam normas contrárias aos ditames da Ciência. Nenhuma voz se levantou em desfavor dessas normas, pois foram aprovadas por unanimidade.

RAZÕES E ARGUMENTOS.

Vou expor as razões e os argumentos que determinaram o emprego do “c” ou “ç” em nomes originários da língua dos Aborígenes. Uns e outros estavam presentes na Conferência Interacadêmica de Lisboa. Uns e outros foram detidamente examinados, ponderados e averiguados.

Dado o início da campanha em favor dos Índigenas em 29 de Março de 1549, os abnegados jesuítas entraram de aprender a língua brasílica, ouvindo os autóctones e escrevendo as palavras e frases que esses proferiam. Não tardou que aparecessem as primeiras gramáticas elementares daquele idioma selvagem. Meio século após da campanha, apareceu a “Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil”, feita pelo padre JOSÉ DE ANCHIETA, impressa em Coimbra por ANTÔNIO DE MARIZ em 1595. Essa é uma das melhores fontes para o estudo da língua indígena, “porque foi escrita, a bem dizer, entre os Índios e numa época em que a língua estava em pleno uso por todos”, consoante a opinião autorizada de PLÍNIO AIROSA. Logo na primeira folha dessa obra se lê isto: “Nesta língua do Brasil não há “f”, “l”, “s”, “z”, “rr” dobrado nem muda com líquida, ut “cra”, “pra”, etc. Em lugar do “s” in principio, ou médio dictionis serve “ç” com zeura, ut “Açô”, “çatâ”. Na folha 3, verso, acham-se as seguintes palavras: “çarôçara”, “irumoçará”, “çarôanáma”, “çararâma”, “çapôréma”, “açem”, “anoçem”, “arogém”, “açô”, “amoçô”, “amoçôc”, “oçôc”. E em toda a obra não se depara uma só palavra tupi escrita com “s”.

PLÍNIO AIROSA, confrontando um manuscrito com a citada obra do padre ANCHIETA, transcreve dela mesma estas palavras: “ambiaci”, “ambiacibora”, “aipouçûb”, “çugui”, “juçaçara”, “moromboeçára”, “oçôc”, “ocicic”, “pocê”, “papaçaba”, “paranâmbôra”, “turuçû” e “uceya”. Nem uma com “s”. (V. “Vocabulário na Língua Brasílica”, coordenado e prefaciado por PLÍNIO AIROSA, ed. de 1938, págs. 61 a 65.)

Como a do padre ANCHIETA, é obra fundamental para o estudo da língua tupi a “Arte da Gramática da Língua Geral dos Índios do Brasil”, publicada em 1611, do padre LUÍS FIGUEIRA, reimpressa por JOÃO JOAQUIM DA SILVA GUIMARÃES em 1851. (V. “Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Baía”, n.º 73, ano de 1946.)

Tratando das letras que se usam na língua dos Índios do Brasil, diz quais são, mas “ficam excluídas “f”, “l”, “s”, “z”. Falando acerca do “nome relativo”, declara na segunda regra: “Todos os nomes que começam por “ç”, com zeura, sendo relativos conservam o mesmo “ç”, ex. “çaba”....”

Um pouco adiante: “Todos os verbos activos, e não outros que se começam por “ç”, com zeura, conservam o tal “ç”, quando ficam relativamente ou quando o acusativo não fica imediatamente antes, ex. “Bae-catu ace Tapa-r-auçuba, Baecatu Tupã ace çauçuba.” (Cf. a citada “Revista”, pág. 62.)

Nessa gramática só se encontram palavras tupis escritas com “c” ou “ç”.

Entre vários trabalhos de valia incontestável, trago à colação a “Gramática da Língua Brasileira (Brasílica, Tupi ou Nheengatu)” de PEDRO LUÍS SYMPSON, na qual diz ele que “usaremos da letra s em vez do ç para principio de palavra, como por exemplo: *Sapocáia*, em lugar de *çapocaia* — galinha”. (Pág. 135.) A páginas 33 e 35 se lê isto: “Os aumentativos e diminutivos também se formam por meio de sinais, sendo *uaçu* e *reté* para o aumentativo; ex.: *Cu-rumi-uaçu*, rapagão. *Ia-qua-i-ma-reté*, toleirão.” (Sirvo-me da 4.ª edição. A 1.ª é de 1877.)

GONÇALVES DIAS, no seu “Dicionário da Língua Tupi”, edição de 1858, escreveu o seguinte: “Todos os nomes que começam por “ç”, quando são relativos, conservam o mesmo ç.” E registrou cento e noventa e sete palavras com “ç”. Ele não consignou vocabulários iniciados por “s”: da letra R passou para T. Sempre se vê “açü”, “guaçu”, “turuçu” na sua obra. Vejam-se, por exemplo, “arapuçu”, “atinguaçu”, “abá guaçu”...

Também BAPTISTA CAETANÔ, em seu "Vocabulário", não insere nem uma palavra indígena com "s".

O Dr. ANTÔNIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES, que é, no conceito de JOÃO RIBEIRO, "o filólogo americanista de maior valor que possuímos", assevera que "o alfabeto guarani carece do "f" e do "s" sibilante". ("Estudos Lexicográficos do Dialecto Brasileiro", feitos de 1874 a 1890 e publicados na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" em 1942, vol. 177, pág. 227, nota 34.)

Vocábulos tupis e guaranis escreve-os ele, em geral, com "ç", como se pode verificar naquela obra, v. g., nas páginas que indico: 25, "cabaçu"; 38, "içá" e "puçá"; 55, "anguçu"; 93, "caaguaçu" e "guaçu"; 94, "Jaguareteiguacu" e "Paraguaçu"; 95, "Jaguarucu"; 98, "jequici"; 102 e 167, "Caçurutiba"; 102 e 188, "Itaquaicetuba"; 103, "maçaranduba"; 146, "Araçuai"; 153, "itaquicé" e "mandaçai"; 159, "Uruguacu", "uruguacu-capucaí", "capucaí" e "uru çapucaí"; 167, Caçurubu", "caçuru", "çuru", "caçuruzal" e "caçurutiba"; 170, "mbaçai", "juçara", "jiçara", "vaçai", "uaçai e "uaçai"; etc.

No seu "Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa", edição de 1889, vêem-se numerosas palavras escritas com "c" e "ç": "andauacu", "Caboçu", "Paraguaçu", "tatugacu", etc. Como, porém, desde a segunda metade do século XVII se começou a confundir o "ç" com o "s", nas obras do Dr. MACEDO SOARES se deparam alguns vocábulo indígenas escritos com essa consoante, como "Itacurussá", à página 170, o qual TEODORO SAMPAIO grafa com "ç" — "Itacuruçá", visto provir de "itá" mais "curuçá".

TELÉMACO BORBA, no seu interessante livro "Actualidade Indígena", edição de 1908, falando acerca da língua dos Caiguás, que, com pequenas diferenças, é a mesma dos Guaranis, arrola não poucos vocábulo com "c" e "ç", do que, para amostra, cito estes: "eci", p. 73; "iaci", p. 74; "eçá", p. 75; "tajaçu", p. 75; "guaçu", p. 76; "aeci", p. 86; "apicaçu", p. 106; "tunguçu", p. 107; "uçá", p. 107; "eçaemporá", p. 111; etc. No seu "Vocabulário Caiguá-Xavante", que faz parte da mesma obra, lêem-se estas palavras: "eci", "citata", "iaci", "eçá", "tajaçu", "etc. No "Vocabulário Caingangue e Guaraní", também no mesmo livro, encontram-se: "eçá raguê", "guaçu puican-pê", "necame uacu", "eçai", "Y guaçu", "içapu", "jaci", "jaci guaçu", "jacitata guaçu", "kiçá", "kicé", "pindá ançá", "conomi uacu", "rendi guaçu", "javucé", "guaçu pucu", "guaçu", "guairaçá", "taiacu", "apicaçu", "ruguaçu avá", "tunguçu", "uçá", "ijaici", "embaeraci", "eçá apu", etc. Só uma palavra se me deparou com "ss": "nhambuquassu", embora se encontre muitas vezes a forma "guaçu".

TEODORO SAMPAIO registra grande quantia de vocábulo indígenas com "c" e "ç" em "O Tupi na Geografia Nacional", 3.^a edição, publicada na "Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Baía", vol. 54, ano de 1928. No "Resumo da Gramática Tupi", que se acha a páginas 62-106, assevera ele que o tupi "não tem s sibilado e sim chiado, como em *synunga*, *sipó*, que outros escrevem *cynunga* e *cipó*, e que se hão-de pronunciar: *xinunga*, *xipó*." (Pág. 63.)

A páginas 71 ensina ele: "Os substantivos derivados de verbo se formam acrescentando ao infinitivo deste o sufixo *caba* ou bem *çaba*, *gaba*, *aba* ou *daba*, conforme o radical; assim por exemplo: de *epiaca*, ver, se forma *epiacaba*, a vista, a observação, o lugar de ver; do infinitivo *cyca*, tomar, colher, se faz *cycaba*, a tomada, a colheita; de *sô*, ir, se faz *çoaba*, a ida; de *çoca*, picar, pungir, *çocaba*, a picada, a punção; Na página 72: "Quando o substantivo verbal exprime o que faz a acção, o autor, emprega-se depois do infinitivo do verbo o sufixo *ara* ou *çara*, assim, por exemplo: de *caamondó*, caçar, *caamondôçara*, o caçador; *judá*, matar, *juçaçara*, o matador; *mondá*, furtar, *mondãçara*, o ladrão." Na mesma página: "Os substantivos derivados de um adjectivo seguem a mesma regra: *catu*, bom, *catuçaba*, bondade; *guaçu*, grande, *guaçuçaba*, grandeza Na página 75: ". de *tãyaçu* ou *tanhaçu*, porco, *tãyaçureiya*, porçada Ainda nessa página: "O grau aumentativo no tupi se forma com a posposição ao nome, no grau positivo, de algum dos termos: *guaçu* ou *açu*, *êtê* ou *têy*; por exemplo: de *pará*, rio, *paraguaçu*, rio caudal, grande; Na página seguinte: ". *pirá*, o peixe ou os peixes; *pirá guaçu*, o peixe grande ou os peixes grandes." Na página 91: ". *guaçu*, grande, *paguaçu*, vós sois grandes;" (Na errata, à página 399, corrige-se "paguaçu" para "peguaçu".)

No "Vocabulário Geográfico Brasileiro", que se segue a "O Tupi na Geografia Nacional", de páginas 193-397, consignando a palavra "Açu", diz TEODORO SAMPAIO: "Açu adj. grande, considerável. Como substantivo significa — o veado. Alt. *oçu, uçu, guaçu.*" (Pág. 197.) E registrando "Guaçu", ensina: "Guaçu, s., no tupi do Sul, exprime *veado*; no tupi costeiro diz-se *suaçu*, aliás *çoo-açu*, que quer dizer *a caça grande, animal de vulto*. Como adjectivo, exprime — *grande, grosso, largo, amplo*. No tupi primitivo, dizia-se *uaçu*; com o contacto do português, apareceu a letra *g* inicial, e se passou a dizer, na *língua geral*, *guaçu*, como em quase todas as palavras começadas por *u*, da língua primitiva. Alt. *açu, oaçu, uçu.*" (Pág. 254.)

Nesse "Vocabulário" se vêem numerosas palavras terminadas por esse adjectivo-sufixo. Quem quiser certificar-se disso, bastará perlustrá-lo sem esforço algum. Vejam-se lá as seguintes, cuja grafia conservo intacta: "Andaçu", "Apeaçu", "Boiçununga", "Cabaçu", "Cairuçu", "Coçu", "Copaubuçu", "Cuçu", "Eiruçu", "Embiruçu", "Emboaçu", "Engaguaçu", "Guaçu-boy", "Guaçupitã", "Hypuaçu", "Ibytyruçu", "Igaruçu", "Igoaguaçu", "Iguaguaçupe", "Iguaraçu", "Inuçu", "Ipauçu", "Ipiruaçu", "Ipuacu", "Iruçu", "Itapeaçu", "Itinguacu", "Ituaçu", "Janguruçu", "Jararacuçu", "Jeticuçu", "Jucuriaçu", "Leriçu", "Mandiçu", "Mboyuçu", "Minhocuçu", "Mogyguaçu", "Nhanduçu", "Nhuguaçu", "Oatapuçu", "Ocaruçu", "Panaçu", "Paranaçu", o mesmo que *Paranaguaçu*, "Picaçu", "Pindaguaçu", "Poacu", "Pocaçu", "Sabarabuçu", "Suaçucanga", "Tabarabuçu", "Tanhaçu", "Tapecaçu", "Taquaruçu", "Tayabuçu", "Tayaçu", "Tayaçupeba", "Tayaçuaiã", "Tijuaçu", "Tiquaruçu", "Tribuçu", "Tinguçu", "Turiçu", "Uruçu", "Uruçuí", "Uruçumirim", "Viruçu". (Declaro que dispensei os acentos gráficos de que se utilizou TEODORO SAMPAIO, como se usava antes das últimas reformas ortográficas.)

Muito é para notar que ele grafa palavras, incoerentemente, com "ss", por certo imitando a grafia de escritores alófilos, em especial a dos Franceses, como CLÁUDIO d'ABBEVILLE, IVO d'ÉVREUX, THEVET e JOÃO DE LERY, que escreviam vocábulos indígenas com "ss" em vez de "c" ou "ç". Porém as palavras grafadas com "ss" na obra de TEODORO SAMPAIO são seguidas, em geral, das formas originárias, que têm "c" ou "ç", qual se poderá verificar nas que seguem: "Acangussu, s. c. *acang-uçu*", "Assu, v. *Açu*", "Boiussu, corr. *mboy-uçu* Alt. *Boiguaçu, Boiaçu, Boiçu*", "Boyguassu, corr. *mboy-guaçu*", "Boyguassuguaba, corr. *mboy-guaçu-guaba*", "Cangussu, corr. *acang-uçu*", "Cassununga, v. *Caçununga*", "Guapiassu, corr. *guapi-açu*", "Hyassu, corr. *y-açu*", "Imbirussu, corr. *ymbyr-uçu*" (cf. *Embiruçu*), "Mandaguassu, corr. *manda-guaçu*", "Manhuassu, antigamente *Manassu*, corr. *amana-açu*", "Suassu, corr. *çoo-açu* Alt. *Suaçu*" (cf. *Suaçucanga*). "Suassumê, corr. *çooaçu-mê*", "Suassupe, corr. *çooaçu-pe*", "Suassupitã, corr. *çooaçu-pitã*", "Sus-suapara, corr. *çooaçu-apara*", "Sussuarana, corr. *çoaçu-arana*", "Sussuhy, corr. *çooaçu-y*", "Taubussu, corr. *taú-b-oçu*", "Vupabussu, corr. *ypab-uçu* Alt. *Upabuçu, Vupabuçu*".

Evidente é que TEODORO SAMPAIO grafou estas últimas palavras com dois esses porque assim as viu escritas, e, consoante a ortografia do seu tempo, desregrada e incongruente, não teve ânimo de consertá-las, dando-lhes as formas indicadas pelos étimos que ele mesmo apontou. Vivesse ele hoje, para gáudio e lustre das letras e da ciência, não tenho dúvida alguma em asseverar que tais palavras figurariam em nova edição do seu "Vocabulário" com estas grafias: Acanguçu, Açu, Boaçu, Boiguaçu, Boiguaçuguaba, Canguçú, Caçununga, Guapiaçu, Iaçú, Embiruçu, Mandaguaçu, Manhuaçu, Suaçu, Suaçumê, Suçupe, Suaçupitã, Suçuapara, Suçuarana, Suçuí, Taubuçu, Vupabuçu. Ele não poderia deixar de ser coerente, escrevendo estas como grafou as sessenta e seis supracitadas.

•

O Dr. PLÍNIO AIROSA, cuja competência está acima de todo o elogio, é autor de várias obras sobre os idiomas autóctones, nas quais os veros conhecedores da matéria lhe reconhecem a capacidade singular de observador dos factos e de pesquisador austero dos antigos textos onde os jesuítas deram forma gráfica às palavras dos Tupis e Guaranis. Se nessas obras ele adoptou a grafia mista, foi porque de outra não se podia valer; por isso, não raro se depara nos seus trabalhos alguns vocábulos escritos em harmonia com o mistifório ortográfico anterior à reforma de 1931. Mas é patente o seu desejo, manifestado em diversas ocasiões, algumas em cartas com que me honrou, de regularizar e fixar a grafia das palavras de origem tupi-guarani.

O curso que ele deu, em 1933, da “suave, elegante e copiosa” língua dos Aborígenes foi enfeitado em volume, no mesmo ano, com o título “Primeiras Noções de Tupi”. Nele se encontram inúmeras palavras escritas com “c” ou “ç”, do que sejam boa prova as seguintes: “Tibireçá”, p. 50; “Pindouçu”, aí mesmo; “Araçatuba”, p. 53; “açú”, “uçú”, “uaçu”, p. 55; “caaguaçu”, “abaguaçu”, “paraguaçu”, “igaraçu”, “turiacu”, na mesma página; “çaiçu”, “çaiçupyra”, p. 60; “maçapira”, p. 61; “oiepêguaçu”, p. 62; “guaçu”, “guaçuetê”, p. 63; “açô”, “araçô”, p. 79; “çaba”, “çara”, “çaiçu”, “juçaçaba”, “oataçara”, “iuciçara”, “iuciçaba”, “soroçara”, “çaiçuara”, “çaiçuçaba”, p. 81; “çaiçu”, “içaiçupyra”, p. 82; “açô”, “çupê”, “çocê”, “Itaçocê”, p. 84; “çuí”, “çupi”, “Curaçá”, p. 85; “terecê”, “çupi-catu”, p. 87; “çaê”, p. 88; “çooetá”, “Boiaçu”, “curumin-uçu”, “moçapira”, p. 95; “miaçu”, “çupê”, “oçuaxara”, “oçô”, p. 96; “itaguaçu”, p. 102; “curuçá”, p. 103; “piracicaba”, “araçatuba”, p. 105; “urubuqueçaba”, p. 106; “çaiçara”, p. 107; “içá”, “paçoca”, p. 108; “Araçapeba”, p. 135; “Araçoiaba”, aí mesmo; “Cabuçu”, p. 140; “Itacuruçá”, p. 148; “Piaçaba”, p. 155; etc. Como ele escreveu em conformidade com a ortografia vigente em 1933, não podia menos de seguir as formas então usuais, como “Engaguassu”, “Piassabussu”, etc.

Hoje, porém, ninguém duvidará de que ele escreva essas palavras com “c” ou “ç”, pois há muito que aspira a ver uniformizada a grafia dos vocábulos indígenas, e essa uniformização exige que eles sejam escritos com “c” ou “ç”, com exceção única do “s” inicial por “ç” (*c* cedilhado).

PARECER DE RODOLFO GARCIA.

Em nossos dias inda há quem se bata pela grafia dos nomes tupis e guaranis com dois esses. A 30 de Março de 1933, no mesmo ano em que o Prof. PLÍNIO AIROSA tirou à praça as “Primeiras Noções de Tupi”, o insigne académico RODOLFO GARCIA apresentou à Comissão do Dicionário da Academia Brasileira de Letras um parecer, que foi aprovado, manifestando-se favorável à escrita das palavras indígenas com “ss”. O que, todavia, é de admirar naquele parecer é que o ilustre homem de letras tirou uma conclusão inteiramente contrária às premissas que ele próprio estabelecera. Se não, veja-se: “O adjectivo tupi *açu*”, disse ele, “deriva-se do verbo *çur*, crescer, aumentar, excrescer, com o prefixo *a* e significa: *grande, crescido, grosso, encorpado*, etc., juntando-se, em geral, aos nomes com o valor de sufixo aumentativo; na composição aparece também *oçu, uçu*, mais frequentemente *guaçu*, e algumas vezes *turuçu*. É a lição de BAPTISTA CAETANO Os jesuítas que foram os elaboradores da Língua, sempre escreveram com *ç* a palavra em apreço. Assim aparece ela nas gramáticas de ANCHIETA, de FIGUEIRA, de MONTOYA; nos catecismos de ANTÔNIO DE ARAÚJO, de BARTOLOMEU DE LEÃO, de BETENDORF; no vocabulário anónimo, que se sabe ser da autoria de frei CONCEIÇÃO VELOSO; e em todas as relações dos primeiros séculos. Frei VICENTE DO SALVADOR, autor da primeira “História do Brasil” escrita por Brasileiro de nascença, era com *ç* que grafava esse adjectivo e mais palavras a que ele se pospunha: “. . . . deu DUARTE COELHO ordem a se fazer a vila de Igarauçu” (Livro II, cap. 8.^o) — “. . . . se foi com os mais outras cinquenta léguas, onde nasce o rio Paraguaçu” (Livro IV, cap. 24) Frei JABOATÃO, também Brasileiro, autor do “Novo Orbe Seráfico Brasilico”, 1.^a ed., Lisboa, 1761 (2.^a ed., 1858): “*Guaçu* quer dizer *grande*, como é vulgar na Língua” (Digr. III, § 32.) AIRES DO CASAL, “Corografia Brasilica”: “O *jararacuçu* é verde-negro” (1.^a ed., vol. I, pág. 72.) Monsenhor PIZARRO, “Memórias Históricas do Rio de Janeiro”: “Na linguagem portuguesa o nome *Gato* importa tanto como o de *Maracayaguaçu* entre os Índios Temiminós” (Vol. I, pág. 106.) VARNHAGEN, “História Geral do Brasil”: “. . . . deu princípio a uma casa de feitoria junto do rio denominado pelos Índios de *Igara-açu*, ou da canoa grande” (1.^a ed., págs. 37-38.) O mesmo, “História das Lutas com os Holandeses”: “Afiml só na manhã seguinte puderam apresentar-se diante de Igarauçu.” (1.^a ed., pág. 60.) Muitos outros exemplos, tirados de cronistas e historiadores, podiam ser trazidos à colação; mas é preferível examinar a questão entre os autores que no Brasil se ocuparam da língua tupi, cuja abonação por isso mesmo deve merecer maior fé. Entre esses autores, GONÇALVES DIAS tem de ser considerado em primeiro lugar. Em seu “Dicionário da Língua Tupi”, Lúpsia, 1858, encontram-se, entre muitos outros exemplos da grafia *ç*: “*Abaguaçu*, guerreiro

ilustre pelas suas façanhas.” (Pág. 3.) — “*Anamaoçu*, basto, v. g. mato, capim.” (Pág. 16.) — “*Goaçu*, grande.” (Pág. 59.) — “*Turuçu*, grande.” (Pág. 176.) FERREIRA FRANÇA, “*Crestomatia da Língua Brasileira*”, Lipsia, 1859: “*Abóbora: geremu-guaçu*.” (Pág. 3.) — “*Grande cousa: mbaé turuçu*.” (Pág. 74.) — “*Lua cheia: jacy obaguaçu*.” (Pág. 87.) COSTA RUBIM, “*Vocabulário Brasilico*”, Rio, 1853: “*Baguaçu*, árvore do mato virgem.” (Pág. 8.) — “*Canguçu*, espécie de onça, de *acanga*, cabeça, *oçu*, grande.” (Pág. 17.) COUTO DE MAGALHÃES, “*O Selvagem*”, Rio, 1876: “Os adjectivos *turuçu*, grande, e *mirim*, pequeno, são de um uso muito frequente nesta língua. Este *turuçu* em composição perde a primeira sílaba e fica *açu* ou *uaçu*, assim: peixe, *pirá*; baleia, *piráuçu*; mar, *pará*; oceano, *paranauaçu*”, etc. BARBOSA RODRIGUES, “*Vocabulário Indígena Comparado*”, Rio, 1892: “Se o natural tivesse querido dizer “grand cours d’eau”, diria *ykaaukuã uaçu*.” (Pág. 14.) O mesmo “*Vocabulário Indígena com Ortografia Correcta*”, Rio, 1893: “*Açu*, adj.: grande; suf.: mostra aumentativo.” (Pág. 2.) JOSÉ VERÍSSIMO, “*As Populações Indígenas da Amazônia*”, in “*Revista do Instituto Histórico*”, vol. I, parte 1.^a, pág. 354: “. cobra grande, traduzido *mboiaçu*, tupi-guarani, é objecto de uma crença supersticiosa” TEODORO SAMPAIO, o mais entendido entre os modernos sabedores da Língua, em seu “*Tupi na Geografia Nacional*”, São Paulo, 1901, ensina: “O grau aumentativo no tupi se forma com a posposição ao nome, no grau positivo, de algum dos nomes *guaçu*, ou *açu*, *etê* ou *têy*; por exemplo: de *pará*, rio, *paraguaçu*, rio caudal, grande”, etc. (Pág. 28.) Para encerrar esta lista, duas gloriosas autoridades podem ser citadas: MARTIUS, em seus “*Beiträge zur Ethnographie*” e em seus “*Glossaria Linguarum Brasiliensium*”, e JULIUS PLATZMANN, em seus numerosos trabalhos originais ou de reprodução de outros. Ambos esses autores sempre escreveram com *ç* os termos em questão. Cumpre notar que os Espanhóis, para a escrita desses mesmos termos, adoptaram o *z*, que equivale ao *ç* português. GABRIEL SOARES escreveu *Potiuçu*, com *ç*, e do mesmo modo todos os vocábulos em que entra aquele sufixo Entre as duas escritas, não pode haver dúvida que a primeira é que devia vigorar [com *c* cedilha] não só pela sua procedência e precedência, como também porque, em boa prosódia, há que distinguir o som *ç* do som *s=ss*.” (V. a “*Revista da Academia Brasileira de Letras*”, vol. 42, págs. 96 a 100.)

Essas eruditas citações levariam quem quer que seja a usar sempre o *c* ou *c* cedilhado em palavras provenientes das línguas indígenas; contudo, RODOLFO GARCIA concluiu ilógicamente por mandar adoptar o “*s*” ou “*ss*” em tais vocábulos, por isso que “a grafia com *ss* tende a generalizar-se”. Tendia, naquela ocasião, a se generalizar, mas entre as pessoas que não se davam aos estudos da Tupilogia. A verdade é que muitos conheci eu que absolutamente não escreviam com “*s*” ou “*ss*” nenhuma palavra oriunda do tupi-guarani, salvo no início dela, para substituir o “*ç*”. Tenho certeza de que o luminar da Academia Brasileira de Letras, se vivo fosse, concluiria hoje o seu parecer mandando que se grafassem os vocábulos indígenas com “*c*” ou “*ç*” em vez de “*s*” ou “*ss*”, de acordo com os seus próprios argumentos, tão brilhantemente expendidos.

FILOLOGOS BRASILEIROS E LUSITANOS.

Existe no Paraná um verdadeiro filólogo, tão grande quão modesto, que é o Prof. Dr. ROSÁRIO FARANI MANSUR GUÉRIOS, autor de obras importantíssimas sobre a nossa língua e a dos Aborígenes. Não contente com os estudos livrescos a respeito dos nossos Índios, tem ido várias vezes ouvir diversas tribos na hinterlândia brasileira, colhendo elementos para elaborar trabalhos de subido valor. Nesses trabalhos ele dá preferência ao “*c*” ou “*ç*”, em vez do “*s*” ou “*ss*”, na grafia dos vocábulos indígenas. *Verbi gratia*: “*tanhaçu*” e “*taiaçu*” a páginas 13 e 14 dos “*Novos Rumos da Tupinologia*”, ed. de 1935; “*Apacé*”, “*puçá*”, “*viruçu*”, “*içaúba*”, “*igaçaba*” e “*tanhaçu*” a páginas 159, 160, 161 e 163 dos “*Pontos de Gramática Histórica Portuguesa*”, ed. de 1937; na página 13 dos “*Estudos sobre a Língua Caingângue*”, ed. de 1942, tratando do consonantismo, não fala no “*s*”; “*ruçuá*”, “*haçus*” e “*nhança*” a páginas 300, 301 e 303 dos “*Estudos sobre a Língua Camacã*”, ed. de 1945; no “*Dicionário das Tribos e Línguas Indígenas da América Meridional*”, tomo I, ed. de 1948, vêem-se estas palavras: “*açamata*”, p. 15; “*Açogue*”, p. 17; “*Airaçu*”, p. 23; “*Amiçuano*”, p. 29; “*Anacé*”, p. 31; “*Araça*”, p. 42; “*Arapaçu*”, p. 45; “*Ariraçu*”, p. 53; e no tomo II, ed. de 1949: “*Baçarana*”, p. 70; “*Mbaia-guaçu*”,

p. 74; “Buiçaco”, p. 85; “Iguaçu”, p. 95; “Calabaça”, p. 99; “Camuçuara”, p. 106; “Carajauaçu”, p. 117; “Categuaçu”, p. 129; “Ibuaçu”, p. 136. É que ele sabe terem os jesuítas representado o fonema indígena “cê” por “c” ou “ç”, porque esse fonema coincidia com a pronúncia desta letra no século XVI, que era, aproximadamente, “tç”.

O nosso bom gramático e filólogo JOÃO RIBEIRO achava que “açu” era melhor escrita que “assu”, tanto no topônimo “Iguaçu” “como nas outras palavras que o contém: *ig-açu*, água ou rio grande”. E aconselhava: “Na grafia dos vocábulos tupis *c* e *ç* devem ser preferíveis a *s* ou *ss*.” (V. “Iguassu” em o “Novo Dicionário Enciclopédico Ilustrado da Língua Portuguesa” de SIMÕES DA FONSECA, refundido por JOÃO RIBEIRO, ed. de 1926.) Nessa mesma obra inscreveu ele “possoca”, mas remeteu o leitor à forma lídima: “V. *Poçoca*. Em geral, deve procurar-se com *ç* as palavras que contêm *ss* ou *s* não inicial, nos termos brasílicos.” E no artigo “Tupi” expressou o desejo de se substituir o esse geminado por “ç” em palavras indígenas.

O sábio mestre Dr. ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO escrevia com “ç” as seguintes palavras: “araçá”, “guauçá”, “igaçaba”, “muriçoca”, “uruçu”, “açu”, “cabuçú”, “Iguaçu”, etc. (V. “Serões Gramaticais, 2.^a ed., págs. 217 e 843; 3.^a ed., págs. 203-4 e 763; 4.^a ed., 217 e 843.) Nem podia deixar de as escrever assim, porquanto em palavras de línguas analfabéticas só se deve adoptar grafia fonética — “um símbolo para cada fonema, e daí a preferência do “ç” ao “s” geminado, como diz acertadamente o distinto Prof. ARION DALL’IGNA RODRIGUES do Colégio Estadual do Paraná. Outro ilustre professor, Dr. FARIS ANTÔNIO S. MICHAEL, só usa o “c” ou “ç”, em vez de “s” ou “ss”, no seu “Manual de Conversação da Língua Tupi”, ed. de 1951.

Ninguém no Brasil escreveu acerca da ortografia simplificada mais erudita, cabal e minuciosamente do que o doutíssimo professor MIGUEL DALTRÔ SANTOS. A sua “Fundamentação da Grafia Simplificada” (2.^a edição, 1941) é verdadeiro arsenal de conhecimentos linguísticos, que satisfaz a pleno aos consultores mais exigentes. O mestre engenhou essa obra para explicar, comentar e elucidar as regras da ortografia aprovada pelos decretos de 15 de Junho de 1931 e de 2 de Agosto de 1933, alterada pelo decreto-lei n.º 292, de 23 de Fevereiro de 1938. Nesse trabalho magistral, à página 120, ensina ele: “O -ç- sibilante inicial antes de -a-, -o-, -u-, que se encontra nas formas regulares antigas está totalmente banido, por contrário ao uso, que o repele. O -s- ocupa-lhe o lugar O mesmo se dá com as formas tupis grafadas com -ç-, que se muda em -s- no início das palavras” Na página 128: “O -ç- sibilante ou fricativo, intervocálico provém, em geral: da sibilante tupi (melhor do que ss).” E em nota no baixo dessa página: “Nos vocábulos de procedência indígena, melhor fora que se grafasse com o sinal -ç- todo som sibilante medial. Evitar-se-ia, destarte, a constante duplicidade de escrita e lograr-se-ia, afinal, a uniformidade, que se faz mais e mais necessária.”

Esta é a voz do bom-senso, da razão e da ciência, porque, sendo sòmente oral a língua dos Aborígenes, o som sibilante surdo que os jesuítas ouviam da boca dos habitantes das selvas era por eles representado por “ç” seguido de “a”, “o”, “u” e por “c” antes de “e”, “i”, tanto mais quanto este som, no tempo em que eles o literavam, não se confundia com o do “s” ou “ss”. E, irredargüivelmente, “são a etimologia e a imitação dos escritores anteriores ao XVII século que devem regular a selecção entre “ç” e “s”, como ensina o maior dos ortógrafos da língua portuguesa — GONÇALVES VIANA (“Ortografia Nacional”, ed. de 1904, pág. 111).

É de mister não esquecer que a ortografia simplificada se baseia na grafia antiga.

Que o “ç” ou “c” antes de “e” ou “i” não soava como “s” ou “ss” é fora de toda a dúvida. Di-lo o mesmo GONÇALVES VIANA em a referida obra, a páginas 31, 147 e 265, em especial na página 115, onde se lê isto: “É sabido que, tanto nos nomes do Brasil como nos das duas Américas, colonizadas por Espanhóis, o som da sibilante forte foi sempre representado por ç e não por s; e quem ignorar qual fosse o valor do s na Península Hispânica, ficará sem entender as afirmativas dos escritores espanhóis e portugueses que se ocuparam dos idiomas do Novo Mundo, quando asseveram não existir neles a letra s: isto é, o som s, visto que tais idiomas eram e são analfabéticos.”

Por isso mesmo foi que ele estabeleceu esta regra, que se adoptou na Conferência Interacadémica de 1945: “Distinção rigorosa entre ç (*ce*, *ci*) e s inicial, ou ss entre

vogais.” (Cf. as “Instruções”, n.º 27 e n.º 29, letra l.) Porém não se aprovou a grafia com “ç” inicial de palavra.

Outros filólogos de renome afirmam o mesmo que asseverou GONÇALVES VIANA em relação à pronúncia diversa de “ç” ou “c” (*ce*, *ci*) e “s” ou “ss” na língua antiga, pronúncia que ainda hoje se observa em certas regiões lusitanas. Haja vista aos testemunhos seguintes:

“Na antiga língua literária distinguia-se claramente *s* de *ç*, e *s* [intervocálico] de *z*, como hoje ainda acontece popularmente em algumas regiões.” (LEITE DE VASCONCELOS: “Lições de Filologia Portuguesa”, ed. de 1911, pág. 178.)

“Até o século XVI a pronúncia geral distinguia *s* de *ç*, e *s* intervocálico (-*s*-) de *z*. Esta distinção mantém-se ainda em várias localidades da Beira e das raia transmontana e minhota.” (*Idem*, *ibidem*, pág. 372.)

“O povo distingue a pronúncia de *s* (*ss*) e *ç* (*ç+e*, *i*) Tal distinção de pronúncia observa-se na língua antiga de todo o país; funda-se em razões etimológicas.” (*Idem*: “Estudos de Filologia Mirandesa”, vol. I, pág. 34. V. também a sua “Esquisse d’une Dialectologie Portugaise”, pág. 114.)

“Os antigos escreviam ora *ç*, ora *s*, porque a pronúncia dos dois sons era diversa A diferença entre *s* e *ç* ainda hoje se nota nas raia de Trás-os-Montes e Minho, e em parte da Beira Os antigos pronunciavam *ç* ou *s*, conforme o étimo da palavra. Eles não sabiam, em regra, qual era o étimo, mas seguiam a tradição espontânea. Quando o étimo era tal, que da evolução fonética resultara instintivamente *ç*, pronunciavam *ç*, quando resultara instintivamente *s*, pronunciavam *s*. A regra que vale para *ç* vale para *ce* e *ci*; e a que vale para *s* vale para *ss*.” (*Idem*: “Opúsculos”, vol. I, págs. III-IV dos *Aditamentos*.)

“Note-se que as transformações indicadas para o *c*, quer inicial, quer medial antes de *e*, *i*, se referem à língua literária moderna, pois não sucedia o mesmo na arcaica, que pronunciava diferentemente o *ç* (*c+e*, *i*) do *s* (*ss*), como ainda o fazem alguns dialectos.” (JOSÉ JOAQUIM NUNES: “Crestomatia Arcaica”, 2.^a ed., pág. LIV.)

“S inicial, medial (*ss*) e final tinha originariamente e tem ainda no Norte do País um som diferente de *ç*, que hoje tem na língua culta e centro e Sul, isto é, proferia-se “com a parte anterior, um tanto côncava, da ponta da língua no convexo das gengivas dos incisivos superiores. . . : lembra no efeito acústico *sx* reunidos”. (DAVID LOPES: “Textos em Aljamia Portuguesa”, ed. de 1940, pág. 22.)

Dai se depreende que os gramáticos e vocabulistas do século XVI, a despeito de não serem filólogos, de não conhecerem a etimologia das palavras, faziam a literação dos vocábulos indígenas seguindo a tradição espontânea, escrevendo com “c” e com “ç” as dicções que ouviam da boca dos Índios. Hoje, cumpre seguir esta grafia, e não a anti-etimológica, a anti-histórica e falsa escrita com “s” ou “ss” em palavras oriundas do tupi-guarani. “Escreve-se com *s* ou *ç*, conforme a ortografia antiga”, ensina LEITE DE VASCONCELOS (“Opúsculos”, I, pág. III dos “Aditamentos”), como o ensinam GONÇALVES VIANA, o padre MAGNE e todos os que sabem que a Ortografia é um dos ramos da Filologia.

Isso de afirmarem que em vocábulos indígenas se deve preferir o “s”, porque “é o símbolo fonético internacional” ou porque “a tradição gráfica” de tais vocábulos “sempre foi a de escrevê-los com essa letra”, não tem fundamento científico nenhum, visto que vai de encontro às normas seguidas pelos maiores etimologistas e pelos mais insignes sabedores da ciência da linguagem. Na língua portuguesa, não se há de adoptar uma letra desaconselhada pela etimologia e pela história, para se ir na onda traiçoeira da grafia alienígena. Cada língua tem a sua fonética e por ela se guia.

Alguns se baseiam no visconde de BEAUREPAIRE-ROHAN, nosso patricio, que no seu “Dicionário de Vocábulos Brasileiros” (ed. de 1889) preferiu o “s” ou “ss” ao “c” seguido de “e” ou “i” e ao “ç” antes de “a”, “o”, “u”. Mas fê-lo por supor que o “s” “é o símbolo fonético internacional” ou que ele representa “a tradição gráfica”? De maneira alguma. Ele adoptou o “s”, como também o “ss”, por esta “razão” muito “científica”: o “c” cedilhado poderia aparecer sem a cedilha, porque o escritor se esquecera de sotopô-la a essa consoante, de maneira que palavras como “araçari”, “jaçanã”, etc., apareceriam como “aracari”, “jacaná” . . . Por certo, ele corrigiria o “acô” da “Arte” de ANCHIETA, que se esqueceu (ou o copista) de pôr a cedilha, para “assô”, de conformi-

dade com a sua cerebrina orientação. (V. "Vocabulário na Língua Brasileira", coordenado e prefaciado por PLÍNIO AIROSA, pág. 62.)

O que é verdadeiramente científico é escrever-se com "ç" ("ce", "ci") ou com "s" ("ss") a palavra que etimologicamente requer um ou outro destes símbolos. "Os sons que se representavam por *ss* ou *s* [intervocálico] têm uma origem, e os que se representavam por *ç* ou *z* têm outra." (LEITE DE VASCONCELOS: "Lições de Filologia Portuguesa", ed. de 1911, pág. 178.)

"Coube a *ç* (ou *c* antes de *e*, *i*), e não a outra letra, o papel de representar sibilante pura exactamente como cin árabe." (SAID ALI: "Revista de Cultura", números 131 e 132, pág. 300.)

O "s" ou "ss" têm a sua história, têm base em palavras oriundas do latim, do grego, do italiano, do espanhol, do francês, do árabe, etc. O fonema "cê", porém, de línguas indígenas, seja qual for, litera-se por "c" (*ce*, *ci*) ou "ç" (*ça*, *ço*, *çu*), visto não haver nenhuma razão histórica nem fonética favorável à literação com "s" ou "ss". O "s" medial português, surdo, proveio: de "s" latino precedido de consoante ou de "x", como o exemplificam estas palavras: "absintio", de *absinthium*; "obsoleto", de *obsoletum*; "subsecivo", de *subsecivum*; "exsudar", de *exsudare*; "excelso", de *excelsum*; "ascensão", de *ascensionem*; "lapso", de *lapsus*; "remorso", de *remorsum*; "ânsia", de *anxia* (*ancsia*). Originou-se também do "s" (sigma) grego: "rapsódia", de *rhapsodía*; do "s" francês: "persiana", de *persienne*; do "s" italiano: "falsete", de *falsetto*; do "s" castelhano: "salseira", de *salsera*. E o "ss" derivou: de "s" ou "ss" latinos: "susurrar", de *susurrare*, "obsesso", de *obsessum*; de "x" latino: "disse", de *dixi*; de "ps", "rs" latinos (por assimilação): "esse", de *ipse*, "pêssego", de *persicum*; de "s" (sigma) ou "ss" gregos: "esquistossomo", de *schistosomon* (latim científico *schistosomum*), "glossócomo", de *glossókomon*; de "s" ou "ss" italianos: "cassino", de *casino*, "bússola", de *bussola*; de "s" espanhol: "passacale", de *pasacalle*; de "ss" francês: "massagem", de *massage*; de "x" árabe (xine): "alvíssaras", de *al-buxra*. E o "s" ou "ss" com que alguns têm escrito vocábulos indígenas donde é que vêm? Como o tupi e o guarani são línguas exclusivamente orais, portanto analfabéticas, os seus fonemas foram e são representados por letras do nosso alfabeto; e como não tinham nem têm fonema representado pelo "s" surdo, segundo o testemunho dos grandes mestres supra-mencionados, é fora de toda a dúvida que o fonema "cê" desses idiomas deve ser literado com "c" ou "ç".

GRAFIA DE PALAVRAS INDÍGENAS NOS VOCABULÁRIOS ORTOGRÁFICOS.

Fundado nesses argumentos e nessas verdades científicas, tive de corrigir algumas grafias inexactas que havia no "Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", edição de 1940, a fim de as registrar no "Pequeno Vocabulário Ortográfico" de 1943 e, quatro anos após, no "Vocabulário Resumido" de 1947. De facto, emendei as palavras "Assu", "Iguarassu", "Iguassu", "Mossoró", "Turiassu", "empassocar", "murassanga", "mussungue", "mussurana", "urussacanga", "vossoroca", etc., dando-lhes as formas consentâneas à pronúncia do tupi-guarani e à fonética da nossa língua: "Açu", "Iguaraçu", "Iguaçu", "Moçoró", "Turiacu", "empaçocar", "muraçanga", "muçunguê", "muçurana", "uruçaganga", "voçoroca" (variante d *boçoroca*), etc.

Na Conferência Ortográfica de Lisboa se tomou na maior consideração o tupi-guarani, fundando-se as comissões no registro feito no "Pequeno Vocabulário" de 1943. Assim que, no Relatório apresentado sobre as "Conclusões Complementares do Acordo de 1931" ficou estabelecida a "regularização do emprego das consoantes homófonas: *ch* e *x*; *g* palatal e *j*; sibilantes surdas *s*, *ss*, *c*, *ç* e *x*; *s* final de sílaba e *x* idênticos; *s* final de palavra e *x* idênticos; sibilantes sonoras interiores *s*, *x* e *z*, segundo o critério adoptado no "Vocabulário" de 1943", bem como a regularização do "emprego do hífen em palavras formadas com sufixos de origem tupi-guarani, que representam formas adjectivas, como *açu*, *guaçu* e *mirim*, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada gráficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos".

Tudo isso foi regularizado, tendo-se em vista as conclusões da Conferência de Geografia de 1926, tirante a que se refere ao emprego da sibilante surda.

Para se verificar quanto se obedeceu a essas regularizações, bastará passar breve revista às "Instruções" para a organização do "Vocabulário" de 1947 e ao seu registro no

corpo da obra. Nelas se exarou o seguinte preceito: “27. Deve-se fazer a mais rigorosa distinção entre os vocábulos parônimos, homófonos e os que se escrevem com *e* e com *i*, com *o* e com *u*, com *c* e *qu*, com *ch* e *x*, com *g* (palatal) e *j*, com as sibilantes surdas *s*, *ss* e com *c*, *ç* e *x*, com *s* final de sílaba e com *x* também final de sílaba, com *s* final de palavra e *x*, *z* também finais de palavras, e com as sibilantes sonoras interiores *s*, *x* e *z* — tudo em harmonia com o critério adoptado no *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, edição de 1943.”

Em obediência a esse preceito, fixaram-se as grafias: “Jequié” (n.º 29, *a*); “Goiás”, “Goitacás” e “Tapajós” (*ibidem*, *j*); “açai”, “açu”, “Araçuaí”, “babaçu”, “baguaçu”, “cipó”, “Iguaçu”, “Itaçu”, “jaçanã”, “Jaci”, “Juçara”, “Manhuaçu”, “Moçoró”, “paçoca”, “Paraguaçu” (*ibidem*, *l*); “Xui” (n.º 30, *a*), além de outras originárias do idioma tupi-guarani. Em o n.º 32, 6.º, ficou estabelecido: “Nos vocábulos formados por sufixos de origem tupi-guarani, como *açu*, *guaçu* e *mirim*, quando o exige a pronúncia e quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada gráficamente”, emprega-se o hífen: “capim-açu”, “capim-mirim”, “sabiá-guaçu”, “arumã-mirim”, “amoré-guaçu”, “ajuruetê-açu”, “açai-mirim”, “socó-mirim”, “teíu-açu”, etc.

Outras palavras da mesma origem se acham nas referidas “Instruções”, como “Guanabara”, “Tietê”, “Tupinambás” (n.º 36, 2.º); “Jequieenses” (*ibidem*, obs. 5.ª); “Tabajaras”, “Jequié” (*ibidem*, 7.º, obs. 2.ª); “Juçara” (*ibidem*, 15.º, obs. 1.ª), etc.

E no texto do “Vocabulário” nem uma só palavra proveniente do tupi-guarani está escrita com “*s*” ou “*ss*”, mas, sim, com “*c*” ou “*ç*”. Vejam-se, para exemplos, “açu”, “babaçu”, “guaçu”, “paçoca”, “piracema”, “piracicaba”...

Seguindo o aludido preceito, o Dr. REBELO GONÇALVES inseriu com “*ç*” no seu magnífico “Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa”, edição de 1947, os vocábulos dessa proveniência. (Vejam-se “caçara”, “Iguaçu”, “juçara”, “Paraguaçu”, “quiçaba”, “uruçu”, etc., na lista das palavras que se escrevem com “*ç*” [págs. 35-39].)

TOPÓNIMOS BRASILEIROS DE ORIGEM TUPI-GUARANI.

Para o Conselho Nacional de Geografia organizei uma lista completa dos topónimos brasileiros, a fim de figurarem nas cartas geográficas de todo o País, merecendo-me especial atenção os de origem indígena, que foram estudados com particular carinho. Muitos deles estavam, até então, mal grafados, e não era nem é possível que o estado de civilização do Brasil tolere cacografias como as que se usavam. De acordo com as normas da ortografia aprovada pelo decreto-lei n.º 8.286, de 5 de Dezembro de 1945, os topónimos brasileiros (nomes de municípios e distritos até 1948) oriundos do tupi-guarani devem ser escritos da seguinte maneira: Açaí, Acaraí, Acaraú, Açaré, Acaú, Aceguá, Aco-piara, Acorizal, Açu, Açu da Torre, Açungui, Acuruí, Aguai, Aguapeí, Aguti, Aicaraú, Aimorés, Aiquara, Airi, Airituba, Aiuaba, Aiuruoca, Ajicê, Ajuricaba, Ajuritiba, Alambari, Além-Paraíba, Alto Araguaia, Alto Capim, Alto Guandu, Alto Parnaíba, Alto Sucuriú, Alto Uruguai, Amanaiara, Amanari, Amaniú, Amapari, Amaraji, Amatari, Amataurá, Anacetaba, Anajás, Anajatuba, Anajé, Anamã, Ananindeua, Anauá, Andaraí, Andiroba, Angai, Angatuba, Angoritaba, Anguera, Angueretá, Anhangá, Anhembí, Anhumas, Apeú, Apiaí, Apinajé, Apiúna, Apuiarés, Aquidabã, Aquidauana, Aquirás, Arabutã, Araçá, Aracaçu, Araçai, Araçaiça, Araçaji, Aracaju, Araçariguama, Araçás, Aracati, Aracatiçu, Aracatu, Araçatuba, Aracê, Araci, Araçoiaba, Araçuaí, Aracuí, Araguacema, Araguari, Araí, Araíporanga, Aramari, Aranaú, Arapeí, Araporã, Arapoti, Araquari, Araraí, Araraquara, Arariúna, Arariús, Araticu, Aratinga, Aratuípe, Araucária, Araúna, Araxá, Araxás, Ariaú, Aripibu, Aripuanã, Ariri, Ariús, Aruanã, Aruaru, Aruatã, Avaí, Axinin, Axixá, Babaçulândia, Bacaxá, Bacuri, Bacuriti, Baependi, Baguaçu, Bajé, Bambuí, Banabuiú, Baquirivu, Bariri, Barueri, Bauru, Bauxi, Beruri, Bicuiba, Biguaçu, Birigui, Biritibamirim, Biritinga, Bitumirim, Bituri, Bixopá, Boaçu, Bocaíuva, Boçoroca, Borebi, Botucaraí, Botucatu, Botumirim, Botuporã, Boturobí, Botuverá, Buerarema, Bujaru, Buri, Buriti, Buritis, Buritizal, Buritizeiro, Butiá, Caamirim, Caapiranga, Caaporã, Caatinga, Cabiúna, Cabreúva, Cabuçu, Caburu, Caçaratiba, Caçapava, Cacatu, Cacequi, Caçu, Caculé, Caçununga, Caeté, Caetés, Cai, Caiabu, Caiçara, Caiçarinha, Cairari, Caiteté, Caiuá, Caiuás, Cajati, Cajobi, Caiú, Cajuri, Cajuru, Caloji, Calumbi, Camaçandi, Camaçari, Camapuã, Camaquã, Camarajibe, Camateí, Cambaquara, Cambuatá, Cambuci, Cambuí, Cambuís, Camocim, Camuruji, Canatiba, Cangati, Canguçu, Canumã, Capetinga,

Capibaribe, Capivari, Caputira, Carabuçu, Caracarai, Caracituba, Caraguataí, Carai, Carai-bas, Caraipe, Caranaíba, Carandaí, Carapebus, Caratateua, Carauari, Caratbas, Careagu, Cariacica, Caricé, Carijos, Carimã, Caripi, Caririaçu, Caririmirim, Cariús, Carnaíba, Car-naúba, Carnaubal, Carnaúbas, Carnaubinha, Ceará-Mirim, Cemoaba, Ceraíma, Cipó, Cla-raíba, Claranã, Coaraci, Coari, Codajás, Condeúba, Coreau, Coripós, Coroaci, Corootá, Co-rumbataí, Corupá, Cotejipe, Cotinguiba, Cotiporã, Craíba, Crateús, Criciúma, Criciumal, Criúva, Crixás, Croatá, Cruanji, Crubixá, Crubixais, Cruxati, Cubati, Cuiabá, Cuinarana, Cuipiranga, Cuité, Cuiteji, Cumari, Cumaru, Cumuruxatiba, Cunhanji, Curaçá, Curatis, Curimataí, Curimataú, Curitiba, Curitibaanos, Curituba, Curiúva, Curu, Curuá, Curuai, Curuçá, Curuçambaba, Curunhu, Curupira, Cururipe, Curuzu, Eirunepé, Ematuba, Embiara, Emboaba, Emboabas, Emborai, Ererê, Etiquira, Exaporã, Exu, Foz do Iguaçu, Gandu, Garanhuns, Gararu, Garopaba, Goianá, Goianás, Goianases, Goiandira, Goiânia, Goiás, Goioxim, Goitacases, Gorutuba, Grajaú, Gravataí, Groiaíras, Grupiara, Guabiraba, Guaci, Guacocê, Guaçu, Guaçuí, Guai, Guaiçara, Guaianás, Guaianases, Guaíba, Guaiçuí, Guai-curus, Guaimbê, Guaira, Guaiuba, Guajará-Açu, Guajará-Miri, Guajará-Mirim, Guajeru, Gua-mirim, Guanacés, Guanambi, Guanases, Guanumbi, Guapiaçu, Guapiara, Guapimirim, Gua-puã, Guaraçai, Guaraci, Guaraciaba, Guaraciama, Guaraji, Guará-Mirim, Guarani, Guara-niúva, Guarantã, Guarapuã, Guaraquicaba, Guararu, Guaraúna, Guareí, Guarus, Guataçaba, Guatambu, Guaxima, Guaxupé, Guianuba, Guiricema, Gurinhém, Humaitá, Iabetê, Iaci, Ia-ciara, Iacu, Iapi, Iapu, Iati, Ibaiti, Ibiacema, Ibiaçu, Ibiaçucê, Ibiaí, Ibiaporã, Ibicaraí, Ibicatu, Ibicuí, Ibimirim, Ibitopã, Ibiquera, Ibiracatu, Ibiraci, Ibiracu, Ibiranhém, Ibirapi-tanga, Ibiti, Ibitiguaçu, Ibitiguaia, Ibitiporã, Ibitiruçu, Ibitiúra, Ibitiúra, Ibitiúra, Ibitupã, Ibiúna, Iborepi, Iboti, Ibuacu, Ibugaçu, Icaíçara, Içana, Icapuí, Içara, Icarai, Icatu, Icem, Icoaraci, Iepê, Igaçaba, Igaporã, Igaracu, Igarai, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Igarói, Igatiquira, Igatu, Igrapiúna, Iguaçu, Iguaí, Iguatemi, Iguatu, Iguitu, Ijaci, Ijucapirama, Ijuí, Imarui, Imbariê, Imbaúba, Imbé, Imbiaçaba, Imbiara, Imbu, Imbugaçu, Imbuí, Imbuial, Im-buíra, Imoroti, Indai, Ingaí, Inhai, Inhangapi, Inhaúma, Inhomirim, Inhuçu, Inoã, Iomerê, Ipaguaçu, Ipameri, Ipanguaçu, Ipaobi, Ipaú-Açu, Ipaucu, Ipaú-Mirim, Ipé, Ipeguari, Ipês, Ipeúna, Ipiaú, Ipiranga, Ipiúna, Ipixuna, Ipomeia, Ipu, Ipuã, Ipuacu, Ipubi, Ipuçaba, Ipueira, Ipueiras, Ipuina, Ipumirim, Iracema, Iraci, Iraguaçu, Iraí, Irani, Irapuã, Iraputã, Iraquara, Irati, Irauçuba, Irecê, Iriri, Iiritiba, Irundi, Irupi, Itabapoana, Itaberaí, Itabi, Itaboraí, Itacarambi, Itacatu, Itacê, Itaci, Itacima, Itacira, Itaçu, Itacuru, Itacuruçá, Itaetê, Itá-Guaçu, Itaguaí, Itai, Itaiaba, Itaiçaba, Itaiçi, Itaipu, Itaiquara, Itaitu, Itaiú, Itajai, Itaji, Itajibá, Itajobi, Itaju, Itajubaquara, Itajuí, Itajuípe, Itajuru, Itamarati, Itambacuri, Itambi, Itamoji, Itamuri, Itanajé, Itanhaém, Itanhandu, Itanhém, Itanhi, Itanhomi, Itaobi, Itapaci, Itapajé, Itapajipe, Itapebi, Itapebuçu, Itapecerica, Itapeipu, Itapé-Mirim, Itapeteiú, Itapeúna, Itapevi, Itapicuma, Itapicuru, Itapicurumirim, Itapirapuã, Itapiruçu, Itapiúna, Itapixuna, Itapocu, Itaporã, Itapuã, Itapuí, Itaquá, Itaquaquicetuba, Itaquara, Itaquaraí, Itaquari, Ita-quatiara, Itaquera, Itaquí, Itaquitinga, Itariri, Itati, Itatiaiuçu, Itatupã, Itaiú, Itauçu, Itaiúna, Itaiúnas, Itaxama, Itirapuã, Itiruçu, Itiúba, Itobi, Itu, Ituaçu, Ituguaçu, Ituí, Itumirim, Itu-quara, Iuiteporã, Iuiú, Iúna, Iuru, Ivagaci, Ivaí, Iviti, Ivoti, Ixu, Jabaquara, Jaborandi, Ja-buti, Jabuticabal, Jabuticaturas, Jacampari, Jacamuru, Jacaraci, Jacaraú, Jacareí, Jacare-quara, Jacarézinho, Jacarini, Jacaúna, Jaci, Jaciaba, Jaciguá, Jaciparaná, Jacirendi, Jacu, Jacuí, Jacuípe, Jacuizinho, Jaguapitã, Jaguaquara, Jaguaraçu, Jaguarari, Jaguari, Jaguariáiva, Jaguaricatu, Jaguariúna, Jaguaraçu, Jaguateí, Janaúba, Jandaira, Jandúis, Japaraíba, Japoatã, Japó-Mirim, Japu, Japuiba, Jaraguari, Jari, Jarinu, Jataí, Jataízinho, Jataúba, Jati, Jatinã, Ja-tiúca, Jaú, Jaceaba, Jenipapo, Jequi, Jequiê, Jequiri, Jequitai, Jequitibá, Jequitinhonha, Jere-moabo, Jeribá, Jeribatuba, Jeriquaquara, Jeriquara, Jeru, Jeruaquara, Jetibá, Jimirim, Ji-quiriçá, Jiquitaia, Jiruá, Jitaúna, Juá, Juaba, Juacaba, Juaima, Juatama, Juatuba, Juazeirinho, Juazeiro, Jubai, Juçaral, Juçari, Jucati, Juciape, Jucu, Jucururu, Jucurutu, Juiraçu, Jumirim, Jundiaí, Jupariteua, Jupi, Juqueri, Juitituba, Juracê, Juraci, Juritis, Juru, Jurumirim, Juruti, Jutai, Lambari, Macabu, Macaíba, Maçambará, Maçarandiba, Maçaranduba, Macaraú, Ma-caúba, Macaubal, Macaúbas, Macujê, Maguari, Mairi, Majé, Mambai, Manacapuru, Ma-naíra, Manari, Mandacarú, Mandaguari, Manduri, Mangará, Mangaratú, Manhuagu, Manhu-mirim, Maniaçu, Maraã, Maracá, Maracaju, Maracanã, Maracanaú, Maracás, Maragoji, Ma-ragojipe, Maragojipinho, Marangatu, Marari, Marau, Maruim, Matapiquara, Mataúna, Me-riti, Minduri, Miracatu, Miracema, Miracica, Miraí, Mirim, Moçoró, Moji, Moji das Cruzes,

Mojiguaçu, Mojimirim, Mojiquicaba, Mondai, Moquém, Moxotó, Mucujê, Mucunã, Muçum, Muçurepe, Mucuri, Mujiqui, Mundaú-Mirim, Muqui, Muribeca, Murici, Muriti, Muritiba, Murucupi, Murupu, Mutãs, Mutuca, Mutuípe, Muxiopó, Najé, Naraniú, Nhandeara, Nhandu, Nhunguaçu, Nipoã, Niterói, Nova Iguaçu, Nuputira, Ocaçu, Ori, Oriximiná, Ouriçangas, Ouricuri, Pacajus, Pacatu, Pacoti, Paiaguás, Pajeú, Panambi, Panatis, Papari, Paracambi, Paracatu, Paracuru, Paraguaçu, Paraguaçu Paulista, Paraí, Paraíba, Paraju, Parajuru, Parambu, Pará-Mirim, Paramoti, Paraná, Paranã, Paranabi, Paranaí, Paranaíba, Paranaúna, Parapeúna, Parapuã, Parapuí, Parari, Parati, Paratiji, Paratimirim, Paraúna, Parázinho, Pareci Novo, Pariqueira, Pariqueraçu, Parnaíba, Parnamirim, Pataíba, Patis, Patu, Pequeri, Pequi, Pequiá, Piaçabuçu, Piacatu, Piaçu, Piatã, Picinguaba, Picuí, Pindaí, Pindaré-Mirim, Pindobaçu, Piquerobi, Pirabibu, Piracaíba, Piracicaba, Piraçununga, Piraí, Piraí-Mirim, Pirajá, Pirajiba, Piraju, Pirajuí, Pirangá, Piranguçu, Piranji, Pirapitinga, Pirapitingui, Piraquara, Piratini, Piraúba, Piri, Pirimirim, Piripá, Piripiri, Piritiba, Pitangui, Pitimbu, Piúí, Piúma, Podimirim, Poiri, Pongá, Porangatu, Porecatu, Potengi, Poti, Poxim, Poxoréu, Puraçu, Puxinanã, Quaraçu, Quaraí, Quarepoti, Quaticaba, Quatipi, Quatipuru, Quatis, Quicaba, Quirambu, Quixaba, Quixadá, Quixará, Quixariú, Quixeramobim, Quixeré, Quioxá, Sabaúna, Sabuji, Saí, Saicã, Samaúna, Sambaíba, São João do Manhuaçu, São Roque do Paraguaçu, Sapê-Açu, Sapêzal, Sapucaí-Mirim, Saquarema, Sarandi, Sarapuí, Siriji, Sirinhaém, Siriri, Suaçarana, Subaúma, Suçupara, Suçuarana, Suçuí Sucuriú, Suruí, Sururu, Tabaí, Tabapuã, Tabaúna, Tacaratu, Taciba, Tacima, Taguaí, Taiaçu, Taiaçuí, Taiaçupeba, Taipu, Tairuçu, Taiuva, Tambaú, Tamburi, Tanabi, Tapiraí, Tapiraípe, Tapirapuã, Tapuruquá, Taquara, Taquaraçu, Taquari, Taquarixim, Taruaçu, Tarumã, Tarumirim, Tataguaçu, Tataíra, Tatu, Tatuí, Tauari, Taxaquara, Teçainda, Tiaraju, Tibaji, Tibiriçá, Tietê, Tijipió, Tijucal, Tijuca, Tijucopapo, Tijucuoca, Tijupá, Timbaúba, Timboteua, Timbu, Timbuí, Timburi, Tiquaruçu, Tobati, Tocos do Moji, Toribatê, Toriúba, Torixoreu, Toropi, Toroquá, Trabiju, Tracunhaém, Traipu, Traíras, Trairi, Tramandaí, Truçu, Tucuruí, Tuiuti, Tupá, Tupã, Tupaciguara, Tupanci, Tupandi, Tuparecê, Tupiraçaba, Turiaçu, Turibai, Turiúba, Tururu, Uaupês, Ubaí, Ubaíra, Ubatã, Ubaúna, Ubiraçaba, Ubiraçu, Uibaí, Uiraúna, Umari, Umbaúba, Umbu, Umirim, Unai, Upabuçu, Uraí, Urandi, Uru, Uruaçu, Urubici, Uruçanga, Urucu, Uruçuca, Uruçuí, Uruçumirim, Urupês, Uruquê, Ururaí, Urutaí, Utiriti, Vau-Açu, Votuporanga, Voturantim, Voturuna, Votuverava, Xacororé, Xanxerê, Xapécó, Xapuri, Xavantes, Xavantina, Xaxim, Xerente, Xexéu, Xiquexique, Xiririca, Xixá, Xonim, Xopim, Xoró, Xorózinho, Xorroxó, Xucuru, Xuí.

Atente-se em que alguns desses topónimos são compostos de palavras portuguesas e indígenas e em que outros são formados com sufixos da nossa língua. Eles exemplificam cabalmente as regras estatuídas nas "Instruções" para a organização do "Vocabulário Resumido". Nenhum deles apresenta a letra "s" a não ser no início. Nenhum tem "c", "k" ou "ck" finais. Nenhum com "y", nem com "ch", nem com "g" palatal. Só um é escrito com "H" inicial, em obediência ao que determinou a Conferência de Geografia de 1926. Tudo em harmonia com as duas Conferências: essa de 1926 e a de Lisboa, de 1945.

GRAFIA DOS TOPÓNIMOS NOS ESTADOS E TERRITÓRIOS.

Pelo decreto-lei n.º 5.901, de 21 de Outubro de 1943, o Governo Federal estabeleceu normas para que se eliminassem as repetições de nomes de cidades e vilas, e recomendou se adoptassem nomes indígenas. Obedecendo a essa recomendação, foram mudados ou criados nomes vários, servindo-se de palavras oriundas do tupi-guarani. Como é fácil imaginar, raras são as pessoas que no interior dos estados sejam capazes de compor cientificamente esses nomes, e, por isso mesmo, alguns deles, forjados caprichosa e arbitrariamente, ou são híbridos, ou deformes.

Por esse decreto-lei determinou o Governo se fizesse a revisão dos nomes das estações ferroviárias, e autorizou o Conselho Nacional de Geografia a os ajustar às novas denominações de cidades e vilas. O Conselho Nacional de Geografia soube cumprir com o seu dever.

Pelo decreto-lei n.º 311, de 2 de Março de 1938, já o Governo da União dispusera sobre a divisão territorial do País, estabelecendo que em nenhum Estado houvesse denominação idêntica de duas ou mais cidades ou vilas. Nesse decreto-lei ficou assente que só

por leis gerais poderiam ser modificados os nomes dados às cidades e vilas do novo quadro territorial.

Para os serviços de Estatística, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística organizou um trabalho intitulado “Divisão Territorial do Brasil”, onde os nomes dos municípios e dos distritos existentes no País estão relacionados por ordem alfabética. Em a “Nota Preliminar” dessa obra se declara que “a grafia dos topónimos, *corrigidas as discrepâncias não admissíveis em face da sistematização ortográfica*, é a que consta das leis regionais que baixaram os quadros da divisão territorial”.

Era vigente ao tempo da publicação desse volume a ortografia prescrita pelos decretos-leis n.º 292, de 23 de Fevereiro de 1938, e n.º 5.186, de 13 de Janeiro de 1943, *ex vi* dos quais se elaborou o “Pequeno Vocabulário Ortográfico” de 1943.

Nada obstante, não são poucos os topónimos que nele se acham escritos como o foram nas leis regionais que não levaram em conta as disposições das leis federais citadas, deixando-se, por conseguinte, de *corrigir as discrepâncias não admissíveis em face da sistematização ortográfica* estabelecida por aqueles decretos-leis e concretizada no “Pequeno Vocabulário” de 1943. Também não foram corrigidas na “edição provisória” do mesmo trabalho (30-IX-1949), mas sê-lo-ão certamente na próxima “edição definitiva”.

É fora de dúvida que os estados não podem legislar nem decretar contra disposições expressas em leis e decretos federais: as leis federais sobrepoem-se às leis estaduais e municipais. É inconstitucional o decreto ou a lei estadual que infringe qualquer disposição expressa em decreto ou lei federal. Inúmeras vezes tem o Supremo Tribunal Federal declarado inválidos, írritos e nulos, por inconstitucionais, actos de governos regionais que desrespeitam disposições da Constituição ou de leis e decretos federais, e continuará de julgá-los assim, em obediência ao art. 101, inciso III, letra c, da nossa Magna Carta.

Ortografia não é matéria de carácter local — do estado ou município —, mas de carácter nacional, e, pois, nenhum acto governamental ou municipal pode fazer excepção a normas prescritas por decretos e leis da União. Urge respeitar a hierarquia das leis.

Cumprê, pois, sem nenhuma tergiversação, corrigir a grafia de qualquer topónimo que em leis e decretos estaduais esteja em desacordo com os preceitos estabelecidos em leis e decretos federais, e foi isso que zelosamente ordenou o organizador da “Divisão Territorial do Brasil” em sua “Nota Preliminar” (edição de 1945) e em sua “Nota Explicativa” (edição de 1949).

Como se viu supra, a Conferência de Geografia de 1926 determinou que na escrita dos topónimos nacionais fossem adoptadas as normas estatuidas no “Formulário Ortográfico” aprovado pela Academia Brasileira de Letras, o qual, hoje, é o que está anexo ao “Vocabulário Ortográfico Resumido” de 1947.

Insta acrescentar que, havendo o Directório Central do Conselho Nacional de Geografia aprovado a resolução n.º 36, de 18 de Abril de 1939, a qual fixou as normas para a organização do “Dicionário Geográfico e Toponímico Brasileiro”, determinou expressamente que nesse trabalho, cometido ao Conselho Nacional de Geografia, seja adoptada a ortografia simplificada oficial das Academias, isto é, a ortografia do Acordo de 1945, que é actualmente a oficial das duas Academias — a Brasileira de Letras e a das Ciências de Lisboa. Até os nomes geográficos estrangeiros já aportuguesados e aportuguesáveis devem ser, segundo a resolução n.º 98, de 25 de Julho de 1941, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, obrigatoriamente escritos conforme os preceitos da ortografia oficial.

A ROTINA E A CATURRICE.

Dizem que existe verdadeira “balbúrdia ortográfica”. Existe para os rotineiros e caturras, não para os que seguem pontualmente os preceitos da nova ortografia.

Existe para os que não querem deixar o caminho que trilham desde a puerícia, para os que preferem continuar nos seus velhos hábitos a reflectirem nas boas e belas práticas hodiernas da grafia simplificada. Existe, outrossim, para os indivíduos pirrónicos, díscolos, obstinados no erro, que supõem ser o certo, ferrenhos na sua teimosia e amigos de contradizer, de questionar, de impugnar tudo o que é novo e digno de imitado. Velhos pro-

fessores não se dedignam de contrariar as leis e de ensinar a seu modo os preceitos que elas consagraram. Jornais e revistas, com desprezo pelas mesmas leis, estabelecem normas para seu uso. Funcionários públicos, que mais deviam acatá-las, seguem o seu critério pessoal ou o de seus chefes. Tudo isso é que faz a “balbúrdia ortográfica”, embora realmente ela não exista. Esses é que fazem a “balbúrdia ortográfica” e, depois, proclamam que a balbúrdia provém do novo sistema ortográfico.

•

A questão da grafia dos topónimos brasileiros, particularmente dos de origem tupi-guarani, “parte integrante da questão geográfica”, consoante o dizer acertado do ilustre Sr. Dr. F. MARTINS DOS SANTOS, é, de par com a da grafia dos antropónimos, o assunto em que toda a gente mete a sua colherada, mesmo sem conhecer os preceitos que a história da Língua impõe. Se o “Vocabulário Ortográfico” registra “jequieense”, não tarda em aparecer quem afirme que o “Vocabulário” está errado, porque essa palavra se deve escrever com “i” na primeira sílaba; se consigna “juazeirense”, logo salta um que asseverar ser inexacta essa grafia, pois o vocábulo se deve grafar com “o”; se nele está inscrito “quati”, e por esta forma se escreve “Quatis” (distrito de Barra Mansa no estado do Rio de Janeiro), surge, não sei de onde, alguém que se abalança a mostrar a erronia dessa escrita, visto que no tupi é “Coatis”; quando aparece em trabalho consciencioso a grafia “Xuí”, chovem protestos de uns tais que metem agulhas por alfinetes a fim de patentear que a verdadeira escrita é “Chuhi”; quando um jornalista de primeira água escreve “jeremoabense”, levanta-se um “filólogo” para demonstrar que “quase todas as palavras que o “Vocabulário” apresenta com *j* devem ser escritas com *g*, e com esta letra as que lá se acham grafadas com *j*”; quando se escreve “Goiás”, para logo vem pela Imprensa uma lição de escacha-pessegueiro, por onde se prova com argumentos especiosos que o topónimo se deve grafar com “z”. Mas, onde a turra chega aos lindes da insânia é na questão do “c” ou “ç” em vez de “s” ou “ss” nos topónimos procedentes das línguas indígenas. O que um gramático e professor ensinava ontem, fundado na ciência, hoje desensina, baseado na insciência, com o só propósito de malferir o organizador do “Vocabulário” de 1947. Tão mal-intencionado é o impugnador do “c” ou “ç” nos topónimos originários do tupi-guarani, que propositadamente vai de encontro aos próprios ensinamentos, repudiando agora o que há pouco defendia.

Como o presente escrito não visa a pessoas, mas unicamente a demonstrar que a Conferência de Geografia de 1926 e a de Lisboa em 1945 se basearam na ciência ao estabelecerem regras para se escreverem os topónimos, não declino os nomes dos contradiutores, porém julgo necessário indicar as fontes onde um deles submergiu a sua ciência.

O respeitável órgão de publicidade “O Estado de São Paulo” trouxe, em sua edição de 2 de Novembro de 1941, sob o título “O Tupi-Guarani e o Português no Brasil”, um trabalho sobre a influência da língua dos silvícolas no idioma que falamos. Afirma o seu conhecidíssimo autor: “Na morfologia o único vestígio do tupi-guarani está na formação híbrida do aumentativo e do diminutivo, por meio dos adjectivos “guaçu” e “açu”, *quase sempre erradamente escritos* “assu”, “guassu”, “mirim” e “im”: mandão-açu, tatu-guaçu, mandão-mirim, itaim.” (É meu o grifo, no intento de chamar a atenção do leitor para a lição do articulista.)

Três anos depois, o autor desse artigo tirou à praça uma “Gramática Normativa da Língua Portuguesa” (Livraria Académica, São Paulo, 1944), na qual ensina isto à página 212: “*Influência do tupi* — Apesar de ser o tupi a língua geral do Brasil ainda depois da colonização do país, nenhuma influência deixou na morfologia do português. Apenas poderíamos lembrar a formação híbrida do aumentativo e do diminutivo, recorrendo-se aos adjectivos tupis: *guaçu, açu* (*erradamente escritos guassu, assu*) e *mirim, im*: *mandão-guaçu, mandão-mirim* (*mandãozão, mandãozinho*).” (Pus em *itálico* o principal dessa lição, para que se note bem a opinião desse autor.)

Dois anos após, deu a lume os “Estudos de Filologia Portuguesa” (Livraria Académica, São Paulo, 1946), nos quais, tratando da influência do tupi na morfologia portuguesa, diz: “O grau aumentativo era indicado pela palavra *açu, guaçu*, e o diminutivo por *mirim, im*; *Pará* = rio; *Paraguaçu* = rio grande;” (Pág. 74.)

Na página 306 assim se manifesta: “Na morfologia não há caso algum que diferencie a língua do Brasil da língua de Portugal: todas as flexões são idênticas; todas as classificações são as mesmas. Conservamos apenas os adjectivos *guaçu* e *mirim* como formadores de aumentativo e diminutivo: *tatu-guaçu*, *tatu-mirim* (*tatuzão*, *tatuzinho*).”

Até aí vai a ciência do tal autor. Mas em Dezembro de 1947 foi publicado no Brasil e em Portugal o “Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa”, cuja organização me foi confiada pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa. Visto como o autor do artigo e das duas obras supracitadas não fez parte da Comissão Brasileira que foi a Lisboa para unificar a ortografia, e visto como não foi consultado acerca da maneira de grafar um só vocábulo, a sua ciência converteu-se em despique de filólogo despeitado, que a virou pelo avesso. A prova evidente do que venho de afirmar está na seguinte resposta que ele deu a um consulente: “A substituição, que estão fazendo de *ss* por *ç* em topónimos como *Açu*, *Guaçu*, *Piracumunga*, embora venha no último “Vocabulário” publicado pela Academia Brasileira, é cousa que *não apresenta fundamentos definitivos e convincentes*. REBELO GONÇALVES não diz claramente por que motivos deve haver tal substituição, pois, se é forte em grego e latim, não entende das línguas indígenas do Brasil. O “Vocabulário” da Academia *escreve* dogmáticamente, na pág. XIX: “(l) com *c* ou *ç*: *acaçapar*, *açafate*, etc. *açu*, *babaçu*, *Paraguaçu*, etc.” Nenhuma razão fonética aí aparece para justificar tal grafia. Ora, a tradição gráfica de todos estes vocábulos indígenas foi sempre a de *escrevê-los com ss*: *assu*, *guassu*, *pirassumunga*, etc.” (“Questões de Português” — “Folha da Manhã”, São Paulo, ed. de 17-IV-1949.)

Eis aí a insciência do autor. Quantas afirmações errôneas e verdadeiramente cavilosas! Ovídio deveria pôr-lhe na boca o “vídeo meliora, proboque, deteriora sequor.” O “Vocabulário” não foi publicado pela Academia Brasileira de Letras, mas pelo Governo da União; fê-lo a Imprensa Nacional, e traz no frontispício as armas da República. A edição pertence ao Departamento da Imprensa Nacional, e já se esgotou. Os fundamentos “definitivos e convincentes” não podiam ser dados em “Instruções”, que foram feitas depois de vários entendimentos em vinte e sete sessões da Conferência Interacadêmica de Lisboa. Se o Prof. Dr. REBELO GONÇALVES “não entende das línguas indígenas do Brasil”, entende perfeitamente as leis fonéticas e sabe, pelos numerosos documentos escritos sobre as línguas indígenas, que sempre se escreveram com “*c*” ou “*ç*” as palavras oriundas do tupi-guarani. Não lhe são desconhecidas as mais famosas e as mais modernas obras acerca dos idiomas autóctones da América Meridional. Ele conhece a história das palavras dos idiomas brasileiros, porque as estudou nos monumentos literários que os jesuítas nos herdaram. Os estudos que fiz de 1941 a 1943 para registrar com acerto os vocábulos indígenas em as “Instruções” e no “Pequeno Vocabulário” foram aproveitados na Conferência de Lisboa, e por isso mesmo foi que no Relatório apresentado àquele Convénio a 10 de Agosto de 1945, e aprovado por unanimidade, se mandou regularizar o emprego das consoantes homófonas “*s*”, “*ss*”, “*c*” e “*ç*” e o emprego do hífen em certas palavras formadas com os sufixos “*açu*”, “*guaçu*” e “*mirim*” *segundo o critério adoptado no “vocabulário” de 1943*, que foi organizado por mim, como por mim o foram as “Instruções” que acompanham o “Vocabulário Resumido” de 1947.

Ante as citações e os argumentos que então eu trouxe à balha, não era preciso ser-se filólogo para se tirar a conclusão de que as palavras indígenas em que se ouve o fonema “*cê*” devem ser grafadas com “*c*” ou “*ç*”, e não com “*s*” ou “*ss*”.

Trilhava o caminho da verdade o autor do artigo d’ “O Estado de São Paulo” de 2 de Novembro de 1941 e das lições transcritas da “Gramática Normativa” e dos “Estudos de Filologia Portuguesa”; mas de todo em todo se desviou dele o autor das “Questões de Português” insertas na “Folha da Manhã” de 17 de Abril de 1949. Ali, foi alumiado pelo bom-senso, porque escreveu sem ideia preconcebida; aqui, seguiu a rotina e patenteou a sua caturrice, que o levou ao dislate de afirmar que não há razão fonética que justifique as grafias “*acaçapar*” e “*açafate*”. A rotina e a caturrice não são apanágio de um filólogo que se preze, mas o de um espírito mesquinho e cheio de preconceitos. Lá se avenha consigo mesmo o autor do escrito de 2 de Novembro de 1941 e o autor do “ensinamento” de 17 de Abril de 1949. *Patere legem, quam ipse fecisti.*

“PAYSANDÚ” e “PAIZANDÚ”.

Consultado por um professor e jornalista paulistano, em 7 de Junho de 1950, sobre a grafia vernácula do topónimo “Paysandú”, respondi-lhe que não podia deixar de ser “Paíçandu”, visto haver eu feito estudo especial desta forma por ocasião da feitura de cartas geográficas pelo Conselho Nacional de Geografia, numa das quais figurava esse topónimo. Logo que saiu publicada num diário de São Paulo a grafia por mim preconizada, o citado autor das “Questões de Português” não quis perder a oportunidade para mostrar, mais uma vez, o seu espírito de contradição, e fez estampar na sua referida secção da “Folha da Manhã”, edição de 21 de Junho deste ano (1950), esta “belíssima lição filológica”: “Entre o português e o castelhano existe íntima correspondência gráfica relativamente ao som representado pelos primeiros por *ç* e *z* pelos segundos. Exs. *Cabeça, força, coração, cabeça, fuerza, corazón*. De acordo com esta correspondência, só poderíamos grafar *Paíçandu, Guaçu, Piraçununga*, se encontrássemos nos países hispano-americanos *Paizundu, guazu, Pirazunga*. (sic!) Ora, o que encontramos é justamente o oposto: *Paysandu, Guasu, Pirasununga*. E a esta sibilante forte dos castelhanos correspondem os nossos *ss* entre vogais. Logo, a única escrita correcta há-de ser: *Paissandu, Guassu, Pirassununga*. Todo esse ensino que anda por aí de tais palavras devem (sic!) ser grafadas com *ç* e não com *ss* está destituído de base e deve ser rejeitado.”

Ecce iterum Crispinus: volta o gramaticógrafo a bater na tecla dos “guaçus”... Quanto a “Piraçununga”, além do que já tenho escrito aqui acerca do “*ç*” em palavras provenientes do tupi-guarani, contento-me agora de remeter o autor das “Questões de Português” e o leitor que deseja conhecer as razões por que se deve grafar “Piraçununga”, e não “Pirassununga”, ao que se estampou na “Folha da Manhã” de 2 de Setembro de 1948, com o título “*Piraçununga com ç*”, e ao que nessa mesma folha escreveu o Sr. MANUEL PEREIRA DE GODÓI, sob a epígrafe “Estudo sobre a Palavra Pirassununga”, em 17 de Setembro do mesmo ano (1948), bem como à resposta que dei a um consulente a respeito do emprego do “*c*” ou “*ç*” em vocábulos originários do tupi-guarani, com o título “Três Perguntas e Três Respostas”, na “Folha da Noite” de São Paulo, edição de 3 de Janeiro de 1949. Devo, porém, salientar que do artigo do Sr. MANUEL PEREIRA DE GODÓI só aceito por verdadeiras estas duas proposições: “A grafia com *c* diante de *e, i, e ç* diante de *a, o, u* é justificável pela pronúncia do tupi de outrora.” — “Conclui-se de tudo que o conservar *ç* em *Piraçununga, guaçu,*, é manter na escrita uma pronúncia que teve voga antigamente.” Respeito à tradição secular da grafia “Pirassununga”, lembro que mais que trissecular é a escrita “Cintra”, que a Ciência demonstrou dever escrever-se com “*S*”: agora é “Sintra”, como o era até o século XVI.

Vamos entrar nos domínios do guarani.

Paíçandu é o nome da bela e progressista capital da costa do rio Uruguai, célebre na História do Brasil por haver sido cercada em 1864 pelo marechal brasileiro JOSÉ PROPÍCIO MENA BARRETO, que, com 5711 homens, enfrentou um exército de 100.000, e, depois de um tiroteio que durou 52 horas, tomou a praça e aprisionou toda a guarnição, terminando assim a campanha do Uruguai.

Na ocasião em que tive de emitir parecer para que essa palavra fosse inscrita numa carta geográfica, sabia que o guarani é subordinado às leis fonéticas da língua espanhola, e que em ortografia racional e científica se litera o fonema “*zê*” do guarani por “*z*” castelhano. Lera em GONÇALVES VIANA (“Ortografia Nacional”, pág. 111) que “a ortografia castelhana, à falta de outros elementos, pode servir de modelo para a restituição de *ç* por *s*, pois sempre os figura por *z* (antigamente *ç*), excepto antes de *e* e de *i*, posição em que o *z* foi modernamente substituído por *c*”. Ínsita no meu espírito estava a lição de LEITE DE VASCONCELOS (“Opúsculos”, I, pág. III dos “Aditamentos”): “A diferença entre *s* e *ç* ainda hoje se nota nas raías de Trás-os-Montes e Minho, e em parte da Beira. A essa diferença corresponde em espanhol: *z* (e *c* em *ce* e *ci*) e *s*.” Entrementes, em correspondência epistolar mantida com o meu distinto amigo e erudito confrade Prof. ARCI TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, conhecedor do guarani e do castelhano, línguas que fala correctamente e em que escreve com perfeição, asseverou-me que “as palavras guaranis terminadas em *usú* são reproduzidas em castelhano por *uzú*”.

Bebera na preciosíssima obra “Vocabulário das Palavras Guaranis Usadas pelo Tradutor da “Conquista Espiritual” do Padre A. RUIZ DE MONTOYA”, do grande BAPTISTA CAETANO, esta informação: “*Curuzu* dicção hispânica *cruz*; também escrevem *curuçu*, em tupi *curuçá*.” (Pág. 84.) E na pág. 131: “*Guaçu* adj. grande, grosso, amplo, largo, extenso Na “Conquista” por vezes vem *guazu*; *yaca guazu* ribeiro grande, ribeirão.”

Lera “chibiguazú” e “mbaracayá-guazú” na “História Natural Ediar” de ANGEL CABRERA e JOSÉ YEPE. (Buenos Aires, 1940, pág. 164.)

Com elementos desta ordem, estava eu bem amparado, e não tive nenhuma dúvida em recomendar a grafia “Paicandu”. “Seja qual for a sua proveniência”, afirma o Prof. ARION DALL’IGNA RODRIGUES, grande estudioso da Tupilogia, “desde que seja indígena, há-de-se escrever melhor com *ç*, e não com *s*.”

Mas o caturra das “Questões de Português” não está pelos autos. Continua de adoptar “ss” em vez de “ç” em palavras de origem guarani. Na “Folha da Manhã” de 17 de Abril de 1949 lançou anátema sobre a sua primitiva doutrina, confessando a sua apostasia nestes termos: — “Transcrevo com *ss* porque o *s* em castelhano é sempre sibilante, equivalendo aos nossos dois *ss*. Se a grafia fosse com *z*: *azu*, *ruzu*, *guazu*, então, sim deveríamos ter em português a transcrição *açu*, *ruçu*, *guaçu* porque o *z* castelhano corresponde ao nosso *ç*: *cabeza*, *corazon* = *cabeça*, *coração*. Se, pois, os uruguaios, paraguaios e argentinos assim escrevem os termos guaranis com *s* e não com *z*, nós de língua portuguesa devemos grafá-los com *s* e não com *ç*”.

Singular professor esse, que pela Imprensa declara ser errado o que nos seus livros ensina como certo!

E que científicas razões para um filólogo! Construi o seu edifício em cima do lodo ou areia movediça. Quem lhe disse que os Espanhóis e os filhos da América Espanhola escrevem com “s” as palavras terminadas em “zu”? Em menino, aprendi com JOÃO RIBEIRO esta lição: “A ortografia Curuzú é espanhola e em rigor só poderíamos representá-la devidamente por meio do *ç*: *Curuçú*.” (“Aut. Cont.”, n. 26.)

Já referi a douda opinião do ilustrado Prof. TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, filho de Paraguaio e perito nas línguas espanhola e guarani, o qual afirma que “as palavras guaranis terminadas em *usú* são representadas em castelhano por *uzú*”. Pego do “Boletín da Academia Argentina de Letras” (tomo XIII, n.º 46, Buenos Aires, 1944) e leio na página 8: “*Paraná Guazú* (*Guazú* es “grande”); *Iguazú*; *Curuzú*.” Perlustro “El Guaraní — Elementos de Gramática Guaraní y Vocabulario de las Voces más Importantes de Este Idioma”, de SATURNINO MUNIACURRIA (Buenos Aires, 1947) e reparo nisto: “Las consonantes que se usan en guaraní son las siguientes: *b, c, d, h, m, n, ñ, p, q, r, t, y, z*.” Não há “s”. E note-se que ele ensina o Guaraní por intermédio do Castelhano. Da letra *R*, no seu “Vocabulario General”, passa para a letra *T*. E como é que esse notável escritor e poeta escreve nessa obra as palavras guaranis terminadas em “zu”? Será com “s”? Vejamo-lo: “acanguzú”, p. 90; “GUAZÚ”, p. 91; “AMANGUIRUZÚ”, p. 93; “ambai buzú”, p. 93; “apicazú”, p. 97; “carai guazú”, p. 106; “CURUZÚ”, p. 111; “cuzú”, p. 112; “GUAZÚ”, p. 118; “guazú pucu”, p. 118; “hobuzú”, p. 126; “IBIPERUZÚ”, p. 128; “IGUAZÚ”, p. 130; “iriguazú”, p. 132; “ITACURUZÚ”, p. 132; “mezú”, p. 136; “mbohiegua zú”, p. 144; “mboiyuzú”, p. 146; “mbopoguazú”, p. 149; “nezú”, p. 154; “OCARUZÚ”, p. 159; “ocapiguazú”, p. 159; “piguazú”, p. 165; “PIRUZÚ”, p. 165; “piaguazú”, p. 166; “poguazú”, p. 171; “quezú”, p. 178; “riguazú”, p. 179; “tabazú”, p. 182; “tayazú”, p. 185; “tun-guzú”, p. 196; “urugua zú”, p. 198; “zuzú”, p. 212; etc.

Quantas palavras terminadas em “zu”? Trinta e três, e não colhi todas. Quantas em “guazú”? Não menos de catorze. E aí está o como se diz em guarani, e o como em castelhano se representam as palavras guaranis acabadas em “zu”.

Mas, temos mais. O padre ANTÓNIO RUIZ DE MONTOYA, que nasceu em Lima, escrevia em castelhano, e foi nesse idioma que compôs a sua maravilhosa “Arte de la Lengua Guaraní”, cuja primeira edição data de 1639. Note-se bem que a sua obra versa acerca da língua guarani, e não do idioma tupi. O acréscimo “ó mas bien Tupi” foi feito pelo editor da segunda edição (FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN, visconde de Porto Seguro),

que declarou os motivos pelos quais fizera esse acrescentamento. Como em geral ignoram esses motivos, transcrevo aqui, tal-qualmente, as palavras dele: "El nombre *guarani* o mas bien *guaryni*, segun el propio MONTROYA (Vocab., p. 83, 236, 284, y pasim), no quiere decir sino guerra, o por ventura guerrero; y como la lengua era hablada tambien por individuos de la nación que no eran guerreros, como niños y sacerdotes (*pajés*) y los nefandos *tebiros* y hasta por las propias mujeres, bien que con sus modificaciones, siguese que ese nombre es impropio para aplicarse a la lengua; al paso que el de *tupi*, que era el que correspondia a esa raza, que de norte a sur (y no del sur al norte, segun imaginó MARTIUS) habia invadido casi toda la America Meridional acá de los Andes, no ofrece tales contradicciones. Etymológicamente, segun hemos demostrado, este nombre *tupi* viene de *t' ypi*, y significa "los de la generacion primera." ("Introduccion" ao "Vocabulario y Tesoro de la Lengua Guarani, ó mas bien Tupi", edição de 1876, págs. IV e V.)

Na "Arte", MONTROYA diz que no guarani faltam as letras *f, i, k, l, rr, s, v* consoante, *x, z*; e acede: "Por *S* usan *C* lene." (Cap. XXII, pág. 93.)

No "Vocabulario", ensina ele: "Grande, ancho, *Guaçú*." (Coluna 294.) — "Grande en cantidad y calidad, *Guaçú*." (Aí mesmo.) — "Venado, *Guaçú*: *Guaçú pyta*: Paratiayû: *Guaçú* birá: *Guaçú* abará: Taquarembo açog: *Guaçú* ti." (Coluna 504.)

No "Tesoro", igualmente: "*Guaçú*, venado, sus especies son: *Guaçú abará*, del monte. *Guaçú ariuru*, venado de pescueço negro. *Guaçú ará*, onça. *Guaçú atí*, cuervo de venado. *Guaçú paratiayû*, l. *Guaçúpytá*, vermelho e grande. *Guaçú tará*, camalon. *Guaçú-nambiey*, venado sin orejas, modo de çaherir al que no quiere oyr." (Colunas 127 v. e 128.) Nessa mesma columna (128): "*Guaçú*, grande, grueso, ancho. *Pay guaçú*, l. *Abaré guaçú*, prelado. *Abaguaçú*, homem grueso. *Carapeguaçú*, anchicorto."

BAPTISTA CAETANO, em seu "Vocabulario das Palavras Guaranis", já citado, registra "guaçu" na pág. 8; "açu" na pág. 24; "itá-guaçu" na pág. 178; etc.

Na letra "S" está escrito: "Esta letra não é empregada neste vocabulario, porque o seu som está representado por ç." (Pág. 465.)

Pode haver maiores autoridades? Pode que as haja, e pode que as não haja. Mas estas são mais que suficientes para provar que "Paizandu" somente deve escrever-se em nossa língua com "ç".

E qual é a etimologia de "Paizandu"?

Para o eminente filólogo uruguaio ADOLFO BERRO GARCÍA, a palavra "debe venir del nombre guaraní de la isla Caridad", e propõe a forma "I-paú-zandú", que é o nome daquela ilha em guarani. E que significa "I-paú-zandú"? Pode significar "ilha do tartamudo" (*ipaú* = ilha; *zandú* = tartamudo). E para o professor SATURNINO MUNIACURRIA, autor de uma gramática, de um vocabulário e de poesias guaraníticas, "el nombré de Paizandú, la ciudad uruguaya, proviene de *paí*, fraile, y *zandú*, ceceoso o tartamudo". (V. "El Guarani", ed. de 1947, pág. 163.)

Ninguém pode saber mais do que esses mestres do guarani a etimologia do nome da linda cidade uruguaia. Ambos os dois estão acordes quanto ao segundo elemento — *zandú* —, e qualquer estudante de Fonética sabe que o "z" castelhano somente pode dar em português "ç" ou "c", conforme se lhe siga "a", "o", "u" ou "e", "i".

Por consequência, "Paizandú" — o frade ceceoso ou tartamudo — passa à nossa língua com a forma PAIÇANDU.

Como se viu acima, o autor da "Gramática Normativa" e dos "Estudos de Filologia Portuguesa" estava no bom caminho quando ensinava que "açu" e "guaçu" andavam erradamente escritos com "ss"; mas, pruin-do-lhe a alma o insopitável anseio de contradizer o organizador dos vocabulários ortográficos, acabou contradizendo-se a si mesmo, desensinando o que havia ensinado e contrangendo alguns dos seus discípulos e leitores a desaprenderem o que tinham aprendido. Ao "mestre" e aos discípulos melhor lhes fora não haverem conhecido o caminho da verdade do que, depois de conhecido, retrogradarem: "Melius enim erat illis non cognoscere viam justitiae, quam post agnitionem, retrorsum converti."

OBRAGEIRO

A orientação dos rios brasileiros contribuintes da bacia platina levou à situação curiosa de virem sendo, desde velhos tempos, as terras por eles servidas, desbravadas por elementos humanos oriundos dos povos vizinhos. O alargamento da área nacional não perturbou tal anomalia. Gravitando em tórno dos rios, caminhos naturais que levam ao Prata, tais terras, desde que foram conhecidas, começaram a ser penetradas por gente de outra língua e de outra nacionalidade. Isso aconteceu nas zonas ribeirinhas do Paraguai como do Paraná. Como, de resto, também em tórno dos contribuintes do Amazonas.

A existência das ricas florestas do oeste paranaense, mais acessíveis pelo rio Paraná do que pelos caminhos terrestres vindos do litoral e das faixas povoadas e progressistas, de formação nitidamente brasileira, atraiu a atenção de elementos alienígenas que, cedo, nelas se internaram, partindo do vale do Paraná. No trecho estreito desse rio, entre Guaíra e Foz do Iguaçu, estabeleceram-se, de há muito os portos de escoamento da madeira. Nas barrancas surgiram, então, os "obrajes", lugares de corte e preparação da madeira para a descida das águas. Por extensão, passaram a ser conhecidos por "obrajeiros" aqueles que, na sua maioria, ontem quase na sua unanimidade, dedicavam-se ao trabalho da extração de madeira. Os "obrajes" são, hoje, instalações mais ou menos aparelhadas, à margem do Paraná e de trechos de alguns de seus afluentes da margem esquerda. LIMA FIGUEIREDO assim se refere a um deles: "Em Pôrto Ipiranga funciona um "obraje", que é o nome dado ao lugar onde se faz a extração de madeiras". Para esclarecer, logo adiante: "O pôrto e o "obraje" pertencem à Empresa Alfredo Giambelli e Cia., de Rosário"... A necessidade de penetração na zona florestal, entretanto, separou o "obraje" do lugar em que, na verdade, se extrai a madeira. O trabalho dos "obrajeiros" tornou-se muito mais penoso.

Em primeiro lugar, trata-se de descobrir as árvores. O "obrajeiro" interna-se na mata, estabelecendo uma picada inicial, ligando as diversas árvores que vai encontrando e que servem para o corte. Depois de se internar pouco mais ou menos uma légua, volta, e assinala, na entrada da picada, numa estaca, o número de árvores encontradas. Da boca dessa picada, então, abre a picada "maestra", com cerca de três metros de largura, dela irrompendo os atalhos que levam às árvores já marcadas para o corte. Começa, depois, a tarefa do corte, propriamente: a madeira é cortada e lavrada a machado, aproveitando todo o comprimento da árvore. Resta o transporte e, junto ao pôrto, a construção das pranchas, para o escoamento natural, pelo rio, — uma vez que o mercado platino constitui, de há muito, o melhor consumidor para a madeira nacional.

A proximidade de países vizinhos, em que a barranca do Paraná é mais povoada do que a do nosso lado, fez com que o "obrajeiro" se apresentasse, no seu início como trabalhador estrangeiro, não radicado na terra. Alguns focos brasileiros de povoamento, entretanto, e o estabelecimento de algumas companhias madeireiras nacionais, já têm neutralizado, em parte, tal aspecto. O trabalho do "obrajeiro" é penoso e relativamente especializado, porque ele necessita conhecer as árvores próprias para o corte. Sua vida é difícil e cheia de privações. De sua tarefa surgiram os primeiros caminhos no oeste paranaense, e alguns transformaram-se já em razoáveis estradas — tudo gravitando para o vale do Paraná, embora boa parte da madeira, hoje, de zonas mais afastadas daquele rio, tenha no mercado nacional o seu escoadouro natural.

NÉLSON WERNECK SODRÉ



TAPERA

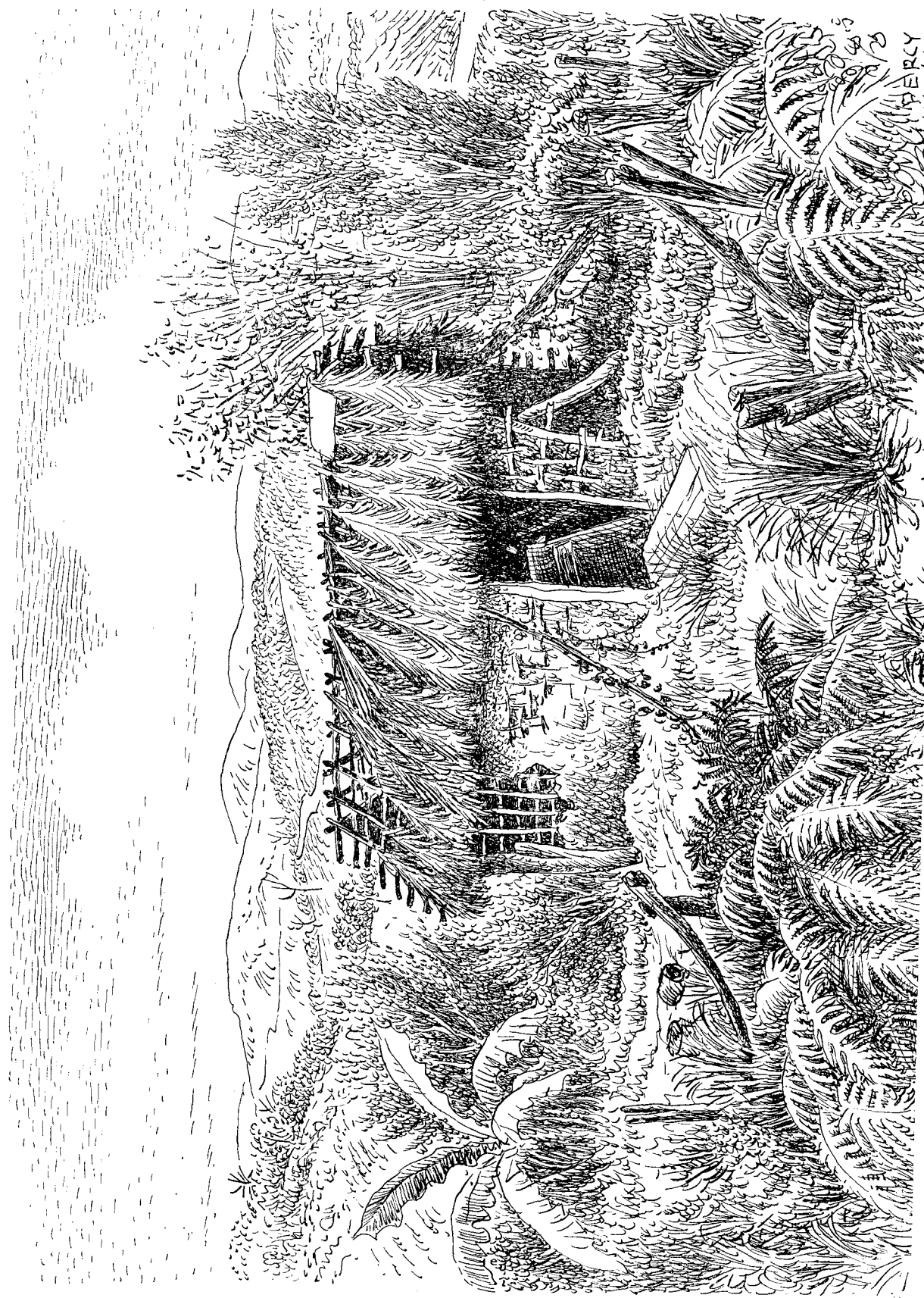
Nem só por ser a terra imensa e a gente pouca foi difícil o povoamento do Brasil e, posteriormente, o preenchimento dos vazios extensos que separam, ainda hoje, os locais de vida e de riqueza. Também a marcha territorial desta motivou esses hiatos largos e dissociadores. Zonas inteiras conheceram o desenvolvimento, por vezes rápido, para depois de caírem e serem progressivamente abandonadas pelos seus moradores. Por isso é que, nas cartas brasileiras, nos roteiros e mapas, a palavra "tapera" é tão freqüente. Os viajantes do nosso interior, mesmo em zonas em que existe relativo progresso, deparam, com freqüência, as "taperas".

Ora são casebres e choupanas, isoladas e perdidas, abandonadas de seus moradores e entregues ao tempo. Ora são pequenos núcleos de povoamento, que chegaram a atingir nível de progresso interessante, quando tudo anunciava se tornariam vilas, com o passar dos tempos, — e que entram a declinar, a tal ponto que os povoadores abandonam as suas casas, vão procurar ganhar a vida em outros lugares, e aquele conjunto fica ao sabor do tempo, tornando-se uma tapera. Muitas vezes, os próprios caminhos que levavam a tais lugares se tornam meras picadas, que o mato cobre e que dificilmente o viajante encontra e distingue. Tendo o núcleo gerado caminhos, o declínio apaga os roteiros que levam às "taperas". Nas viagens pelo interior brasileiro, em zonas distantes, o encontro com as "taperas" é relativamente freqüente. Há zonas em que elas surgem amiúde, indicando a antiga passagem de progresso e de vida, e o abandono posterior, por motivos os mais variados. As "taperas" isoladas encontram-se em todos os recantos brasileiros, mesmo em zonas ricas.

A transformação de casas e vilas em "taperas" serviu já de motivo a muitas páginas literárias, que as caracterizam. DARCI AZAMBUJA, no seu livro de contos *No Galpão*, assim descreve a transformação: "A propriedade tocou a um parente longe, que arrendou o campo e não se importa com a casa. Hoje, quem passa na estrada, vê que ela se vai arruinando aos poucos, fechada, sem abrigar mais ninguém. O banco de pau desapareceu, a latada de madressilva caiu, caíram as cercas de sarrafo, no telhado há um grande rombo. As chuvas e os ventos derrubaram o teto, primeiro, depois uma parede, e as portas, as janelas... E lentamente a casa ir-se-á tornando "tapera" — que é uma saudade perdida no campo..." ALCIDES MAYA assim a pintou: "O tempo, irônico, depois de dispersar aos acasos da sorte a raça modesta que lutou e sofreu sob esse teto humilde, deixou erguidos no anonimato da morte, sem sombra de tradições, os seus muros solitários, que ora parecem rir para o caminho, pelas janelas e pelas portas escancaradas, um riso escarninho, doloroso do vazio que és sob o firmamento radiante, ora ameaçar soturnamente, enoitecidos e torvos, o horizonte remoto". Se assim foram pintadas as "taperas" sulinas, de modo não muito diferente pintaram as goianas e as mineiras HUGO DE CARVALHO RAMOS e AFONSO ARINOS.

TEODORO SAMPAIO explicou a origem do vocábulo como expressando aldeia extinta, em linguagem tímica. Eram os núcleos desertados pelo índio, em busca de melhores paragens ou tocados pelo avanço do homem branco. Hoje, assinalam, pontilhando o interior brasileiro, ora como casas isoladas, ora como fazendas e engenhos abandonados, ora como antigos núcleos de povoamento, a inexorável marcha da riqueza e a sucessão de tristeza e abandono que a acompanha.

NÉLSON WERNECK SODRÉ



Censo Demográfico de 1950

O Serviço Nacional de Recenseamento, divulgou com a data de março corrente, os dados principais do censo demográfico do Brasil, realizado em 1.º de julho de 1950, subordinado ao título *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*, apresentando cerca de trinta e três quadros onde são estampados dados comparativos dos diversos recenseamentos realizados no Brasil; discriminação das cidades, vilas e distritos, segundo a população de cada um, e dos municípios e vilas com população superior a 50 000 e 5 000 habitantes respectivamente, na data do último recenseamento, e finalmente o Distrito Federal, cuja população é distribuída por circunscrições, segundo a situação do domicílio.

A *Sinopse* é precedida de uma "Nota Prévia", onde se encontram os esclarecimentos necessários à sua interpretação, cuja íntegra transcrevemos em seguida.

Nota Prévia

Cumprindo as disposições da lei n.º 651, de 13 de março de 1949, "o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo Serviço Nacional de Recenseamento, órgão do Conselho Nacional de Estatística, divulga, nesta publicação, resultados preliminares do censo demográfico, que teve como data de referência o dia 1.º de julho de 1950.

Em país extenso como o Brasil e que, em muitas regiões, apresenta grandes deficiências de comunicações e de transportes, a coleta de dados censitários experimenta os efeitos da maior ou menor dificuldade oferecida aos recenseadores pelo ambiente em que atuam. Assim sendo, merece realce a circunstância de, nove meses depois de iniciada aquela fase dos trabalhos do recenseamento, serem entregues à administração pública e aos interessados em geral os resultados preliminares do censo demográfico.

A divulgação dos dados, nesse prazo, tornou-se possível em virtude de várias circunstâncias. Em primeiro lugar, a experiência adquirida, pelo Instituto, na realização do recenseamento de 1940. A seguir, a criação, em decorrência dos Convênios Nacio-

nais de Estatística Municipal, da rede permanente de Agências Municipais e Inspetorias Regionais de Estatística, sob cuja responsabilidade imediata se processou a coleta censitária. Finalmente, a instituição de um boletim-resumo, para o qual foram transcritos, imediatamente após a conclusão da coleta, os totais de pessoas registradas nos formulários do censo demográfico, recolhidos em cerca de quarenta e um mil setores, em que foram subdivididos os municípios brasileiros.

Os resultados extraídos dos boletins-resumo correspondem ao número de pessoas inscritas nos instrumentos de coleta, os quais consignam, para o estudo da composição das famílias e verificação da população *de direito*, todas as pessoas residentes no domicílio recenseado, inclusive aquelas que, eventualmente, dêle se achavam afastadas na data do recenseamento. Essas pessoas, para efeito do cômputo da população *de fato*, figuram noutros questionários, correspondentes aos locais onde tenham passado a noite de 30 de junho para 1.º de julho. Em tais casos, há, dessa forma, dupla contagem, a ser eliminada nas apurações definitivas do censo demográfico, em fase de execução, nas quais se considera ora um ora outro registro, consoante se procure determinar, para cada localidade, ou a população residente, soma dos moradores presentes e ausentes, ou a população presente na data do recenseamento, soma dos moradores e não moradores presentes.

Vale referir que foram tomadas as competentes medidas, no propósito de assegurar a veracidade de resultados, não somente através de cuidadosa revisão do material coletado, mas também por meio de verificações *in loco*, muitas das quais realizadas com a colaboração de órgãos de divulgação e de pessoas ou entidades sob cuja direção se encontram aglomerações humanas.

Cumprir notar, ainda, que os dados constantes da presente *Sinopse*, resultantes de contagem preliminar, foram, no devido tempo, submetidos a severa crítica, que permitiu eliminar erros e imperfeições.

Como consequência dessas retificações, e uma vez que a pesquisa realizada junto

a grandes organizações oficiais e particulares já revelou ter sido muito reduzido o coeficiente de evasão, pode-se admitir que, dos totais ora apresentados como expressão do número de habitantes do Brasil em 1.º de julho de 1950, não se afastarão apreciavelmente os resultados definitivos.

Em 1.º de setembro de 1940, data do penúltimo levantamento censitário a população presente do Brasil era de 41 236 315 habitantes; quando da realização do recenseamento de 1950, a população registrada ascendia a 52 645 479 habitantes, tendo-se verificado, entre as datas de referência dos dois censos, um aumento de 11 409 164 habitantes — a que corresponde o incremento relativo de 27,67%.

Comparando-se os resultados dos censos de 1940 e 1950, conclui-se que o crescimento da população não se fez com a mesma intensidade nas áreas abrangidas pelas diversas regiões fisiográficas. Enquanto a região Norte apresenta uma taxa de incremento quase igual à observada para o conjunto do país, as regiões Centro-Oeste e Sul ultrapassam a média e as demais (Nordeste e Leste) não chegam a atingi-la.

Quanto ao incremento demográfico das unidades da Federação, basta referir, de passagem, que os estados do Paraná e de Goiás, no período considerado, tiveram 73,87% e 49,41%, respectivamente; no grupo dos estados mais populosos, figuram São Paulo, com 28,72%, Pernambuco, com 27,67%, Rio Grande do Sul, com 26,88%, Bahia, com 25,07% e Minas Gerais, com 16,38%.

Tais confrontos, ao lado de outros possibilitados pelas tabelas da presente *Sinopse*, confirmam o acentuado deslocamento interno da população brasileira, já revelado pelo censo anterior.

É importante notar que as dez mais populosas cidades brasileiras — Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém, Fortaleza, Santos e Niterói — possuíam, em 1.º de setembro de 1940, 4 413 337 habitantes, enquanto contavam, em 1.º de julho de 1950, 6 844 336 habitantes, o que corresponde a 10,70% e 13,00% da população do país, nas datas referidas.

Também é significativo que a população registrada em 1950, nos municípios das capitais, atinja 8 392 105 habitantes, que representam 15,94% da população total. O aumento observado na população desses municípios foi, em relação aos resultados do cen-

so de 1940, de 1 740 991 habitantes. Nestas condições, apreciável parcela do incremento verificado, no intervalo entre os dois censos, se concentrou em municípios cujas populações são predominantemente urbanas.

Apesar do preceito salutar contido no decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, que fixou normas sistematizadoras para a divisão territorial, estabelecendo, entre outros princípios, o da inalterabilidade quinquenal das divisões circunscricionais, modificações dessa natureza foram levadas a termo em muitas unidades da Federação, a contar da divisão estabelecida para o quinquênio 1944/48.

Essas modificações dificultaram não só o levantamento dos mapas dos municípios — excelentes instrumentos auxiliares da coleta censitária — como, especialmente, a medição das áreas municipais. Julgou-se conveniente, por isso, omitir desta publicação os dados referentes àquelas áreas, e utilizar-se, para efeito do cálculo da densidade demográfica, apenas os elementos correspondentes à área terrestre do Brasil e das unidades da Federação, determinados pelo Conselho Nacional de Geografia e constantes da resolução n.º 195, de 22 de julho de 1946, da Assembléia Geral do mesmo Conselho.

O exame dos dados relativos à densidade demográfica das regiões fisiográficas e unidades da Federação, em 1.º de julho de 1950, revela a desigualdade de povoamento do território nacional. Enquanto a densidade no estado do Rio de Janeiro é superior a 55 habitantes por quilômetro quadrado e nos estados de Alagoas e São Paulo alcança mais de 37 habitantes, nos estados de Amazonas, Mato Grosso e Pará não atinge, sequer, 1 habitante. Na região Sul encontram-se 21,23 hab./km², ao passo que na região Norte apenas se registra 0,53.

Não obstante haver sido, no período 1940/50, de 45%, 76% e 78%, respectivamente, o incremento observado nas populações de Rio Branco, Guaporé e Amapá, apresentam esses territórios, cuja criação data de 1943, densidade inferior a 0,30 hab./km². O Distrito Federal, mais densa aglomeração urbana do país, possui em sua limitada área 2 060,76 habitantes por quilômetro quadrado.

É oportuno esclarecer que não foi possível guardar integral obediência à legislação territorial de várias unidades da Federação.

Entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo persiste o litígio com referên-

cia à regra da serra dos Aimorés, onde o Serviço Nacional de Recenseamento manteve, a exemplo do que se fez em 1940, uma Delegacia Especial, com jurisdição sobre a zona litigiosa. Nesta, de acordo com as leis territoriais das respectivas unidades da Federação, estão localizados, da parte de Minas Gerais, o município de Mantena, com cinco distritos (Mantena, Água Doce do Mantena, Barra do Ariranha, Bom Jesus de Mantena e Itabirinha), bem assim o distrito da sede, no município de Ataléia, e o de Alto Itaúna, no município de Nanuque; e, da parte do Espírito Santo, o município de Barra de São Francisco, com o distrito da sede e o de Gabriel Emílio, o município de Ametista, com o distrito da sede e os de Limeira e Mantenópolis, o município de Joeirana, com o distrito da sede e os de Cotaxé, Novo Horizonte e Ribeirãozinho.

A população registrada na região da serra dos Aimorés, pelos motivos expostos, é apresentada sem referência quer à divisão territorial (municípios e distritos), quer à situação (urbana, suburbana e rural) dos domicílios. Assim, as localidades ali existentes, consideradas na divisão administrativa de Minas Gerais ou do Espírito Santo com as categorias de cidade ou de vila, não figuram como tais nos quadros respectivos.

Em outras unidades da Federação, verificou-se a existência de 9 distritos criados pelas leis de divisão territorial, mas ainda não instalados. É o caso de Catolé e São José da Mata, do município de Campina Grande, e Pontina, do município de Ingá, no estado da Paraíba; de São Miguel do Oeste e Descanso, do município de Xapacó, e Nova Petrópolis, do município de Joaçaba, no estado de Santa Catarina; de Volta Grande, do município de Iraí, no estado do Rio Grande do Sul, de Anhangüera, do município de Cumari, e Monte Santo, do

município de Miracema do Norte, no estado de Goiás.

De acordo com o disposto no decreto-lei n.º 311, o número de cidades deveria ser igual ao de municípios, pois "a sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome". A presente *Sinopse* consigna, entretanto, a existência de 3 municípios sem apresentar os dados relativos às suas sedes, por força de circunstâncias especiais: Fernando de Noronha, território criado no interesse da defesa nacional, por ser considerado município e distrito apenas para fins estatísticos; Ataléia, por se encontrar sua sede localizada na região da serra dos Aimorés, zona litigiosa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo; Catrimani, no território de Rio Branco, por ainda não se terem completado as providências relativas à instalação do governo municipal.

Nos estados do Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, e nos territórios do Acre, Rio Branco e Amapá, verificou-se a existência de 37 distritos, em relação aos quais, não se havendo procedido à delimitação dos quadros urbano e suburbano das respectivas sedes, a que a lei atribui os foros de "vila", ficou prejudicada a distribuição dos habitantes segundo a localização dos domicílios.

Finalmente, convém esclarecer que os resultados censitários se reportam à divisão territorial em vigor a 1.º de julho de 1950, e que não estão compreendidos nesta publicação os habitantes, aliás pouco numerosos, do município de Aripuanã, no estado de Mato Grosso, em vista de os boletins ainda não haverem chegado à sede do Serviço Nacional de Recenseamento, por força das dificuldades de transporte e comunicações verificadas na região.

Rio de Janeiro, DF, março de 1951.

I — RESULTADOS DEMOGRÁFICOS DOS RECENSEAMENTOS GERAIS — 1872/950

1. População das unidades da Federação

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE											
	Números absolutos						% sobre o total do Brasil					
	1872 (1)	1890 (2)	1900 (2)	1920 (3)	1940 (3)	1950 (4)	1872	1890	1900	1920	1940	1950
Norte.....	332 847	476 370	695 112	1 439 052	1 462 420	1 883 325	3,29	3,32	4,01	4,70	3,55	3,58
Guaporé (5).....	...	...	...	...	...	37 438	...	...	...	...	...	0,07
Acre (6).....	...	...	...	92 379	79 768	116 124	...	...	...	0,30	0,19	0,22
Amazonas.....	57 610	147 915	249 756	363 166	438 008	530 920	0,57	1,03	1,44	1,19	1,06	1,01
Rio Branco (7).....	...	...	...	...	...	17 623	...	...	...	...	...	0,03
Pará.....	275 237	328 455	445 356	983 507	944 644	1 142 846	2,72	2,29	2,57	3,21	2,30	2,18
Amapá (8).....	...	...	...	...	...	38 374	...	...	...	...	...	0,07
Nordeste.....	3 093 901	3 771 319	4 275 287	7 434 392	9 973 642	12 652 624	30,60	26,31	24,68	24,27	24,19	24,03
Maranhão.....	360 640	430 854	499 308	874 337	1 235 169	1 600 396	3,57	3,01	2,88	2,85	3,00	3,04
Piauí.....	211 822	267 609	334 328	609 003	817 601	1 064 438	2,09	1,87	1,93	1,99	1,98	2,02
Ceará.....	721 686	805 687	849 127	1 319 228	2 091 032	2 735 702	7,14	5,62	4,90	4,31	5,07	5,20
Rio Grande do Norte	233 979	268 273	274 317	537 135	768 018	983 572	2,31	1,87	1,58	1,75	1,86	1,87
Paraíba.....	376 226	457 232	490 784	961 106	1 422 282	1 730 784	3,72	3,19	2,83	3,14	3,45	3,29
Pernambuco.....	841 539	1 030 224	1 178 150	2 154 835	2 688 240	3 430 630	8,33	7,18	6,81	7,04	6,52	6,51
Alagoas.....	348 009	511 440	649 273	978 748	951 300	1 106 454	3,44	3,57	3,75	3,19	2,31	2,10
Fernando de No- ronha (9).....	...	...	...	...	...	648	...	...	...	...	...	0,00
Leste (10).....	4 893 661	6 950 359	7 896 074	12 874 275	15 625 953	19 162 745	48,40	48,49	45,60	42,01	37,89	36,40
Sergipe.....	234 643	310 926	356 264	477 064	542 326	650 132	2,32	2,17	2,06	1,56	1,31	1,23
Bahia.....	1 379 616	1 919 802	2 117 956	3 334 465	3 918 112	4 900 419	13,64	13,39	12,23	10,87	9,50	9,31
Minas Gerais (11)	2 102 689	3 184 099	3 594 471	5 888 174	6 736 416	7 839 792	20,80	22,21	20,76	19,22	16,34	14,89
Espírito Santo (11)	82 137	135 997	209 783	457 328	750 107	870 987	0,81	0,95	1,21	1,49	1,82	1,65
Rio de Janeiro.....	819 604	876 884	926 035	1 559 371	1 847 857	2 326 201	8,11	6,12	5,35	5,09	4,48	4,42
Distrito Federal....	274 972	522 651	(12)691 565	1 157 873	1 764 141	2 413 152	2,72	3,65	3,99	3,78	4,28	4,58
Sul.....	1 570 840	2 815 468	4 078 774	8 129 355	12 915 621	17 183 594	15,53	19,64	23,55	26,54	31,32	32,64
São Paulo.....	837 354	1 384 753	2 282 279	4 592 188	7 180 316	9 242 610	8,28	9,56	13,18	15,00	17,41	17,56
Paraná.....	126 722	249 491	327 136	685 711	1 236 276	2 149 509	1,25	1,74	1,89	2,24	3,00	4,08
Santa Catarina.....	159 802	283 769	320 289	668 743	1 178 340	1 578 159	1,58	1,98	1,85	2,18	2,86	3,00
Rio Grande do Sul	446 962	897 455	1 149 070	2 182 713	3 320 689	4 213 316	4,42	6,26	6,63	7,12	8,05	8,00
Centro-Oeste.....	220 812	320 399	373 309	758 531	1 258 679	1 763 191	2,18	2,24	2,16	2,48	3,05	3,35
Mato Grosso.....	60 417	92 827	118 025	246 612	432 265	528 451	0,60	0,65	0,68	0,80	1,05	1,00
Goiás.....	160 395	227 572	255 284	511 919	826 414	1 234 740	1,58	1,59	1,48	1,68	2,00	2,35
BRASIL.....	10 112 061	14 333 915	17 318 556	30 635 605	41 236 315	52 645 479	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

NOTA: A distribuição da população do Brasil, segundo as unidades da Federação, constante deste quadro, corresponde à situação político-administrativa vigente na data de referência de cada censo.

(1) Censo realizado em 1.º de agosto. (2) Censo realizado em 31 de dezembro. (3) Censo realizado em 1.º de setembro. (4) População registrada nos boletins do censo demográfico, realizado a 1.º de julho, incluindo moradores ausentes, os quais serão excluídos, na apuração definitiva, para o cômputo da população presente. (5) Território criado pelo decreto-lei federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943; no período anterior à criação, a população está incluída na dos estados do Amazonas e de Mato Grosso. (6) Território incorporado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis, celebrado com a Bolívia, em 17 de novembro de 1903. (7) Território criado pelo decreto-lei federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943; no período anterior à criação, a população está incluída na do estado do Amazonas. (8) Território criado pelo decreto-lei federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943; no período anterior à criação, a população está incluída na do estado do Pará. (9) Território criado pelo decreto-lei federal n.º 4 102, de 9 de fevereiro de 1942; no período anterior à criação, a população está incluída na do estado de Pernambuco. (10) Em 1940 e em 1950, inclusive, respectivamente, 66 994 e 162 062 habitantes da região da serra dos Aimorés, território em litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. (11) Em 1940 e em 1950, exclusive a população da região da serra dos Aimorés. (12) População calculada com base nos resultados dos recenseamentos gerais de 1872 e 1890.

I — RESULTADOS DEMOGRÁFICOS DOS RECENTSEAMENTOS GERAIS — 1872/950

1. População das unidades da Federação

MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS	POPULAÇÃO PRESENTE											
	Números absolutos						% sobre o total da unidade da Federação					
	1872 (1)	1890 (2)	1900 (2)	1920 (3)	1940 (3)	1950 (4)	1872	1890	1900	1920	1940	1950
Guaporé												
Pôrto Velho (5)....	...	...	...	...	...	27 545	...	...	...	...	...	73,57
Acre												
Rio Branco (6)....	...	...	...	19 930	16 038	28 690	...	...	...	21,57	20,11	24,71
Amazonas												
Manaus.....	29 334	38 720	50 300	75 704	106 399	142 372	50,92	26,18	20,14	20,85	24,29	26,82
Rio Branco												
Boa Vista (5).....	...	...	...	...	...	16 456	...	...	...	...	...	93,38
Pará												
Belém.....	61 997	50 064	96 560	236 402	206 331	260 608	22,52	15,24	21,68	24,04	21,84	22,80
Amapá												
Macapá (7).....	...	...	...	...	...	21 103	...	...	...	...	...	54,99
Maranhão												
São Luís.....	31 604	29 308	36 798	52 929	85 583	121 917	8,76	6,80	7,37	6,05	6,93	7,62
Piauí												
Terresina.....	21 692	31 523	45 316	57 500	67 641	93 352	10,24	11,78	13,55	9,44	8,27	8,77
Ceará												
Fortaleza.....	42 458	40 902	48 369	78 536	180 185	280 084	5,88	5,08	5,70	5,95	8,62	10,24
Rio Grande do Norte												
Natal.....	20 392	13 725	16 056	30 696	54 836	106 254	8,72	5,12	5,85	5,71	7,14	10,80
Paraíba												
João Pessoa.....	24 714	18 645	28 793	52 990	94 333	120 857	6,57	4,08	5,87	5,51	6,63	6,98
Pernambuco												
Recife.....	116 671	111 556	113 106	238 843	348 424	534 468	13,86	10,83	9,60	11,08	12,96	15,58
Alagoas												
Maceió.....	27 703	31 498	36 427	74 166	90 253	124 544	7,96	6,16	5,61	7,58	9,49	11,26
Sergipe												
Aracaju.....	9 559	16 336	21 132	37 440	59 031	79 566	4,07	5,25	5,93	7,85	10,88	12,24
Bahia												
Salvador.....	129 109	174 412	205 813	283 422	290 443	424 142	9,36	9,08	9,72	8,50	7,41	8,66
Minas Gerais												
Belo Horizonte (8)	...	...	13 472	55 563	211 377	360 313	...	...	0,37	0,94	3,14	4,60
Espírito Santo												
Vitória.....	16 157	16 887	11 850	21 866	45 212	52 535	19,67	12,42	5,65	4,78	6,03	6,03
Rio de Janeiro												
Niterói.....	47 548	34 269	53 433	86 238	142 407	190 147	5,80	3,91	5,77	5,53	7,71	8,17
Distrito Federal												
Rio de Janeiro.....	274 972	522 651	(9) 691 565	1 157 873	1 764 141	2 413 152	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
São Paulo												
São Paulo.....	31 385	64 934	239 820	579 033	1 326 261	2 227 512	3,75	4,69	10,51	12,61	18,47	24,10
Paraná												
Curitiba.....	12 651	24 553	49 755	78 986	140 656	183 863	9,98	9,84	15,21	11,52	11,38	8,55
Santa Catarina												
Florianópolis.....	25 709	30 687	32 229	41 338	46 771	69 122	16,09	10,81	10,06	6,18	3,97	4,38
Rio Grande do Sul												
Pôrto Alegre.....	43 998	52 421	73 674	179 263	272 232	401 213	9,84	5,84	6,41	8,21	8,20	9,52
Mato Grosso												
Cuiabá.....	35 987	17 815	34 393	33 678	54 394	56 867	59,56	19,19	29,14	13,66	12,58	10,76
Goiás												
Goiânia (10).....	...	...	...	...	48 166	55 423	...	...	...	...	5,83	4,49

NOTA: Os resultados apresentados neste quadro referem-se à população presente nas áreas que constituíam os municípios das capitais, na data de referência de cada censo.

(1) Censo realizado em 1.º de agosto. (2) Censo realizado em 31 de dezembro. (3) Censo realizado em 1.º de setembro. (4) População registrada nos boletins do censo demográfico realizado em 1.º de julho, incluindo moradores ausentes, os quais, na apuração definitiva, serão excluídos para o cômputo da população presente. (5) Elevado à categoria de município da capital pelo decreto-lei federal n.º 5 839, de 21 de setembro de 1943. (6) Elevado à categoria de município da capital pelo decreto federal n.º 14 383, de 1.º de outubro de 1920. (7) Elevado à categoria de município da capital pelo decreto-lei federal n.º 6 550, de 31 de maio de 1944. (8) Elevado à categoria de município da capital pela lei estadual n.º 3, de 17 de dezembro de 1893. (9) População calculada com base nos resultados dos recenseamentos gerais de 1872 e 1890. (10) Elevado à categoria de município da capital pelo decreto estadual n.º 1 816 de 23 de março de 1937.

**II – CONFRONTO, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, DOS RESULTADOS DEMOGRÁFICOS DOS
RECENSEAMENTOS DE 1940 E 1950**

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ÁREA TERRESTRE (km ²) (1)	POPULAÇÃO		DIFERENÇA		DENSIDADE (hab /km ²)	
		Presente em 1º-IX-1940 (2)	Registrada em 1º-VII-1950	Absoluta	Relativa (%)	Em 1º-IX-1940	Em 1º-VII-1950
Norte	3 540 032	1 473 850	1 883 325	409 475	27,78	0,42	0,53
Guaporé.....	254 163	21 251	37 438	16 187	76,17	0,08	0,15
Acre.....	153 170	79 768	116 124	36 356	45,58	0,52	0,76
Amazonas.....	1 595 818	416 057	530 920	114 863	27,61	0,26	0,33
Rio Branco.....	214 316	12 130	17 623	5 493	45,28	0,06	0,08
Pará.....	1 188 769	923 086	1 142 846	219 760	23,81	0,78	0,96
Amapá.....	133 796	21 558	38 374	16 816	78,00	0,16	0,29
Nordeste	969 704	9 973 642	12 652 624	2 678 982	26,86	10,29	13,05
Maranhão.....	332 239	1 235 169	1 600 396	365 227	29,57	3,72	4,82
Piauí.....	249 317	817 601	1 064 438	246 837	30,19	3,28	4,27
Ceará.....	153 245	2 091 032	2 735 702	644 670	30,83	13,65	17,85
Rio Grande do Norte.....	53 048	768 018	983 572	215 554	28,07	14,48	18,54
Paraíba.....	56 282	1 422 282	1 730 784	308 502	21,69	25,27	30,75
Pernambuco.....	97 016	2 687 175	3 430 630	743 455	27,67	27,70	35,36
Alagoas.....	28 531	951 300	1 106 454	155 154	16,31	33,34	38,78
Fernando de Noronha.....	26	1 065	648	— 417	— 39,15	40,96	24,92
Leste (3)	1 260 169	15 625 953	19 162 745	3 536 792	22,63	12,40	15,21
Sergipe.....	21 057	542 326	650 132	107 806	19,88	25,76	30,87
Bahia.....	563 281	3 918 112	4 900 419	982 307	25,07	6,96	8,70
Minas Gerais (4).....	581 975	6 736 416	7 839 792	1 103 376	16,38	11,58	13,47
Espírito Santo (4).....	40 882	750 107	870 987	120 880	16,12	18,35	21,30
Rio de Janeiro.....	41 666	1 847 857	2 326 201	478 344	25,89	44,35	55,83
Distrito Federal.....	1 171	1 764 141	2 413 152	649 011	36,79	1 506,53	2 060,76
Sul	809 258	12 915 621	17 183 594	4 267 973	33,05	15,96	21,23
São Paulo.....	247 223	7 180 316	9 242 610	2 062 294	28,72	29,04	37,39
Paraná.....	200 731	1 236 276	2 149 509	913 233	73,87	6,16	10,71
Santa Catarina.....	93 849	1 178 340	1 578 159	399 819	33,93	12,56	16,82
Rio Grande do Sul.....	267 455	3 320 689	4 213 316	892 627	26,88	12,42	15,75
Centro-Oeste	1 885 035	1 247 249	1 763 191	515 942	41,37	0,66	0,94
Mato Grosso.....	1 262 572	420 835	528 451	107 616	25,57	0,33	0,42
Goiás.....	622 463	826 414	1 234 740	408 326	49,41	1,33	1,98
BRASIL	8 464 198	41 236 315	52 645 479	11 409 164	27,67	4,87	6,22

(1) Dados aprovados pela resolução n.º 195, de 22 de julho de 1946, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia. (2) Para efeito de comparabilidade, os dados da população presente nos territórios de Guaporé, Rio Branco, Amapá e Fernando de Noronha e nos estados de Amazonas, Pará, Pernambuco e Mato Grosso foram retificados em correspondência às áreas, em 1.º-VII-1950, dessas unidades da Federação. (3) Inclusive os dados referentes à região da serra dos Aimorés, território em litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. (4) Exclusive os dados referentes à região da serra dos Aimorés.

III — DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO A POPULAÇÃO — 1.º-VII-1950

1. Número de municípios

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNICÍPIOS									
	Total	Segundo o número de habitantes								
		Até 5 000	De 5 001 a 10 000	De 10 001 a 20 000	De 20 001 a 50 000	De 50 001 a 100 000	De 100 001 a 200 000	De 200 001 a 500 000	De 500 001 a 1 000 000	De mais de 1 000 000
Norte	99	8	20	50	17	2	1	1	—	—
Guaporé.....	2	—	1	—	1	—	—	—	—	—
Acre.....	7	—	1	4	2	—	—	—	—	—
Amazonas.....	25	2	3	12	7	—	1	—	—	—
Rio Branco.....	2	1	—	1	—	—	—	—	—	—
Pará.....	59	4	13	33	6	2	—	1	—	—
Amapá.....	4	1	2	—	1	—	—	—	—	—
Nordeste	417	4	30	116	224	33	8	1	1	—
Maranhão.....	72	—	11	32	24	3	2	—	—	—
Piauí.....	49	1	8	20	16	4	—	—	—	—
Ceará.....	79	—	—	10	61	7	—	1	—	—
Rio Grande do Norte...	48	1	7	22	17	—	1	—	—	—
Paraíba.....	41	—	1	3	28	7	2	—	—	—
Pernambuco.....	90	—	2	17	60	8	2	—	1	—
Alagoas.....	37	1	1	12	18	4	1	—	—	—
Fernando de Noronha...	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Leste (1)	669	14	134	224	244	39	10	3	—	—
Sergipe.....	42	1	15	17	8	1	—	—	—	—
Bahia.....	150	—	14	35	83	13	4	1	—	—
Minas Gerais (1).....	387	13	93	145	118	16	1	1	—	—
Espírito Santo (1).....	33	—	6	11	12	3	1	—	—	—
Rio de Janeiro.....	56	—	6	16	23	6	4	1	—	—
Distrito Federal.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Sul	593	26	123	187	189	56	9	2	—	1
São Paulo.....	369	23	111	121	92	18	2	1	—	1
Paraná.....	80	3	7	33	27	8	2	—	—	—
Santa Catarina.....	52	—	4	15	25	8	—	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	92	—	1	18	45	22	5	1	—	—
Centro-Oeste	(2) 112	10	40	36	20	4	1	—	—	—
Mato Grosso.....	(2) 35	5	11	10	6	2	—	—	—	—
Goiás.....	77	5	29	26	14	2	1	—	—	—
BRASIL (3)	1 890	62	347	613	694	134	29	7	1	2
%.....	100,00	3,28	18,36	32,43	36,73	7,09	1,53	0,37	0,05	0,11

(1) Exclusive os municípios compreendidos na região da serra dos Aimorés, território em litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Para maiores esclarecimentos, consultar a Nota prévia. (2) Inclusive o município de Aripuanã; que não pode ser classificado, em virtude de não ser ainda conhecido o número de seus habitantes. (3) Com as imperfeições mencionadas.

III – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO A POPULAÇÃO – 1.º-VII-1950

2. População dos municípios

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA									
	Total	Segundo o número de habitantes do município								
		Até 5 000	De 5 001 a 10 000	De 10 001 a 20 000	De 20 001 a 50 000	De 50 001 a 100 000	De 100 001 a 200 000	De 200 001 a 500 000	De 500 001 a 1 000 000	De mais de 1 000 000
Norte	1 883 325	26 486	140 781	728 554	464 691	119 833	142 372	260 608	—	—
Guaporé.....	37 438	—	9 893	—	27 545	—	—	—	—	—
Acre.....	116 124	—	8 010	57 272	50 842	—	—	—	—	—
Amazonas.....	530 920	7 579	22 541	180 316	178 112	—	142 372	—	—	—
Rio Branco.....	17 623	1 167	—	16 456	—	—	—	—	—	—
Pará.....	1 142 846	14 727	86 079	474 510	187 089	119 833	—	260 608	—	—
Amapá.....	38 374	3 013	14 258	—	21 103	—	—	—	—	—
Nordeste	12 652 624	14 380	243 759	1 711 224	6 874 855	2 030 162	963 692	280 084	534 468	—
Maranhão.....	1 600 396	—	89 077	431 128	674 950	175 014	230 227	—	—	—
Piauí.....	1 064 438	4 715	67 929	290 846	449 719	251 229	—	—	—	—
Ceará.....	2 735 702	—	—	177 026	1 862 861	415 731	—	280 084	—	—
Rio Grande do Norte..	983 572	4 763	53 129	330 009	489 417	—	106 254	—	—	—
Paraíba.....	1 730 784	—	7 655	49 647	941 414	435 079	296 989	—	—	—
Pernambuco.....	3 430 630	—	16 956	258 669	1 002 262	512 567	205 678	—	534 468	—
Alagoas.....	1 106 454	4 254	8 983	173 899	554 232	240 542	124 544	—	—	—
Fernando de Noronha..	648	648	—	—	—	—	—	—	—	—
Leste (1)	19 162 745	59 395	1 044 885	3 297 252	7 287 115	2 573 994	1 299 606	1 025 284	—	2 413 152
Sergipe.....	650 132	3 094	107 291	240 815	219 366	79 566	—	—	—	—
Bahia.....	4 900 419	—	106 691	512 652	2 500 792	860 953	495 189	424 142	—	—
Minas Gerais (2).....	7 839 792	56 301	728 421	2 119 070	3 440 128	1 006 467	129 092	360 313	—	—
Espírito Santo (2).....	870 987	—	50 964	169 132	355 818	194 129	100 944	—	—	—
Rio de Janeiro.....	2 326 201	—	51 518	255 583	771 011	432 879	574 381	240 829	—	—
Distrito Federal.....	2 413 152	—	—	—	—	—	—	—	—	2 413 152
Sul	17 183 594	105 011	919 450	2 666 151	5 745 831	3 754 516	1 156 990	608 133	—	2 227 512
São Paulo.....	9 242 610	92 438	821 974	1 688 486	2 720 768	1 201 103	283 409	206 920	—	2 227 512
Paraná.....	2 149 509	12 573	55 638	479 559	805 428	509 862	286 449	—	—	—
Santa Catarina.....	1 578 159	—	32 667	235 638	782 437	527 417	—	—	—	—
Rio Grande do Sul....	4 213 316	—	9 171	262 468	1 437 198	1 516 134	587 132	401 213	—	—
Centro-Oeste (3)	1 763 191	37 533	301 974	531 664	544 602	221 475	125 943	—	—	—
Mato Grosso (3).....	528 451	17 731	83 867	161 887	149 794	115 172	—	—	—	—
Goiás.....	1 234 740	19 802	218 107	369 777	394 808	106 303	125 943	—	—	—
BRASIL (4)	52 645 479	242 805	2 650 849	8 934 845	20 917 094	8 699 980	3 688 603	2 174 109	534 468	4 640 664
%.....	100,00	0,46	5,04	16,97	39,72	16,53	7,01	4,13	1,02	8,81

(1) Inclusive, no total, 162 062 habitantes da região da serra dos Aimorés, território em litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo na distribuição, não foi considerada a população dessa região. Para maiores esclarecimentos, consultar a Nota prévia. (2) Exclusive a população da região da serra; dos Aimorés. (3) Exclusive a população do município de Aripuanã, ainda não conhecida. (4) Com as imperfeições mencionadas.

IV — DISTRIBUIÇÃO DOS DISTRITOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO A POPULAÇÃO — 1.º-VII-1950

1. Número de distritos

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	DISTRITOS									
	Total	Segundo o número de habitantes								
		Até 2000	De 2 001 a 5 000	De 5 001 a 10 000	De 10 001 a 20 000	De 20 001 a 50 000	De 50 001 a 100 000	De 100 001 a 200 000	De 200 001 a 500 000	De mais de 500 000
Norte	254	39	109	59	38	7	—	1	1	—
Guaporé.....	9	4	3	1	1	—	—	—	—	—
Acre.....	14	1	6	2	4	1	—	—	—	—
Amazonas.....	57	8	18	17	9	4	—	1	—	—
Rio Branco.....	4	2	—	2	—	—	—	—	—	—
Pará.....	159	19	77	37	23	2	—	—	1	—
Amapá.....	11	5	5	—	1	—	—	—	—	—
Nordeste	1 205	61	329	404	294	102	10	3	1	1
Maranhão.....	133	12	23	39	39	17	2	1	—	—
Piauí.....	49	—	1	8	20	16	4	—	—	—
Ceará.....	389	34	158	129	60	7	—	—	1	—
Rio Grande do Norte..	86	1	16	36	22	10	—	1	—	—
Paraíba.....	174	4	48	64	45	11	2	—	—	—
Pernambuco.....	283	6	66	99	79	30	2	—	—	1
Alagoas.....	90	3	17	29	29	11	—	1	—	—
Fernando de Noronha..	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Leste (1)	2 683	188	783	661	341	97	9	1	2	1
Sergipe.....	54	—	11	21	15	6	1	—	—	—
Bahia.....	552	38	169	206	102	36	—	—	1	—
Minas Gerais (1).....	1 095	94	468	323	172	35	2	—	1	—
Espírito Santo (1).....	129	20	53	35	14	6	1	—	—	—
Rio de Janeiro.....	252	36	82	76	38	14	5	1	—	—
Distrito Federal.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Sul	1 594	130	532	517	270	125	14	3	2	1
São Paulo.....	758	90	251	207	135	62	9	2	1	1
Paraná.....	191	13	49	67	39	21	1	1	—	—
Santa Catarina.....	213	15	78	82	27	10	1	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	432	12	154	161	69	32	3	—	1	—
Centro-Oeste	(2) 273	42	105	77	38	9	1	—	—	—
Mato Grosso.....	(2) 109	24	56	15	10	3	—	—	—	—
Goiás.....	164	18	49	62	28	6	1	—	—	—
BRASIL	5 409	480	1 858	1 718	981	340	34	8	6	3
%.....	100,00	8,50	34,34	31,76	18,14	6,29	0,63	0,15	0,11	0,06

(1) Exclusive os distritos compreendidos na região da serra dos Aimorés, território em litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Para maiores esclarecimentos, consultar a Nota prévia. (2) Inclusive o distrito de Aripuanã, que não pôde ser classificado, em virtude de não ser ainda conhecido o número de seus habitantes. (3) Com as imperfeições mencionadas.

IV — DISTRIBUIÇÃO DOS DISTRITOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO A POPULAÇÃO
— 1.º-VII-1950

2. População dos distritos

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA									
	Total	Segundo o número de habitantes do distrito								
		Até 2 000	De 2 001 a 5 000	De 5 001 a 10 000	De 10 001 a 20 000	De 20 001 a 50 000	De 50 001 a 100 000	De 100 001 a 200 000	De 200 001 a 500 000	De mais de 500 000
Norte.....	1 883 325	46 497	372 831	417 888	514 294	188 616	—	110 678	232 521	—
Guaporé.....	37 438	6 157	7 781	6 829	16 671	—	—	—	—	—
Acre.....	116 124	1 431	24 125	17 971	49 381	23 216	—	—	—	—
Amazonas.....	530 920	10 163	64 434	115 595	135 405	94 645	—	110 678	—	—
Rio Branco.....	17 623	1 194	—	16 429	—	—	—	—	—	—
Pará.....	1 142 846	20 495	260 062	261 064	297 949	70 755	—	—	232 521	—
Amapá.....	38 374	7 057	16 429	—	14 888	—	—	—	—	—
Nordeste.....	12 652 624	87 169	1 176 730	2 879 306	4 015 328	2 717 281	708 922	318 335	215 085	534 468
Maranhão.....	1 600 396	16 614	79 500	282 370	531 557	445 537	136 508	108 310	—	—
Piauí.....	1 064 438	—	4 715	67 929	290 846	449 719	251 229	—	—	—
Ceará.....	2 735 702	50 485	561 826	897 056	800 300	210 950	—	—	215 085	—
Rio Grande do Norte..	983 572	1 509	59 617	270 989	297 174	253 057	—	101 226	—	—
Paraíba.....	1 730 784	5 619	174 425	448 618	611 848	306 427	183 847	—	—	—
Pernambuco.....	3 430 630	9 222	238 967	689 151	1 068 593	752 891	137 338	—	—	534 468
Alagoas.....	1 106 454	3 072	57 680	223 193	415 010	298 700	—	108 799	—	—
Fernando de Noronha..	648	648	—	—	—	—	—	—	—	—
Leste (1).....	19 162 745	269 795	2 729 018	4 710 881	4 627 739	2 627 045	659 282	185 855	777 916	2 413 152
Sergipe.....	650 132	—	36 201	155 084	209 021	170 260	79 566	—	—	—
Bahia.....	4 900 419	56 927	604 062	1 492 531	1 393 246	929 511	—	—	424 142	—
Minas Gerais (2).....	7 839 792	136 175	1 614 457	2 296 943	2 324 514	946 727	167 202	—	353 774	—
Espírito Santo (2).....	870 987	27 326	195 687	235 854	179 637	180 748	51 735	—	—	—
Rio de Janeiro.....	2 326 201	49 367	278 611	530 469	521 321	399 799	360 779	185 855	—	—
Distrito Federal.....	2 413 152	—	—	—	—	—	—	—	—	2 413 152
Sul.....	17 183 594	187 246	1 862 147	3 726 491	3 718 523	3 668 045	868 954	405 929	595 847	2 150 412
São Paulo.....	9 242 610	123 785	843 906	1 477 954	1 951 591	1 793 373	567 157	231 221	203 211	2 150 412
Paraná.....	2 149 509	18 385	179 412	504 807	577 434	639 456	55 307	174 708	—	—
Santa Catarina.....	1 578 159	23 322	280 694	575 858	361 142	284 775	52 368	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	4 213 316	21 754	558 135	1 167 872	928 356	950 441	194 122	—	392 636	—
Centro-Oeste (3).....	1 763 191	52 108	349 479	540 082	535 152	232 180	54 190	—	—	—
Mato Grosso (3).....	528 451	29 573	181 490	102 259	126 072	89 057	—	—	—	—
Goiás.....	1 234 740	22 535	167 989	437 823	409 080	143 123	54 190	—	—	—
BRASIL (4).....	52 645 479	642 815	6 490 205	12 274 648	13 411 036	9 433 167	2 291 348	1 020 797	1 821 369	5 098 032
%.....	100,00	1,22	12,33	23,32	25,47	17,92	4,35	1,94	3,46	9,68

(1) Inclusive, no total, 162 062 habitantes da região da serra dos Aimorés, território em litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo; na distribuição, não foi considerada a população dessa região. Para maiores esclarecimentos, consultar a Nota prévia. (2) Exclusive a população da região da serra dos Aimorés. (3) Exclusive a população do distrito de Aripuanã, ainda não conhecida. (4) Com as imperfeições mencionadas.

V — DISTRIBUIÇÃO DAS CIDADES, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO A POPULAÇÃO
— 1.º-VII-1950

1. Número de cidades

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CIDADES									
	Total	Segundo o número de habitantes								
		Até 2 000	De 2 001 a 5 000	De 5 001 a 10 000	De 10 001 a 20 000	De 20 001 a 50 000	De 50 001 a 100 000	De 100 001 a 200 000	De 200 001 a 500 000	De mais de 500 000
Norte	98	65	20	8	3	—	—	1	1	—
Guaporé.....	2	—	1	—	1	—	—	—	—	—
Acre.....	7	4	2	1	—	—	—	—	—	—
Amazonas.....	25	18	4	2	—	—	—	1	—	—
Rio Branco.....	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Pará.....	59	40	13	4	1	—	—	—	1	—
Amapá.....	4	3	—	—	1	—	—	—	—	—
Nordeste	416	194	135	54	16	9	5	1	1	1
Maranhão.....	72	52	12	6	1	—	1	—	—	—
Piauí.....	49	30	15	2	—	1	1	—	—	—
Ceará.....	79	29	35	10	2	2	—	—	1	—
Rio Grande do Norte..	48	29	10	7	—	1	1	—	—	—
Paraíba.....	41	13	16	7	3	—	2	—	—	—
Pernambuco.....	90	28	32	16	8	5	—	—	—	1
Alagoas.....	37	13	15	6	2	—	—	1	—	—
Fernando de Noronha..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Leste	668	289	239	68	39	22	7	1	2	1
Sergipe.....	42	18	17	4	2	—	1	—	—	—
Bahia.....	150	72	50	13	9	5	—	—	1	—
Minas Gerais.....	386	159	152	39	24	10	1	—	1	—
Espírito Santo.....	33	19	9	3	—	1	1	—	—	—
Rio de Janeiro.....	56	21	11	9	4	6	4	1	—	—
Distrito Federal.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Sul	593	216	188	97	45	35	7	2	2	1
São Paulo.....	369	149	104	60	27	21	5	1	1	1
Paraná.....	80	33	28	13	3	2	—	1	—	—
Santa Catarina.....	52	24	12	9	3	4	—	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	92	10	44	15	12	8	2	—	1	—
Centro-Oeste	(1) 112	73	23	10	2	3	—	—	—	—
Mato Grosso.....	(1) 35	20	7	4	1	2	—	—	—	—
Goiás.....	77	53	16	6	1	1	—	—	—	—
BRASIL	(1) 1 887	837	605	237	105	69	19	5	6	3
%.....	100,00	44,36	32,06	12,56	5,56	3,66	1,01	0,26	0,32	0,16

NOTAS: I — Cidade é a localidade formada pelos quadros urbano e suburbano do distrito em que tem sede o Governo Municipal. II — O número de cidades, constante deste quadro, deveria ser igual ao de municípios; isto não se verifica, entretanto, pelos motivos expostos em a Nota prévia.

(1) Inclusive a cidade de Aripuanã, que não pôde ser classificada, em virtude de não ser ainda conhecido o número de seus habitantes.

V — DISTRIBUIÇÃO DAS CIDADES, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO A POPULAÇÃO
— 1.º-VII-1950

2. População das cidades

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA									
	Total	Segundo o número de habitantes da cidade								
		Até 2 000	De 2 001 a 5 000	De 5 001 a 10 000	De 10 001 a 20 000	De 20 001 a 50 000	De 50 001 a 100 000	De 100 001 a 200 000	De 200 001 a 500 000	De mais de 500 000
Norte	543 613	60 655	59 135	48 061	34 903	—	—	110 678	230 181	—
Guaporé.....	12 892	—	2 687	—	10 205	—	—	—	—	—
Acre.....	21 449	6 010	5 847	9 592	—	—	—	—	—	—
Amazonas.....	149 630	18 004	9 730	11 218	—	—	—	110 678	—	—
Rio Branco.....	5 125	—	—	5 125	—	—	—	—	—	—
Pará.....	341 965	34 183	40 871	22 126	14 004	—	—	—	230 181	—
Amapá.....	12 552	2 458	—	—	10 094	—	—	—	—	—
Nordeste	2 742 582	237 674	416 031	365 619	209 398	278 208	397 281	102 301	213 604	522 466
Maranhão.....	232 951	59 678	42 594	34 401	14 846	—	81 432	—	—	—
Piauí.....	177 506	29 340	47 197	16 644	—	30 900	53 425	—	—	—
Ceará.....	512 730	37 316	106 111	63 615	26 378	65 706	—	—	213 604	—
Rio Grande do Norte..	230 617	37 941	29 449	44 915	—	20 576	97 736	—	—	—
Paraíba.....	318 811	16 447	48 766	51 881	37 029	—	164 688	—	—	—
Pernambuco.....	1 028 867	38 602	93 465	110 602	102 706	161 026	—	—	—	522 466
Alagoas.....	241 100	18 350	48 449	43 561	28 439	—	—	102 301	—	—
Fernando de Noronha..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Leste	6 400 609	369 544	743 040	457 037	522 995	572 026	465 301	174 535	742 200	2 335 931
Sergipe.....	199 682	24 645	55 216	23 958	27 177	—	68 686	—	—	—
Bahia.....	959 282	91 566	152 986	84 980	114 227	119 530	—	—	395 993	—
Minas Gerais.....	1 979 229	206 623	467 668	283 008	328 069	260 835	86 819	—	346 207	—
Espírito Santo.....	148 494	20 846	29 904	21 804	—	24 611	51 329	—	—	—
Rio de Janeiro.....	777 991	25 864	37 266	61 287	53 522	167 050	258 467	174 535	—	—
Distrito Federal.....	2 335 931	—	—	—	—	—	—	—	—	2 335 931
Sul	6 604 349	262 624	577 731	698 614	644 078	1 066 950	485 838	243 095	583 703	2 041 716
São Paulo.....	4 632 082	183 462	319 854	428 335	383 299	629 983	341 948	101 746	201 739	2 041 716
Paraná.....	469 297	33 276	87 159	89 789	39 887	77 837	—	141 349	—	—
Santa Catarina.....	283 737	30 976	33 637	67 973	37 823	113 328	—	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	1 219 233	14 910	137 081	112 517	183 069	245 802	143 890	—	381 964	—
Centro-Oeste (1)	356 619	82 975	71 401	65 793	37 899	98 551	—	—	—	—
Mato Grosso (1).....	145 098	19 777	22 143	27 000	19 211	56 967	—	—	—	—
Goiás.....	211 521	63 198	49 258	38 793	18 688	41 584	—	—	—	—
BRASIL (1)	16 647 772	1 013 472	1 867 338	1 653 124	1 449 273	2 015 735	1 348 420	630 609	1 769 688	4 900 113
%.....	100,00	6,09	11,22	9,93	8,71	12,11	8,10	3,79	10,63	29,42

NOTAS: I — Cidade é a localidade formada pelos quadros urbano e suburbano do distrito em que tem sede o Governo Municipal. II — Este quadro representa-se das omissões decorrentes das circunstâncias referidas em a Nota prévia.

(1) Exclui-se a população da cidade de Aripuanã, ainda não conhecida.

VI — DISTRIBUIÇÃO DAS VILAS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO A POPULAÇÃO
— 1.º-VII-1950

1. Número de vilas

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VILAS						
	Total	Segundo o número de habitantes					
		Até 1 000	De 1 001 a 2 000	De 2 001 a 5 000	De 5 001 a 10 000	De 10 001 a 20 000	De mais de 20 000
Norte	144	135	6	1	2	—	—
Guaporé.....	7	7	—	—	—	—	—
Acre.....	2	2	—	—	—	—	—
Amazonas.....	29	28	1	—	—	—	—
Rio Branco.....	—	—	—	—	—	—	—
Pará.....	100	92	5	1	2	—	—
Amapá.....	6	6	—	—	—	—	—
Nordeste	788	614	133	29	10	—	2
Maranhão.....	61	50	8	1	2	—	—
Piauí.....	—	—	—	—	—	—	—
Ceará.....	310	270	34	4	1	—	1
Rio Grande do Norte.....	38	28	8	2	—	—	—
Paraíba.....	133	83	39	8	2	—	1
Pernambuco.....	193	148	30	11	4	—	—
Alagoas.....	53	35	14	3	1	—	—
Fernando de Noronha.....	—	—	—	—	—	—	—
Leste	1 409	1 181	167	41	9	7	4
Sergipe.....	12	8	4	—	—	—	—
Bahia.....	402	309	66	23	4	—	—
Minas Gerais.....	708	629	70	8	—	1	—
Espírito Santo.....	94	87	4	1	1	1	—
Rio de Janeiro.....	193	148	23	9	4	5	4
Distrito Federal.....	—	—	—	—	—	—	—
Sul	983	846	97	28	7	3	—
São Paulo.....	381	333	36	7	4	1	—
Paraná.....	102	88	8	5	1	—	—
Santa Catarina.....	161	143	13	5	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	339	284	40	11	2	2	—
Centro-Oeste	158	142	13	3	—	—	—
Mato Grosso.....	71	62	8	1	—	—	—
Goiás.....	87	80	5	2	—	—	—
BRASIL	3 482	2 920	416	102	28	10	6
%.....	100,00	83,86	11,95	2,93	0,80	0,29	0,17

NOTAS: I — Vila é a localidade formada pelos quadros urbano e suburbano de distritos, excluído o da sede municipal. II — O número de vilas, constante deste quadro, deveria ser igual ao de distritos, excluídos os da sede municipal; isto não se verifica, entretanto, pelos motivos expostos em a Nota prévia.

VI — DISTRIBUIÇÃO DAS VILAS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO A POPULAÇÃO
— 1.º-VII-1950

2. População das vilas

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA						
	Total	Segundo o número de habitantes da vila					
		Até 1 000	De 1 001 a 2 000	De 2 001 a 5 000	De 5 001 a 10 000	De 10 001 a 20 000	De mais de 20 000
Norte	71 503	44 434	8 196	3 602	15 271	—	—
Guaporé.....	1 257	1 257	—	—	—	—	—
Acre.....	338	338	—	—	—	—	—
Amazonas.....	10 443	9 202	1 241	—	—	—	—
Rio Branco.....	—	—	—	—	—	—	—
Pará.....	58 003	32 175	6 955	3 602	15 271	—	—
Amapá.....	1 462	1 462	—	—	—	—	—
Nordeste	628 030	262 435	180 058	75 776	64 170	—	45 591
Maranhão.....	48 749	20 987	10 463	2 936	14 363	—	—
Piauí.....	—	—	—	—	—	—	—
Ceará.....	188 788	102 800	44 831	9 586	6 332	—	25 239
Rio Grande do Norte.....	31 168	15 621	10 279	5 268	—	—	—
Paraíba.....	147 100	36 852	53 457	21 484	14 955	—	20 352
Pernambuco.....	159 050	67 327	41 440	26 987	23 296	—	—
Alagoas.....	53 175	18 848	19 588	9 515	5 224	—	—
Fernando de Noronha.....	—	—	—	—	—	—	—
Leste	1 128 255	519 301	219 993	106 448	61 189	85 393	135 925
Sergipe.....	8 438	3 723	4 715	—	—	—	—
Bahia.....	322 440	142 010	87 033	62 966	30 431	—	—
Minas Gerais.....	412 017	292 785	90 019	17 742	—	11 471	—
Espírito Santo.....	52 475	26 436	6 249	2 112	6 654	11 024	—
Rio de Janeiro.....	332 885	54 347	31 977	23 628	24 104	62 904	135 925
Distrito Federal.....	—	—	—	—	—	—	—
Sul	642 331	332 244	132 789	84 119	52 271	40 908	—
São Paulo.....	252 534	138 353	47 658	24 284	26 308	15 931	—
Paraná.....	69 483	33 751	11 975	16 368	7 389	—	—
Santa Catarina.....	86 429	52 190	18 299	15 940	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	233 885	107 950	54 857	27 527	18 574	24 977	—
Centro-Oeste	79 795	55 197	16 643	7 955	—	—	—
Mato Grosso.....	36 962	23 623	9 798	3 541	—	—	—
Goiás.....	42 833	31 574	6 845	4 414	—	—	—
BRASIL	2 549 914	1 213 611	557 679	277 900	192 901	126 307	181 516
%.....	100,00	47,59	21,87	10,90	7,57	4,95	7,12

NOTAS: I — Vila é a localidade formada pelos quadros urbano e suburbano de distritos, excluído o da sede municipal. II — Êste quadro ressen-te-se das omissões decorrentes das circunstâncias referidas em a Nota prévia.

MUNICÍPIOS	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA	MUNICÍPIOS	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA
1. Rio de Janeiro.....	Distrito Federal....	2 413 152	45. Duque de Caxias.....	Rio de Janeiro.....	93 618
2. São Paulo.....	São Paulo.....	2 227 512	46. Teresina.....	Piauí.....	93 352
3. Recife.....	Pernambuco.....	534 468	47. Jequié.....	Bahia.....	91 482
4. Salvador.....	Bahia.....	424 142	48. Ribeirão Preto.....	São Paulo.....	91 374
5. Porto Alegre.....	Rio Grande do Sul	401 213	49. Santo Ângelo.....	Rio Grande do Sul	90 203
6. Belo Horizonte.....	Minas Gerais.....	360 313	50. Apucarana.....	Paraná.....	89 297
7. Fortaleza.....	Ceará.....	280 084	51. Piracicaba.....	São Paulo.....	88 855
8. Belém.....	Pará.....	260 608	52. Teófilo Ottoni.....	Minas Gerais.....	87 971
9. Campos.....	Rio de Janeiro.....	240 829	53. Marília.....	São Paulo.....	87 806
10. Santos.....	São Paulo.....	206 920	54. Santo Amaro.....	Bahia.....	86 185
11. Niterói.....	Rio de Janeiro.....	190 147	55. Palmeira das Missões.....	Rio Grande do Sul	85 196
12. Curitiba.....	Paraná.....	183 863	56. Santa Maria.....	Rio Grande do Sul	84 274
13. Campina Grande.....	Paraíba.....	176 132	57. Mamanguape.....	Paraíba.....	84 118
14. Campinas.....	São Paulo.....	155 358	58. Lagoa Vermelha.....	Rio Grande do Sul	83 631
15. Itabuna.....	Bahia.....	151 098	59. Cachoeiro do Itapemirim..	Espírito Santo.....	82 197
16. Nova Iguaçu.....	Rio de Janeiro.....	146 110	60. Guarabira.....	Paraíba.....	81 904
17. Manaus.....	Amazonas.....	142 372	61. Aracaju.....	Sergipe.....	79 566
18. Ilhéus.....	Bahia.....	135 493	62. Rio Grande.....	Rio Grande do Sul	78 941
19. Pelotas.....	Rio Grande do Sul	129 545	63. Lajes.....	Santa Catarina.....	78 300
20. Juiz de Fora.....	Minas Gerais.....	129 092	64. Limoeiro.....	Pernambuco.....	77 064
21. São Gonçalo.....	Rio de Janeiro.....	128 593	65. São João de Meriti.....	Rio de Janeiro.....	76 988
22. Santo André.....	São Paulo.....	128 051	66. Itaperuna.....	Rio de Janeiro.....	76 409
23. Goiás.....	Goiás.....	125 943	67. São Leopoldo.....	Rio Grande do Sul	76 251
24. Maceió.....	Alagoas.....	124 544	68. Vitória de Santo Antão..	Pernambuco.....	75 811
25. São Luís.....	Maranhão.....	121 917	69. São Luís Gonzaga.....	Rio Grande do Sul	74 236
26. João Pessoa.....	Paraíba.....	120 857	70. Caratinga.....	Minas Gerais.....	74 202
27. Santa Rosa.....	Rio Grande do Sul	120 734	71. Condeúba.....	Bahia.....	72 667
28. Erechim.....	Rio Grande do Sul	120 370	72. Montes Claros.....	Minas Gerais.....	72 557
29. Três Passos.....	Rio Grande do Sul	112 779	73. Barra Mansa.....	Rio de Janeiro.....	72 458
30. Petrópolis.....	Rio de Janeiro.....	109 531	74. Londrina.....	Paraná.....	72 144
31. Feira de Santana.....	Bahia.....	108 470	75. Sobral.....	Ceará.....	71 121
32. Caxias.....	Maranhão.....	108 310	76. Uberaba.....	Minas Gerais.....	70 956
33. Natal.....	Rio Grande do Norte	106 254	77. Santa Cruz do Sul.....	Rio Grande do Sul	70 036
34. Caruaru.....	Pernambuco.....	103 785	78. Jundiá.....	São Paulo.....	69 879
35. Passo Fundo.....	Rio Grande do Sul	103 704	79. Barbacena.....	Minas Gerais.....	69 585
36. Mandaguari.....	Paraná.....	102 586	80. Serrinha.....	Bahia.....	69 174
37. Garanhuns.....	Pernambuco.....	101 893	81. Florianópolis.....	Santa Catarina.....	69 122
38. Colatina.....	Espírito Santo.....	100 944	82. Guarapuava.....	Paraná.....	68 081
39. Poços.....	Bahia.....	100 128	83. Tubarão.....	Santa Catarina.....	67 643
40. Vitória da Conquista.....	Bahia.....	98 290	84. Bom Conselho.....	Pernambuco.....	67 213
41. Xapencó.....	Santa Catarina.....	97 049	85. Palmeira dos Índios.....	Alagoas.....	67 202
42. Soledade.....	Rio Grande do Sul	96 484	86. Bauru.....	São Paulo.....	66 972
43. Cachoeira do Sul.....	Rio Grande do Sul	95 067	87. São José do Rio Preto.....	São Paulo.....	66 832
44. Sorocaba.....	São Paulo.....	94 868			

VII — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 50 000 HABITANTES
— 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA	MUNICÍPIOS	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA
88. Bajé	Rio Grande do Sul ..	66 172	131. Sarandi	Rio Grande do Sul ..	55 861
89. Santo Antônio da Patrulha ..	Rio Grande do Sul ..	65 882	132. Pitanga	Paraná	55 463
90. Itapipoca	Ceará	65 505	133. Goiânia	Goiás	55 423
91. Cruz Alta	Rio Grande do Sul ..	65 432	134. Acaraú	Ceará	55 126
92. Patos de Minas	Minas Gerais	65 419	135. Picos	Piauí	55 120
93. Salinas	Minas Gerais	64 525	136. Bacabal	Maranhão	55 076
94. Olinda	Pernambuco	63 418	137. Franca	São Paulo	55 023
95. Bezerros	Pernambuco	63 401	138. Ponta Grossa	Paraná	54 838
96. Araraquara	São Paulo	63 388	139. Canavieiras	Bahia	54 822
97. Jacobina	Bahia	63 209	140. Boa Nova	Bahia	54 347
98. Bananeiras	Paraíba	62 425	141. Clevelandia	Paraná	54 281
99. Moji das Cruzes	São Paulo	62 218	142. Águas Belas	Pernambuco	54 041
100. Santarém	Pará	61 611	143. Canoinhas	Santa Catarina	53 901
101. Presidente Prudente	São Paulo	61 591	144. Monteiro	Paraíba	53 811
102. Governador Valadares	Minas Gerais	61 489	145. Cascavel	Ceará	53 791
103. Santana do Ipanema	Alagoas	61 456	146. Taubaté	São Paulo	53 759
104. Quixadá	Ceará	61 412	147. São Bento do Una	Pernambuco	54 625
105. Ponte Nova	Minas Gerais	61 103	148. Ipirá	Bahia	53 405
106. Araçatuba	São Paulo	60 450	149. Macaé	Rio de Janeiro	53 292
107. São Caetano do Sul	São Paulo	60 200	150. Ituiutaba	Minas Gerais	53 240
108. Vassouras	Rio de Janeiro	60 114	151. Viçosa	Alagoas	53 038
109. Codó	Maranhão	60 098	152. Alagoinhas	Bahia	52 538
110. Pedreiras	Maranhão	59 840	153. Vitória	Espírito Santo	52 535
111. Caxias do Sul	Rio Grande do Sul ..	59 533	154. Valença do Piauí	Piauí	52 331
112. Alegre	Espírito Santo	59 397	155. Bragança Paulista	São Paulo	52 177
113. Itambacuri	Minas Gerais	59 090	156. Itajaí	Santa Catarina	51 976
114. Arapongas	Paraná	58 932	157. Sousa	Paraíba	51 924
115. União dos Palmares	Alagoas	58 846	158. Anacetaba	Ceará	51 872
116. Canguçu	Rio Grande do Sul ..	58 747	159. São João del Rei	Minas Gerais	51 648
117. Rio do Sul	Santa Catarina	58 337	160. Taquara	Rio Grande do Sul ..	51 583
118. Campo Grande	Mato Grosso	58 305	161. Barreto	São Paulo	51 486
119. Bragança	Pará	58 222	162. Criciúma	Santa Catarina	51 084
120. Jaboatão	Pernambuco	57 994	163. Montenegro	Rio Grande do Sul ..	51 008
121. Itaberaba	Bahia	57 888	164. Anápolis	Goiás	50 880
122. Diamantina	Minas Gerais	57 550	165. Pombal	Paraíba	50 665
123. Tupã	São Paulo	57 337	166. Guaporé	Rio Grande do Sul ..	50 642
124. Juazeiro do Norte	Ceará	56 904	167. Parnaíba	Piauí	50 426
125. Lins	São Paulo	56 888	168. Januária	Minas Gerais	50 369
126. Cuiabá	Mato Grosso	56 867	169. Patos	Paraíba	50 232
127. Macarani	Bahia	56 856	170. São Jerônimo	Rio Grande do Sul ..	50 231
128. Cornélio Procópio	Paraná	56 826	171. Ijuí	Rio Grande do Sul ..	50 220
129. Uberlândia	Minas Gerais	56 751	172. Morro do Chapéu	Bahia	50 091
130. Carazinho	Rio Grande do Sul ..	56 504	173. Minas Novas	Minas Gerais	50 012

VIII – RELAÇÃO DAS CIDADES E VILAS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 5 000 HABITANTES
– 1.º-VII-1950

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA	DESIGNAÇÃO	CATEGORIA	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA
1. Rio de Janeiro.....	Cidade	Distrito Federal.....	2 335 931	85. Ilhéus.....	Cidade	Bahia.....	23 006
2. São Paulo.....	Cidade	São Paulo.....	2 041 716	86. Sobral.....	Cidade	Ceará.....	23 003
3. Recife.....	Cidade	Pernambuco.....	522 468	87. Blumenau.....	Cidade	Santa Catarina.....	22 619
4. Salvador.....	Cidade	Bahia.....	395 993	88. Catanduva.....	Cidade	São Paulo.....	22 186
5. Porto Alegre.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	381 964	89. Paulista.....	Cidade	Pernambuco.....	21 944
6. Belo Horizonte.....	Cidade	Minas Gerais.....	346 207	90. Alagoinhas.....	Cidade	Bahia.....	21 605
7. Belém.....	Cidade	Pará.....	230 181				
8. Fortaleza.....	Cidade	Ceará.....	213 604	91. Coelho da Rocha.....	Vila	Rio de Janeiro.....	21 539
9. Santos.....	Cidade	São Paulo.....	201 739	92. Guaratinguetá.....	Cidade	São Paulo.....	21 480
10. Niterói.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	174 535	93. Barra Mansa.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	21 340
				94. Jequié.....	Cidade	Bahia.....	21 322
11. Curitiba.....	Cidade	Paraná.....	141 349	95. Itajubá.....	Cidade	Minas Gerais.....	21 255
12. Manaus.....	Cidade	Amazonas.....	110 678	96. Joinville.....	Cidade	Santa Catarina.....	21 102
13. Maceió.....	Cidade	Alagoas.....	102 301	97. Governador Valadares.....	Cidade	Minas Gerais.....	20 864
14. Campinas.....	Cidade	São Paulo.....	101 746	98. São Gonçalo.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	20 856
15. Santo André.....	Cidade	São Paulo.....	98 313	99. Montes Claros.....	Cidade	Minas Gerais.....	21 945
16. Natal.....	Cidade	Rio Grande do Norte.....	97 736	100. Garanhuns.....	Cidade	Pernambuco.....	20 718
17. João Pessoa.....	Cidade	Paraíba.....	90 853				
18. Juiz de Fora.....	Cidade	Minas Gerais.....	86 819	101. Moçoró.....	Cidade	Rio Grande do Norte.....	20 576
19. São Luís.....	Cidade	Maranhão.....	81 432	102. Divinópolis.....	Cidade	Minas Gerais.....	20 550
20. Pelotas.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	79 649	103. Rio Tinto.....	Vila	Paraíba.....	20 352
				104. Barra do Pirai.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	20 254
21. Duque de Caxias.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	74 557	105. Teófilo Ottoni.....	Cidade	Minas Gerais.....	20 204
22. Campina Grande.....	Cidade	Paraíba.....	73 835	106. Alegrete.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	20 160
23. Sorocaba.....	Cidade	São Paulo.....	69 631	107. São Bernardo do Campo.....	Cidade	São Paulo.....	20 075
24. Aracaju.....	Cidade	Sergipe.....	68 686	108. Itajai.....	Cidade	Santa Catarina.....	20 017
25. Ribeirão Preto.....	Cidade	São Paulo.....	65 081	109. Cruz Alta.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	19 824
26. Rio Grande.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	64 241	110. Novo Hamburgo.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	19 787
27. Campos.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	63 384				
28. Petrópolis.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	61 843	111. São Leopoldo.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	19 735
29. Nova Iguaçu.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	58 683	112. Poços de Caldas.....	Cidade	Minas Gerais.....	19 680
30. São Caetano do Sul.....	Cidade	São Paulo.....	55 797	113. Canoas.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	19 471
				114. Corumbá.....	Cidade	Mato Grosso.....	19 211
31. Teresina.....	Cidade	Piauí.....	53 425	115. Jau.....	Cidade	São Paulo.....	18 936
32. Bauru.....	Cidade	São Paulo.....	53 126	116. Sete Lagoas.....	Cidade	Minas Gerais.....	18 877
33. Neves.....	Vila	Rio de Janeiro.....	53 052	117. Anápolis.....	Cidade	Goiás.....	18 688
34. Vitória.....	Cidade	Espírito Santo.....	51 320	118. Conselheiro Lafaiete.....	Cidade	Minas Gerais.....	18 415
35. Florianópolis.....	Cidade	Santa Catarina.....	49 290	119. Tupã.....	Cidade	São Paulo.....	18 376
36. Piracicaba.....	Cidade	São Paulo.....	46 611	120. Itapetininga.....	Cidade	São Paulo.....	18 101
37. Santa Maria.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	45 907				
38. Caruaru.....	Cidade	Pernambuco.....	44 595	121. Vitória da Conquista.....	Cidade	Bahia.....	18 017
39. São João del Rei.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	44 146	122. Nova Lima.....	Cidade	Minas Gerais.....	17 686
40. Ponta Grossa.....	Cidade	Paraná.....	44 130	123. Assis.....	Cidade	São Paulo.....	17 276
				124. Itu.....	Cidade	São Paulo.....	16 851
41. Uberaba.....	Cidade	Minas Gerais.....	43 915	125. Lorena.....	Cidade	São Paulo.....	16 541
42. Juazeiro do Norte.....	Cidade	Ceará.....	42 703	126. Juazeiro.....	Cidade	Bahia.....	16 465
43. Goiânia.....	Cidade	Goiás.....	41 584	127. Bragança Paulista.....	Cidade	São Paulo.....	16 456
44. Jundiaí.....	Cidade	São Paulo.....	39 560	128. São João da Boa Vista.....	Cidade	São Paulo.....	16 417
45. Olinda.....	Cidade	Pernambuco.....	38 981	129. Guarulhos.....	Cidade	São Paulo.....	16 379
46. São José do Rio Preto.....	Cidade	São Paulo.....	37 717	130. Paranaguá.....	Cidade	Paraná.....	16 046
47. Uberlândia.....	Cidade	Minas Gerais.....	36 467				
48. Marília.....	Cidade	São Paulo.....	36 306	131. Crato.....	Cidade	Ceará.....	16 030
49. Taubaté.....	Cidade	São Paulo.....	35 779	132. Olinda.....	Vila	Rio de Janeiro.....	15 989
50. Bujé.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	35 340	133. Vitória de Santo Antão.....	Cidade	Pernambuco.....	15 948
				134. São Miguel Paulista.....	Vila	São Paulo.....	15 931
51. Rio Claro.....	Cidade	São Paulo.....	35 183	135. Jacareí.....	Cidade	São Paulo.....	15 485
52. Jabotão.....	Cidade	Pernambuco.....	34 788	136. Ponte Nova.....	Cidade	Minas Gerais.....	15 420
53. Araraquara.....	Cidade	São Paulo.....	34 671	137. Três Rios.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	15 086
54. Londrina.....	Cidade	Paraná.....	33 707	138. Araxá.....	Cidade	Minas Gerais.....	14 997
55. Uruguaiana.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	33 272	139. Teresopolis.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	14 900
56. Volta Redonda.....	Vila	Rio de Janeiro.....	33 110	140. Caxias.....	Cidade	Maranhão.....	14 846
57. Campo Grande.....	Cidade	Mato Grosso.....	32 848				
58. Caxias do Sul.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	32 158	141. Lajes.....	Cidade	Santa Catarina.....	14 774
59. Moji das Cruzes.....	Cidade	São Paulo.....	31 782	142. São Gabriel.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	14 726
60. São Carlos.....	Cidade	São Paulo.....	31 539	143. Penedo.....	Cidade	Alagoas.....	14 664
				144. Erechim.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	14 663
61. Nilópolis.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	31 192	145. Santarém.....	Cidade	Pará.....	14 604
62. Parnaíba.....	Cidade	Piauí.....	30 900	146. Cruzeiro.....	Cidade	São Paulo.....	14 498
63. Livramento.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	29 906	147. Niterói.....	Vila	Rio Grande do Sul.....	14 482
64. Nova Friburgo.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	29 258	148. Limoeiro.....	Cidade	Pernambuco.....	14 322
65. São Vicente.....	Cidade	São Paulo.....	28 581	149. Passos.....	Cidade	Minas Gerais.....	14 307
66. Sete Pontes.....	Vila	Rio de Janeiro.....	28 224	150. Ubá.....	Cidade	Minas Gerais.....	14 251
67. Limeira.....	Cidade	São Paulo.....	27 962				
68. Franca.....	Cidade	São Paulo.....	27 715	151. Estância.....	Cidade	Sergipe.....	14 215
69. Araçatuba.....	Cidade	São Paulo.....	27 692	152. Jaboticabal.....	Cidade	São Paulo.....	14 164
70. Presidente Prudente.....	Cidade	São Paulo.....	27 312	153. Curvelo.....	Cidade	Minas Gerais.....	14 156
				154. Patos.....	Cidade	Paraíba.....	14 144
71. Feira de Santana.....	Cidade	Bahia.....	27 285	155. Goiana.....	Cidade	Pernambuco.....	14 093
72. Itabuna.....	Cidade	Bahia.....	26 312	156. Santos Dumont.....	Cidade	Minas Gerais.....	13 870
73. São José dos Campos.....	Cidade	São Paulo.....	26 287	157. Ourinhos.....	Cidade	São Paulo.....	13 829
74. Araguari.....	Cidade	Minas Gerais.....	25 789	158. Rio Largo.....	Cidade	Alagoas.....	13 775
75. Barbacena.....	Cidade	Minas Gerais.....	25 768	159. Pindamonhangaba.....	Cidade	São Paulo.....	13 747
76. Parangaba.....	Vila	Ceará.....	25 239	160. Santo Ângelo.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	13 742
77. Passo Fundo.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	25 232				
78. São João del Rei.....	Cidade	Minas Gerais.....	25 223	161. Americana.....	Cidade	São Paulo.....	13 595
79. Cachoeiro do Itapemirim.....	Cidade	Espírito Santo.....	24 611	162. Tatui.....	Cidade	São Paulo.....	13 551
80. Lins.....	Cidade	São Paulo.....	24 170	163. Varginha.....	Cidade	Minas Gerais.....	13 404
				164. Santa Cruz do Sul.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	13 229
81. Cuiabá.....	Cidade	Mato Grosso.....	24 119	165. Pesqueira.....	Cidade	Pernambuco.....	13 248
82. Cachoeira do Sul.....	Cidade	Rio Grande do Sul.....	23 827	166. Caratinga.....	Cidade	Minas Gerais.....	13 149
83. Botucatu.....	Cidade	São Paulo.....	23 692	167. Cataguases.....	Cidade	Minas Gerais.....	13 143
84. Barretos.....	Cidade	São Paulo.....	23 683				

VIII — RELAÇÃO DAS CIDADES E VILAS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 5 000 HABITANTES

— 1.º-VII-1950

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA	DESIGNAÇÃO	CATEGORIA	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA
168. Belford Roxo.....	Vila	Rio de Janeiro.....	13 000	249. Pôrto Feliz.....	Cidade	São Paulo.....	9 174
169. Propriá.....	Cidade	Sergipe.....	12 962	250. São José do Rio Pardo..	Cidade	São Paulo.....	9 169
170. Pouso Alegre.....	Cidade	Minas Gerais.....	12 923	251. Itaqui.....	Cidade	Rio Grande do Sul	9 152
171. Santa Rita.....	Cidade	Paraíba.....	12 880	252. Guarujá.....	Cidade	São Paulo.....	9 131
172. Birigui.....	Cidade	São Paulo.....	12 809	253. Salto.....	Cidade	São Paulo.....	9 127
173. Piraquunga.....	Cidade	São Paulo.....	12 790	254. Aracati.....	Cidade	Ceará.....	9 123
174. Garça.....	Cidade	São Paulo.....	12 763	255. Itaperuna.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	9 083
175. Lavras.....	Cidade	Minas Gerais.....	12 721	256. Itaquera.....	Vila	São Paulo.....	9 070
176. Marquês de Valença.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	12 688	257. Pirapora.....	Cidade	Minas Gerais.....	9 012
177. Carpina.....	Cidade	Pernambuco.....	12 675	258. Aparecida.....	Cidade	São Paulo.....	8 957
178. Araras.....	Cidade	São Paulo.....	12 560	259. Ijuí.....	Cidade	Rio Grande do Sul	8 950
179. Rosário do Sul.....	Cidade	Rio Grande do Sul	12 419	260. São Lourenço.....	Cidade	Minas Gerais.....	8 930
180. Além Paraíba.....	Cidade	Minas Gerais.....	12 297	261. Votuporanga.....	Cidade	São Paulo.....	8 914
181. Santo Amaro.....	Cidade	Bahia.....	12 265	262. Penápolis.....	Cidade	São Paulo.....	8 854
182. Avaré.....	Cidade	São Paulo.....	12 245	263. Arapiraca.....	Cidade	Alagoas.....	8 836
183. Formiga.....	Cidade	Minas Gerais.....	12 233	264. Cornélio Procopio.....	Cidade	Paraná.....	8 831
184. Apucarana.....	Cidade	Paraná.....	12 054	265. Itabaiana.....	Cidade	Paraíba.....	8 812
185. São Borja.....	Cidade	Rio Grande do Sul	11 971	266. Anil.....	Vila	Maranhão.....	8 757
186. Tubarão.....	Cidade	Santa Catarina.....	11 947	267. Butiá.....	Vila	Rio Grande do Sul	8 737
187. Carazinho.....	Cidade	Rio Grande do Sul	11 937	268. Mafra.....	Cidade	Santa Catarina.....	8 706
188. Patos de Minas.....	Cidade	Minas Gerais.....	11 917	269. Lucélia.....	Cidade	São Paulo.....	8 694
189. Arapongas.....	Cidade	Paraná.....	11 787	270. Adamantina.....	Cidade	São Paulo.....	8 639
190. Muriae.....	Cidade	Minas Gerais.....	11 734	271. Icoraci.....	Vila	Pará.....	8 638
191. Nazaré.....	Cidade	Bahia.....	11 661	272. Camocim.....	Cidade	Ceará.....	8 540
192. Bebedouro.....	Cidade	São Paulo.....	11 442	273. Rio Pardo.....	Cidade	Rio Grande do Sul	8 517
193. Valença.....	Cidade	Bahia.....	11 628	274. Santa Cruz do Rio Pardo	Cidade	São Paulo.....	8 499
194. Santo Antônio de Jesus	Cidade	Bahia.....	11 595	275. Montenegro.....	Cidade	Rio Grande do Sul	8 376
195. João Monlevade.....	Vila	Minas Gerais.....	11 471	276. Bom Despacho.....	Cidade	Minas Gerais.....	8 358
196. Dom Pedrito.....	Cidade	Rio Grande do Sul	11 465	277. Jacarézinho.....	Cidade	Paraná.....	8 343
197. Guarus.....	Vila	Rio de Janeiro.....	11 464	278. Ituiutaba.....	Cidade	Minas Gerais.....	8 334
198. São Mateus.....	Vila	Rio de Janeiro.....	11 303	279. Mococa.....	Cidade	São Paulo.....	8 309
199. Timbaúba.....	Cidade	Pernambuco.....	11 247	280. Trindade.....	Cidade	Goiás.....	8 305
200. Moji-Mirim.....	Cidade	São Paulo.....	11 228	281. Guararapes.....	Cidade	São Paulo.....	8 241
201. Maragóipe.....	Cidade	Bahia.....	11 183	282. Caicó.....	Cidade	Rio Grande do Norte	8 231
202. Cascatinha.....	Vila	Rio de Janeiro.....	11 148	283. Itapetinga.....	Vila	Bahia.....	8 183
203. Brusque.....	Cidade	Santa Catarina.....	11 102	284. Criciúma.....	Cidade	Santa Catarina.....	8 090
204. Cachoeira.....	Cidade	Bahia.....	11 088	285. Bayeux.....	Vila	Paraíba.....	8 083
205. Argolas.....	Vila	Espírito Santo.....	11 024	286. Rancharia.....	Cidade	São Paulo.....	8 010
206. Itapira.....	Cidade	São Paulo.....	11 613	287. Oliveira.....	Cidade	Minas Gerais.....	8 008
207. Leopoldina.....	Cidade	Minas Gerais.....	10 979	288. São Luís Gonzaga.....	Cidade	Rio Grande do Sul	7 993
208. Gravata.....	Cidade	Pernambuco.....	10 911	289. Rolândia.....	Cidade	Paraná.....	7 959
209. Caçapava.....	Cidade	São Paulo.....	10 900	290. Itatiba.....	Cidade	São Paulo.....	7 974
210. Macaé.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	10 848	291. Caxambu.....	Cidade	Minas Gerais.....	7 878
211. São Sebastião do Paraíso	Cidade	Minas Gerais.....	10 821	292. Jacobina.....	Cidade	Bahia.....	7 850
212. Campo Belo.....	Cidade	Minas Gerais.....	10 722	293. Rio Negro.....	Cidade	Paraná.....	7 848
213. Amparo.....	Cidade	São Paulo.....	10 699	294. Ouro Fino.....	Cidade	Minas Gerais.....	7 814
214. Arroio dos Ratos.....	Vila	Rio Grande do Sul	10 495	295. União da Vitória.....	Cidade	Paraná.....	7 809
215. Pinhal.....	Cidade	São Paulo.....	10 448	296. Casa Branca.....	Cidade	São Paulo.....	7 789
216. Igatu.....	Cidade	Ceará.....	10 348	297. Bezerras.....	Cidade	Pernambuco.....	7 778
217. Senhor do Bonfim.....	Cidade	Bahia.....	10 325	298. Barreiros.....	Cidade	Pernambuco.....	7 773
218. Palmares.....	Cidade	Pernambuco.....	10 262	299. Mirassol.....	Cidade	São Paulo.....	7 770
219. Pôrto Velho.....	Cidade	Guaporé.....	10 205	300. Taquaritinga.....	Cidade	São Paulo.....	7 765
220. Três Corações.....	Cidade	Minas Gerais.....	10 190	301. Três Lagoas.....	Cidade	Mato Grosso.....	7 730
221. Diamantina.....	Cidade	Minas Gerais.....	10 177	302. Macau.....	Cidade	Rio Grande do Norte	7 726
222. Macapá.....	Cidade	Amapá.....	10 094	303. Escada.....	Cidade	Pernambuco.....	7 647
223. Cajazeiras.....	Cidade	Paraíba.....	10 025	304. Areia Branca.....	Cidade	Rio Grande do Norte	7 643
224. São Francisco do Sul.....	Cidade	Santa Catarina.....	9 982	305. Sapé.....	Cidade	Paraíba.....	7 641
225. Jaguarão.....	Cidade	Rio Grande do Sul	9 941	306. Cratêus.....	Cidade	Ceará.....	7 615
226. Espírito Santo.....	Cidade	Espírito Santo.....	9 910	307. Itabira.....	Cidade	Minas Gerais.....	7 602
227. Laguna.....	Cidade	Santa Catarina.....	9 887	308. Muritiba.....	Cidade	Bahia.....	7 594
228. Batatais.....	Cidade	São Paulo.....	9 860	309. Aquidauana.....	Cidade	Mato Grosso.....	7 582
229. Esteio.....	Vila	Rio Grande do Sul	9 837	310. Ipameri.....	Cidade	Goiás.....	7 552
230. Arcoverde.....	Cidade	Pernambuco.....	9 824	311. Rio Bonito.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	7 538
231. Guarabira.....	Cidade	Paraíba.....	9 824	312. Quaraí.....	Cidade	Rio Grande do Sul	7 524
232. Ibicará.....	Vila	Bahia.....	9 693	313. Piquête.....	Cidade	São Paulo.....	7 512
233. Santiago.....	Cidade	Rio Grande do Sul	9 686	314. Pedreiras.....	Cidade	Maranhão.....	7 450
234. Andradina.....	Cidade	São Paulo.....	9 606	315. Visconde do Rio Branco	Cidade	Minas Gerais.....	7 447
235. Olimpia.....	Cidade	São Paulo.....	9 593	316. Petrolina.....	Cidade	Pernambuco.....	7 439
236. Rio Branco.....	Cidade	Acre.....	9 592	317. São Roque.....	Cidade	São Paulo.....	7 438
237. Floriano.....	Cidade	Piauí.....	9 588	318. Taquara.....	Cidade	Rio Grande do Sul	7 419
238. Guaxupé.....	Cidade	Minas Gerais.....	9 505	319. Maringá.....	Vila	Paraná.....	7 389
239. Alfenas.....	Cidade	Minas Gerais.....	9 481	320. Patrocínio.....	Cidade	Minas Gerais.....	7 345
240. Aimorés.....	Cidade	Minas Gerais.....	9 442	321. Tietê.....	Cidade	São Paulo.....	7 334
241. Moreno.....	Cidade	Pernambuco.....	9 416	322. Valparaíso.....	Cidade	São Paulo.....	7 306
242. Palmeira dos Índios.....	Cidade	Alagoas.....	9 416	323. Itabirito.....	Cidade	Minas Gerais.....	7 244
243. Itaúna.....	Cidade	Minas Gerais.....	9 384	324. Capivari.....	Cidade	São Paulo.....	7 223
244. Ibararé.....	Cidade	São Paulo.....	9 371	325. Majé.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	7 198
245. Sabará.....	Cidade	Minas Gerais.....	9 344	326. Catende.....	Cidade	Pernambuco.....	7 189
246. Carangola.....	Cidade	Minas Gerais.....	9 339	327. Irati.....	Cidade	Paraná.....	7 187
247. Pará de Minas.....	Cidade	Minas Gerais.....	9 280	328. União dos Palmares.....	Cidade	Alagoas.....	7 182
248. Ouro Preto.....	Cidade	Minas Gerais.....	9 247	329. Coaraci.....	Vila	Bahia.....	7 158
				330. Corinto.....	Cidade	Minas Gerais.....	7 156

VIII — RELAÇÃO DAS CIDADES E VILAS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 5 000 HABITANTES

— 1.º-VII-1950

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA	DESIGNAÇÃO	CATEGORIA	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA
331. Belo Jardim.....	Cidade	Pernambuco.....	7 152	411. Cacequi.....	Cidade	Rio Grande do Sul	5 880
332. Ituverava.....	Cidade	São Paulo.....	7 138	412. Abreu e Lima.....	Vila	Pernambuco.....	5 869
333. Januária.....	Cidade	Minas Gerais.....	7 123	413. Pedra Azul.....	Cidade	Minas Gerais.....	5 843
334. Esperança.....	Cidade	Paraíba.....	7 076	414. Goiás.....	Cidade	Goiás.....	5 829
335. Resende.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	7 076	415. Pirajui.....	Cidade	São Paulo.....	5 816
336. Bento Gonçalves.....	Cidade	Rio Grande do Sul	7 056	416. Ribeirão.....	Cidade	Pernambuco.....	5 793
337. Campo Maior.....	Cidade	Piauí.....	7 056	417. Itabaiana.....	Cidade	Sergipe.....	5 792
338. Miracema.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	7 051	418. Votorantim.....	Vila	São Paulo.....	5 792
339. Ipaçu.....	Cidade	Bahia.....	7 041	419. Canoinhas.....	Cidade	Santa Catarina.....	5 786
340. Alagoa Grande.....	Cidade	Paraíba.....	7 033	420. Dores do Indaiá.....	Cidade	Minas Gerais.....	5 754
341. Caçador.....	Cidade	Santa Catarina.....	6 986	421. Barra.....	Cidade	Bahia.....	5 737
342. Pilar.....	Cidade	Alagoas.....	6 955	422. Rio Verde.....	Cidade	Goiás.....	5 716
343. Atibaia.....	Cidade	São Paulo.....	6 952	423. Rui Barbosa.....	Cidade	Bahia.....	5 707
344. Cachoeira Paulista.....	Cidade	São Paulo.....	6 938	424. Abaetetuba.....	Cidade	Pará.....	5 705
345. Cabo Frio.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	6 937	425. Franco da Rocha.....	Cidade	São Paulo.....	5 704
346. São João Nepomuceno.....	Cidade	Minas Gerais.....	6 900	426. Três Pontas.....	Cidade	Minas Gerais.....	5 683
347. Canavieiras.....	Cidade	Bahia.....	6 893	427. Fernandópolis.....	Cidade	São Paulo.....	5 760
348. Cabelo.....	Vila	Paraíba.....	6 872	428. Paratibe.....	Vila	Pernambuco.....	5 667
349. São Joaquim da Barra.....	Cidade	São Paulo.....	6 871	429. Guarapuava.....	Cidade	Paraná.....	6 657
350. Cruz das Almas.....	Cidade	Bahia.....	6 851	430. Manhumirim.....	Cidade	Minas Gerais.....	5 656
351. São Cristóvão.....	Cidade	Sergipe.....	6 848	431. Paudalho.....	Cidade	Pernambuco.....	6 561
352. Nazaré da Mata.....	Cidade	Pernambuco.....	6 843	432. Indaítuba.....	Cidade	São Paulo.....	5 620
353. Joaçaba.....	Cidade	Santa Catarina.....	6 829	433. Vacaria.....	Cidade	Rio Grande do Sul	6 615
354. Castro Alves.....	Cidade	Bahia.....	6 787	434. Ribamar.....	Vila	Maranhão.....	5 606
355. Serrinha.....	Cidade	Bahia.....	6 755	435. Dois Córregos.....	Cidade	São Paulo.....	5 599
356. Caeté.....	Cidade	Minas Gerais.....	6 745	436. Ruças.....	Cidade	Ceará.....	5 599
357. Presidente Venâncio.....	Cidade	São Paulo.....	6 700	437. Bragança.....	Cidade	Pará.....	5 580
358. Paraguaçu Paulista.....	Cidade	São Paulo.....	6 666	438. Baturité.....	Cidade	Ceará.....	5 563
359. Itaquari.....	Vila	Espírito Santo.....	6 654	439. Belmonte.....	Cidade	Bahia.....	5 562
360. Mosquero.....	Vila	Pará.....	6 633	440. Ponta Porã.....	Cidade	Mato Grosso.....	5 554
361. Promissão.....	Cidade	São Paulo.....	6 629	441. Pôrto União.....	Cidade	Santa Catarina.....	5 534
362. Agulhas Negras.....	Vila	Rio de Janeiro.....	6 610	442. Serra Talhada.....	Cidade	Pernambuco.....	5 501
363. Cambé.....	Cidade	Paraná.....	6 605	443. Paraísoópolis.....	Cidade	Minas Gerais.....	5 495
364. Osvaldo Cruz.....	Cidade	São Paulo.....	6 599	444. Fitanguí.....	Cidade	Minas Gerais.....	5 482
365. Colatina.....	Cidade	Espírito Santo.....	6 562	445. Lapa.....	Cidade	Paraná.....	5 473
366. Cubatão.....	Cidade	São Paulo.....	6 552	446. Maranguape.....	Cidade	Ceará.....	5 467
367. Viosa.....	Cidade	Minas Gerais.....	6 509	447. Angra dos Reis.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	5 464
368. Mandaguari.....	Cidade	Paraná.....	6 471	448. Currais Novos.....	Cidade	Rio Grande do Norte	5 451
369. Leme.....	Cidade	São Paulo.....	6 467	449. Murbeca dos Guararapes.....	Vila	Pernambuco.....	5 446
370. São Manuel.....	Cidade	São Paulo.....	6 455	450. Quixadá.....	Cidade	Ceará.....	5 440
371. Mamanguape.....	Cidade	Paraíba.....	6 441	451. Soure.....	Cidade	Pará.....	5 433
372. Santo Aleixo.....	Vila	Rio de Janeiro.....	6 432	452. Rosário.....	Cidade	Maranhão.....	5 425
373. Santo Anastácio.....	Cidade	São Paulo.....	6 400	453. Raposos.....	Cidade	Minas Gerais.....	5 414
374. Antônio Bezerra.....	Vila	Ceará.....	6 332	454. Vigia.....	Cidade	Pará.....	5 408
375. Catalão.....	Cidade	Goiás.....	6 327	455. Itajuípe.....	Vila	Bahia.....	5 397
376. Castro.....	Cidade	Paraná.....	6 316	456. Susano.....	Cidade	São Paulo.....	5 393
377. Camarajibe.....	Vila	Pernambuco.....	6 314	457. Mauá.....	Vila	São Paulo.....	5 389
378. Campos do Jordão.....	Cidade	São Paulo.....	6 290	458. Bicas.....	Cidade	Minas Gerais.....	5 365
379. Itapeva.....	Cidade	São Paulo.....	6 270	459. Muzambinho.....	Cidade	Minas Gerais.....	5 339
380. Novo Horizonte.....	Cidade	São Paulo.....	6 263	460. Alegre.....	Cidade	Espírito Santo.....	5 332
381. Ibitinga.....	Cidade	São Paulo.....	6 238	461. Itápolis.....	Cidade	São Paulo.....	5 313
382. Machado.....	Cidade	Minas Gerais.....	6 224	462. Açú.....	Cidade	Rio Grande do Norte	5 299
383. Pedreiras.....	Cidade	São Paulo.....	6 223	463. Sertânia.....	Cidade	Pernambuco.....	5 299
384. Piraju.....	Cidade	São Paulo.....	6 223	464. Ceará Mirim.....	Cidade	Rio Grande do Norte	5 298
385. Neópolis.....	Cidade	Sergipe.....	6 220	465. Itaquatiara.....	Cidade	Amazonas.....	5 275
386. Manhauçu.....	Cidade	Minas Gerais.....	6 205	466. Senador Pompeu.....	Cidade	Ceará.....	5 272
387. Rio do Sul.....	Cidade	Santa Catarina.....	6 173	467. Nova Cruz.....	Cidade	Rio Grande do Norte	5 267
388. São Félix.....	Cidade	Bahia.....	6 167	468. São Bento.....	Cidade	Maranhão.....	5 253
389. Sertãozinho.....	Cidade	São Paulo.....	6 166	469. Vera Cruz.....	Cidade	São Paulo.....	5 247
390. Codó.....	Cidade	Maranhão.....	6 159	470. Tupanciretã.....	Cidade	Rio Grande do Sul	5 242
391. Bom Conselho.....	Cidade	Pernambuco.....	6 154	471. Lajeado.....	Cidade	Rio Grande do Sul	5 241
392. Bela Vista.....	Cidade	Mato Grosso.....	6 134	472. Delmiro.....	Vila	Alagoas.....	5 224
393. Viosa.....	Cidade	Alagoas.....	6 134	473. Cafelândia.....	Cidade	São Paulo.....	5 210
394. Santa Bárbara d'Oeste.....	Cidade	São Paulo.....	6 133	474. Bariri.....	Cidade	São Paulo.....	5 187
395. Poá.....	Cidade	São Paulo.....	6 124	475. Antonina.....	Cidade	Paraná.....	5 182
396. Cambará.....	Cidade	Paraná.....	6 108	476. Boa Vista.....	Cidade	Rio Branco.....	5 125
397. Itabereba.....	Cidade	Bahia.....	6 104	477. Queimados.....	Vila	Rio de Janeiro.....	5 105
398. Santa Rita do Sapucaí.....	Cidade	Minas Gerais.....	6 093	478. Marum.....	Cidade	Sergipe.....	5 098
399. Cabo.....	Cidade	Pernambuco.....	6 065	479. Itapeerica.....	Cidade	Minas Gerais.....	5 087
400. Carapicuíba.....	Vila	São Paulo.....	6 057	480. São Lourenço da Mata.....	Cidade	Pernambuco.....	5 078
401. Pompéia.....	Cidade	São Paulo.....	6 039	481. Pires do Rio.....	Cidade	Goiás.....	5 064
402. Igarapava.....	Cidade	São Paulo.....	5 983	482. Coratã.....	Cidade	Maranhão.....	5 060
403. Paracatu.....	Cidade	Minas Gerais.....	5 976	483. Pombal.....	Cidade	Paraíba.....	5 054
404. Piuí.....	Cidade	Minas Gerais.....	5 968	484. Viana.....	Cidade	Maranhão.....	5 054
405. Ipu.....	Cidade	Ceará.....	5 957	485. Missão Velha.....	Cidade	Ceará.....	5 039
406. Mendes.....	Vila	Rio de Janeiro.....	5 957	486. Marçal Deodoro.....	Cidade	Alagoas.....	5 035
407. Parintins.....	Cidade	Amazonas.....	5 943	487. Vassouras.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	5 019
408. Barreiras.....	Cidade	Bahia.....	5 932	488. Martinópolis.....	Cidade	São Paulo.....	5 016
409. Santa Vitória do Palmar.....	Cidade	Rio Grande do Sul	5 925				
410. Paraíba do Sul.....	Cidade	Rio de Janeiro.....	5 921				

NOTA: Cidade é a localidade formada pelos quadros urbano e suburbano do distrito em que tem sede o Governo Municipal. Vila é a localidade formada pelos quadros urbano e suburbano de distritos, excluído o da sede municipal.

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS	NÚME- RO DE DISTRÍ- TOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS	NÚME- RO DE DISTRÍ- TOS	POPULAÇÃO REGISTRADA		
		Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sôbre o total			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sôbre o total
GUAPORÉ					PARÁ (conclusão)				
1. Guajará-Mirim.....	3	9 893	2 687	27,16	8. Ananindeua.....	4	13 537	1 013	7,48
2. Pôrto Velho.....	6	27 545	10 205	37,05	9. Anhangá.....	1	6 536	915	14,00
TERRITÓRIO.....	9	37 438	12 892	34,44	10. Arariúna.....	1	7 326	1 869	25,51
ACRE					11. Araticu.....	2	6 726	177	2,63
1. Brasília.....	1	8 010	1 702	21,25	12. Baião.....	2	5 023	1 718	34,20
2. Cruzeiro do Sul.....	4	22 152	3 824	17,26	13. Barcarena.....	2	13 357	267	2,00
3. Feijó.....	1	14 252	1 086	7,62	14. Belém.....	4	260 608	230 181	88,32
4. Rio Branco.....	3	28 690	9 592	33,43	15. Bragança.....	10	58 222	5 580	9,58
5. Sena Madureira.....	2	18 212	1 799	9,88	16. Breves.....	4	28 970	1 300	4,49
6. Tarauacá.....	2	14 646	2 023	13,81	17. Bujaru.....	2	11 997	622	5,18
7. Xapuri.....	1	10 162	1 423	14,00	18. Cametá.....	6	47 755	3 630	7,60
TERRITÓRIO.....	14	116 124	21 449	18,47	19. Capanema.....	5	27 699	4 487	16,20
AMAZONAS					20. Capim.....	1	14 153	274	1,94
1. Barcelos.....	3	5 360	904	16,87	21. Castanhal.....	2	14 473	3 010	20,80
2. Barreirinha.....	4	8 952	457	5,11	22. Chaves.....	2	14 397	463	3,26
3. Benjamin Constant.....	2	11 540	1 622	14,06	23. Conceição do Araguaia	2	6 527	1 383	21,28
4. Bôca do Acre.....	2	14 376	1 723	11,99	24. Curralinho.....	2	7 444	255	3,43
5. Borba.....	5	18 802	1 030	5,48	25. Curuçá.....	5	16 825	2 391	14,21
6. Canutama.....	2	10 710	947	8,84	26. Faro.....	2	6 467	1 035	16,00
7. Carauari.....	1	16 663	651	3,91	27. Guamá.....	5	19 034	931	4,89
8. Coari.....	1	17 002	3 141	18,47	28. Gurupá.....	3	12 622	667	5,28
9. Codajás.....	3	15 021	1 322	8,80	29. Igarapé-Açu.....	2	15 699	2 324	14,80
10. Eirunepé.....	1	23 056	1 757	7,62	30. Igarapé-Miri.....	2	18 935	906	4,78
11. Fonte Boa.....	1	14 834	760	5,12	31. Inhangapi.....	1	4 670	151	3,23
12. Humaitá.....	1	12 925	828	6,41	32. Irituia.....	1	13 817	507	3,67
13. Itaquitara.....	4	29 700	5 275	17,76	33. Itaituba.....	2	10 952	628	5,73
14. Itapiranga.....	2	3 849	283	7,35	34. Itupiranga.....	2	2 954	694	23,49
15. Lábrea.....	1	22 106	1 247	5,64	35. João Coelho.....	3	10 889	2 344	21,53
16. Manacapuru.....	3	27 951	1 761	6,30	36. Juruti.....	1	12 722	1 145	9,00
17. Manaus.....	3	142 372	110 678	77,74	37. Marabá.....	3	11 706	4 937	42,17
18. Manicoré.....	1	20 925	2 241	10,71	38. Maracanã.....	4	16 747	2 393	14,29
19. Maués.....	1	15 731	2 128	13,53	39. Marapanim.....	5	16 035	2 328	14,52
20. Parintins.....	2	33 150	5 943	17,93	40. Mocajuba.....	2	6 684	704	10,53
21. São Paulo de Olivença	5	17 777	1 016	5,72	41. Moju.....	2	13 253	361	2,72
22. Tefé.....	3	21 224	2 220	10,46	42. Monte Alegre.....	1	14 989	2 814	18,77
23. Uaupés.....	4	14 935	492	3,29	43. Muana.....	2	10 892	466	4,28
24. Urucará.....	1	3 730	686	18,39	44. Nova Timboteua.....	3	14 938	1 391	9,31
25. Urucurituba.....	1	8 229	518	6,29	45. Óbidos.....	1	16 439	3 487	21,21
ESTADO.....	57	530 920	149 630	28,18	46. Oriximiná.....	1	12 402	2 460	19,84
RIO BRANCO					47. Ourém.....	2	13 423	747	5,57
1. Boa Vista.....	3	16 456	5 125	31,14	48. Ponta de Pedras.....	2	12 315	1 494	12,13
2. Catrimani.....	1	1 167	—	—	49. Portel.....	2	11 672	473	4,05
TERRITÓRIO.....	4	17 623	5 125	29,08	50. Pôrto de Mós.....	4	5 008	988	19,73
PARÁ					51. Prainha.....	2	4 583	445	9,71
1. Abaetetuba.....	2	37 369	5 705	15,27	52. Salinópolis.....	3	14 250	1 764	12,38
2. Acará.....	3	20 747	506	2,44	53. Santarém.....	6	61 611	14 604	23,70
3. Afuá.....	2	16 770	631	3,76	54. São Caetano de Odivelas	3	10 484	1 246	11,88
4. Alenquer.....	2	16 905	4 266	25,24	55. São Sebastião da Boa Vista.....	1	6 783	644	9,49
5. Almeirim.....	2	5 363	804	14,99	56. Soure.....	4	17 926	5 433	30,31
6. Altamira.....	2	7 920	1 988	25,10	57. Tucuruí.....	2	2 520	1 235	49,01
7. Anajás.....	1	8 272	148	1,79	58. Vigia.....	4	24 549	5 408	22,03
					59. Viseu.....	5	19 949	1 216	6,10
					ESTADO.....	159	1 142 846	341 965	29,92
					AMAPÁ				
					1. Amapá.....	3	9 045	1 267	14,0
					2. Macapá.....	3	21 103	10 094	47,83
					3. Mazagão.....	3	5 213	624	11,97
					4. Oiapoque.....	2	3 013	567	18,82
					TERRITÓRIO.....	11	38 374	12 552	32,71

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA		
		Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
MARANHÃO					MARANHÃO (conclusão)				
1. Alcântara.....	2	14 827	1 461	9,85	63. São Raimundo das Mangabeiras.....	2	10 837	865	7,98
2. Alto Parnaíba.....	3	10 879	1 002	9,21	64. São Vicente Férrer....	2	27 467	1 206	4,39
3. Anajatuba.....	2	14 356	1 468	10,23	65. Timbiras.....	1	12 335	966	7,83
4. Araioses.....	2	29 077	1 385	4,76	66. Timon.....	2	21 486	2 825	13,15
5. Arari.....	2	13 539	3 685	27,22	67. Turiagu.....	1	13 097	1 343	10,25
6. Axixá.....	1	8 352	641	7,67	68. Tutóia.....	3	23 475	3 124	13,31
7. Bacabal.....	1	55 076	4 877	8,86	69. Urbano Santos.....	1	11 043	1 143	10,35
8. Balsas.....	1	17 236	3 832	22,23	70. Vargem Grande.....	1	23 278	1 222	5,25
9. Barão de Grajaú.....	1	9 284	1 148	12,37	71. Viana.....	1	23 045	5 054	21,93
10. Barra do Corda.....	5	25 485	2 969	11,65	72. Vitória do Mearim....	4	30 086	1 309	4,35
11. Barreirinhas.....	1	16 526	1 675	10,14					
12. Benedito Leite.....	1	6 769	299	4,42	ESTADO.....	133	1 600 396	232 951	14,56
13. Bequimão.....	1	13 128	557	4,24					
14. Brejo.....	2	20 646	2 635	12,76					
15. Buriti.....	1	16 190	1 321	8,16					
16. Buriti Bravo.....	2	11 431	1 681	14,71	PIAUI				
17. Cajapió.....	2	9 039	850	9,40	1. Alto Longá.....	1	10 320	534	5,17
18. Cajari.....	2	8 643	835	9,66	2. Altos.....	1	18 534	3 703	19,98
19. Cândido Mendes.....	4	11 495	806	7,01	3. Amarante.....	1	19 975	2 545	12,74
20. Carolina.....	2	21 852	4 861	22,25	4. Barras.....	1	29 689	2 236	7,53
21. Carutapera.....	3	10 183	1 683	16,53	5. Batalha.....	1	12 977	1 502	11,57
22. Caxias.....	1	108 310	14 846	13,71	6. Beneditinos.....	1	9 368	786	8,39
23. Chapadinha.....	1	27 665	1 767	6,39	7. Bertolínia.....	1	7 722	611	7,91
24. Codó.....	4	60 098	6 159	10,25	8. Bom Jesus.....	1	15 612	1 029	6,59
25. Coelho Neto.....	1	16 350	635	3,88	9. Buriti dos Lopes.....	1	27 101	610	2,25
26. Colinas.....	2	26 371	1 926	7,30	10. Campo Maior.....	1	40 131	7 056	17,58
27. Coroatá.....	3	36 363	5 060	13,92	11. Canto do Buriti.....	1	12 073	1 205	9,98
28. Cururupu.....	1	34 172	3 452	10,10	12. Caracol.....	1	8 569	1 033	12,06
29. Curuzu.....	1	7 266	1 135	15,62	13. Castelo do Piauí.....	1	18 067	580	3,21
30. Grajaú.....	3	33 570	2 524	7,52	14. Cocal.....	1	15 104	1 619	10,72
31. Guimarães.....	3	25 618	1 264	4,93	15. Corrente.....	1	9 405	1 446	15,37
32. Humberto de Campos..	1	10 276	1 249	12,15	16. Esperantina.....	1	17 471	2 403	13,75
33. Icatu.....	2	9 965	521	5,23	17. Floriano.....	1	34 677	9 588	27,65
34. Imperatriz.....	2	14 488	1 271	8,77	18. Fronteiras.....	1	13 449	729	5,42
35. Ipixuna.....	2	29 836	953	3,19	19. Gilbués.....	1	16 013	405	2,53
36. Itapecuru-Mirim.....	2	31 665	1 903	6,01	20. Guadalupe.....	1	7 562	561	7,42
37. Loreto.....	2	12 298	659	5,36	21. Jalcós.....	1	28 529	905	3,17
38. Matinha.....	1	12 116	1 849	15,26	22. Jerumenha.....	1	10 565	865	8,19
39. Mirador.....	2	21 778	752	3,45	23. José de Freitas.....	1	15 904	2 075	13,05
40. Monção.....	1	6 569	585	8,91	24. Luís Correia.....	1	20 701	1 489	7,19
41. Morros.....	1	11 362	1 480	13,03	25. Luzilândia.....	1	25 018	2 149	8,59
42. Nova Iorque.....	1	5 747	1 154	20,08	26. Miguel Alves.....	1	22 045	4 552	20,65
43. Parnarama.....	2	32 987	563	1,71	27. Oeiras.....	1	45 451	4 085	8,99
44. Passagem Franca.....	1	18 192	968	5,32	28. Palmeirais.....	1	8 894	586	6,59
45. Pastos Bons.....	2	17 086	1 232	7,21	29. Parnaguá.....	1	12 454	362	2,91
46. Pedreiras.....	4	59 840	7 450	12,45	30. Parnaíba.....	1	50 426	30 900	61,28
47. Penalva.....	1	12 927	3 195	24,72	31. Paulistana.....	1	21 231	1 042	4,91
48. Peri-Mirim.....	1	10 841	1 503	13,86	32. Pedro II.....	1	24 046	2 312	9,61
49. Pindaré-Mirim.....	3	11 474	1 065	9,28	33. Piripiri.....	1	24 199	4 601	19,01
50. Pinheiro.....	2	39 605	4 615	11,65	34. Picos.....	1	55 120	4 670	8,47
51. Pôrto Franco.....	1	10 962	1 470	13,41	35. Pio IX.....	1	10 756	676	6,28
52. Presidente Dutra.....	2	36 689	1 729	4,71	36. Piracuruca.....	1	18 681	3 502	18,75
53. Primeira Cruz.....	2	9 850	1 432	14,54	37. Pôrto.....	1	10 169	876	8,61
54. Riachão.....	2	19 191	1 020	5,31	38. Regeneração.....	1	14 157	1 430	10,10
55. Rosário.....	1	25 104	5 425	21,61	39. Ribeiro Gonçalves....	1	6 777	779	11,49
56. Santa Helena.....	2	7 593	285	3,75	40. Santa Filomena.....	1	4 715	592	12,56
57. Santa Quitéria do Maranhão.....	1	12 451	934	7,50	41. São João do Piauí.....	1	23 951	1 507	6,29
58. São Bento.....	1	27 630	5 253	19,01	42. São Miguel do Tapuio	1	12 741	639	5,02
59. São Bernardo.....	2	19 537	920	4,71	43. São Pedro do Piauí....	1	23 407	1 750	7,48
60. São Francisco do Maranhão.....	3	11 788	703	5,96	44. São Raimundo Nonato	1	30 896	2 712	8,78
61. São João dos Patos....	1	12 687	1 885	14,86	45. Simplicio Mendes.....	1	15 824	1 295	8,18
62. São Luís.....	3	121 917	81 432	66,79	46. Teresina.....	1	93 352	53 425	57,23

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

		POPULAÇÃO REGISTRADA					POPULAÇÃO REGISTRADA		
MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total	MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
PIAUI (conclusão)					CEARÁ (conclusão)				
47. União.....	1	28 647	3 623	12,65	57. Pedra Branca.....	2	22 234	1 667	7,50
48. Uruguí.....	1	9 632	1 897	19,69	58. Pentecoste.....	4	29 860	871	2,92
49. Valença do Piauí.....	1	52 331	2 029	3,88	59. Pereiro.....	4	25 723	1 248	4,85
ESTADO	49	1 064 438	177 506	16,68	60. Quixadá.....	12	61 412	5 440	8,86
CEARÁ					61. Quixará.....	3	19 040	1 304	6,85
1. Acaraú.....	5	55 126	1 812	3,29	62. Quixeramobim.....	8	47 209	3 192	6,76
2. Acaré.....	4	27 350	2 248	8,22	63. Redenção.....	6	29 208	1 910	6,54
3. Acopiara.....	4	31 982	2 847	8,90	64. Reriutaba.....	3	18 655	2 351	12,60
4. Anacetaba.....	9	51 872	932	1,80	65. Ruças.....	6	34 233	5 599	16,36
5. Aquirás.....	4	24 114	1 169	4,85	66. Saboeiro.....	3	27 105	798	2,94
6. Aracati.....	7	37 443	9 123	24,37	67. Santanópolis.....	4	22 035	1 758	7,98
7. Aracoiaba.....	4	24 575	2 214	9,01	68. Santa Quitéria.....	5	28 797	1 698	5,90
8. Araripe.....	3	15 145	1 284	8,48	69. São Benedito.....	5	39 557	2 836	7,17
9. Aurora.....	3	22 449	2 540	11,31	70. Senador Pompeu.....	3	25 538	5 272	20,64
10. Baixo.....	4	17 694	776	4,39	71. Sobral.....	9	71 121	23 003	32,34
11. Barbalha.....	2	23 158	4 289	18,52	72. Solonópolis.....	7	21 032	531	2,52
12. Baturité.....	4	38 848	5 563	14,32	73. Tambooril.....	5	22 001	1 047	4,76
13. Boa Viagem.....	3	26 826	1 279	4,77	74. Tauá.....	10	43 878	2 827	6,44
14. Brejo Santo.....	2	29 659	2 974	10,03	75. Tianguá.....	5	21 310	2 396	11,24
15. Camocim.....	5	34 323	8 540	24,88	76. Ubajara.....	2	16 534	1 724	10,43
16. Campos Sales.....	4	20 323	2 813	13,84	77. Uruburetama.....	5	29 841	2 298	7,70
17. Canindé.....	6	49 714	4 071	8,19	78. Várzea Alegre.....	5	24 341	3 363	13,82
18. Cariré.....	3	21 143	1 126	5,33	79. Viçosa do Ceará.....	5	30 949	2 632	8,50
19. Caririagu.....	3	23 432	1 667	7,11	ESTADO	389	2 735 702	512 730	18,74
20. Cascavel.....	10	53 791	2 795	5,20	RIO GRANDE DO NORTE				
21. Caucaia.....	6	38 268	3 907	10,21	1. Acari.....	3	16 573	1 932	11,66
22. Cedro.....	2	18 094	4 650	25,70	2. Açu.....	2	27 608	5 299	19,19
23. Coreaú.....	4	27 558	1 314	4,77	3. Alexandria.....	1	15 486	1 544	9,97
24. Crateús.....	6	34 562	7 615	22,03	4. Angicos.....	3	16 853	1 410	8,37
25. Crato.....	5	48 503	16 030	33,05	5. Apodi.....	2	20 450	1 113	5,44
26. Fortaleza.....	5	280 084	213 604	76,26	6. Areia Branca.....	3	15 981	7 643	47,83
27. Frade.....	3	15 998	631	3,94	7. Arês.....	1	6 815	1 920	28,17
28. Granja.....	8	44 410	3 812	8,58	8. Augusto Severo.....	2	16 615	554	3,33
29. Ibiapina.....	3	18 546	1 210	6,52	9. Baixa Verde.....	2	25 316	3 691	14,58
30. Icó.....	8	35 613	4 195	11,78	10. Caicó.....	1	25 053	8 231	32,85
31. Iguatu.....	5	42 302	10 348	24,46	11. Canguaretama.....	2	12 937	3 178	24,57
32. Independência.....	5	36 034	787	2,18	12. Caraúbas.....	2	15 815	1 818	11,50
33. Inhué.....	3	22 109	1 200	5,43	13. Ceará-Mirim.....	1	26 129	5 298	20,28
34. Ipu.....	4	37 640	5 957	15,83	14. Currais Novos.....	2	28 857	5 451	18,89
35. Ipueiras.....	6	31 204	2 058	6,60	15. Florânia.....	2	12 723	1 142	8,98
36. Itapajé.....	8	36 333	2 348	6,46	16. Goianinha.....	1	21 172	1 458	6,89
37. Itapipoca.....	8	65 505	4 666	7,12	17. Ipauguaçu.....	1	9 809	617	6,29
38. Jaguaribe.....	4	17 371	2 584	14,88	18. Itaretama.....	3	14 447	1 726	11,95
39. Jaguaruana.....	4	21 907	2 378	10,85	19. Jardim de Piranhas.....	1	5 841	1 107	18,95
40. Jardim.....	2	24 155	2 553	10,57	20. Jardim do Seridó.....	3	16 431	1 373	8,36
41. Juazeiro do Norte.....	3	56 904	42 703	75,01	21. Jucurutu.....	1	9 468	1 316	13,90
42. Jucás.....	4	30 505	1 181	3,87	22. Luís Gomes.....	1	11 204	1 091	9,74
43. Lavras da Mangabeira.....	6	25 482	2 224	8,73	23. Macaíba.....	3	40 855	4 558	11,16
44. Licânia.....	6	31 164	2 424	7,78	24. Macau.....	2	23 921	7 726	32,30
45. Limoeiro do Norte.....	5	38 215	4 959	12,98	25. Moçoró.....	2	41 896	20 576	49,11
46. Maranguape.....	9	41 719	5 467	13,10	26. Martins.....	3	21 839	2 247	10,29
47. Massapê.....	5	23 710	4 770	16,06	27. Natal.....	2	106 254	97 736	91,98
48. Mauriti.....	6	24 863	2 232	8,98	28. Nísia Floresta.....	1	7 453	1 130	15,16
49. Milagres.....	5	29 727	2 309	7,77	29. Nova Cruz.....	2	27 842	5 267	18,92
50. Missão Velha.....	4	32 832	5 039	15,35	30. Parelhas.....	2	13 721	2 304	16,79
51. Mombaça.....	3	23 535	1 718	7,30	31. Patu.....	3	16 856	1 601	9,50
52. Morada Nova.....	5	30 978	1 624	5,24	32. Pau dos Ferros.....	3	17 654	2 700	15,29
53. Nova Ruças.....	3	32 255	3 046	9,44	33. Pedro Avelino.....	1	11 042	1 545	13,99
54. Pacajus.....	4	19 949	1 681	8,43	34. Pedro Velho.....	2	15 827	2 061	13,02
55. Pacatuba.....	7	20 339	2 310	11,32	35. Portalegre.....	1	10 539	793	7,52
56. Pacoti.....	5	30 689	1 369	4,46	36. Santa Cruz.....	3	43 503	3 256	7,48
					37. Santana do Matos.....	1	17 328	1 548	8,93

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA		
		Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
RIO GRANDE DO NORTE (conclusão)					PERNAMBUCO (continuação)				
38. Santo Antônio.....	1	32 121	2 475	7,71	4. Águas Belas.....	3	54 041	2 833	5,24
39. São João do Sabuji...	1	4 763	1 012	21,25	5. Alagoinha.....	1	7 586	1 445	19,05
40. São José de Mipibu...	3	35 687	2 979	8,35	6. Aliança.....	4	27 632	2 107	7,63
41. São José do Campestre	1	12 847	1 731	13,47	7. Aftinho.....	3	38 429	2 946	7,67
42. São Miguel.....	1	15 760	1 308	8,30	8. Amaraji.....	3	28 954	2 289	7,91
43. São Paulo do Potengi..	1	24 394	1 382	5,67	9. Angelim.....	3	29 464	1 245	4,23
44. São Rafael.....	1	6 714	816	12,15	10. Araripina.....	3	30 183	3 300	10,93
45. São Tomé.....	2	18 049	1 273	7,05	11. Arcoverde.....	1	17 128	9 824	57,36
46. Serra Negra do Norte..	1	7 029	913	13,00	12. Barreiros.....	3	28 403	7 773	27,37
47. Taipu.....	1	15 321	1 192	7,78	13. Belo Jardim.....	3	37 408	7 152	19,12
48. Touros.....	2	22 774	1 576	6,92	14. Bezerros.....	4	63 401	7 778	12,27
ESTADO.....	86	983 572	230 617	23,45	15. Bodocó.....	4	21 173	1 524	7,20
PARAÍBA					16. Bom Conselho.....	7	67 213	6 154	9,16
1. Alagoa Grande.....	2	30 020	7 033	23,43	17. Bom Jardim.....	3	39 312	2 569	6,53
2. Alagoa Nova.....	3	31 383	3 054	9,73	18. Bonito.....	4	34 702	3 769	10,86
3. Antenor Navarro.....	4	34 662	2 088	6,02	19. Brejo da Madre de Deus	3	35 719	2 107	5,90
4. Araruna.....	3	41 019	2 312	5,64	20. Buíque.....	3	38 282	1 813	4,74
5. Areia.....	2	46 650	3 696	7,92	21. Cabo.....	4	36 087	6 065	16,81
6. Bananeiras.....	5	62 425	3 064	4,91	22. Cabrobó.....	2	10 298	773	7,51
7. Bonito de Santa Fé...	2	7 655	1 362	17,79	23. Canhotinho.....	3	34 456	2 827	8,20
8. Brejo do Cruz.....	2	21 988	1 047	4,76	24. Carpina.....	2	28 767	12 675	44,06
9. Cabaceiras.....	7	31 076	607	1,95	25. Caruaru.....	3	103 785	44 595	42,97
10. Caicara.....	4	37 704	1 498	3,97	26. Catende.....	2	24 953	7 183	28,81
11. Cajazeiras.....	3	31 268	10 025	32,06	27. Coripós.....	2	9 400	851	9,05
12. Campina Grande.....	9	176 132	73 835	41,92	28. Correntes.....	4	38 104	3 811	10,00
13. Catolé do Rocha.....	4	34 805	2 669	7,67	29. Custódia.....	2	23 370	1 825	7,81
14. Conceição.....	2	20 313	1 486	7,32	30. Escada.....	2	29 213	7 647	26,18
15. Cruz do Espírito Santo	4	36 711	1 490	4,06	31. Exu.....	3	22 366	1 451	6,49
16. Cuité.....	2	25 586	3 599	14,07	32. Flores.....	4	40 165	1 873	4,66
17. Esperança.....	2	24 351	7 076	29,06	33. Floresta.....	4	18 856	2 165	11,48
18. Guarabira.....	7	81 904	9 824	11,99	34. Gameleira.....	3	13 267	3 528	26,59
19. Ingá.....	4	29 427	3 368	11,45	35. Garanhuns.....	8	101 893	20 718	20,33
20. Itabaiana.....	4	38 836	8 812	22,66	36. Glória do Goitá.....	4	43 496	1 966	4,52
21. Itaporanga.....	4	29 191	3 800	13,02	37. Goiana.....	5	45 451	14 093	31,01
22. Jatobá.....	2	13 023	1 415	10,87	38. Gravatá.....	3	48 041	10 911	22,71
23. João Pessoa.....	5	120 857	90 853	75,17	39. Igarapé.....	4	34 162	2 118	6,20
24. Mamanguape.....	6	84 118	6 441	7,66	40. Inajá.....	4	21 500	824	3,83
25. Monteiro.....	6	53 811	3 811	7,08	41. Ipojuca.....	3	24 384	1 894	7,77
26. Patos.....	5	50 232	14 144	28,16	42. Jaboatão.....	2	57 994	34 788	59,99
27. Piancó.....	9	49 345	1 835	3,84	43. Jatinã.....	2	10 572	1 381	13,06
28. Picuí.....	3	23 436	2 211	9,43	44. João Alfredo.....	2	25 489	2 074	8,14
29. Pilar.....	4	33 709	1 427	4,23	45. Jurema.....	2	11 728	1 574	13,42
30. Pombal.....	5	50 665	5 054	9,98	46. Lagoa dos Gatos.....	2	19 583	2 614	13,35
31. Princesa Isabel.....	6	39 491	3 395	8,60	47. Lajedo.....	1	15 617	2 196	14,06
32. Santa Luzia.....	5	24 383	2 397	9,83	48. Limoeiro.....	4	77 064	14 322	18,58
33. Santa Rita.....	4	43 834	12 860	29,34	49. Macaparana.....	3	26 339	1 620	6,15
34. São João do Cariri (1)	11	32 097	1 174	3,66	50. Maniçobal.....	4	21 119	1 678	7,95
35. Sapé.....	2	47 749	7 641	16,00	51. Marajá.....	3	16 216	1 667	10,28
36. Serraria.....	3	28 338	1 053	3,74	52. Moreno.....	1	23 143	9 416	40,69
37. Soledade.....	4	19 011	828	4,36	53. Nazaré da Mata.....	3	41 665	6 843	16,42
38. Sousa.....	4	51 924	4 631	8,92	54. Olinda.....	1	63 418	38 981	61,47
39. Taperoá.....	2	17 613	2 154	12,23	55. Orobó.....	3	20 960	705	3,36
40. Teixeira.....	4	30 615	2 517	8,22	56. Ouricuri.....	6	37 201	2 293	6,15
41. Umbuzeiro.....	5	43 367	1 159	2,67	57. Palmares.....	2	38 701	10 262	26,52
ESTADO.....	174	1 730 784	318 811	18,42	58. Palmeirina.....	1	11 503	1 564	13,60
PERNAMBUCO					59. Panelas.....	2	39 680	1 754	4,42
1. Afogados da Ingazeira	3	24 465	4 851	19,83	60. Parnamirim.....	4	10 892	1 185	10,88
2. Agrestina.....	1	14 305	2 258	15,78	61. Pau d'Alho.....	2	32 431	5 651	17,42
3. Água Preta.....	2	34 241	3 474	10,15	62. Paulista.....	4	49 390	21 944	44,43
					63. Pedra.....	4	18 659	1 755	9,41
					64. Pesqueira.....	5	48 916	13 248	27,08
					65. Petrolândia.....	3	19 811	2 018	10,19
					66. Petrolina.....	3	27 774	7 439	26,78

(1) A sede do município de São João do Cariri denomina-se Serra Branca.

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA		
		Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
PERNAMBUCO (conclusão)					ALAGOAS (conclusão)				
67. Quipapá.....	4	28 551	2 263	7,93	35. Traipu.....	2	23 606	1 966	8,33
68. Recife.....	1	534 468	522 466	97,75	36. União dos Palmares...	4	58 846	7 182	12,20
69. Ribeirão.....	3	20 269	5 793	28,58	37. Viçosa.....	4	53 038	6 134	11,57
70. Rio Formoso.....	4	22 416	1 477	6,59	ESTADO.....	90	1 106 454	241 100	21,79
71. Salgueiro.....	5	18 334	3 586	19,56	FERNANDO DE NORONHA				
72. Sanharó.....	2	13 250	1 687	12,73	1. Fernando de Noronha..	1	648	—	—
73. São Bento do Una....	4	53 625	4 280	7,98	SERGIPE				
74. São Caetano.....	3	29 256	3 888	13,29	1. Aquidabã.....	2	17 513	3 078	17,58
75. São Joaquim do Monte	3	24 361	1 932	7,93	2. Aracaju.....	1	79 566	68 686	86,33
76. São José do Egito....	3	40 245	2 364	5,87	3. Arauá.....	1	8 534	1 495	17,52
77. São Lourenço da Mata	3	34 140	5 078	14,87	4. Buquim.....	1	9 610	3 281	34,14
78. Serra Talhada.....	6	35 748	5 501	15,39	5. Campo do Brito.....	1	22 640	1 925	8,50
79. Serrita.....	4	23 247	632	2,72	6. Canhoba.....	1	7 363	1 059	14,38
80. Sertânia.....	4	22 260	5 299	23,81	7. Capela.....	1	19 580	4 867	24,86
81. Sirinhaém.....	3	18 650	1 839	9,86	8. Carmópolis.....	1	3 094	1 480	47,83
82. Surubim.....	2	40 000	4 409	11,02	9. Cotinguiba.....	1	7 385	1 462	19,80
83. Tabira.....	4	21 987	2 449	11,14	10. Cristinápolis.....	2	6 479	806	12,44
84. També.....	4	36 287	2 832	7,80	11. Darcilena.....	1	8 766	3 785	42,69
85. Taquaritinga do Norte	5	24 982	1 102	4,41	12. Divina Pastora.....	2	6 110	1 153	18,87
86. Timbaúba.....	3	37 342	11 247	30,12	13. Estância.....	1	20 392	14 215	69,71
87. Triunfo.....	4	24 612	2 433	9,89	14. Frei Paulo.....	2	18 937	2 114	11,16
88. Vertentes.....	3	34 891	2 407	6,90	15. Gararu.....	2	10 600	871	8,22
89. Vicência.....	2	25 978	1 973	7,59	16. Indiaroba.....	1	5 084	827	16,27
90. Vitória de Santo Antão	3	75 811	15 948	21,04	17. Itabaiana.....	1	35 987	5 732	16,09
ESTADO.....	283	3 430 630	1 028 867	29,99	18. Itabaianinha.....	2	24 981	2 335	9,35
ALAGOAS					19. Itaporanga d'Ajuda....	1	12 440	2 779	22,34
1. Água Branca.....	2	29 397	1 460	4,97	20. Japaratuba.....	1	10 879	2 425	22,29
2. Anadia.....	3	47 656	2 306	4,84	21. Japoatã.....	2	12 670	2 186	17,25
3. Arapiraca.....	3	37 113	8 836	23,81	22. Lagarto.....	1	38 528	4 820	12,51
4. Atalaia.....	1	33 405	1 837	5,50	23. Laranjeiras.....	1	12 236	4 213	34,43
5. Batalha.....	2	10 393	1 359	13,08	24. Maruim.....	1	8 100	5 098	62,94
6. Capela.....	3	27 788	3 009	10,83	25. Muribeca.....	1	6 653	1 212	18,22
7. Colônia Leopoldina...	1	16 638	1 713	10,30	26. Neópolis.....	1	12 925	6 220	48,12
8. Coruripe.....	2	16 250	3 320	20,43	27. Nossa Senhora da Glória	1	10 192	1 661	16,30
9. Igreja Nova.....	2	19 905	2 175	10,93	28. Nossa Senhora das Dores	1	26 384	4 140	15,69
10. Junqueiro.....	1	12 848	1 112	8,66	29. Parapitinga.....	1	11 012	1 543	14,01
11. Limoeiro de Anadia...	2	26 489	1 075	4,06	30. Pôrto da Fôlha.....	2	14 576	2 812	19,29
12. Maceió.....	3	124 544	102 301	82,14	31. Propriá.....	1	18 245	12 962	71,04
13. Major Isidoro.....	2	12 405	1 145	9,23	32. Riachão do Dantas....	2	14 770	1 821	12,33
14. Maragojé.....	3	13 820	1 083	7,84	33. Riachuelo.....	2	11 334	2 620	23,12
15. Marechal Deodoro....	1	13 203	5 038	38,16	34. Ribeirópolis.....	1	15 386	2 256	14,66
16. Mata Grande.....	1	37 150	2 432	6,55	35. Rosário do Catete....	1	5 185	1 719	31,34
17. Murici.....	3	35 462	3 605	10,17	36. Salgado.....	1	7 084	1 845	26,04
18. Palmeira dos Índios...	5	67 202	9 416	14,01	37. Santa Luzia do Itanhi	1	9 654	872	9,03
19. Pão de Açúcar.....	4	31 081	3 342	10,75	38. Santo Amaro das Brotas	1	5 098	1 773	34,78
20. Passo de Camarajibe...	3	26 929	1 564	5,81	39. São Cristóvão.....	1	17 520	6 848	39,09
21. Penedo.....	1	21 232	14 664	69,07	40. Simão Dias.....	1	26 329	4 376	16,62
22. Piaçabuçu.....	1	8 983	3 862	42,99	41. Siriri.....	1	5 786	1 121	19,37
23. Pilar.....	1	13 306	6 955	52,27	42. Tobias Barreto.....	3	24 125	3 129	12,97
24. Piranhas.....	3	4 254	805	18,92	ESTADO.....	54	650 132	199 682	30,71
25. Pôrto Calvo.....	3	28 000	2 318	8,28	BAHIA				
26. Pôrto de Pedras.....	3	10 104	1 712	16,94	1. Alagoinhas.....	5	52 538	21 605	41,12
27. Pôrto Real do Colégio	1	15 068	3 074	20,40	2. Alcobaga.....	2	34 627	1 307	3,77
28. Quebrangulo.....	2	23 835	3 840	16,11	3. Amargosa.....	5	27 781	4 858	17,49
29. Rio Largo.....	3	31 908	13 775	43,17	4. Andaraí.....	4	19 770	3 579	18,10
30. Santana do Ipanema...	4	61 456	3 261	5,31	5. Angical.....	3	28 279	1 055	3,73
31. São Brás.....	2	19 959	1 519	7,61					
32. São José da Laje.....	2	34 725	4 426	12,75					
33. São Luís do Quitunde	3	25 166	2 735	10,87					
34. São Miguel dos Campos	4	33 287	4 744	14,25					

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA		
		Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
BAHIA (continuação)					BAHIA (continuação)				
6. Aratuípe.....	2	6 432	1 446	22,48	70. Jaguarari.....	1	14 589	1 649	11,30
7. Baixa Grande.....	1	13 177	1 187	9,01	71. Jaguaripe.....	5	10 679	1 083	10,14
8. Barra.....	5	32 037	5 737	17,91	72. Jandaíra.....	4	5 370	696	12,96
9. Barra da Estiva.....	4	23 677	723	3,05	73. Jequié.....	7	91 482	21 322	23,31
10. Barreiras.....	7	35 536	5 932	16,69	74. Jeremoabo.....	4	28 325	2 255	7,96
11. Belmonte.....	4	32 563	5 562	17,08	75. Jiquiricá.....	1	7 764	949	12,22
12. Boa Nova.....	7	54 347	1 430	2,63	76. Juazeiro.....	5	35 188	16 465	46,79
13. Bom Jesus da Lapa...	2	17 986	4 781	26,58	77. Laje.....	3	11 746	1 362	11,60
14. Brejões.....	2	13 352	1 153	8,64	78. Lençóis.....	3	10 018	3 056	30,51
15. Brotas de Macaúbas...	5	26 169	1 190	4,55	79. Livramento do Brumado	4	27 162	1 334	4,91
16. Brumado.....	5	37 030	3 098	8,37	80. Macajuba.....	1	7 089	1 149	16,21
17. Cachoeira.....	3	27 262	11 088	40,67	81. Macarani.....	4	56 856	1 926	3,39
18. Caculé.....	4	27 182	3 911	14,39	82. Macaúbas.....	6	37 753	1 930	5,11
19. Caiteté.....	6	41 435	3 778	9,12	83. Mairi.....	1	25 798	2 119	8,21
20. Cairu.....	4	5 169	1 155	22,34	84. Maracás.....	5	43 553	1 600	3,67
21. Camamu.....	4	24 015	2 268	9,44	85. Maragogipe.....	6	37 223	11 183	30,04
22. Camaçari.....	3	13 849	2 750	19,86	86. Marau.....	3	8 458	912	10,78
23. Campo Formoso.....	2	48 836	2 969	6,08	87. Mata de São João...	4	17 827	4 894	27,45
24. Canavieiras.....	6	54 822	6 893	12,57	88. Miguel Calmon.....	3	30 874	4 015	13,00
25. Caravelas.....	2	21 084	2 726	12,93	89. Monte Santo.....	2	36 814	1 641	4,46
26. Carinhanha.....	5	23 875	1 850	7,75	90. Morro do Chapéu...	6	50 091	1 309	2,61
27. Casa Nova.....	5	29 484	1 359	4,61	91. Mucugê.....	4	14 471	1 388	9,59
28. Castro Alves.....	6	39 274	6 787	17,28	92. Mucuri.....	5	10 433	433	4,15
29. Catu.....	3	16 635	3 622	21,77	93. Mundo Novo.....	8	44 805	2 639	5,89
30. Cicero Dantas.....	2	34 523	1 627	4,71	94. Muritiba.....	4	31 851	7 594	23,84
31. Cipó.....	3	20 067	1 802	8,98	95. Mutuípe.....	1	11 815	1 498	12,68
32. Conceição da Feira...	1	10 580	2 267	21,43	96. Nazaré.....	3	24 626	11 661	47,35
33. Conceição do Almeida	3	25 363	2 088	8,23	97. Nilo Peçanha.....	2	18 223	1 502	8,24
34. Conceição do Coité...	2	39 046	1 527	3,91	98. Nova Soure.....	1	12 234	1 278	10,45
35. Conde.....	1	14 511	3 020	20,81	99. Oliveira dos Brejinhos	4	17 715	1 003	5,66
36. Condeúba.....	7	72 667	1 453	2,00	100. Palmas de Monte Alto	3	11 281	861	7,63
37. Coração de Maria.....	2	20 328	809	3,98	101. Palmeiras.....	1	8 095	2 438	30,12
38. Correntina.....	1	20 829	1 806	8,67	102. Paramirim.....	4	27 128	1 321	4,87
39. Cotejipe.....	6	20 661	827	4,00	103. Paratinga.....	2	21 436	2 873	13,40
40. Cruz das Almas.....	3	32 417	6 851	21,13	104. Paripiranga.....	2	26 242	3 787	14,43
41. Curaçá.....	5	27 174	1 043	3,84	105. Piaçã.....	7	32 385	707	2,18
42. Entre Rios.....	5	19 498	1 119	5,71	106. Pilão Arcado.....	3	17 380	1 319	7,59
43. Esplanada.....	3	20 782	3 328	16,01	107. Poções.....	8	100 128	3 681	3,68
44. Euclides da Cunha.....	2	25 727	2 010	7,81	108. Pojoca.....	2	7 570	2 954	39,02
45. Feira de Santana.....	10	108 470	27 285	25,15	109. Porto Seguro.....	4	26 686	1 964	7,36
46. Glória.....	3	27 615	861	3,12	110. Prado.....	5	33 459	1 595	4,77
47. Guanambi.....	4	18 948	2 101	11,09	111. Queimadas.....	1	13 319	2 538	19,06
48. Ibipetuba.....	3	20 428	1 754	8,59	112. Remanso.....	3	24 370	4 464	18,32
49. Ibitiara.....	3	23 971	868	3,62	113. Riachão do Jacuípe...	4	41 405	1 550	3,74
50. Ilhéus.....	16	135 493	23 006	16,98	114. Riacho de Santana...	2	21 511	1 508	7,01
51. Inhambupe.....	4	42 007	3 318	7,90	115. Ribeira do Pombal...	2	23 833	2 829	11,87
52. Ipiáú.....	4	48 461	7 041	14,53	116. Rio de Contas.....	4	16 186	1 466	9,06
53. Ipirá.....	3	53 404	2 252	4,22	117. Rio Real.....	1	13 000	2 769	21,30
54. Irará.....	7	47 045	1 605	3,41	118. Rui Barbosa.....	4	37 592	5 707	15,18
55. Irecê.....	3	21 553	1 465	6,80	119. Salvador.....	1	424 142	395 993	93,36
56. Itaberaba.....	3	57 888	6 104	10,54	120. Santa Cruz Cabrália...	2	5 715	506	8,85
57. Itabuna.....	7	151 098	26 312	17,41	121. Santa Inês.....	3	25 143	3 194	12,70
58. Itacaré.....	3	23 571	1 763	7,48	122. Santaluz.....	1	9 858	2 460	24,95
59. Itambé.....	2	47 042	4 741	10,08	123. Santa Maria da Vitória	4	28 243	2 106	7,46
60. Itaparica.....	6	21 785	2 620	12,03	124. Santana.....	3	28 085	3 162	11,26
61. Itapicuru.....	4	32 226	772	2,40	125. Santa Teresinha.....	6	36 341	694	1,91
62. Itaquara.....	1	8 500	1 798	21,15	126. Santo Amaro.....	11	86 185	12 265	14,23
63. Itiruçu.....	1	7 098	1 662	23,42	127. Santo Antônio de Jesus	2	29 865	11 595	38,82
64. Itituba.....	1	19 725	2 260	11,46	128. Santo Estêvão.....	2	32 083	1 442	4,49
65. Ituaçu.....	4	30 847	1 420	4,60	129. Santo Inácio.....	6	15 864	722	4,55
66. Ituberá.....	2	26 375	2 169	8,22	130. São Félix.....	2	15 157	6 167	40,69
67. Jacaraci.....	3	27 073	929	3,43	131. São Filipe.....	3	25 430	1 093	4,30
68. Jacobina.....	5	63 209	7 850	12,42	132. São Francisco do Conde	4	11 151	1 463	13,12
69. Jaguaquara.....	3	19 178	3 505	18,28	133. São Gonçalo dos Campos	4	30 775	3 781	12,29

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS		NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS		NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA		
			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total				Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
BAHIA (conclusão)						MINAS GERAIS (continuação)					
134	São Miguel das Matas	1	9 944	1 097	11,03	41.	Bom Jardim de Minas	3	7 256	2 061	28,40
135	São Sebastião do Passé	3	21 201	2 562	12,08	42.	Bom Jesus do Galho	3	22 742	2 352	10,34
136	Saúde	2	25 677	1 803	7,19	43.	Bom Sucesso	3	17 098	4 604	26,93
137	Seabra	5	38 582	1 170	3,03	44.	Bonfim	4	18 739	1 255	6,70
138	Senhor do Bonfim	2	31 960	10 325	32,31	45.	Borda da Mata	3	14 932	3 250	21,77
139	Sento Sé	6	15 606	879	5,63	46.	Botelhos	2	12 525	2 594	20,71
140	Serrinha	4	69 174	6 755	9,77	47.	Brasília	3	37 395	1 985	5,31
141	Taperoá	2	9 629	2 451	25,45	48.	Brasópolis	4	23 144	3 849	16,63
142	Tucano	2	28 721	3 080	10,72	49.	Brumadinho	4	13 104	1 073	8,19
143	Uauá	1	11 149	919	8,24	50.	Bueno Brandão	1	11 379	1 387	12,19
144	Ubaitaba	3	20 089	2 266	11,28	51.	Buenópolis	4	16 914	2 232	13,20
145	Ubaitaba	2	14 205	2 547	17,93	52.	Cabo Verde	1	11 931	1 932	16,19
146	Una	2	11 395	474	4,16	53.	Cachoeira de Minas	2	9 848	1 157	11,75
147	Urandi	4	24 366	1 606	6,59	54.	Caeté	7	22 082	6 745	30,55
148	Valença	4	33 155	11 628	35,07	55.	Caldas	3	17 815	3 161	17,74
149	Vitória da Conquista	10	98 290	18 017	18,33	56.	Camanducaia	3	21 975	2 118	9,64
150	Xiquexique	6	34 595	4 047	11,70	57.	Cambuá	4	22 721	2 255	9,92
ESTADO		552 4	900 419	959 282	19,58	58.	Cambuquira	1	8 698	4 753	54,64
MINAS GERAIS						59.	Campanha	1	8 047	4 840	60,15
1	Abadia dos Dourados	1	9 213	1 274	13,83	60.	Campestre	2	18 049	2 185	12,11
2	Abaeté	2	26 701	3 902	14,61	61.	Campina Verde	2	13 836	2 172	15,70
3	Abre Campo	4	22 106	2 071	9,37	62.	Campo Belo	3	27 040	10 722	39,65
4.	Açucena	5	22 399	727	3,25	63.	Campo do Meio	1	6 926	2 384	34,42
5.	Águas Formosas	6	33 501	1 213	3,62	64.	Campo Florido	1	6 118	1 038	16,97
6.	Aimorés	6	37 511	9 442	25,17	65.	Campos Altos	2	5 738	1 628	28,37
7.	Aiuruoca	2	10 212	1 253	12,27	66.	Campos Gerais	2	17 200	3 059	17,78
8.	Além Paraíba	3	26 889	12 297	45,73	67.	Canápolis	2	18 085	1 683	9,31
9.	Alfenas	2	20 307	9 481	46,69	68.	Candeias	1	13 612	2 444	17,95
10.	Almenara	3	30 925	4 353	14,08	69.	Capelinha	2	35 410	2 365	6,68
11.	Alpinópolis	2	10 874	2 665	24,51	70.	Capetinga	2	6 822	1 058	15,51
12.	Alterosa	1	6 995	907	12,97	71.	Capitólio	1	8 124	1 155	14,22
13.	Alto Rio Doce	4	20 399	1 361	6,67	72.	Carai	3	15 251	979	6,42
14.	Alvinópolis	3	15 140	3 219	21,26	73.	Carandá	4	10 003	2 034	20,40
15.	Andradas	2	17 634	3 203	18,16	74.	Carangola	4	42 626	9 339	21,91
16.	Andrelândia	3	19 074	2 818	14,77	75.	Caratinga	9	74 202	13 149	17,72
17.	Antônio Carlos	1	9 024	2 687	29,78	76.	Carlos Chagas	4	33 062	4 317	13,06
18.	Antônio Dias	2	12 398	1 120	9,03	77.	Carmo da Cachoeira	2	8 013	1 057	13,19
19.	Araçuaí	3	24 162	4 973	20,58	78.	Carmo da Mata	1	9 803	3 416	34,85
20.	Araguari	4	44 617	25 789	57,80	79.	Carmo do Cajuru	1	8 425	1 864	22,12
21.	Araxá	1	19 186	14 997	78,17	80.	Carmo do Paranaíba	2	20 990	3 462	16,49
22.	Aresburgo	1	8 805	2 213	25,13	81.	Carmo do Rio Claro	2	14 108	3 559	25,23
23.	Arcoz	1	16 378	3 669	22,47	82.	Carmópolis de Minas	1	9 852	1 818	18,45
24.	Areão	1	8 233	2 642	32,09	83.	Carrancas	1	4 984	537	10,77
25.	Astolfo Dutra	2	11 958	2 388	19,97	84.	Carvalhos	1	5 240	765	14,60
26.	Ataléia (2)	1	12 587	—	—	85.	Cascalho Rico	1	5 173	781	15,10
27.	Baependi	2	17 238	2 920	16,94	86.	Cássia	1	12 889	3 982	30,89
28.	Baldim	2	9 877	913	9,24	87.	Cataguases	6	34 226	13 143	38,40
29.	Nambuí	3	25 820	4 349	16,84	88.	Caxambu	1	9 078	7 878	86,78
30.	Barão de Cocais	3	13 349	4 780	35,81	89.	Cláudio	2	12 031	2 244	18,65
31.	Barbacena	10	69 585	25 768	37,03	90.	Coimbra	1	5 891	1 920	32,59
32.	Barra Longa	1	14 075	1 610	11,44	91.	Comendador Gomes	1	3 605	499	13,84
33.	Belo Horizonte	2	360 313	346 207	96,09	92.	Comercinho	1	9 071	1 066	11,75
34.	Belo Vale	4	12 720	1 190	9,36	93.	Conceição da Aparecida	1	8 464	290	27,06
35.	Betim	3	16 541	3 766	22,77	94.	Conceição das Alagoas	2	15 973	2 276	14,25
36.	Bias Fortes	3	9 370	769	8,21	95.	Conceição do Mato Dentro	11	38 793	3 222	8,31
37.	Bicas	2	10 400	5 365	51,59	96.	Conceição do Rio Verde	2	8 155	3 163	38,79
38.	Boa Esperança	2	22 361	4 892	21,88	97.	Conceição dos Ouros	1	5 514	1 451	26,31
39.	Bocaiúva	5	31 229	3 493	11,19	98.	Congonhas	3	9 607	3 700	38,51
40.	Bom Despacho	4	25 863	8 358	32,32	99.	Conquista	3	11 877	2 427	20,43
						100.	Conselheiro Lafaiete	6	47 677	18 415	38,62

(2) Exclusivo os dados referentes ao distrito de Ataléia, que se encontra localizado na região da serra dos Aimorés.

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA		
		Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
MINAS GERAIS (continuação)					MINAS GERAIS (continuação)				
101. Conselheiro Pena.....	8	46 559	4 112	8,83	165. Ipanema.....	3	27 008	2 923	10,82
102. Contagem.....	1	6 033	2 022	33,10	166. Itabira.....	3	25 651	7 602	29,64
103. Coqueiral.....	1	6 873	1 162	16,91	167. Itabirito.....	4	13 086	7 244	55,36
104. Coração de Jesus.....	8	28 974	1 842	6,36	168. Itaguara.....	1	7 163	1 813	25,31
105. Cordisburgo.....	2	7 716	1 815	23,52	169. Itajubá.....	4	41 133	21 255	51,67
106. Corinto.....	5	26 306	7 156	27,20	170. Itamarandiba.....	5	30 958	2 097	6,77
107. Coroaci.....	2	11 642	1 625	13,96	171. Itambacuri.....	6	59 090	2 766	4,68
108. Coromandel.....	2	16 989	2 689	15,83	172. Itamoji.....	1	8 084	2 229	27,57
109. Coronel Fabriciano.....	3	22 409	3 407	15,20	173. Itamonte.....	2	9 109	1 067	11,71
110. Córrego d'Anta.....	1	8 831	774	8,76	174. Itanhandu.....	1	6 678	3 385	50,69
111. Cristais.....	1	8 411	1 487	17,68	175. Itanhomi.....	1	22 431	1 578	7,03
112. Cristina.....	2	11 522	2 642	22,93	176. Itapajipe.....	1	6 633	739	11,14
113. Crucilândia.....	1	4 994	1 146	22,95	177. ItapeERICA.....	5	36 127	5 087	14,08
114. Cruzília.....	1	6 049	1 651	27,29	178. Itaúna.....	2	24 055	9 384	39,01
115. Curvelo.....	7	43 717	14 156	32,38	179. Itinga.....	3	19 027	1 435	7,45
116. Delfim Moreira.....	1	13 045	1 361	10,43	180. Itueta.....	1	11 143	983	8,82
117. Delfinópolis.....	2	8 551	2 299	26,83	181. Ituiutaba.....	3	53 240	8 334	15,65
118. Diamantina.....	15	57 550	10 177	17,68	182. Itumirim.....	3	9 090	950	10,45
119. Dionísio.....	1	8 788	1 370	15,59	183. Iturama.....	1	9 556	630	6,59
120. Divino.....	2	19 130	1 807	9,42	184. Jabuticatubas.....	3	16 546	1 295	7,83
121. Divinópolis.....	2	33 438	20 550	61,46	185. Jacinto.....	2	10 885	1 903	9,57
122. Divisa Nova.....	1	4 408	1 035	23,48	186. Jacuí.....	2	10 590	1 189	11,23
123. Dom Joaquim.....	4	18 195	1 586	8,72	187. Jacutinga.....	2	15 962	3 371	21,12
124. Dom Silvério.....	2	13 167	2 868	21,78	188. Janaúba.....	1	13 317	3 078	23,11
125. Dolores de Campos.....	2	7 498	2 874	38,33	189. Januária.....	7	50 369	7 123	14,14
126. Dolores do Indaia.....	3	18 722	5 754	30,73	190. Jequeri.....	4	21 663	1 890	8,72
127. Elói Mendes.....	1	11 895	2 771	23,30	191. Jequitai.....	1	10 047	1 533	15,26
128. Ervália.....	3	19 401	2 161	11,14	192. Jequitibá.....	2	9 509	809	8,51
129. Esmeraldas.....	3	14 579	2 226	15,27	193. Jequitinhonha.....	2	19 195	4 173	21,74
130. Espera Feliz.....	3	18 437	1 974	10,71	194. Jesuânia.....	1	4 755	1 114	23,43
131. Espinosa.....	3	18 234	1 726	9,47	195. Joáima.....	2	23 102	3 762	16,28
132. Estiva.....	1	8 314	996	11,98	196. João Pinheiro.....	4	18 310	1 566	8,55
133. Estrela do Indaia.....	2	6 695	1 069	15,97	197. João Ribeiro.....	7	23 261	2 222	9,55
134. Estrela do Sul.....	3	13 534	2 138	15,80	198. Jordânia.....	2	10 821	2 310	21,35
135. Eugenópolis.....	3	15 017	1 337	8,90	199. Juiz de Fora.....	10	129 092	86 819	67,25
136. Extrema.....	2	12 913	1 287	9,97	200. Juruaia.....	1	7 750	938	12,10
137. Fama.....	1	2 513	827	32,91	201. Ladainha.....	1	16 827	2 203	13,09
138. Felixlândia.....	1	8 614	1 136	13,19	202. Lagoa da Prata.....	1	10 604	3 208	30,25
139. Ferros.....	6	22 139	1 831	8,27	203. Lagoa Dourada.....	2	8 653	1 498	17,31
140. Formiga.....	5	33 724	12 233	36,27	204. Lagoa Santa.....	1	7 814	3 470	44,41
141. Francisco Sá.....	2	23 526	1 644	6,99	205. Lajinha.....	2	27 274	1 245	4,56
142. Francisco Sales.....	2	7 629	1 897	24,87	206. Lambari.....	1	9 589	4 978	51,86
143. Frutal.....	2	18 425	3 270	17,75	207. Laranjal.....	2	6 900	791	11,46
144. Galiléia.....	3	27 163	1 059	3,90	208. Lavras.....	2	28 015	12 721	45,41
145. Gimirim.....	2	13 383	2 342	17,50	209. Leopoldina.....	7	40 761	10 979	26,94
146. Governador Valadares.....	4	61 489	20 864	33,93	210. Liberdade.....	4	14 517	807	5,56
147. Grão Mogol.....	6	33 020	948	2,87	211. Lima Duarte.....	6	20 967	2 939	14,02
148. Guanhães.....	6	35 445	3 257	9,19	212. Luminárias.....	1	4 360	781	17,91
149. Guapé.....	2	12 993	2 059	15,85	213. Luz.....	2	13 583	3 400	25,03
150. Guaraciaba.....	1	10 815	869	8,04	214. Machado.....	3	22 444	6 224	27,73
151. Guaraniânia.....	2	14 542	4 552	31,30	215. Malacacheta.....	5	33 777	2 159	6,39
152. Guarani.....	1	8 227	2 344	28,49	216. Manga.....	4	21 417	1 497	6,99
153. Guarará.....	2	5 546	1 116	20,12	217. Manhuaçu.....	6	35 028	6 205	17,71
154. Guaxupé.....	1	18 906	9 505	50,28	218. Manhumirim.....	4	28 237	5 656	20,03
155. Guia Lopes.....	3	12 378	1 016	8,21	219. Mar de Espanha.....	6	19 477	2 671	13,71
156. Guidoal.....	1	10 088	1 813	17,97	220. Maria da Fé.....	1	8 319	2 041	24,53
157. Guiricema.....	3	17 160	1 813	10,57	221. Mariana.....	12	32 828	4 444	13,54
158. Iapu.....	3	18 526	821	4,43	222. Martinho Campos.....	1	10 387	2 018	19,43
159. Ibiá.....	3	14 158	4 858	34,31	223. Mateus Leme.....	5	11 862	1 152	9,71
160. Ibiraci.....	2	14 980	1 517	10,13	224. Matias Barbosa.....	3	12 759	2 378	18,64
161. Igatama.....	1	8 413	1 446	17,18	225. Matipó.....	2	15 842	1 962	12,38
162. Indianópolis.....	1	4 722	1 003	21,24	226. Matozinhos.....	4	9 884	2 570	26,00
163. Inhapim.....	4	35 683	2 282	6,40	227. Medina.....	3	23 210	2 693	11,60
164. Inhaúma.....	2	7 544	1 086	14,40	228. Mercês.....	1	10 410	2 476	23,78

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS	NÚME-RO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS	NÚME-RO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA		
		Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
MINAS GERAIS (continuação)					MINAS GERAIS (continuação)				
229. Mesquita.....	4	24 966	973	3,90	291. Pratinha.....	1	4 749	1 035	21,79
230. Minas Novas.....	4	50 012	1 269	2,51	292. Presidente Olegário...	3	29 685	1 551	5,22
231. Miradouro.....	3	17 544	1 943	11,08	293. Raposos.....	1	6 477	5 414	83,59
232. Mirafé.....	2	14 113	3 064	21,71	294. Raul Soares.....	6	38 783	4 830	12,45
233. Monsenhor Paulo.....	1	5 695	1 075	18,88	295. Recreio.....	3	10 886	3 635	33,39
234. Monte Alegre de Minas	1	10 313	2 656	25,75	296. Resende Costa.....	2	8 567	2 150	25,20
235. Monte Azul.....	4	20 468	2 280	11,14	297. Resplendor.....	5	45 949	3 487	7,59
236. Monte Belo.....	2	12 027	1 301	10,82	298. Ribeirão Vermelho.....	1	4 502	2 896	64,33
237. Monte Carmelo.....	4	23 866	4 282	17,94	299. Rio Acima.....	1	5 318	2 754	51,79
238. Monte Santo de Minas	2	17 420	4 020	23,08	300. Rio Casca.....	3	23 420	3 672	15,68
239. Montes Claros.....	8	72 557	20 795	28,66	301. Rio Espera.....	2	13 222	1 433	10,84
240. Monte Sião.....	1	10 292	1 336	12,98	302. Rio Novo.....	3	14 955	3 193	21,35
241. Moravânia.....	3	13 566	1 208	8,90	303. Rio Paranaíba.....	2	14 568	1 168	8,02
242. Muriaé.....	8	48 631	11 734	24,13	304. Rio Pardo de Minas...	4	35 027	1 089	3,11
243. Mutum.....	5	30 829	2 195	7,12	305. Rio Piracicaba.....	3	21 385	1 564	7,31
244. Muzambinho.....	1	16 285	5 339	32,78	306. Rio Pomba.....	4	26 383	4 575	17,34
245. Nanuque (3).....	2	17 214	4 520	26,26	307. Rio Preto.....	3	9 440	1 737	18,40
246. Nepomuceno.....	1	19 881	3 732	18,77	308. Rio Vermelho.....	3	19 790	1 541	7,79
247. Nova Era.....	1	10 461	4 984	47,64	309. Rubim.....	2	23 068	2 509	10,88
248. Nova Lima.....	1	22 277	17 686	79,39	310. Sabará.....	3	13 529	9 344	69,07
249. Nova Ponte.....	1	7 962	1 642	20,62	311. Sabinópolis.....	4	18 727	1 846	9,86
250. Nova Resende.....	3	12 728	1 690	13,28	312. Sacramento.....	3	20 801	4 057	19,50
251. Novo Cruzeiro.....	4	29 139	1 603	5,50	313. Salinas.....	5	64 525	3 587	5,56
252. Oliveira.....	3	23 900	8 006	33,50	314. Salto da Divisa.....	2	9 394	1 389	14,79
253. Ouro Fino.....	2	26 740	7 814	29,22	315. Santa Bárbara.....	7	19 233	3 399	17,67
254. Ouro Preto.....	10	34 154	9 247	27,07	316. Santa Catarina.....	2	8 798	1 082	12,30
255. Pains.....	2	9 363	2 441	26,07	317. Santa Cruz do Escal-				
256. Palma.....	5	18 729	1 838	9,81	vado.....	3	12 386	1 105	8,92
257. Paracatu.....	3	30 481	5 975	19,60	318. Santa Juliana.....	2	9 911	1 224	12,35
258. Pará de Minas.....	4	28 907	9 280	32,10	319. Santa Luzia.....	2	10 923	3 950	36,16
259. Paraguaçu.....	2	11 285	3 635	32,21	320. Santa Margarida.....	1	8 079	1 135	14,05
260. Paraísoópolis.....	3	18 660	5 495	29,45	321. Santa Maria de Itabira	4	18 424	1 326	7,20
261. Paraopeba.....	2	11 832	3 921	33,14	322. Santa Maria do Suaçuí	4	26 339	2 138	8,12
262. Passa Quatro.....	3	10 820	4 547	42,02	323. Santana de Pirapama...	1	9 609	929	9,67
263. Passa Tempo.....	2	14 317	2 265	15,82	324. Santa Rita de Caldas...	2	11 083	1 264	11,40
264. Passos.....	1	34 450	14 307	41,53	325. Santa Rita de Jacu-				
265. Patos de Minas.....	5	65 419	11 917	18,22	tinga.....	2	6 403	1 523	23,79
266. Patrocínio.....	4	34 755	7 345	21,13	326. Santa Rita do Sapucaí	3	25 425	6 093	23,96
267. Peçanha.....	5	41 022	2 970	7,24	327. Santa Vitória.....	1	8 541	777	9,10
268. Pedra Azul.....	2	22 454	5 843	26,02	328. Santo Antônio do Am-				
269. Pedralva.....	2	12 392	1 575	12,71	paro.....	1	9 543	2 085	21,85
270. Pedro Leopoldo.....	5	16 425	4 924	29,98	329. Santo Antônio do				
271. Pequi.....	2	6 900	1 450	21,01	Monte.....	2	21 021	3 296	15,68
272. Perdizes.....	1	10 868	725	6,67	330. Santos Dumont.....	6	33 762	13 870	41,08
273. Perdões.....	2	13 055	3 135	24,01	331. São Domingos do Prata	9	33 855	1 748	5,16
274. Pimenta.....	2	5 978	1 778	29,74	332. São Francisco.....	5	33 596	3 108	9,25
275. Piranga.....	6	37 210	1 855	4,99	333. São Geraldo.....	1	10 762	2 236	20,78
276. Pirapetinga.....	2	7 599	1 830	24,87	334. São Gonçalo do Abaeté	2	12 783	627	4,90
277. Pirapora.....	5	29 060	9 012	31,01	335. São Gonçalo do Pará	1	5 679	2 088	36,77
278. Pitangui.....	6	34 870	5 482	15,72	336. São Gonçalo do Sa-				
279. Pium.....	2	16 065	5 968	37,15	pucaí.....	3	18 997	4 060	21,37
280. Poços de Caldas.....	1	25 831	19 680	76,19	337. São Gotardo.....	3	22 506	2 777	12,34
281. Pocrane.....	3	14 223	997	7,01	338. São João Batista do				
282. Pompeu.....	2	13 158	2 514	19,11	Glória.....	1	5 057	1 830	36,19
283. Ponte Nova.....	7	61 103	15 420	25,24	339. São João da Ponte.....	4	36 408	986	2,71
284. Porteirinha.....	4	25 756	1 312	5,09	340. São João del Rei.....	9	51 648	25 228	48,85
285. Poté.....	2	11 214	1 617	14,42	341. São João do Paraíso...	2	18 348	681	3,71
286. Pouso Alegre.....	3	29 367	12 923	44,01	342. São João Evangelista	3	20 445	2 107	10,31
287. Pouso Alto.....	2	7 044	1 375	19,52	343. São João Nepomuceno	6	22 839	6 900	30,21
288. Prados.....	2	9 167	1 832	19,98	344. São Lourenço.....	1	11 050	8 930	80,81
289. Prata.....	3	14 518	3 033	21,30	345. São Pedro da União...	1	5 861	787	13,43
290. Pratápolis.....	2	9 031	2 745	30,40	346. São Pedro dos Ferros	1	13 669	3 056	22,36

(3) Exclusive os dados referentes ao distrito de Alto Itaúna, que se encontra localizado na região da serra dos Aimorés.

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS		NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS		NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			
			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total				Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total	
MINAS GERAIS (conclusão)						ESPÍRITO SANTO (conclusão)						
347. São Romão.....	4	16 029	1 259	7,85	15. Guaruá.....	4	25 143	4 586	18,24			
348. São Sebastião do Maranhão.....	3	14 106	1 123	7,96	16. Guarapari.....	2	12 383	2 301	18,58			
349. São Sebastião do Paraíso.....	2	23 010	10 821	47,03	17. Ibiracá.....	4	14 398	624	4,33			
350. São Tiago.....	1	8 010	2 190	27,34	18. Iconha.....	2	9 930	600	6,04			
351. São Tomás de Aquino	1	9 427	2 133	22,63	19. Itaguaçu.....	4	18 339	858	4,68			
352. Sapucaí-Mirim.....	1	4 310	745	17,29	20. Itapemirim.....	3	29 038	2 713	9,34			
353. Senador Firmino.....	3	16 575	1 836	11,08	21. Itapoama.....	2	7 480	1 277	17,07			
354. Senador Lemos.....	1	4 630	1 048	22,63	22. Ituna.....	4	24 452	1 153	4,72			
355. Serrania.....	1	5 002	1 498	29,95	23. Jabaeté.....	2	5 928	473	7,98			
356. Sêro.....	7	29 163	3 834	13,15	24. Linhares.....	2	29 564	3 026	10,24			
357. Sete Lagoas.....	2	25 439	18 877	74,20	25. Mimoso do Sul.....	9	43 278	3 751	8,67			
358. Silvestre Ferraz.....	2	12 819	2 770	21,61	26. Muniz Freire.....	4	19 302	996	5,16			
359. Silvianópolis.....	3	13 987	2 170	15,51	27. Muqui.....	2	16 570	3 452	20,83			
360. Simonésia.....	4	21 269	987	4,64	28. Santa Leopoldina.....	5	17 840	1 017	5,70			
361. Soledade de Minas.....	1	5 564	2 205	39,63	29. Santa Teresa.....	5	21 982	941	4,28			
362. Tarumirim.....	4	43 338	2 264	5,22	30. São José do Calçado.....	4	16 175	1 893	11,70			
363. Teixeira.....	2	14 382	2 242	15,59	31. São Mateus.....	2	40 172	3 060	7,62			
364. Teófilo Ottoni.....	6	87 971	20 204	22,97	32. Serra.....	5	9 355	1 403	15,00			
365. Tiradentes.....	1	3 769	1 176	31,20	33. Vitória.....	2	52 535	51 329	97,70			
366. Tiros.....	2	15 446	1 775	11,49	ESTADO (4).....				129	870 987	148 494	17,05
367. Tocantins.....	1	10 910	1 858	17,03	RIO DE JANEIRO							
368. Tombos.....	3	13 671	2 827	20,68	1. Angra dos Reis.....	6	21 296	5 464	25,66			
369. Três Corações.....	1	22 716	10 190	44,86	2. Araruama.....	3	26 874	2 577	9,59			
370. Três Pontas.....	3	23 406	5 683	24,28	3. Barra do Pirai.....	6	45 549	20 254	44,47			
371. Tumiritinga.....	1	12 796	3 430	26,81	4. Barra Mansa.....	8	72 458	21 344	29,46			
372. Tupaciguara.....	2	21 485	4 875	22,69	5. Bom Jardim.....	4	18 076	1 503	8,31			
373. Turmalina.....	3	14 493	978	6,75	6. Bom Jesus do Itabapoana.....	4	32 302	4 301	13,31			
374. Ubá.....	4	40 927	14 251	34,82	7. Cabo Frio.....	4	17 169	6 937	40,40			
375. Uberaba.....	2	70 956	43 915	61,89	8. Cachoeiras de Macacu.....	3	16 342	3 232	19,78			
376. Uberlândia.....	5	56 751	36 467	64,26	9. Cambuci.....	6	38 953	1 757	4,51			
377. Unaí.....	5	29 081	910	3,13	10. Campos.....	15	240 829	63 384	26,32			
378. Varginha.....	1	23 951	13 404	55,96	11. Cantagalo.....	5	21 898	3 105	14,18			
379. Veríssimo.....	1	6 445	926	14,37	12. Carmo.....	3	11 681	1 582	13,54			
380. Vespasiano.....	1	5 616	1 949	34,70	13. Casimiro de Abreu.....	2	8 121	918	11,30			
381. Viçosa.....	4	36 851	6 509	17,66	14. Cordeiro.....	2	7 594	2 695	35,49			
382. Virgem da Lapa.....	2	18 781	1 061	5,65	15. Duas Barras.....	2	8 879	523	5,89			
383. Virgínia.....	1	7 862	1 126	14,32	16. Duque de Caxias.....	2	93 618	74 557	79,64			
384. Virginópolis.....	5	27 164	2 241	8,25	17. Itaboraí.....	6	30 489	1 829	6,00			
385. Virgolândia.....	1	19 181	1 319	6,88	18. Itaguaí.....	5	29 953	2 940	9,82			
386. Visconde do Rio Branco.....	2	26 375	7 447	28,24	19. Itaocara.....	5	24 467	1 425	5,82			
387. Volta Grande.....	4	9 161	906	9,89	20. Itaperuna.....	6	76 409	9 083	11,89			
ESTADO (4).....					21. Itaverá.....	5	15 158	1 012	6,68			
ESPÍRITO SANTO					22. Macaé.....	10	53 292	10 848	20,36			
1. Afonso Cláudio.....	9	39 032	1 721	4,41	23. Majé.....	6	37 307	7 198	19,29			
2. Alegre.....	9	59 397	5 332	8,98	24. Mangaratiba.....	4	10 949	1 747	15,96			
3. Alfredo Chaves.....	4	10 221	993	9,72	25. Maricá.....	3	19 255	1 819	9,45			
4. Anchieta.....	3	9 995	1 328	13,29	26. Marquês de Valença.....	6	36 544	12 688	34,72			
5. Araçuaçu.....	3	16 398	429	2,62	27. Miracema.....	3	19 037	7 051	37,04			
6. Baixo Guandu.....	3	22 836	3 244	14,21	28. Natividade do Carangola.....	3	26 445	3 238	12,24			
7. Cachoeiro do Itapemirim	7	82 197	24 611	29,94	29. Nilópolis.....	2	47 181	31 192	66,11			
8. Cariacica.....	2	21 995	1 804	8,20	30. Niterói.....	2	190 147	174 535	91,79			
9. Castelo.....	3	34 815	3 771	10,83	31. Nova Friburgo.....	5	48 682	29 258	60,10			
10. Colatina.....	6	100 944	6 562	6,50	32. Nova Iguaçu.....	4	146 110	58 683	40,16			
11. Conceição da Barra.....	2	10 464	1 680	16,06	33. Paraíba do Sul.....	3	22 439	5 921	26,39			
12. Domingos Martins.....	5	17 042	581	3,41	34. Parati.....	3	9 459	1 721	18,19			
13. Espírito Santo.....	3	23 511	9 910	42,15	35. Petrópolis.....	5	109 531	61 843	56,46			
14. Fundão.....	3	8 276	1 075	12,99	36. Pirai.....	5	21 455	1 615	7,53			
					37. Porciúncula.....	3	14 840	3 538	23,84			
					38. Resende.....	7	35 414	7 076	19,98			
					39. Rio Bonito.....	2	25 528	7 538	29,53			

(4) Exclusivo os dados referentes à região da serra dos Aimorés, território em litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Para maiores esclarecimentos, consultar a Nota prévia.

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA		
		Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
RIO DE JANEIRO (conclusão)					SÃO PAULO (continuação)				
40. Rio das Flores.....	4	8 231	745	9,05	41. Bauru.....	2	66 972	53 126	79,33
41. Santa Maria Madalena	6	14 690	1 132	7,71	42. Bebedouro.....	3	27 619	11 612	42,15
42. Santo Antônio de Pádua	8	38 312	4 244	11,08	43. Bento de Abreu.....	1	7 488	824	11,00
43. São Fidélis.....	5	44 154	4 544	10,29	44. Bernardino de Campos	1	9 575	4 121	43,04
44. São Gonçalo.....	5	128 533	20 856	16,22	45. Bilac.....	3	23 294	1 842	7,91
45. São João da Barra.....	5	45 358	2 852	6,23	46. Birigui.....	1	31 359	12 800	40,85
46. São João de Meriti.....	3	76 988	44 146	57,34	47. Boa Esperança do Sul	2	8 214	1 163	14,16
47. São Pedro da Aldeia.....	1	19 224	1 231	6,40	48. Bocaina.....	1	9 006	2 517	27,95
48. São Sebastião do Alto	2	14 850	399	2,69	49. Bofete.....	1	6 038	1 047	17,34
49. Sapucaia.....	4	16 961	1 621	9,56	50. Boituva.....	2	8 147	1 838	23,30
50. Saquarema.....	3	18 922	1 028	5,43	51. Borborema.....	1	10 163	2 157	21,22
51. Silva Jardim.....	4	11 466	571	4,38	52. Botucatu.....	4	41 868	23 632	56,59
52. Sumidouro.....	1	9 234	702	7,60	53. Bragança Paulista.....	5	52 177	16 456	31,54
53. Teresópolis.....	3	34 724	14 900	42,91	54. Brodósqui.....	1	8 108	2 168	26,74
54. Trajano de Moraes.....	5	16 963	984	5,80	55. Brotas.....	2	13 832	3 071	22,20
55. Três Rios.....	4	35 687	15 086	42,27	56. Buri.....	2	7 582	1 934	25,51
56. Vassouras.....	11	60 114	5 019	8,35	57. Buritama.....	2	8 936	1 647	18,31
ESTADO.....	252	2 326 201	777 991	33,44	58. Cabrália Paulista.....	1	4 601	1 036	22,52
DISTRITO FEDERAL					59. Cabreúva.....	1	6 354	648	10,20
1. Rio de Janeiro.....	1	2 413 152	2 335 931	96,80	60. Caçapava.....	1	19 536	10 900	55,79
SÃO PAULO					61. Cachoeira Paulista.....	1	12 647	6 938	54,86
1. Adamantina.....	2	35 408	8 639	24,40	62. Caconde.....	2	15 910	2 897	18,21
2. Aguaí.....	1	7 843	3 738	47,66	63. Cafelândia.....	4	27 296	5 210	19,09
3. Águas da Prata.....	2	5 988	1 225	20,46	64. Cajobi.....	2	8 588	1 064	12,39
4. Águas de São Pedro.....	1	485	485	100,00	65. Cajuru.....	3	16 512	3 364	20,37
5. Agudos.....	3	16 783	4 226	25,18	66. Campinas.....	5	155 358	101 746	65,49
6. Alfredo Marcondes.....	2	16 127	1 317	8,17	67. Campos do Jordão.....	1	13 063	6 290	48,15
7. Altinópolis.....	1	10 553	2 801	26,54	68. Campos Novos Paulista.....	1	3 768	797	21,15
8. Álvares Florence.....	1	9 494	1 144	12,05	69. Cananã.....	2	5 911	1 061	17,95
9. Álvares Machado.....	2	17 595	3 873	22,01	70. Cândido Mota.....	1	16 746	3 800	22,63
10. Álvaro de Carvalho.....	1	6 485	748	11,53	71. Capão Bonito.....	1	21 724	4 329	19,93
11. Americana.....	2	21 762	13 535	62,47	72. Capivari.....	3	23 732	7 223	30,44
12. Américo de Campos.....	2	9 835	776	7,89	73. Caraguatatuba.....	1	5 510	1 755	31,85
13. Amparo.....	2	27 290	10 699	39,20	74. Cardoso.....	1	9 169	958	10,45
14. Análandia.....	1	3 575	989	27,66	75. Casa Branca.....	3	21 662	7 789	35,96
15. Andradina.....	4	49 223	9 606	19,52	76. Catanduva.....	3	45 108	22 186	49,18
16. Angatuba.....	1	11 185	1 791	16,01	77. Cedral.....	1	9 679	1 693	17,49
17. Anhembí.....	2	5 227	519	9,93	78. Cerqueira César.....	1	9 231	3 100	33,58
18. Aparecida.....	2	15 355	8 957	58,33	79. Cerquilha.....	1	5 112	1 277	24,98
19. Apiaí.....	4	12 972	1 281	9,88	80. Xavantes.....	3	11 953	2 054	17,18
20. Araçatuba.....	2	60 450	27 692	45,81	81. Colina.....	1	13 059	3 211	24,59
21. Araçoiaba da Serra.....	2	10 826	860	7,94	82. Conchal.....	1	4 555	1 523	33,44
22. Araraquara.....	6	63 388	34 671	54,70	83. Conchas.....	2	10 014	2 634	26,30
23. Araras.....	1	28 857	12 560	43,52	84. Cordeirópolis.....	1	5 975	1 919	32,12
24. Arealva.....	2	8 244	1 223	14,84	85. Coroados.....	3	21 958	1 201	5,46
25. Areias.....	1	3 622	854	23,58	86. Corumbataí.....	1	3 802	1 107	29,12
26. Ariranhas.....	2	8 057	1 176	14,60	87. Cosmópolis.....	1	6 753	1 791	26,52
27. Artur Nogueira.....	1	5 882	785	13,35	88. Cosmorama.....	1	10 769	1 258	11,68
28. Assis.....	3	33 665	17 276	51,32	89. Cotia.....	4	17 575	923	5,25
29. Atibaia.....	1	18 463	6 952	37,65	90. Cravinhos.....	1	11 736	4 168	35,51
30. Avaí.....	2	8 125	1 708	21,02	91. Cruzeiro.....	1	20 297	14 498	71,43
31. Avanhadava.....	2	8 652	1 692	19,56	92. Cubatão.....	1	12 079	6 552	54,24
32. Avaré.....	2	27 794	12 245	44,06	93. Cunha.....	2	20 904	1 554	7,43
33. Bananal.....	2	15 168	2 112	13,92	94. Descalvado.....	1	14 426	4 729	32,78
34. Bariri.....	2	22 120	5 187	23,45	95. Dois Córregos.....	2	13 173	5 599	42,50
35. Barra Bonita.....	1	11 255	2 961	26,31	96. Dourado.....	1	7 675	2 400	31,27
36. Barreiro.....	1	6 606	907	13,73	97. Dracena.....	3	16 147	3 914	24,43
37. Barretos.....	4	51 486	23 683	46,00	98. Duartina.....	2	17 485	3 704	21,18
38. Barueri.....	3	10 600	2 310	21,79	99. Exaporã.....	1	9 330	1 375	14,64
39. Bastos.....	1	6 181	3 160	51,12	100. Eldorado.....	3	10 913	1 215	11,13
40. Batatais.....	1	21 827	9 860	45,17	101. Elias Fausto.....	2	5 300	1 158	21,85
					102. Estrela d'Oeste.....	1	18 514	2 090	11,29
					103. Fartura.....	2	13 478	2 146	15,92

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA		
		Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
SÃO PAULO (continuação)					SÃO PAULO (continuação)				
104. Fernandópolis.....	5	29 523	5 670	19,21	169. Jardinópolis.....	2	14 809	3 901	26,34
105. Fernando Prestes.....	2	5 287	870	16,46	170. Jarinu.....	1	3 574	524	14,66
106. Flórida Paulista.....	2	19 393	2 909	15,00	171. Jaú.....	2	44 742	18 936	42,32
107. Franca.....	5	55 023	27 715	50,37	172. Joanópolis.....	1	9 816	1 028	10,47
108. Franco da Rocha.....	3	26 262	5 704	21,72	173. José Bonifácio.....	2	20 348	3 368	16,55
109. Gália.....	2	18 171	2 977	16,38	174. Júlio Mesquita.....	1	3 570	823	23,05
110. Garça.....	3	43 444	12 763	29,38	175. Jundiá.....	1	69 879	39 560	56,61
111. General Salgado.....	4	17 531	1 065	6,07	176. Junqueirópolis.....	1	7 471	1 938	25,94
112. Getulina.....	4	27 133	2 684	9,89	177. Juquiá.....	1	6 792	899	13,24
113. Glicério.....	4	9 945	1 097	11,03	178. Laranjal Paulista.....	3	12 262	3 832	31,25
114. Gracianópolis.....	3	17 686	2 628	14,86	179. Lavínia.....	2	16 617	3 220	19,38
115. Guaira.....	1	12 446	3 506	28,17	180. Lavrinhas.....	2	3 996	803	20,10
116. Guapiara.....	1	8 255	2 507	30,37	181. Leme.....	1	15 646	6 467	41,33
117. Guará.....	2	10 557	2 603	24,66	182. Lençóis Paulista.....	3	11 978	2 708	22,61
118. Guaraçai.....	1	12 798	2 143	16,74	183. Limeira.....	3	46 822	27 962	59,72
119. Guaraci.....	2	11 591	2 075	17,90	184. Lindóia.....	1	4 770	1 986	41,64
120. Guarantã.....	1	14 705	1 611	10,96	185. Lins.....	4	56 888	24 170	42,49
121. Guararapes.....	2	27 484	8 241	29,98	186. Lorena.....	1	25 141	16 541	65,79
122. Guararema.....	1	8 317	1 479	17,78	187. Lucélia.....	3	30 066	8 694	28,92
123. Guaratinguetá.....	1	37 404	21 480	57,43	188. Lutécia.....	1	8 432	875	10,38
124. Guareí.....	1	7 519	1 073	14,27	189. Macatuba.....	1	7 472	749	10,02
125. Guariba.....	2	8 869	2 139	24,12	190. Macaúbal.....	2	10 310	1 652	16,02
126. Guarujá.....	1	13 589	9 131	67,19	191. Mairiporã.....	1	9 527	1 188	12,47
127. Guarulhos.....	1	35 523	16 379	46,11	192. Manduri.....	2	4 148	1 010	24,35
128. Herculândia.....	2	8 350	818	9,80	193. Maracá.....	2	21 744	1 317	6,06
129. Iacanga.....	1	10 197	2 095	20,55	194. Marília.....	8	87 806	36 306	41,35
130. Ibirá.....	1	10 116	2 992	29,58	195. Martinópolis.....	2	37 280	5 016	13,45
131. Ibirarema.....	1	4 862	1 239	25,48	196. Matão.....	3	20 671	3 499	16,93
132. Ibitinga.....	2	18 951	6 238	32,92	197. Miguelópolis.....	1	16 932	2 123	12,54
133. Ibiúna.....	1	18 297	2 048	11,19	198. Mineiros do Tietê.....	1	5 109	1 373	26,87
134. Iepê.....	1	13 221	1 428	10,80	199. Miracatu.....	2	10 573	411	3,89
135. Igarapava.....	3	28 693	5 983	20,85	200. Mirandópolis.....	3	27 396	4 634	16,91
136. Iguape.....	1	15 541	3 912	25,17	201. Mirassol.....	5	31 719	7 770	24,50
137. Ilhabela.....	3	5 110	1 258	24,62	202. Mococa.....	3	31 435	8 309	26,43
138. Indaiatuba.....	1	11 340	5 620	49,56	203. Moji das Cruzes.....	6	62 218	31 782	51,08
139. Indiana.....	1	6 147	1 697	27,61	204. Moji-Guaçu.....	1	14 245	3 786	26,58
140. Ipaçu.....	1	10 436	2 890	27,69	205. Moji-Mirim.....	3	20 243	11 228	55,47
141. Iporanga.....	2	8 178	461	5,64	206. Monte Alegre do Sul.....	1	4 408	1 107	25,11
142. Ipuã.....	1	8 386	1 711	20,40	207. Monte Alto.....	3	16 047	3 807	23,72
143. Irapuã.....	1	5 838	808	13,84	208. Monte Aprazível.....	6	35 791	3 989	11,15
144. Itaberá.....	1	8 724	1 151	13,19	209. Monte Azul Paulista.....	2	11 072	4 114	37,16
145. Itaí.....	1	9 385	1 250	13,32	210. Monteiro Lobato.....	1	3 795	472	12,44
146. Itajobi.....	2	14 729	1 954	13,27	211. Monte-Mor.....	1	5 741	1 531	26,67
147. Itanhaém.....	2	7 228	2 331	32,25	212. Morro Agudo.....	1	17 975	3 039	16,91
148. Itapeverica da Serra.....	4	22 022	979	4,45	213. Natividade da Serra.....	2	11 621	838	7,21
149. Itapetininga.....	4	38 920	18 101	46,51	214. Nazaré Paulista.....	2	10 277	656	6,38
150. Itapeva.....	3	24 058	6 279	26,10	215. Neves Paulista.....	3	13 437	2 462	18,32
151. Itapira.....	3	31 159	11 013	35,34	216. Nhandeara.....	4	23 196	1 795	7,74
152. Itápolis.....	3	21 334	5 313	24,90	217. Nova Aliança.....	4	14 019	1 130	8,06
153. Itaporanga.....	4	16 594	1 005	6,06	218. Nova Granada.....	5	17 277	5 305	30,72
154. Itapuí.....	2	12 921	2 924	22,63	219. Novo Horizonte.....	3	26 003	6 263	24,09
155. Itararé.....	1	16 792	9 371	55,81	220. Nuporanga.....	1	6 469	1 075	16,62
156. Itariri.....	2	6 756	1 413	20,91	221. Óleo.....	2	6 801	609	8,95
157. Itatiba.....	2	17 336	7 947	45,84	222. Olímpia.....	5	38 505	9 593	24,91
158. Itatinga.....	2	7 909	1 701	21,51	223. Oriente.....	1	11 940	1 635	13,69
159. Itirapina.....	2	7 511	2 810	37,41	224. Orlândia.....	1	10 985	4 020	36,60
160. Itirapua.....	1	5 098	1 462	28,68	225. Oscar Bressane.....	1	7 162	596	8,32
161. Itu.....	2	31 295	16 851	53,85	226. Osvaldo Cruz.....	3	27 225	6 599	24,24
162. Ituverava.....	2	24 859	7 138	28,71	227. Ourinhos.....	1	21 512	13 829	64,29
163. Jaborandi.....	1	8 195	1 558	19,01	228. Pacaembu.....	3	24 135	3 079	12,76
164. Jaboticabal.....	4	31 278	14 164	45,28	229. Palestina.....	4	12 002	1 867	15,56
165. Jacareí.....	1	27 850	15 485	55,60	230. Palmital.....	3	19 317	3 495	18,09
166. Jacupiranga.....	3	14 776	1 387	9,39	231. Paraguaçu Paulista.....	4	24 872	6 666	26,80
167. Jales.....	5	32 356	1 596	4,93	232. Paraibuna.....	1	16 919	1 695	10,02
168. Jambeiro.....	1	4 094	694	16,95	233. Paranapanema.....	1	5 598	1 054	18,83

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS	NÚME- RO DE DISTRIT- TOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS	NÚME- RO DE DISTRIT- TOS	POPULAÇÃO REGISTRADA		
		Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
SÃO PAULO (continuação)					SÃO PAULO (continuação)				
234. Parapuã.....	1	12 872	2 684	20,85	299. Santa Bárbara d'Oeste	1	15 750	6 133	38,94
235. Patrocinio Paulista...	1	7 318	1 793	24,50	300. Santa Bárbara do Rio				
236. Paulicéia.....	3	3 458	742	21,43	Pardo.....	2	5 401	588	10,87
237. Paulo de Faria.....	3	10 876	1 313	12,07	301. Santa Branca.....	1	6 097	1 520	24,93
238. Pederneiras.....	4	18 045	6 223	34,49	302. Santa Cruz das Pal-				
239. Pedregulho.....	3	16 252	2 475	15,23	meiras.....	1	8 622	3 141	36,43
240. Pedreira.....	1	6 951	2 918	41,98	303. Santa Cruz do Rio				
241. Pedro de Toledo.....	1	4 722	713	15,10	Pardo.....	5	32 273	8 499	26,33
242. Penápolis.....	2	34 105	8 854	25,96	304. Santa Gertrudes.....	1	4 868	1 785	36,67
243. Pereira Barreto.....	3	28 014	2 961	10,57	305. Santa Isabel.....	3	14 999	1 832	12,21
244. Pereiras.....	1	5 663	1 268	22,39	306. Santana de Parnaíba	3	10 556	1 054	9,98
245. Piedade.....	2	20 837	3 052	14,65	307. Santa Rita do Passa				
246. Pilar do Sul.....	1	8 106	1 830	22,58	Quatro.....	2	14 448	4 510	31,22
247. Pindamonhagaba.....	1	29 286	13 747	46,94	308. Santa Rosa de Viterbo	1	10 379	2 775	26,74
248. Pindorama.....	2	10 996	2 946	26,79	309. Santo Anastácio.....	3	37 006	5 400	17,29
249. Pinhal.....	2	29 211	10 448	35,77	310. Santo André.....	4	128 051	98 313	76,78
250. Piquerobi.....	1	9 088	1 173	12,91	311. Santo Antônio da Ale-				
251. Piquete.....	1	10 420	7 512	72,09	gria.....	1	5 194	1 211	23,32
252. Piracaja.....	2	11 382	2 125	18,67	312. Santos.....	2	206 920	201 739	97,50
253. Piracicaba.....	6	88 855	46 611	52,46	313. São Bento do Sapucaí	2	14 116	2 070	14,66
254. Piraguanga.....	2	26 413	12 790	48,42	314. São Bernardo do Cam-				
255. Piraju.....	3	21 246	6 223	29,29	po.....	3	29 409	20 075	68,26
256. Pirajui.....	6	37 837	5 816	15,37	315. São Caetano do Sul	1	60 200	55 797	92,69
257. Piranji.....	2	11 545	1 706	14,78	316. São Carlos.....	4	48 750	31 539	64,70
258. Pirapózinho.....	2	29 112	2 498	8,58	317. São João da Boa Vista	1	34 545	16 417	47,52
259. Piratininga.....	1	11 471	2 776	24,20	318. São Joaquim da Barra	1	15 978	6 871	43,00
260. Pitangueiras.....	3	13 250	3 030	22,87	319. São José da Bela Vista	1	8 010	1 148	14,33
261. Planalto.....	2	5 681	663	11,67	320. São José do Rio Pardo	2	32 241	9 169	28,44
262. Poá.....	2	11 792	6 124	51,93	321. São José do Rio Preto	6	66 832	37 717	56,44
263. Pompeia.....	5	39 597	6 039	15,25	322. São José dos Campos	3	45 258	26 287	58,08
264. Pongai.....	1	6 454	1 169	18,11	323. São Luís do Paraitinga	3	14 616	1 480	10,13
265. Pontal.....	1	10 118	2 542	25,12	324. São Manuel.....	4	29 626	6 455	21,79
266. Porangaba.....	2	8 936	1 202	13,45	325. São Miguel Arcanjo	2	12 841	2 523	19,65
267. Porto Feliz.....	1	19 719	9 174	46,52	326. São Paulo.....	7	2 227 512	2 041 716	91,66
268. Porto Ferreira.....	1	7 227	4 293	59,40	327. São Pedro.....	2	12 055	3 600	29,86
269. Potirendaba.....	1	12 954	2 381	18,38	328. São Pedro do Turvo	1	9 702	1 242	12,80
270. Presidente Alves.....	2	10 481	1 641	15,66	329. São Roque.....	4	27 503	7 438	27,04
271. Presidente Bernardes..	4	28 412	4 393	15,46	330. São Sebastião.....	2	6 074	1 815	29,88
272. Presidente Epitácio.....	1	6 510	2 609	40,08	331. São Sebastião da Gra-				
273. Presidente Prudente...	4	61 591	27 312	44,34	ma.....	1	11 467	1 760	15,35
274. Presidente Venceslau...	3	30 710	6 700	21,82	332. São Simão.....	2	17 172	3 530	20,56
275. Promissão.....	4	22 084	6 629	30,02	333. São Vicente.....	2	32 235	28 581	88,66
276. Quatá.....	2	21 004	2 384	11,35	334. Sarapuí.....	1	4 732	732	15,47
277. Queluz.....	1	5 855	2 320	39,62	335. Serra Azul.....	1	4 502	1 191	26,45
278. Quintana.....	1	9 869	2 161	21,90	336. Serrana.....	1	5 479	1 290	23,54
279. Rancharia.....	3	27 569	8 010	29,05	337. Serra Negra.....	1	13 288	4 683	35,24
280. Redenção da Serra...	1	5 658	812	14,35	338. Sertãozinho.....	3	20 555	6 166	30,00
281. Regente Feijó.....	4	33 956	3 101	9,13	339. Silveiras.....	1	5 996	772	12,88
282. Reginópolis.....	1	6 198	903	14,57	340. Socorro.....	1	22 001	4 398	19,99
283. Registro.....	2	19 664	2 113	10,75	341. Sorocaba.....	5	94 868	69 631	73,40
284. Ribeira.....	2	6 853	567	8,27	342. Susano.....	1	11 199	5 393	48,16
285. Ribeirão Bonito.....	2	7 695	1 937	25,17	343. Tabapuã.....	2	15 818	1 761	11,13
286. Ribeirão Branco.....	1	6 949	643	9,25	344. Tabatinga.....	2	14 452	1 746	12,08
287. Ribeirão Preto.....	4	91 374	65 081	71,22	345. Taiúva.....	1	4 594	1 476	32,13
288. Rifaina.....	1	3 937	823	20,90	346. Tambaú.....	1	10 770	3 972	36,88
289. Rincão.....	1	5 317	2 908	54,69	347. Tanabi.....	2	17 562	4 828	27,49
290. Rinópolis.....	1	16 649	1 963	11,79	348. Tapiratiba.....	1	9 455	1 392	14,72
291. Rio Claro.....	4	47 698	35 183	73,76	349. Taquaritinga.....	5	24 134	7 765	32,17
292. Rio das Pedras.....	1	7 736	1 515	19,53	350. Taquarituba.....	1	7 457	1 482	19,87
293. Rubiácea.....	2	7 709	763	9,90	351. Tatuí.....	3	29 813	13 551	45,45
294. Sales Oliveira.....	1	8 726	1 494	17,12	352. Taubaté.....	2	53 759	35 779	66,55
295. Salesópolis.....	1	8 876	1 228	13,84	353. Terra Roxa.....	1	7 512	1 155	15,38
296. Salto.....	1	11 480	9 127	79,50	354. Tietê.....	2	18 073	7 344	40,58
297. Salto Grande.....	2	9 772	1 925	19,70	355. Timburi.....	1	5 494	673	12,25
298. Santa Adélia.....	3	9 585	2 245	23,42	356. Torrinha.....	1	5 866	1 791	30,53

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA		
		Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
SÃO PAULO (conclusão)					PARANÁ (conclusão)				
357. Tremembé.....	1	8 971	3 011	33,56	49. Paranaguá.....	2	24 915	16 046	64,40
358. Tupã.....	4	57 337	18 376	32,05	50. Pirai do Sul.....	1	12 099	3 453	28,54
359. Ubatuba.....	2	8 066	1 515	18,78	51. Piraquara.....	2	11 294	1 282	11,35
360. Ubarajara.....	1	5 547	716	12,91	52. Pitanga.....	2	55 463	1 020	1,84
361. Uchoa.....	1	10 582	2 337	22,08	53. Ponta Grossa.....	3	54 838	44 130	80,47
362. Urupês.....	1	12 911	2 683	20,78	54. Porecatu.....	2	25 340	3 966	15,65
363. Valentim Gentil.....	1	5 711	2 049	35,88	55. Pôrto Amazonas.....	1	3 312	2 494	75,30
364. Valparaíso.....	1	21 511	7 305	33,96	56. Prudentópolis.....	3	28 317	2 770	9,78
365. Vargem Grande do Sul.....	1	10 925	4 641	42,48	57. Quatiguá.....	1	4 784	1 255	26,23
366. Vera Cruz.....	1	15 977	5 247	32,84	58. Rebouças.....	1	10 753	2 103	19,56
367. Vinhedo.....	1	8 603	2 518	29,27	59. Reserva.....	5	29 395	658	2,24
368. Viradouro.....	1	8 168	3 133	38,36	60. Ribeirão Claro.....	1	13 303	2 274	17,09
369. Votuporanga.....	3	22 567	8 914	39,50	61. Ribeirão do Pinhal.....	1	9 991	1 688	16,90
ESTADO.....	758	9 242 610	4 632 082	50,12	62. Rio Azul.....	2	10 503	1 525	14,52
PARANÁ					63. Rio Branco do Sul.....	2	16 376	733	4,48
1. Abatiá.....	1	10 834	1 247	11,51	64. Rio Negro.....	4	28 646	7 848	27,40
2. Acaí.....	2	31 583	3 170	10,04	65. Rolândia.....	1	34 641	7 959	22,98
3. Andaraí.....	2	18 778	2 010	10,70	66. Santa Mariana.....	1	15 627	2 492	15,95
4. Antonina.....	2	11 037	5 182	46,95	67. Santo Antônio da Platina.....	2	25 632	4 756	18,55
5. Apucarana.....	5	89 297	12 041	13,50	68. São João do Triunfo.....	2	10 994	984	8,95
6. Araiporanga.....	1	12 398	497	4,01	69. São José dos Pinhais.....	4	35 917	3 270	9,10
7. Arapongas.....	3	58 932	11 787	20,00	70. São Mateus do Sul.....	2	20 750	2 872	13,84
8. Araucária.....	2	11 602	1 452	12,52	71. Sengés.....	1	9 010	987	10,95
9. Bandeirantes.....	1	28 214	4 991	17,69	72. Sertãozinho.....	2	36 467	4 110	11,27
10. Bela Vista do Paraíso.....	1	24 171	3 854	15,94	73. Siqueira Campos.....	3	13 283	2 265	17,05
11. Bocaiúva do Sul.....	3	20 602	350	1,70	74. Teixeira Soares.....	4	14 047	1 104	7,86
12. Cambará.....	1	19 963	6 108	30,60	75. Tibaji.....	4	46 379	1 444	3,11
13. Cambé.....	1	19 350	6 605	34,13	76. Timoneira.....	2	8 857	800	9,03
14. Campo Largo.....	6	26 596	3 127	11,76	77. Tomasina.....	3	20 522	967	4,71
15. Campo Mourão.....	1	32 675	831	2,54	78. União da Vitória.....	4	33 989	7 809	22,98
16. Carlópolis.....	1	6 799	1 292	19,00	79. Uraí.....	1	18 853	4 274	22,67
17. Castro.....	3	29 475	6 316	21,43	80. Veneslau Brás.....	3	13 951	2 092	15,00
18. Cêro Azul.....	3	15 759	1 079	6,85	ESTADO.....	191	2 149 509	469 297	21,83
19. Cinzas.....	1	7 414	1 327	17,90	SANTA CATARINA				
20. Clevelândia.....	2	54 281	929	1,71	1. Araquari.....	3	16 561	950	5,74
21. Colombo.....	1	6 389	439	6,87	2. Araranguá.....	4	38 808	4 340	11,18
22. Congonhinhas.....	2	16 327	803	4,92	3. Biguaçu.....	4	19 604	1 741	8,88
23. Cornélio Procopio.....	4	56 826	8 831	15,54	4. Blumenau.....	3	48 581	22 919	47,18
24. Curitiba.....	4	183 863	141 349	76,88	5. Bom Retiro.....	3	19 297	940	4,87
25. Curiúva.....	1	11 834	826	6,98	6. Brusque.....	4	32 614	11 102	34,04
26. Foz do Iguaçu.....	2	16 444	2 949	17,93	7. Caçador.....	3	23 926	6 986	29,20
27. Guarapuava.....	8	68 081	5 657	8,31	8. Camboriú.....	1	9 484	1 941	20,47
28. Guaraqueçaba.....	2	7 178	555	7,73	9. Campo Alegre.....	1	5 400	726	13,44
29. Guaratuba.....	1	4 477	950	21,22	10. Campos Novos.....	6	29 939	1 827	6,10
30. Ibaiti.....	1	10 653	1 201	11,27	11. Canoinhas.....	5	53 906	5 786	10,72
31. Iporã.....	1	19 690	3 623	18,40	12. Capinzal.....	1	14 039	1 920	13,68
32. Imbituva.....	3	17 548	2 036	11,60	13. Xapencó.....	14	97 049	2 555	2,75
33. Ipiranga.....	3	18 275	1 261	6,90	14. Concórdia.....	5	48 196	2 625	5,45
34. Irati.....	4	25 681	7 187	27,99	15. Criciúma.....	3	51 084	8 090	15,84
35. Jacarèzinho.....	1	34 668	8 343	24,07	16. Curitiba.....	6	34 742	2 279	6,56
36. Jaguapitã.....	3	39 658	2 702	6,81	17. Florianópolis.....	8	69 122	49 290	71,31
37. Jaguariáva.....	4	22 393	4 307	19,23	18. Gaspar.....	1	12 332	1 878	15,23
38. Jataizinho.....	1	13 822	1 060	7,67	19. Guarani.....	2	21 103	1 061	5,03
39. Joaquim Távora.....	3	10 634	2 499	23,50	20. Ibirama.....	5	27 689	1 291	4,66
40. Lapa.....	4	46 980	5 473	11,65	21. Imaruí.....	4	19 687	934	4,74
41. Laranjeiras do Sul.....	3	29 320	988	3,37	22. Indaial.....	3	16 984	1 313	7,73
42. Londrina.....	3	72 144	33 707	46,72	23. Itaiópolis.....	3	18 810	896	4,76
43. Malé.....	4	18 220	1 497	8,22	24. Itajaí.....	4	51 976	20 017	38,51
44. Mandaguari.....	4	102 586	6 741	6,31	25. Ituporanga.....	2	20 163	1 812	8,99
45. Mangueirinha.....	2	22 502	245	1,09	26. Jaguaruna.....	2	9 985	913	9,14
46. Morretes.....	2	10 651	2 385	22,39	27. Jaraguá do Sul.....	2	27 443	3 300	12,02
47. Palmas.....	3	17 982	2 803	15,59	28. Joaçaba.....	9	48 626	6 829	14,04
48. Palmeira.....	3	16 675	3 512	21,06					

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

MUNICÍPIOS		NÚME-RO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA			MUNICÍPIOS		NÚME-RO DE DISTRITOS	POPULAÇÃO REGISTRADA		
			Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total				Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
SANTA CATARINA (conclusão)						RIO GRANDE DO SUL (conclusão)					
29. Joinville.....	2	44 368	21 102	47,56	37. Irai.....	8	38 337	2 513	6,56		
30. Laguna.....	5	38 966	9 887	25,37	38. Itaquí.....	2	19 719	9 152	46,41		
31. Lajes.....	11	78 300	14 774	18,87	39. Jaguarão.....	1	17 148	9 941	57,97		
32. Mafra.....	3	25 679	8 706	33,90	40. Jaguarí.....	4	18 987	2 957	15,57		
33. Nova Trento.....	4	10 542	1 829	17,35	41. Júlio de Castilhos.....	5	25 154	3 363	13,37		
34. Orleães.....	4	34 259	2 240	6,54	42. Lagoa Vermelha.....	13	83 631	4 253	5,09		
35. Palhoça.....	8	38 692	1 475	3,81	43. Lajeado.....	9	48 058	5 241	10,91		
36. Piratuba.....	3	12 663	930	7,34	44. Lavras do Sul.....	2	12 441	2 720	21,86		
37. Pôrto Belo.....	2	7 798	787	10,09	45. Livramento.....	2	49 516	29 906	60,40		
38. Pôrto União.....	5	24 790	5 534	22,32	46. Marcelino Ramos.....	3	25 069	3 090	12,33		
39. Rio do Sul.....	5	58 337	6 173	10,58	47. Montenegro.....	11	51 008	8 376	16,42		
40. Rodeio.....	3	14 580	1 367	9,38	48. Nova Prata.....	8	27 362	2 285	8,35		
41. São Bento do Sul.....	2	15 498	2 771	17,88	49. Novo Hamburgo.....	3	29 674	19 787	66,68		
42. São Francisco do Sul.....	3	20 159	9 982	49,52	50. Osório.....	7	44 035	3 102	7,04		
43. São Joaquim.....	4	25 859	2 138	8,27	51. Palmeira das Missões.....	8	85 196	3 140	3,69		
44. São José.....	5	22 899	2 483	10,84	52. Passo Fundo.....	10	103 704	25 232	24,33		
45. Taió.....	1	18 067	1 117	6,18	53. Pelotas.....	3	129 545	79 649	61,48		
46. Tangará.....	2	13 396	1 705	12,73	54. Pinheiro Machado.....	2	14 329	2 023	14,12		
47. Tijucas.....	6	24 111	3 487	14,46	55. Piratini.....	1	21 121	855	4,05		
48. Timbó.....	2	13 578	2 127	15,67	56. Pôrto Alegre.....	3	401 213	381 964	95,20		
49. Tubarão.....	8	67 643	11 947	17,66	57. Quaraí.....	1	15 792	7 524	47,64		
50. Turvo.....	5	32 884	275	0,84	58. Rio Grande.....	5	78 941	64 241	81,38		
51. Urucanga.....	5	24 182	1 348	5,57	59. Rio Pardo.....	5	40 438	8 517	21,06		
52. Videira.....	4	23 759	3 182	13,39	60. Rosário do Sul.....	1	28 824	12 419	43,09		
ESTADO.....	213	1 578 159	283 737	17,98	61. Santa Cruz do Sul.....	7	70 036	13 329	19,03		
RIO GRANDE DO SUL						62. Santa Maria.....	7	84 274	45 907	54,47	
1. Alegrete.....	2	44 796	20 160	45,00	63. Santa Rosa.....	10	120 734	4 952	4,10		
2. Antônio Prado.....	2	11 224	2 036	18,14	64. Santa Vitória do Palmar.....	2	15 466	5 925	38,31		
3. Arroio do Meio.....	2	22 808	1 517	6,65	65. Santiago.....	3	31 821	9 686	30,44		
4. Arroio Grande.....	3	17 876	3 173	17,75	66. Santo Ângelo.....	9	90 203	13 742	15,23		
5. Bajé.....	5	66 172	35 340	53,41	67. Santo Antônio da Pa- trulha.....	7	65 882	2 116	3,21		
6. Bento Gonçalves.....	4	25 168	7 056	28,04	68. São Borja.....	2	39 256	11 971	30,49		
7. Bom Jesus.....	1	16 204	2 438	15,05	69. São Francisco de Assis.....	4	23 176	3 030	13,07		
8. Bom Jesus do Triunfo.....	4	12 767	2 207	17,29	70. São Francisco de Paula.....	9	41 767	2 705	6,48		
9. Caçapava do Sul.....	2	33 392	3 895	11,66	71. São Gabriel.....	5	39 179	14 726	37,59		
10. Cacequi.....	3	15 156	5 880	38,80	72. São Jerônimo.....	4	50 231	2 905	5,78		
11. Cachoeira do Sul.....	6	95 067	23 827	25,06	73. São José do Norte.....	4	22 391	1 499	6,69		
12. Caí.....	7	40 249	3 425	8,51	74. São Leopoldo.....	11	76 251	19 735	25,88		
13. Camaquã.....	2	35 546	3 575	10,06	75. São Lourenço do Sul.....	2	32 195	4 730	14,69		
14. Candelária.....	2	22 517	1 680	7,46	76. São Luís Gonzaga.....	8	74 236	7 993	10,77		
15. Canela.....	1	9 171	3 960	43,18	77. São Pedro do Sul.....	1	14 745	2 471	16,76		
16. Canguçu.....	3	58 747	2 510	4,27	78. São Sepé.....	2	25 768	2 406	9,34		
17. Canoas.....	3	40 128	19 471	48,52	79. Sarandi.....	6	55 861	2 334	4,18		
18. Carazinho.....	7	56 504	11 937	21,13	80. Sobradinho.....	3	32 215	1 733	5,38		
19. Caxias do Sul.....	6	59 533	32 158	54,02	81. Soledade.....	11	96 484	4 214	4,37		
20. Cruz Alta.....	9	65 432	19 824	30,30	82. Tapas.....	3	23 789	3 033	12,75		
21. Dom Pedrito.....	2	26 502	11 465	43,26	83. Taquara.....	7	51 583	7 419	14,38		
22. Encantado.....	6	34 446	2 137	6,20	84. Taquari.....	4	28 053	3 633	12,95		
23. Encruzilhada do Sul.....	3	41 604	3 344	8,04	85. Três Passos.....	4	31 017	3 036	9,79		
24. Erechim.....	11	120 370	14 663	12,18	86. Três Passos.....	8	112 779	1 694	1,50		
25. Erval.....	2	10 001	1 180	11,80	87. Tupanciretã.....	4	25 730	5 242	20,37		
26. Estréia.....	5	30 988	3 861	12,46	88. Uruguaiana.....	2	49 785	33 272	66,83		
27. Farroupilha.....	4	12 823	2 554	19,92	89. Vacaria.....	10	42 180	5 615	13,31		
28. Flores da Cunha.....	3	10 517	1 593	15,15	90. Venâncio Aires.....	3	31 827	2 958	9,29		
29. Garibaldi.....	4	21 418	3 720	17,37	91. Veranópolis.....	3	20 627	2 664	12,92		
30. General Câmara.....	3	12 144	2 897	23,86	92. Viamão.....	2	21 016	1 905	9,06		
31. General Vargas.....	3	15 129	1 254	8,29	ESTADO.....	432	4 213 316	1 218 233	28,94		
32. Getúlio Vargas.....	5	27 079	2 963	10,94	MATO GROSSO						
33. Gravataí.....	3	28 287	3 475	12,28	1. Alto Araguaia.....	4	11 175	980	8,77		
34. Guaíba.....	5	22 890	4 276	18,68	2. Amambai.....	3	16 389	1 833	11,18		
35. Guaporé.....	11	50 642	4 002	7,90	3. Aparecida do Tabuado.....	1	3 443	905	26,29		
36. Ijuí.....	4	50 220	8 950	17,82							

IX — RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO DE DISTRITOS, DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL — 1.º-VII-1950

		POPULAÇÃO REGISTRADA					POPULAÇÃO REGISTRADA		
MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total	MUNICÍPIOS	NÚMERO DE DISTRITOS	Total	Na sede municipal (Cidade)	% da sede sobre o total
MATO GROSSO (conclusão)					GOIÁS (conclusão)				
4. Aquidauana.....	3	21 450	7 582	35,36	23. Goiandira.....	2	8 940	2 711	30,32
5. Aripuanã.....	1				24. Goiânia	2	55 423	41 584	75,03
6. Barra do Bugres.....	2	3 212	455	14,17	25. Goiás.....	13	125 943	5 829	4,63
7. Barra do Garças.....	4	6 833	845	12,38	26. Goiatuba.....	1	15 478	1 441	9,31
8. Bela Vista.....	3	16 585	6 134	36,99	27. Guapó.....	1	5 701	727	12,75
9. Bonito.....	1	4 551	483	10,61	28. Hidrolândia.....	1	6 521	1 054	16,16
10. Cáceres.....	2	19 527	4 673	23,93	29. Inhumas.....	2	17 703	3 306	18,67
11. Camapuã.....	1	9 555	1 121	11,73	30. Ipameri.....	3	21 991	7 552	34,34
12. Campo Grande.....	4	58 305	32 848	56,34	31. Iporá.....	1	14 296	1 674	11,71
13. Corumbá.....	7	39 913	19 211	48,13	32. Itaberaí.....	1	14 353	1 893	13,19
14. Coxim.....	2	8 613	884	10,26	33. Itaguatins.....	1	6 533	1 646	25,20
15. Cuiabá	9	56 867	24 119	42,41	34. Itapaci.....	4	21 236	1 421	6,69
16. Diamantino.....	3	6 286	540	8,59	35. Itauçu.....	1	11 035	1 382	12,46
17. Dourados.....	4	23 019	3 122	13,53	36. Itumbiara.....	2	24 333	3 830	15,74
18. Guiratinga.....	6	19 176	2 742	14,30	37. Jaraguá.....	5	37 249	2 759	7,41
19. Maracaju.....	2	5 804	1 323	22,79	38. Jataí.....	5	32 153	4 362	13,57
20. Mato Grosso.....	2	2 905	427	14,70	39. Leopoldo de Bulhões.....	1	7 159	1 812	25,31
21. Miranda.....	1	7 688	1 642	21,36	40. Luziânia.....	1	19 875	1 892	9,52
22. Nioaque.....	2	6 822	1 282	18,79	41. Mineiros.....	2	9 502	2 417	25,44
23. Nossa Senhora do Livramento.....	2	11 503	951	8,27	42. Miracema do Norte.....	1	9 079	1 153	12,70
24. Paranaíba.....	5	22 711	1 424	6,27	43. Morrinhos.....	1	20 995	4 778	22,76
25. Poconé.....	2	13 495	3 077	22,80	44. Natividade.....	3	11 690	848	7,25
26. Ponta Porã.....	4	20 627	5 554	26,93	45. Nazário.....	1	3 683	1 720	46,70
27. Pôrto Murtinho.....	1	8 441	2 826	33,48	46. Nerópolis.....	1	5 793	1 868	32,25
28. Poxoreu.....	6	22 074	2 877	13,03	47. Niquelândia.....	3	11 131	638	5,73
29. Ribas do Rio Pardo.....	1	3 620	660	18,23	48. Orizona.....	1	10 874	1 220	11,22
30. Rio Brilhante.....	3	8 895	988	11,11	49. Palmeiras de Goiás.....	2	16 932	1 278	7,55
31. Rochado.....	2	9 366	339	3,62	50. Paranã.....	1	5 681	594	10,46
32. Rosário Oeste.....	5	17 131	1 603	9,36	51. Paraúna.....	1	5 731	869	15,16
33. Santo Antônio do Leverger.....	3	17 901	1 091	6,09	52. Pedro Afonso.....	6	39 503	1 723	4,36
34. Três Lagoas.....	6	19 005	7 730	40,67	53. Peixe.....	1	7 116	557	7,83
35. Várzea Grande.....	2	5 563	2 826	50,80	54. Petrolina de Goiás.....	1	9 588	1 220	12,72
ESTADO (5).....	109	528 451	145 098	27,46	55. Piracanjuba.....	3	17 457	2 511	14,38
GOIÁS					56. Pirenópolis.....	2	22 557	2 220	9,84
1. Anápolis.....	7	50 880	18 688	36,73	57. Pires do Rio.....	2	13 229	5 064	38,28
2. Anicuns.....	1	16 808	2 007	11,94	58. Planaltina.....	1	7 523	1 495	19,87
3. Araguacema.....	4	13 818	592	4,28	59. Pontalina.....	2	10 819	1 487	13,74
4. Araguatins.....	1	4 324	659	15,24	60. Porangatu.....	1	8 777	932	10,62
5. Arraias.....	1	7 106	923	12,99	61. Pôrto Nacional.....	7	42 702	2 953	6,92
6. Aurilândia.....	2	12 103	1 285	10,62	62. Posse.....	3	14 113	1 153	8,17
7. Baliza.....	2	11 742	917	7,81	63. Quirinópolis.....	2	18 473	875	4,74
8. Buriti Alegre.....	1	9 246	2 922	31,60	64. Rio Verde.....	3	25 329	5 716	22,57
9. Caiapônia.....	1	15 432	1 767	11,45	65. Santa Cruz de Goiás.....	1	3 808	623	16,36
10. Caldas Novas.....	2	9 648	929	9,63	66. Santa Helena de Goiás.....	1	9 021	1 698	18,82
11. Catalão.....	4	31 030	6 327	20,39	67. São Domingos.....	3	9 484	669	7,05
12. Cavalcante.....	4	9 424	399	4,23	68. Silvânia.....	1	15 294	1 778	11,63
13. Chapéu.....	2	6 287	402	6,39	69. Sítio da Abadia.....	3	6 887	626	9,09
14. Corumbá de Goiás.....	2	22 516	1 187	5,27	70. Suçupara.....	1	10 663	1 897	17,79
15. Corumbáiba.....	1	8 095	1 208	14,92	71. Taguatinga.....	2	10 243	1 124	10,97
16. Cristalina.....	1	5 588	1 912	34,22	72. Tocantinópolis.....	2	29 582	3 736	12,63
17. Cumari.....	1	6 786	1 568	23,11	73. Trindade.....	1	17 648	8 305	47,06
18. Dianópolis.....	3	7 607	914	12,02	74. Uruaçu.....	2	15 026	1 620	10,78
19. Edéia.....	1	3 807	566	14,87	75. Uruana.....	1	7 201	2 747	38,15
20. Filadélfia.....	2	13 482	723	5,36	76. Urutai.....	1	4 180	1 041	24,90
21. Firminópolis.....	1	6 662	2 210	36,46	77. Vianópolis.....	1	6 021	1 590	26,56
22. Formosa.....	2	23 632	3 789	16,03					
					ESTADO.....				
					164 1 234 740 211 521 17,13				
					B R A S I L				
					Resultados gerais (6).....				
					5 409 52 645 479 16 647 772 31,62				

(5) Exclusiva a população do município de Aripuanã, ainda não conhecida. (6) No total da população registrada, incluem-se 162 062 habitantes da região da serra dos morés, território em litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

X — POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, POR CIRCUNSCRIÇÕES, SEGUNDO A SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS — 1.º-VII-1950

CIRCUNSCRIÇÕES	POPULAÇÃO REGISTRADA			
	Total	Segundo a situação dos domicílios		
		Urbana	Suburbana	Rural
1. Candelária	1 072	1 072	—	—
2. São José.....	6 941	6 941	—	—
3. Santa Rita.....	9 782	9 782	—	—
4. São Domingos.....	3 553	3 553	—	—
5. Sacramento.....	5 964	5 964	—	—
6. Ajuda.....	11 528	11 528	—	—
7. Santo Antônio.....	27 770	27 770	—	—
8. Santa Teresa.....	73 333	70 941	2 392	—
9. Glória.....	85 383	85 383	—	—
10. Lagoa.....	60 914	60 914	—	—
11. Gávea.....	90 270	84 972	5 298	—
12. Copacabana.....	134 526	134 526	—	—
13. Santana.....	15 116	15 116	—	—
14. Gamboa.....	31 937	31 937	—	—
15. Espírito Santo.....	37 780	37 780	—	—
16. Rio Comprido.....	72 178	72 178	—	—
17. Engenho Velho.....	42 572	42 572	—	—
18. São Cristóvão.....	77 741	77 741	—	—
19. Tijuca.....	82 042	75 261	6 781	—
20. Andaraí.....	118 292	118 292	—	—
21. Engenho Novo.....	124 691	124 691	—	—
22. Méier.....	85 674	85 674	—	—
23. Inhaúma.....	86 453	86 453	—	—
24. Piedade.....	112 171	112 171	—	—
25. Penha.....	142 414	142 414	—	—
26. Irajá.....	124 345	124 345	—	—
27. Pavuna.....	99 776	—	99 776	—
28. Madureira.....	159 283	159 283	—	—
29. Anchieta.....	76 494	—	76 494	—
30. Jacarepaguá.....	107 903	—	86 828	21 075
31. Realengo.....	152 268	—	146 551	5 717
32. Campo Grande.....	60 399	—	37 005	23 394
33. Guaratiba.....	20 615	—	1 821	18 794
34. Santa Cruz.....	31 906	—	23 665	8 241
35. Ilhas.....	34 550	—	34 550	—
DISTRITO FEDERAL.....	(1) 2 413 152	(1) 1 814 770	521 161	77 221

(1) Inclusive 5 516 pessoas recenseadas em trens, navios e aviões.

VI Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros

Realizou-se na cidade de Nova Friburgo, estado de Rio de Janeiro, de 27 de janeiro a 2 de fevereiro do corrente ano, a VI Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, entidade de fins científicos e culturais. A reunião contou com a presença de 35 delegados, representando as seções regionais da A.G.B., além do professor JORGE CHEBATAROFF, presidente da Associação dos Geógrafos Uruguaios. Os participantes ficaram hospedados no Ginásio Nova Friburgo, cedido pela Fundação Getúlio Vargas.

A sessão solene de instalação, realizou-se à noite, depois de haver uma preparatória, sob a presidência do professor JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA, e contou com a presença do Dr. EDGAR TEIXEIRA LEITE, a quem foi prestada uma homenagem, pelos relevantes serviços prestados à A.G.B., particularmente à Seção Carioca. Falaram os professores ODILON A. NOGUEIRA DE MATOS, MILTON SANTOS, NILO BERNARDES e SÍLVIO FRÓIS ABREU, sendo deste último as seguintes palavras:

“Em nome da Associação dos Geógrafos Brasileiros tenho a grata satisfação de dirigir-vos a palavra para manifestar, em primeiro lugar, o nosso reconhecimento pela atitude fidalga da Fundação Getúlio Vargas, franqueando este estabelecimento aos que procuravam um ambiente propício aos estudos que deverão ser realizados durante a 6.^a Assembléia Geral.

Não podíamos deparar melhor local para a nossa reunião, pois aqui encontramos a solução para unir o útil ao agradável. Neste magnífico estabelecimento cercado de todo conforto, longe de outras atividades perturbadoras ou de olhares desdenhosos dos leigos, gozando da amenidade do clima de montanha, justamente no auge do período do calor, a 6.^a Assembléia Geral certamente está fadada a produzir trabalhos dos mais produtivos até então realizados.

A cidade de Friburgo olhará talvez, com surpresa, essas estranhas figuras de veranistas, diferentes dos que costumam aqui aportar em busca de ares frescos e puros, de passeios de bicicleta ou de frutas da terra. Decerto, causará muita estranheza saber-se na cidade que um grupo de jovens de ambos os

sexos veio observar as montanhas com atitudes diferentes daquelas com que costumam fazer os que até aqui chegavam arrostando o sacrifício de enfrentar essa venerável via férrea. Talvez, entretanto, reconheçam dentre alguns desses espécimes raros — os que já estiveram aqui anos passados, fazendo croquis, medindo estradas, fotografando aspectos e vasculhando as intimidades do lugar, sob a direção dum professor enérgico e incansável, o companheiro FRANCIS RUELAN, cuja ausência tanto lamentamos. Não tardará entretanto que apareçam as obras desses estranhos veranistas postas em letra de fôrma, representando alguns estudos regionais que servirão de preciosa fonte de dados para os professores de Geografia do Brasil inteiro ou que ponha o ambiente de Friburgo em foco como dos lugares mais aprazíveis do país.

As Assembléias Gerais da Associação dos Geógrafos Brasileiros têm uma particularidade interessante que as diversificam do padrão normal das Assembléias Gerais de quase todas as organizações. Aqui se discutem os problemas da administração sem azevedume, nem críticas ferinas; aqui se fazem as confabulações e chapas de diretoria, sem traição, sem compra de votos e sem chicana eleitoral. E aproveitando sempre a oportunidade da reunião de especialistas nos vários setores da Geografia, realizam-se estudos de pequena extensão mas de grande profundidade.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros, fruto da boa vontade de alguns estudiosos que se congregam em torno do nosso sempre lembrado professor PIERRE DEFFONTAINES vem felizmente mantendo uma tradição de trabalho de alto quilate, graças aos elementos que a ela se dedicam, animados pelo desejo de contribuir para o fomento da pesquisa individual no campo da Geografia.

Em nossa Associação encontram os novos elementos um ambiente propício para a sua expansão porque ela foi fundada com o espírito de animar, desenvolver, incentivar justamente os trabalhos individuais, ao alcance dos pesquisadores isolados ou de grupos que não dispõem de elementos materiais para programas de grande envergadura.

Suas Assembléias, de tempos para cá, têm sido realizadas com uma normalidade apreciável; graças aos esforços de seus diri-

gentes que têm sabido escolher locais e entidades capazes de dar sombra amena e hospedagem fidalga aos seus associados.

Essa Diretoria foi sobremodo acertada na sua escolha numa época de transição de governo, quando todos estão ocupados ou preocupados em normalizar situações ou conquistar posições. A Fundação Getúlio Vargas respondeu com tódia solicitude ao apêlo da Associação dos Geógrafos Brasileiros, e aqui estamos no aconchêgo dêste ambiente agradável, prontos para estudar, programar, pesquisar e realizar trabalhos que serão também um reflexo das atividades da Fundação em prol da expansão da cultura e da educação no Brasil.

Uma obra de grande alcance realizada pela A.G.B. é a aproximação dos geógrafos ativos que trabalham nos diversos estados. Por intermédio das Assembléias estabelece-se a oportunidade de se conhecerem os novos que ingressam no campo da pesquisa geográfica, tomam contacto os que só se conhecem através dos¹ escritos, surgem idéias de novos trabalhos, e os que trabalham conquistam admiradores.

Esta é a 6.^a Assembléia da A.G.B., a 6.^a vez que se reúnem os membros da pequena sociedade formada por alguns profissionais da Geografia que se dispuseram a dedicar seus esforços para um melhor conhecimento do Brasil e uma melhor compreensão de suas possibilidades.

Fundada de uma maneira despretenso-sa, sem ares de corporação importante, sob a inspiração do grande mestre de nós todos que é o dinâmico professor PIERRE DEFFONTAINES, a A.G.B. cresceu e logo se consolidou tal como semente de boa origem plantada em terra fértil e em zona de clima propício.

A A.G.B. nasceu justamente na época em que a Geografia passou a ser mais bem compreendida entre nós graças à influência do Conselho Nacional de Geografia, atuando com sua orientação bem definida, procurando criar profissionais idôneos e dirigindo os trabalhos geográficos no sentido de conhecer melhor o nosso território, a fim de permitir uma melhor utilização dos recursos naturais. O desvêlo dado à sociedade por seus dirigentes, até hoje, e o apoio a ela dispensado pelos que fazem da Geografia um sacerdócio a serviço da causa pública, elevaram esta Associação a tal conceito que o Congresso Federal já iniciou os

trâmites para considerá-la de utilidade pública.

Temos assim motivos para nos rejubilar-mos com os prezados colegas pelo conceito em que já é tida a A.G.B., mero reflexo da atividade beneditina dos seus membros, trabalhando com alma e pertinácia nos vários setores da Geografia ativa no Brasil.

Não tememos a responsabilidade que cairá sôbre os nossos ombros em consequência do apoio do Congresso, porque vibra em todos os membros o desejo de realizar trabalhos que só não foram até hoje efetivados por falta de recursos materiais. Há no seio da A.G.B. um manancial de programas a realizar; as idéias brotam da exuberância dos novos geógrafos, sedentos de produzir algo de útil e de original. As sugestões e conselhos partem dos mais velhos e mais experientes e são recebidos com acato pelos que estréiam nas pesquisas geográficas.

A expansão da A.G.B. já se faz notar através das secções regionais, trabalhando-se intensamente no Rio, como em São Paulo e certamente veremos em breve outros núcleos regionais praticando Geografia ativa e trazendo suas contribuições de valor para o melhor conhecimento do ambiente brasileiro.

O auxílio que o Congresso acena à A.G.B. como consequência de suas finalidades e das demonstrações de capacidade já manifestadas vai permitir certamente o desenvolvimento dum programa de trabalhos de grande destaque, sobretudo da realização de estudos regionais em áreas de maior interesse para a coletividade, ou em zonas que ainda não receberam atenções do governo pelo desconhecimento em que são tidas. E assim irá corresponder às esperanças nela depositadas.

A Geografia do Brasil já está definitivamente reconhecida como atividade essencial à administração. Os nossos governantes já vão dando o merecido apoio aos que se embrenham pelas matas, sobem as cachoeiras ou devassam as zonas ainda desertas em busca das características locais referentes ao solo, ao aspecto físico, aos recursos naturais, aos habitantes e ao clima.

A mentalidade do povo em relação ao geógrafo também já evoluiu. Antigamente os que faziam tais estudos eram recebidos com receio e desconfiança. Se o governo realizava pesquisas, as populações locais receavam sobrecarga nos impostos, limitação das liberdades pessoais ou inquéritos para fins de recrutamento militar. Se eram ho-

mens que faziam Geografia sem missão oficial, imaginava-se logo que se tratava de estranhos visando qualquer riqueza oculta que deveria ser subtraída aos interesses regionais.

E o geógrafo era assim um homem sempre mal visto que deixava um rastro de desconfiança pelos lugares por onde passava, quando não era tido como um indivíduo inconveniente, sem ocupação produtiva, a gastar o tempo em fazer croquis e tomar informações sobre as coisas da vida alheia.

Não se compreendia outrora a função da Geografia na administração dum território e foram precisos muitos anos de governo às cegas, de orientações defeituosas, de errônea aplicação de leis e regulamentos para que se viesse a ter a noção exata do valor do conhecimento perfeito do território para realizar uma administração consentânea com as aspirações e as finalidades do povo.

Foi principalmente baseado nessa concepção utilitária da Geografia que o nosso governo criou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que vem realizando trabalhos de valor inestimável, atestados pelas publicações que permitem dar uma idéia do território e da sua evolução através do tempo.

O Conselho Nacional de Estatística na sua esfera de atividade e o Conselho Nacional de Geografia no seu campo, têm prestado ao progresso do país uma contribuição que é difícil de ser apreciada pelos que não estão diretamente ligados às altas esferas da economia e da administração do país. O engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO à frente do C.N.G. realizou obra grandiosa, criando um corpo de geógrafos nacionais familiarizados com a mais moderna técnica geográfica, constituindo serviço inestimável, cujos benefícios ninguém ousará algum dia contestar. Muitos governos outrora não utilizavam a Geografia como recurso essencial, mas a importância que tomou em todos os países civilizados reflete bem o seu valor na condução dos negócios públicos.

O governo de Portugal no começo do século passado, numa incompreensão do valor da contribuição pessoal dos geógrafos, expedia ordens aos capitães-mores dos estados do Brasil para que não dessem livre trânsito e até prendessem "hum tal barão de HUMBOLDT" que constava estar viajando pela América Meridional fazendo observações geográficas.

E assim por uma carta régia ficamos privados dos preciosos comentários e observações dum ALEXANDRE HUMBOLDT que percorrendo os territórios da zona do Pacífico e do mar das Caraíbas, apenas tocou as regiões da Hiléia Amazônica talvez de soslaio no território brasileiro limítrofe com a Colômbia, receoso de ser trazido prêso e pôsto a ferros no Rio de Janeiro.

É curioso notar que essa mentalidade acanhada ainda não desapareceu totalmente e a mesma Hiléia Amazônica que os governantes lusitanos subtraíram às apreciações científicas dum ALEXANDRE HUMBOLDT, um século e meio atrás, ainda em nossos dias é considerada por alguns como um tesouro que deve ser cuidadosamente resguardado aos olhares dos homens de ciência que não nasceram no Brasil.

A Velha Geografia e a Moderna Geografia

A má compreensão do que constitui realmente a Geografia, isto é, a descrição da terra considerada como *habitat* do homem, levou os professores, antigamente, a estabelecerem como critério de conhecimento geográfico a enumeração dos acidentes da terra, sem a necessária correlação com a paisagem natural e a atividade humana. Daí nasceu a antipatia generalizada à Geografia no currículo escolar. A inutilidade do estudo da Geografia segundo essa concepção errônea é evidente e com a evolução do ensino foi o sistema sendo abandonado e substituído pela concepção racional que felizmente já está generalizada em nosso país, graças aos compêndios modernos, escritos pelos que seguem as normas dos grandes mestres do estrangeiro e do nosso país.

PÊRO VAZ DE CAMINHA na sua famosa carta dando conta do descobrimento é sem dúvida o primeiro a fazer Geografia do Brasil, pois que não temos conhecimento de escritos pormenorizados daqueles que se supõe terem tocado em terras brasileiras antes de CABRAL.

Foi apenas como que um estudo regional, pintando a paisagem natural e humana em torno da baía Cabralia e muitos anos se passaram até o aparecimento dos vários tratados sobre o Brasil, no século do descobrimento, como o de GABRIEL SOARES, ou de PÊRO MAGALHÃES GANDAVO ou do padre FERNÃO CARDIM.

GABRIEL SOARES DE SOUSA, português que se estabeleceu como agricultor no rincão da Bahia, escreveu o famoso tra-

tado descritivo do Brasil em 1587 que é uma verdadeira Geografia nas linhas gerais das concepções modernas.

PISO e MARCGRAF no período do domínio holandês criaram os rudimentos duma primeira Geografia do Nordeste, embora a intensão principal fôsse produzir uma história natural. As observações sobre os habitantes, as anotações meteorológicas, a descrição minuciosa dos recursos naturais, tornam a História Natural do médico holandês e a do naturalista alemão, duas preciosas fontes para o conhecimento do Nordeste no meado do século II da nossa era.

Durante muito tempo a nossa Geografia foi uma consequência de estudos especializados em vários ramos. Os grandes botânicos e os grandes geólogos foram os que mais contribuíram para a Geografia do Brasil. Os trabalhos de MARTIUS e SPIX, de SAINT HILAIRE, de AGASSIZ, de HARTT, BRANNER, DERBY, de GONZAGA DE CAMPOS, de EUSÉBIO DE OLIVEIRA, e MORAIS RÊGO foram mananciais preciosos para a criação da incipiente Geografia do Brasil. Só modernamente começou a pesquisa geográfica calcada numa cartografia fidedigna com desenvolvimento próprio da Fisiografia, da Geomorfologia e da Geografia Humana.

O Serviço Geográfico do Exército, o Conselho Nacional de Geografia, o Serviço Geográfico de alguns estados, particularmente o de São Paulo, e as Faculdades de Filosofia são atualmente as grandes fontes da Geografia Brasileira. Mesmo a nossa A.G.B., na sua insignificância de associação quase mendiga, que só conta com a boa vontade de restrito número de sócios, também já se vai distinguindo nas contribuições próprias para o melhor conhecimento do país.

Vem fazendo trabalho útil graças a alguns Mecenas que confiam na capacidade da nova geração de geógrafos. São homens de grande influência que compreendem o valor da Geografia e, por isso, buscam os novos valores como instrumentos humanos para a realização de grandes obras de âmbito nacional.

Pediria a modéstia de cada um deles que silenciássemos sobre os auxílios prestados à A.G.B. mas por dever de gratidão não podemos deixar de nos referir nesta reunião a três nomes a quem muito deve a Associação.

LUÍS SIMÕES LOPES, presidente da Fundação Getúlio Vargas que nos forneceu abri-

go e alimento. E' bem digno filho de ILDEFONSO SIMÕES LOPES. Como o pai, está sempre voltado para os grandes problemas nacionais; o velho viveu empolgado com a agricultura, a siderurgia e a produção de energia; o filho dá maior prioridade aos problemas educacionais, como meio de melhorar o nível de vida no Brasil.

DANIEL DE CARVALHO, sócio cooperador da A.G.B. nos tem muito auxiliado com seu apoio moral e material. A ele deve a A.G.B. grande parte do êxito nos estudos da zona de Paraíba do Sul, que vem recebendo os últimos retoques para serem dados à publicidade, graças a outro cooperador — EDGAR TEIXEIRA LEITE — que nos honrou com a sua presença nesta solenidade.

Sempre devotado aos problemas básicos referentes à agricultura e à vida rural, EDGAR TEIXEIRA LEITE em muitos anos de ação e idealismo conquistou os títulos que o levaram ao Conselho Nacional de Economia.

Ex-secretário de Agricultura em Pernambuco e Rio de Janeiro, deputado sempre exaltando o homem do campo, fundador da Sociedade Alberto Tôrres, TEIXEIRA LEITE é hoje uma das figuras mais representativas da elite ruralista em nosso país.

Espírito sedento de conquistas sociais, confiante extremado no valor da pesquisa científica e das cogitações sociológicas, sente-se bem no meio da A.G.B. porque tem oportunidade de trocar idéias, colher ensinamentos e sugerir trabalhos que lhe pareçam dignos de pesquisa geográfica.

A êsse eminente colega da A.G.B. rendemos agora as nossas homenagens esperando que sua atuação no Conselho Nacional de Economia esteja sempre calcada no mais perfeito conhecimento das condições do ambiente brasileiro, para o que sempre poderá contar com a boa vontade e a dedicação dos demais membros da A.G.B.

E nesse confortável ambiente, na maior cordialidade e com os melhores propósitos, vamos iniciar os trabalhos da 6.^a Assembléia Geral".

Nos dias subseqüentes, ocupou-se a Assembléia dos debates dos trabalhos apresentados, e a visitas a diversos pontos da cidade, onde os delegados tiveram ocasião de realizar estudos locais. Foram apresentadas as seguintes teses: "Notas sobre alguns terços e sambaquis do litoral de Laguna" (Santa Catarina), do professor ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA; "Propriedades japonesas

dos arredores de São Paulo” de EMÍLIA DA COSTA NOGUEIRA; “Barra de Itaípe — uma povoação de pescadores no litoral da zona cacauzeira”, de MÍLTON SANTOS; “Coluviões da serra de Cubatão”, de JOSÉ CARLOS RODRIGUES; “Geografia Urbana de São Luís do Maranhão”, do professor AROLDO DE AZEVEDO; “A cidade olímpica” da professora ELI COUBART PEREIRA; “Geografia do curare”, de ALBERTO PIZARRO JACOBINA; “Paisagens e problemas da região de Santa Isabel”, do professor AZIZ NACIB AB’SABER; e “Incidência del arroyo maldonado sobre la sierra Balena”, do professor JORGE CHEBATAROFF.

Foi feita uma comunicação oral, pelo professor AZIZ NACIB AB’SABER, sobre os principais fatores geográficos observados na viagem do Rio à cidade de Nova Friburgo.

Na última reunião ordinária, foram eleitos sócios efetivos, os professores JORGE CHEBATAROFF, BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS e honorário, o prof. PIERRE MONBEIG.

Encerrando os trabalhos, a Assembléia elegeu a nova diretoria, que regerá os destinos da Associação dos Geógrafos Brasileiros durante o corrente, a qual ficou assim constituída:

Presidente: Professor JOÃO DIAS DA SILVEIRA; *Secretário:* Professor AZIZ NACIB AB’SABER; *Tesoureiro:* Professor ANTÔNIO ROCHA PENTEADO; *Comissão Consultiva:* Professor SÍLVIO FRÓIS ABREU; *Diretor dos Anais:* Professor JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA.

Deixa a Presidência do I.B.G.E. o Embaixador José Carlos de Macedo Soares

Deixou a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no dia 30 de janeiro último, o embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que se mantinha à frente desse órgão desde a sua criação.

O nome do embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES liga-se assim ao I.B.G.E. como o de um dos pioneiros da sua fundação. De fato, encarregado em 1935, de organizar o antigo Instituto Nacional de Estatística, foi sob sua esclarecida orientação que este se desdobrou para o que é hoje a prestigiosa instituição de que são órgãos constitutivos o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia.

Tanto no terreno da Geografia como no campo da Estatística, notáveis empreendimentos foram levados a efeito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na gestão do embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES. Dentre estes empreendimentos destacam-se a elaboração quinquenal da divisão territorial do Brasil, a campanha de coordenadas geográficas para levantamento da carta geral ao milionésimo, em fase de elaboração, e dois recenseamentos gerais — o de 1940, com os seus sete inquéritos complementares, e o de 1950 mais amplo e aprofundado.

A exoneração do embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES da presidência do

I.B.G.E., deu-se em virtude da solicitação que nesse sentido formulara ao presidente da República General EURICO GASPAR DUTRA, reiterando, aliás, idêntico pedido feito em 1948, ao mesmo presidente cujo apêlo para continuar no cargo o demoveu então da decisão de abandoná-lo.

Em resposta ao seu pedido de exoneração, feito desta vez em caráter irrevogável, recebeu o embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES do general EURICO GASPAR DUTRA, a seguinte carta:

“Acuso o recebimento da sua carta do corrente mês em que solicita dispensa da presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Satisfaço o seu desejo, manifestado desde 1948 quando reassumiu essa presidência, de desobrigar-se dela no final do meu governo.

Chegado ao termo do período em que tenho tido as responsabilidades da chefia do Executivo, cabe-me assim tornar realidade a sua exoneração que ora concedo.

Na sua direção, o I.B.G.E. foi instalado, transformou-se e cresceu, estando em condições de prestar relevantes serviços à Nação. Aliás, as mensagens que, cada 15 de março, tenho enviado ao Congresso Nacio-

nal registam larga cópia desses serviços, já prestados, pelos quais externo os agradecimentos do governo e os meus, pessoais.

Receba, com a expressão do meu alto apreço, a certeza da minha estima e da minha consideração. Atenciosamente,

Eurico G. Dutra”.

José Carneiro Filipe

Os meios científicos e culturais do Brasil, perderam, com o desaparecimento do professor JOSÉ CARNEIRO FILIPE, ocorrido em 14 de janeiro último, uma de suas mais proeminentes figuras.

Nasceu o extinto em São João del Rei a 6 de outubro de 1886, filho de JOSÉ MOREIRA CARNEIRO FILIPE e de D. VIRGÍNIA AUGUSTA DA TRINDADE FILIPE. Seus primeiros ensinamentos foram-lhe ministrados pelo seu tio materno, cônego JOÃO BATISTA DA TRINDADE. Coursou em seguida o Ginásio Mineiro, de Barbacena, matriculando-se depois na Escola de Minas de Ouro Preto, onde se diplomou em 1914.

Engenheiro, contribuiu com os seus conhecimentos para a remodelação de sua cidade natal, fazendo sentir sua ação nos serviços públicos, e em particular no serviço de águas e esgotos, daquela cidade mineira, que sofreu completa remodelação.

Sua atuação, não ficou adstrita ao plano local, nem mesmo estadual, foi mais longe. Outros cargos importantes reclamaram sua colaboração, sua ação dinâmica. Como diretor do Laboratório Químico e Biológico do Estado de Minas Gerais, assistente técnico e chefe de serviço do Instituto Osvaldo Cruz, onde criou a Secção de Física Química, deixou assinalada sua passagem por traço que marcou sua personalidade como homem de grande capacidade de trabalho, e acurado pesquisador.

Fundador da Escola Nacional de Química, da Universidade do Brasil, foi seu diretor e professor catedrático.

Ligado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística desde sua fundação, organizou e levou a efeito em 1940, o recenseamento geral do país, presidindo a Comissão Censitária Nacional, prestando assim ao Brasil, e em particular ao I.B.G.E., valiosos serviços, os quais estão patentes nas diversas pesquisas e acurados estudos referentes aos vários censos levados a efeito em 1940.

Pertencia o professor CARNEIRO FILIPE, a muitas instituições científicas e culturais do Brasil e do exterior, entre as quais se destacam a Academia Brasileira de Ciências, Associação Brasileira de Educação, Associação Química do Brasil, Sociedade Brasileira de Estatística, Instituto Brasileiro de Cultura, Clube de Engenharia, Sociedade Brasileira de Biologia, Sociedade Brasileira de Química, Fundação Getúlio Vargas, International Statistical Institute, Washington (DC), Academia Colombiana de Ciencias Exatas Físicas e Naturales, Associação Química Argentina, Institute of Mathematical Statistics (Pittsburg — USA).

Deixou vários trabalhos insertos em diversas publicações especializadas, no Brasil e no exterior, sob a forma de comunicações, memórias, etc.
